

AXO

R E V I S T A D E
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

DOSSIÊ TEMÁTICO

observatório de conflitos

n.3 v.1
primavera de 2017



AXO

**R E V I S T A D E
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE**

DOSSIÊ TEMÁTICO

observatório de conflitos

n.3 v.1
primavera de 2017





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<http://cmaiscufpel.wixsite.com/cmaisc>
e-mail: revistapixo@gmail.com

apresentação

A Revista Pixo é uma publicação do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPQ), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Revista digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

Eduardo Rocha
Cristine Jaques Ribeiro
Fernando Freitas Fuão

Editores Associados

Ana Paula Vieceli
Bárbara de Bárbara Hypolito
Carolina C. Magalhães Falcão
Celma Paese
Fernanda Tomiello
Otávio Martins Peres

Comitê Científico e Conselho Editorial

André de O. Torres Carrasco
Angela Pohlmann
Carla Gonçalves Rodrigues
Carmen Anita Hoffmann
Carolina Corrêa Rochefort
Claúdia Mariza Mattos Brandão
Cristine Jaques Ribeiro
Dirce Eleonora Nigro Solis
Eduarda Azevedo Gonçalves
Eliana Mara Pellerano Kuster
Emanuela Di Felice
Francesco Careri
Francisco de Assis da Costa
Haydeé Beatriz Escudero
Helene Gomes Sacco Carbone
Igor Guatelli
Josiane Franken Corrêa
Juan Manuel Diez Tetamanti
Laura Novo de Azevedo
Marcelo Roberto Gobatto
Márcio Pizarro Noronha
Maria Ivone dos Santos
Markus Tomaselli

Maurício Couto Polidori
Paola Berenstein Jacques
Paulo Afonso Rheingantz
Raquel Purper
Rita de Cássia Lucena Velloso
Sylvio Arnaldo Dick Jantzen
Thais de B. Portela
Vicente Medina

Equipe Técnica

Carolina Mesquita Clasen
Fabrício Sanz Encarnação
Laís Becker Ferreira
Laís Dellinghausen Portela
Lorena Maia Resende
Luana Pavan Detoni
Rafaela Barros de Pinho

Suporte Técnico

Glauco Roberto M. dos Santos

Revisão Linguística

Ana dos Santos Maia
Martha Hirsch
Pierre Moreira dos Santos

Capa e Diagramação

Eduardo Rocha
Laís Becker Ferreira
Laís Dellinghausen Portela

Imagens

Eduardo Rocha

A "PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE"¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual. A revista é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Pensarmos sobre os conflitos da cidade é problematizarmos que cidade estamos falando, a quem ela pertence e o que ela é para seus cidadãos. Na realidade cotidiana o que se encontra são mecanismos de negação do direito das populações que vivem em situação de posse, de empobrecimento e de segregação social. Quando nos perguntamos de quem é a cidade somos convidados a perceber que o espaço da cidade está dividido, onde existem aqueles que podem consumir e os que não podem. Consequentemente, os sentidos produzidos por esses grupos divididos, são sentidos opostos e que apresentam uma cidade produto do mercado.

Na fronteira entre o legal e o ilegal existem modos de vida construídos coletivamente que criam agenciamentos de resistência contra a privatização do Estado, contra a aposta do mercado formal imobiliário, contra a burocratização das políticas sociais públicas, contra a universalização da política do favor. Essa fronteira denuncia o direito de existir das inúmeras famílias que ocupam o solo construído cujo objetivo é de poder reinventar o seu habitar com a perspectiva de compartilhar desejos, afetos, histórias, práticas e vínculos com o território.

No entanto, os heterogêneos deslocamentos dos que ocupam a cidade manifestam diferentes perspectivas para desconstruir o uso da cidade reverberando manifestações coletivas para romper com a cidade instituída em busca das possibilidades de uma cidade instituinte.

Sendo assim, serão acolhidos trabalhos que transversalizam o tema dos conflitos apresentando tanto análise sobre a negação da existência das multiplicidades que vibram nos territórios bem como análises que apresentam as reinvenções coletivas de ocupação e uso do solo urbano.

Cristine Jaques Ribeiro e Eduardo Rocha
Primavera de 2017

¹ Link acesso Revista Pixo <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>>

editorial

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS DA CIDADE	10-13
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	

entrevistas

OCUPAÇÃO E (TRANS)FORMAÇÃO	
Entrevista com os moradores da Ocupação Canto de Conexão	16-21
<i>Ana Luiza Bazzan, Emily Nobre e Emanuela Di Felice</i>	
PARA LOS POBRES, LO MEJOR	
Entrevista com o professor Maurício Couto Polidori	22-27
<i>Gustavo Maciel Gonçalves</i>	

artigos e ensaios

A BUSCA DO “GA” OU “YVY” NA INSERÇÃO NO MUNDO NÃO ÍNDIO DOS KAIANGANG E GUARANI NO CONTEXTO DE PELOTAS	30-43
<i>Cláudio Batista Carle</i>	
ENCRUZILHADAS DA NEGRA PELOTAS	
A interface da religião e política nas lutas negras pelotenses	44-53
<i>Carla Silva de Avila</i>	
NECROPOLÍTICA RACIAL CRIMINAL EM UMA CAPITAL DO NORDESTE DO BRASIL	
Uma análise criminológica dos homicídios em Salvador	54-75
<i>Rafael Casais Neto e Márcia Esteves de Calazans</i>	
AS ESCOLAS ENTRE MUROS, MURMÚRIOS E ARREDORES	76-85
<i>Angelita Hentges</i>	
LINGUAGENS COMUNS	
Economia solidária na cidade viva	86-101
<i>Renan Costa Valle Scarano</i>	
OBSERVAR A CIDADE E SEUS HABITANTES	
A contribuição da etnografia	102-115
<i>Francisco Pereira Neto</i>	

O ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO URBANO CAPITALISTA	
Uma crítica à luz do direito a cidade	116-125
<i>Natália Pacheco da Silva e César Augusto</i>	

A CIDADE E A MORADIA	
O caso de Pelotas	126-147
<i>Cristine Jaques Ribeiro, Nino Rafael Medeiros Kruger e Tayna Corrêa Oliveira</i>	

CARTOGRAFIAS SENSÍVEIS NA CIDADE	
Experiência e resistência no espaço público da Região Sul do RS	148-165
<i>Eduardo Rocha, Carolina Mesquita Clasen, Emanuela Di Felice, Lorena Maia Resende, Luana Pavan Detoni, Antonella dos Santos Pons, Bárbara de Bárbara Hypolito, Carolina Magalhães Falcão, Debora Souto Allemand, Fabricio Sanz Encarnação, Fernanda Tomiello, Haydde Beatriz Escudero, Juan Manuel Diez Tetamanti, Rafaela Barros de Pinho e Talita Correa Vieira da Silva</i>	

PARA-FORMAL NO CENTRO DA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Mediações e controvérsias no uso do espaço público	166-173
<i>Lorena Maia Resende, Humberto Levy de Souza, Laís Dellinghausen Portela e Eduardo Rocha</i>	

O ASSOMBRO DE UMA OKUPAÇÃO	
Fantasma e o acontecimento projetual	174-187
<i>Rovenir B. Duarte, Malu Magalhães Sanches e Gabriela Correia Fernandes</i>	

ENTRE REMENDOS E ACOLHIMENTOS	
A ocupação Ksa Rosa	188-203
<i>Fernando Fuão, José Carlos Lemos e Gihad Abdalla El Khouri</i>	

parede branca

O.C.A OCUPAÇÃO COLETIVA DE ARTEIRXS	
3 anos de atividades e resistência	206-211
<i>Mauricio Ploenals</i>	

CENÁRIOS FRAGMENTADOS	212-219
<i>Vinicius Theheimer</i>	

O KATANGA'S É NOSSO!	220-225
<i>Mohana Salomão de Mattos</i>	



OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS DA CIDADE

Cristine Jaques Ribeiro¹

O grupo de estudos e pesquisa: Questão agrária, urbana e ambiental vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Graduação em Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas constrói o Observatório dos conflitos da cidade que se origina na segunda edição do Seminário Terra, Água e Alimento em 2016 cujo foco de construção e debate foi o tema: De quem é a cidade? Consequentemente, em razão do seminário, alianças interinstitucionais foram sendo ampliadas cujo objetivo era de reunir pesquisadores que tratassem do tema cidade em suas heterogêneas concepções e práticas no município de Pelotas.

Sendo assim, o dossiê temático objetivou reunir escritas que são resultantes dos campos de análises e de intervenção dos diversos pesquisadores docentes, discentes e profissionais que compõe o observatório dos conflitos da cidade para evidenciar o direito de existir das diversas populações e comunidades que resistem na luta cotidiana manifestando seus modos de ocupar e de reinventar a cidade.

Pensar o conflito da cidade é problematizar que sentidos são produzidos pelos cidadãos sobre o que é a cidade, de quem é a cidade e o que faz a cidade? Que deslocamentos são produzidos na cidade? Pensar que lugar os coletivos ocupam na cidade. Ainda, evidenciar os próprios exílios construídos pela cidade que segregam populações delimitando as fronteiras da convivência, da participação e da decisão fortalecendo o desenho das margens criadas para a manutenção dos lugares precários e invisibilizados pelas políticas públicas e pelos seus gestores.

Pensar os conflitos é reconhecer que a cidade surge para garantir a propriedade privada fortalecendo por um lado a especulação imobiliária da terra e sua financeirização e, por outro, a negação da existência dos coletivos e das comunidades que vivem cotidianamente na luta pela ocupação do espaço frente as práticas de remoção e de desapropriação.

Os conflitos da cidade expõem não só a reprodução das desigualdades socioambientais do solo, mas também a negação dos modos de existir das diferentes expressões dos cidadãos que transversalizam o desenho da cidade. Desse modo, a cidade se apresenta como resultado de uma construção social instigada pelas relações de força que se movimentam nos territórios e desterritórios dos campos da vida coletiva. No entanto, produzir uma outra relação com a cidade, reconhecendo seus heterogêneos modos de viver e buscando o pouso do olhar nos lugares e saberes negados é potencializar as multiplicidades que vibram na cidade, resultante dos processos que constroem um outro fazer cidade.

Na sessão Entrevistas começaremos com duas entrevistas: *Ocupação e (trans) formação* e *Para los pobres, lo mejor*, ambas apresentam o tema das ocupações na cidade como dispositivos de luta coletiva para resistir aos modelos de moradia e de habitação a partir da realidade das diferentes populações tentando romper com a lógica financeira e colonial imposta até os dias de hoje.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1997), Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000), Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente, é professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas.

Logo após o Dossiê segue com apresentação dos artigos e ensaios. O primeiro texto trata sobre: *A busca do “Ga” ou “Yvy” na inserção no mundo não índio dos Kaingang e Guarani no contexto de Pelotas* pretende propiciar a análise da questão territorial dos mundos míticos no universo do conflito pelo espaço no município de Pelotas. A inserção dos povos indígenas, no município de Pelotas, marca a tentativa em desconstruir a fronteira entre o rural e urbano apresentando modos de vida coletivos potencializados pela resistência e reinvenção de práticas.

O segundo artigo: *Encruzilhadas da Negra Pelotas: A interface da religião e política nas lutas negras pelotenses* irá propor análise da participação política das organizações negras no município de Pelotas e sua interface com a religião. Pensar a cidade através dos conflitos raciais e religiosos é acolher o olhar de quem vive tal realidade, mas que reverbera na utilização do espaço público o sentido produzido da prática do ritual e da manutenção da tradição africana.

O terceiro artigo: *Necropolítica racial criminal em uma capital do nordeste do Brasil: uma análise criminológica dos homicídios em Salvador*, apresenta um estudo realizado em Salvador-Bahia, nos períodos de 2010-2016, onde pretende analisar a realidade vivida por jovens nesse período identificando a relação com os homicídios dolosos e a questão do território urbano frente a política pública de segurança. Tal estudo problematiza a perda do direito à cidade e o desmonte do Estado de Bem-Estar configurando a não proteção social dos jovens que vivem na periferia.

O quarto artigo: *As escolas entre muros, murmúrios e arredores* deseja propiciar as reflexões sobre a educação e a formação como processo simbólico de constituição do humano. Esse processo faz emergir conflitos e possibilidades capazes de evidenciar a vida que existe fora dos muros escolares e que vibra no interior de seu espaço convidando ressignificar as práticas da educação e da formação.

O quinto artigo: *Linguagens comuns: economia solidária na cidade viva* relaciona o tema da Economia solidária com o pensamento sobre a Antropologia da cidade proposto pelo autor Michel Agier. Convida a pensar que as experiências de economia solidária realizam formas alternativas de trabalho cujo objetivo é fortalecer as práticas cooperativas e solidárias entre seus coletivos.

O sexto artigo: *Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia* apresenta a importância de refletir sobre os modos de habitar a cidade no sentido de repensar o espaço urbano como uma relação entre o vivido e planejado.

O sétimo artigo: *O Espaço público e o espaço urbano capitalista: uma crítica à luz do Direito à cidade* é um ensaio que tentará abordar a reflexão sobre uso do espaço público como um direito ao uso fruto da cidade feito pela juventude. O não reconhecimento dos jovens e das suas expressões culturais e tentativas libertárias serão também o foco da análise.

O oitavo artigo: *A Cidade e a Moradia: O caso de Pelotas* este trabalho quer primeiro problematizar a categoria social como invenção da sociedade conforme as diferentes configurações históricas para relacionar a cidade nessa construção, especificando a realidade do município de Pelotas, frente a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida como expressão da especulação e da financeirização da terra.

O nono artigo: *Cartografias Sensíveis na Cidade: experiência e resistência no espaço público da região sul do RS* convida olhar a cidade a partir da experiência cartográfica junto aos coletivos. Esse modo de olhar é o modo de acompanhar os processos numa perspectiva metodológica que tenta desconstruir verdades acerca da vida dos cidadãos.

O décimo artigo: *Para-formal no centro da cidade de Pelotas/RS: mediações e controvérsias no uso do espaço público* propõe evidenciar os lugares de ruptura, do caos, que produzem atividades subversivas frente as condicionalidades da cidade instituída. Acolher a existência dos coletivos heterogêneos num mesmo ambiente apresentando a cidade formal e informal em suas desconstruções e criações é também a proposta deste trabalho.

O décimo primeiro artigo: *O assombro de uma okupação: fantasma e o acontecimento projetual* apresenta as contribuições da reflexão do filósofo Gilles Deleuze sobre o conceito de fantasma relacionando-o com experimentações realizadas num encontro projetual entre OCAS (Escritório Modelo de Arquitetura-UEL), MARL (Movimento de Artistas de Rua de Londrina) e o edifício da ULES (União Londrinense de Estudantes).

O décimo segundo artigo: *Entre remendos e acolhimentos: A ocupação Ksa Rosa* propõe pensar instrumentos de aprendizagem que propiciem a desconstrução das intervenções arquitetônicas resultantes dos projetos convencionais para a construção de uma ética da alteridade.

Por fim, a última sessão do Dossiê: Parede Branca, apresenta três trabalhos: *O. C. A Ocupação coletiva de arteirxs*, *Cenários Fragmentados* e *O Katanga's é Nosso*, com objetivo de registrar através das imagens a cidade a partir de quem existe e resiste. São registros do pulsar da vida das multidões em seus espaços cotidianos de luta e de habitar na tentativa de reinventar os sentidos produzidos sobre de quem é e o que é a cidade.

Que o dossiê contribua na problematização dos conflitos produzidos pela cidade e que propicie a denuncia das heterogêneas manifestações dos modos de habitar realizadas pelos diversos coletivos resultando na luta pela garantia do direito de existir frente ao paradoxo do direito à cidade.



OCUPAÇÃO E (TRANS)FORMAÇÃO

Entrevista com os moradores da Ocupação Canto de Conexão

Ana Luiza Bazzan¹
Emily Nobre²
Emanuela Di Felice³

Apresentação

A cidade é um mecanismo que facilita a socialização, na medida que oferece infraestrutura, educação, saneamento, acesso ao consumo e serviços públicos. Contudo, há objeções que marginalizam muitos indivíduos nesse processo, evidenciando a exclusão social. Atualmente surgem alguns movimentos reivindicam espaços dentro da cidade buscando atender as demandas populares e reafirmar a importância das diversidades.

A Ocupação Canto da Conexão, localizada na Rua Álvaro Chaves, nº 87 no bairro Porto em Pelotas, Rio Grande do Sul, surgiu no dia 17 de março de 2017. Revitalizando um ambiente antes abandonado e buscando minimizar os aspectos negativos que rondavam esta zona da cidade, o intuito da ocupação é promover um projeto de moradia e centro cultural para famílias e estudantes, servindo como ferramenta cultural, educacional e política na região.

No dia 30 de outubro de 2017 foi realizada uma entrevista com os moradores da Ocupação Canto de Conexão; Ocupantes: Giovani, Murilo, Tales, Valdemar (morador da volta), Aislan, André, Alice, Ugo; pelas alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas; Ana Luiza Bazzan e Emily Nobre; com o objetivo de compreender melhor o cotidiano da moradia e as adversidades enfrentadas pelos ocupantes.

Entrevistados

Moradores da Ocupação Canto de Conexão - Giovani, Murilo, Tales, Valdemar (morador da volta), Aislan, André, Alice, Ugo.

Entrevistadores

Ana Luiza Bazzan e Emily Nobre.

Roteiro

Emanuela Di Felice.

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

³ Graduada em Desenho Arquitetônico Università degli studi di Roma 3, Doutora em Projeto Urbano Sustentável Università degli studi di Roma 3. Atualmente pesquisadora de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES) na linha de Urbanismo Contemporâneo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil.



Figura 1 - Ocupação Canto de Conexão.
Foto: Emanuela Di Felice.

Emily e Ana Luiza: O processo de Ocupação do Canto de Conexão está ligado a outros movimentos em Pelotas e no Rio Grande do Sul. Como se dá a Ocupação desse prédio?

Canto de Conexão: A ocupação se dá a partir do modelo de ocupação que os estudantes e secundaristas espalham pelo Brasil; e um grupo de estudantes do ICH (Instituto de Ciências Humanas da UFPel) ligados à Marcha da Maconha faz a ocupação do ICH; e a partir da ocupação do ICH se dá a greve estudantil, dos estudantes em Pelotas, e nesse mesmo contexto esse grupo continuou se organizando politicamente no fórum social das resistências, que é um paliativo do fórum social mundial, que aconteceu em Porto Alegre esse ano. E lá a gente foi pro assentamento 20 de novembro onde era uma ocupação, e no assentamento 20 de novembro a gente se reuniu com outras duas ocupações, o 20 de novembro e a Sarai. E na Sarai saiu uma agenda em que dia 17 de março teria ocupações em todo o Brasil. Sendo que aqui no Rio Grande do Sul teriam ocupações em Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias e nós aqui em Pelotas, estaríamos puxando essa ocupação aqui, isso aconteceu em janeiro. De janeiro a março esse mesmo grupo de estudantes do ICH começou a estudar o processo de revigorar essa área do porto, até porque esse prédio aqui já era alvo de ocupações do movimento Hip Hop e esse grupo de alunos tinha uma inserção forte nos movimentos sociais e no movimento Hip Hop; de fazer o canto de conexão; que fosse um espaço de moradia, de intervenção cultural e de debate da cidade, a partir daqui com os moradores da volta. Acho que tem que ficar bem nítido, que a ocupação daqui surgiu através da ocupação do ICH. Nosso pensamento deu esse resultado aqui e hoje a gente já começa a interferir em outras áreas da cidade com esse modelo de ocupação.

Ana Luiza e Emily: A Zona Portuária da cidade de Pelotas atualmente passa por um processo de transformação, com a reativação do Porto e investimento de capital em novos empreendimentos. Qual o impacto e o significado da ocupação nesta área e a relação da ocupação com o entorno composto por residências, universidades e indústrias?



Canto de Conexão: A gente traz aqui na ocupação a proposta de fomentar um novo tipo de, quer dizer não só um novo, mas diferente do que a gente vem vendo aqui no porto, nos nossos sistemas de troca, aí entra a parada da horta e toda a produção que a gente faz na casa e o espaço cultural, onde a gente não vê um empreendimento no local visando apenas o lucro, *tá ligado?* Que também vem com toda a parada do direito à moradia sem especulação imobiliária. Então aqui a gente levanta a bandeira contra a Sagres, *tá ligado?* Que veio prometendo mundos e fundos aqui pra comunidade do Quadrado, e hoje em dia muita pouca gente tá empregada ali, muito pouco foi feito do que foi prometido, *tá ligado?* E vem trazendo esse deserto verde aí pra dentro da cidade, com todos os impactos ambientais que aí que a gente sabe que estão envolvidos. O impacto aqui é de fomentar um novo tipo de produção e de troca.

O canto de conexão, o principal debate dele é o debate contra o capital especulativo que sofre a região do porto, cada um de nós trabalha em uma área específica, até porque a maioria é aluno da universidade, e a gente faz esse debate da cidade com a questão da transformação que tá ocorrendo no porto e não reflete em outros bairros da cidade. Por exemplo, a Sagres, quando começou esse debate do porto e o processo de deserto verde, ia ter 800 trabalhadores na Sagres, desde que a gente chegou aqui, a gente vê cada final de semana a Sagres diminuindo o número de trabalhadores. E a gente convive com esse trabalhador que passa aqui na porta diariamente dizendo que foi embora da Sagres, hoje já se tem uma crise no processo de eucalipto, a indústria sul-rio-grandense de celulose não vai mais comprar eucalipto a partir do ano que vem e aí não se tem o que fazer com esse madeiramento que foi plantado aqui; que interfere na vida do agricultor lá fora que plantou eucalipto nas suas terras e vai levar no mínimo 50 anos pra poder voltar a plantar um pé de alface, então a nossa horta simbólica aqui ela vem trazer isso, que o povo deixou de plantar comida pra plantar eucalipto e agora a gente não tem mais o que fazer com o eucalipto. E isso vai trazer impacto pra cidade. Hoje a gente tá no plano diretor, a gente tá hoje discutindo a questão do conselho de meio ambiente, todas essas coisas a gente tá tentando fazer com os moradores da volta, fazendo a integração entre a comunidade e a universidade.

Todos os móveis que a gente tem aqui dentro *[da casa]* a gente ganhou de doação aqui dos moradores da volta; se faz uma relação bem interessante de transformação dessa área. A gente sabe, que corre o risco de a qualquer momento poder vir um processo de reintegração de posse, e a gente ter que entregar esse espaço. Esse espaço é privado, mas ao mesmo tempo a gente sabe como lutar por esse espaço e vamos tentar fazer com que a população se sensibilize.



Ana Luiza e Emily: As relações de convívio que ocorrem na ocupação funcionam por meio do Conselho de Gestão Compartilhada⁴, como vocês descreveriam esse sistema?

Canto de Conexão: É um negócio linear torto (risos). A organização é horizontal, não tem uma liderança centralizada, as decisões são tomadas em grupo, tentando fazer reunião semanal. Nós não concordamos com o modelo empresarial, então gerir isso como se fosse uma empresa é fora de questão. É uma coisa inovadora, então a gente procura maneiras inovadoras de fazer a gestão que é compartilhada, autônoma, auto-gestionária, só que tem seus limites e entraves, que a gente tenta resolver cotidianamente. É uma maneira diferente, todos compartilham o mesmo ponto de vista, não tem um líder, não tem um que manda mais, todo o mundo tem direito, então a gente vai tentando dialogar e estabelecer essa relação subjetiva com o indivíduo e com o coletivo, então é diariamente.

Ana Luiza e Emily: Existem suportes/apoios externos que auxiliam na resistência da ocupação?

Canto de Conexão: Eu *[Giovani]* sou militante do movimento negro, faço parte da Frente Negra Pelotense. Esses movimentos têm uma organização de advogados que dão uma sustentação jurídica porque a gente aqui na casa. Fazem o monitoramento jurídico da causa olhando diariamente ou passando aqui pra conversar com os moradores pra saber se tem alguma novidade, alguma representação jurídica. Então tem esse grupo de advogados que também fazem parte dessa organização. O Movimento Nacional de Luta por Moradia trouxe a Arquitetura Humana, um escritório de Porto Alegre, que veio nos primeiros dias de ocupação, quando a gente botou a bandeira do movimento aqui, eles vieram para cá, conversaram com nós e projetaram o Canto de Conexão a partir de uma visão bem nossa, que vai passar agora por algumas alterações, porque as coisas são mutáveis. A gente tem uma parceria muito mais individual do que no coletivo com a FAUrb. É muito um relação que a gente tem com o Professor Maurício que topa fazer esse debate dessa casa do que propriamente com a instituição. A gente nota uma dificuldade dos alunos da UFPel frequentarem a ocupação, por exemplo os alunos da FAUrb, nós tivemos agora o Ciclo de Debates, no final a gente conversou com o professor Maurício para fazer uma oficina de madeira e fazer as janelas lá de cima *[no segundo pavimento]* junto com os alunos da FAUrb e ele disse que tem

⁴ Termo retirado do Modelo de Projeto para a Casa Cultural Porto-Pelotas. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B29jBZLCQeusaFFnbW9FMG9ieVE/view>>;



Figura 5 - Ocupação Canto de Conexão.
Foto: Emanuela Di Felice.

dificuldade de conseguir alunos para fazer essa oficina com a gente. Tem mais um esforço do professor Maurício do que com a Instituição FAUrb que é uma faculdade de arquitetura e deveria pensar sobre a cidade, a gente não consegue essa aproximação. Com o restante dos alunos da UFPel, é horrível. Apesar daqui a gente ter [alunos] da Arqueologia, Antropologia, Música, Biologia, medicina, filosofia, a gente consegue... se tiver hoje da UFPel, que tem 20 mil alunos, se tiver 200 alunos envolvidos aqui no projeto, é muito, então a gente não tem essa relação. Com a Universidade em si, através da reitoria a gente tenta fazer uma costura com a FAUrb com o professor Maurício do que com propriamente a reitoria. A reitoria diz que não pode interferir porque o prédio não é público, o reitor enquanto pessoa fez uma contribuição simbólica no primeiro dia de ocupação. Se tem uma relação boa com o CAPA (Centro de Apoio e Promoção de Agroecologia) que nos subsidia com alimentos toda sexta-feira, alguns sindicatos foram parceiros em algum momento, né meu, daí a gente tenta manter essa relação com o sindicatos. Empresários, bem pouco, o dono da Pink Elephant que vai abrir aqui na frente, a gente conversou com ele, ele ficou de dar a tinta para pintar o prédio, então não dá pra dizer que não se tem uma relação com os empresários daqui, como Galpão do Rock, há uma relação, porque a gente achou um cachorro ali na frente, que ficou com o nome de Galpão, daí o cara do Galpão traz um saco de ração pro cachorro, então tem essas parcerias. Tem o pessoal que vende gás pra galera, também viabiliza um bujão de gás por mês. E a comunidade aqui da volta que mobiliou a casa inteira. São pequenas parcerias que se tem com os empresários da volta.

Ana Luiza e Emily: Na visão do grupo, há impactos na busca por direito a habitação, considerando o atual momento político no Brasil?

Canto de Conexão: Está tendo uma tendência de criminalização ou tentativa de, dos movimentos sociais, de deturpar a imagem. Ontem na Globo, o Fantástico omitiu muitas informações e a pessoa que vê desatenta acaba tirando outras conclusões, então isso na minha opinião é preparar o terreno para uma ditadura, mesmo não sendo tão explícita como a última, isso é um prelúdio quase.

[Giovani] Na realidade, para as organizações nacionais que lutam pela moradia essa troca de governo fez com que acabassem com os projetos habitacionais. E isso dificulta muito a nossa luta, porque a gente quer sim que a população tenha direito à sua casa. Então a gente sabe que agora com o corte de recursos que está se tendo no governo e a pressão para cima do movimento sindical faz com que os movimentos



Figura 6 - Ocupação Canto de Conexão.
Foto: Emanuela Di Felice.

autônomos que tenham algum subsídio para lutar, através de algum recurso que o sindicato disponibilizava, isso nos afeta. Semana passada aconteceu um fato em Porto Alegre dentro de uma organização que é nossa parceira, o Instituto Parrhesia⁵, estão sendo perseguidos, por ter associação ao movimento anárquico. Dai isso repercutiu no Jornal do Estado, no Fantástico ontem. E eles tiveram na ocupação Pandora, uma Cultural lá em Porto Alegre e tem ligação, porque a matéria dizia assim: Estudantes das Universidades Federais se organizam. O canto de Conexão é um grupo de estudantes da Universidade Federal de Pelotas, onde a gente tem a bandeira do anti fascismo, é a nossa marca, nosso logo. E estamos apreensivo porque a qualquer momento eles podem vir aqui no canto de Conexão dizer que a gente tá associado ao Instituto Parrhesia e à Ocupação Pandora. Então tem essa perseguição ao movimento e a gente sabe que hoje somos um alvo em potencial, quando eles jogam isso pra dentro das ocupações onde tem estudantes universitários. No terceiro dia que a gente tava aqui a polícia teve aqui, entrou meio truculenta, mas depois que a gente conversou foram super de boa, a gente se identificou, eles disseram que a gente podia ficar tranquilo.

Canto de Conexão: A quanto tempo vocês estão na FAUrb aqui? O que que muda o cotidiano de vocês com a Ocupação?

Ana Luiza e Emily: Estamos há três anos e antes a gente nem passava por aqui, a gente tinha medo, era muito sujo. Uma coisa hostil. Falando em um aspecto mais visual, aqui era, cheio de lixo e passar aqui na frente e não ter mais esse aspecto de abandono, já nos faz ter mais vontade de caminhar por essa quadra e passar por aqui. Então melhorou de forma positiva.

⁵ Instituto tem em seu estatuto difundir a "PARRHESIA", "Liberdade de Expressão", utilizando a internet e as redes sociais através do RAP e da Cultura Hip Hop promovendo, Inserção e Reinserção Social, Acessibilidade, e Redução de Danos, e ainda: Propagar e Lutar pelos Direitos Constitucionais e Direitos Humanos, Educação, Justiça e Paz. Disponível em: <<http://parrhesia.redelivre.org.br/quem-somos/>>.

PARA LOS POBRES, LO MEJOR!

Entrevista com o professor Maurício Couto Polidori

Gustavo Maciel Gonçalves¹

Apresentação

Entrevista realizada com o prof. Maurício Couto Polidori, atual diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, sobre o tema das Ocupações na Cidade. Segundo o dicionário, a palavra ocupação significa: “ato de apoderar-se de algo ou de invadir uma propriedade; posse”. Certamente, o tema “ocupação” representa uma dualidade curiosa em suas discussões, que começa na própria significação da palavra e vai até as mais complexas dinâmicas urbanas. E a referida dualidade que é simbolizada pelo legal e o ilegal; o rico e o pobre; o público e o privado; o branco e o negro, tem repetidamente sido intermediada por um limite: o conflito.

Entrevistado

Maurício Couto Polidori - Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Pelotas, é o atual diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da referida universidade. Possui especialização em Planejamento Energético e Ambiental pela UFRGS, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS – PROPUR (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) e doutorado em Ciências pela UFRGS-PPGECO (Programa de Pós-Graduação em Ecologia).

Entrevistador

Gustavo Maciel Gonçalves.

Roteiro

Gustavo Maciel Gonçalves.

Gustavo: Maurício, de acordo com a tua experiência e competência profissional relacionadas às situações impostas pela cidade contemporânea, como se têm ocupado a cidade? (tendo como sugestões de temas a ocupação do solo, dos espaços públicos, de mobilidade, etc.)

Maurício: Ahn, Gustavo, Dudu, e pessoal da Revista Pixo, pra responder a questão da cidade sobre ocupação, eu acho legal nós pensarmos que existem várias maneiras de se realizar a tal da ocupação do espaço da cidade. Uma muito simples e muito usual foi feita com a invasão do Brasil! O Brasil foi ocupado. Todas as terras eram públicas no Brasil, todas! Afinal a população indígena não tinha propriedade privada. A propriedade privada foi inventada em 1850, por aí. Antes não. E muito antes disso se usava o solo, em parte com interesses individuais e em parte com interesses coletivos, mas não se tinha um dono que mandava em tudo. No caso brasileiro, e da América Latina nós tínhamos os índios, que tinham sua hierarquia mas “ocupavam a terra”.

E antes dos índios, ocupavam a terra outras pessoas. E antes das pessoas, ocupavam a Terra outras formas de vida. E antes de existirem as formas de vida... os animais e os vegetais, provavelmente existiam outras organizações que ocupavam o cosmos. Então essa ideia de ocupação tem de ser alargada. Ocupação não é só um sujeito que não tinha propriedade e que foi lá e ocupou. O ato de ocupar foi um jeito que as pessoas deram de se apropriar de algum lugar.

Os portugueses quando chegaram aqui, deram um jeito de se apropriar na marra! Chamaram isso de descoberta, mataram os índios e disseram “É meu!”. Depois a terra brasileira foi mudando e o modo de apropriação do solo brasileiro também e a Coroa Portuguesa disse: “Não, é meu! Lá em Portugal tão invadindo e é pequeno, então é meu!” Então a Coroa Portuguesa ocupou o Brasil. Pegou navio, pegou guerreiro, pegou canhão, pólvora e veio ocupar o Brasil.

O ato de ocupar não é um ato apenas de pobres, nem é um ato apenas de quem não tem. Às vezes é um ato de ricos e de quem quer mais. E às vezes é um ato de pobres e de quem não tem. Por isso a primeira ideia que temos que ter sobre ocupação é que esta não tem sido considerada uma perversidade. Particularmente no caso brasileiro, a ocupação do solo foi indicada pela coroa que dava as terras para as pessoas: “Vai lá, tudo que tu ocupares é teu! Tudo que tu conseguires manter e cercar é teu!”. Este foi um jeito de ocupação que foi considerado oficial.

O “gáúcho”, o gaúcho, dos “*plagos*”, brasileiros, uruguaios e argentinos ocuparam de outra maneira. Ocuparam livres! A música do Noel Guarany: “Vaaai potro sem dono, vaaai, livre como eu” não é verdade? Então, *buenas*, ocupação não é só de um sujeito que veio da África e ocupou o calçadão e foi tirado à força pela Polícia Municipal a qual botou as culpas no Plano Diretor, como aconteceu há 30 dias atrás aqui em Pelotas. É uma situação muito maior. As instituições têm ocupado o solo terrestre historicamente. Só que tem uns modos de ocupação que são considerados bons e outros que são considerados maus. Uns que são considerados legais e outros que são considerados ilegais.

Então, na verdade, a ocupação do solo da cidade faz parte da história da cidade! Sem ocupação, não existiria a cidade. A existência da cidade em si é a ocupação do território e a sua transformação. A ocupação não é um ato de ilegalidade ou de transtorno social, ou uma, sei lá, uma coisa nefasta! A ocupação deveria ser considerada como uma prática de fazer as cidades.

Só que tem umas formas de ocupação que tem registro, que no cartório diz o nome da pessoa, diz que data que ela ocupou e todo o mundo bate palma e acha bonito! E tem

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, tendo previamente concluído o curso de Técnico em Edificações pelo Instituto Federal Sul-Riograndense Campus Pelotas. Recentemente realizou período de graduação sanduíche na Universidade de Limerick, na Irlanda, através do programa Ciências Sem Fronteiras, onde realizou projeto de pesquisa em Planejamento Urbano.

outros que não, que dizem que é uma perversidade.

No caso específico da cidade contemporânea, esta ideia se reflete muito bem! Se o sujeito é proprietário da terra, do solo, que ele obteve por ocupação, se está escrito no papel, muito bem, ele pode colocar uma loja, vender camisas, vender sapatos, vender mercadorias quaisquer. Se ele não é proprietário da terra resta-lhe o espaço público.

Bom, então como não há mais o processo escravagista em que os negros e aqueles que eram prisioneiros não podiam sair na rua, agora estes podem sair na rua, por hipótese né? Resta a estes o espaço público. Bom, então o que eles vão fazer? Eles vão exercer as mesmas atividades que os outros seres humanos exercem no espaço público! No espaço privado a gente vai no banheiro, no espaço público a gente tem que ir no banheiro também! No espaço privado a gente quer tomar banho, deveria ter onde tomar banho no espaço público, porque o que mudou é apenas o modo de ocupação. As pessoas são as mesmas e as suas necessidades básicas são as mesmas.

Vamos ver o caso dos moradores de rua: os moradores de rua ocuparam a rua para fins habitacionais. Onde está o problema? O problema está que a rua não está preparada para ser hospitaleira, para ser habitada. A rua não tem as coisas que uma habitação tem que ter. Então, quando há uma ocupação para morar no meio da rua, a gente tem que mudar é a rua! A rua tem que ter cama, proteção do vento, banheiro, armário pra guardar as coisas. “Ah, mas tem até cachorro!”. As pessoas querem ter cachorro, então tem que ter o lugar pro cachorro.

Normalmente as situações impostas pela cidade contemporânea dividem os seres humanos naqueles que fazem a ocupação do bem e aqueles que fazem a ocupação do mal. Nós, arquitetos e urbanistas, nós, aqui na faculdade de arquitetura devemos repelir isto. Os seres humanos e as outras formas de vida... por que é muito interessante isso, quando se fala em qualidade de vida, a gente pensa nas pessoas. Existe um livro chamado “Cidade para as pessoas”. Eu preferia que o livro se chamasse “Cidade para a vida”, porque existem as minhocas, as formigas, os cachorros, os cavalos, as vacas. Agora, nesse momento, hoje, devem ter ocorrido milhares de assassinatos! Milhares de assassinatos. Impunes! Impunes! Desgraçadamente impunes! Muito mais do que na guerra! De vacas! E as pessoas, além de torturar e assassinar as vacas, vão comer elas depois. É uma coisa terrível! E as galinhas, nos aviários? Que tem o dia artificializado, as horas do dia são modificadas pra botar ovo... apaga a luz... acende a luz... apaga a luz... acende a luz. Então as galinhas estão sendo torturadas, agora nesse momento, porque a forma de ocupação do território das galinhas não é aquela do aviário! A forma de vida das vacas não é aquela dos matadouros. Então quando a forma de vida dos seres humanos é achincalhada e as pessoas são condenadas: “Este ocupou o que não é seu!”, é mais ou menos o que nós fazemos com as outras formas de vida.

Assim os problemas da cidade contemporânea passam por uma complicação atrapalhada em que uns têm direito a algumas coisas e outros não têm. Os que têm, é porque a instituição legitimou a sua forma de ocupação, e deslegitimou, automaticamente, as outras, como uma maneira de concentrar benefícios e concentrar dinheiro nas mãos de determinados grupos. Nós, da faculdade de arquitetura, temos que repelir isso, porque a ocupação do solo, dos espaços públicos e a mobilidade deveria ser igual para todas as formas de vida.

E mais, existem componentes do nosso planeta que não têm vida biológica, como é o caso das águas. A água é fonte de vida, mas a água em si, ela não tem a mesma forma de vida de um pássaro. A água em si, é um mineral, e carrega outros minerais. Então também tem isso. Como é que as águas ocupam o solo? Aqui em Pelotas mesmo,

tiraram a água do leite natural e botaram num leite artificial perto da rodoviária. Depois todo mundo reclama que as coisas não funcionam, que enche d’água e que alaga. É lógico! A forma de ocupação do solo que nós temos não respeita a forma natural das águas ocuparem o solo, assim como não respeita a forma natural do homem ocupar a cidade. A forma natural do homem ocupar a cidade é: ele tem que comer, beber, fazer sexo, estudar, se relacionar com as outras pessoas. Como é que um morador de rua faz sexo? É um problema né? Não há privacidade. Então nós enfrentamos uma série de dificuldades em função de uma concepção estereotipada, baseada num processo de acumulação de riquezas na mão de meia-dúzia. E nós na faculdade de arquitetura temos que estar atentos.

“Que horror, dormem debaixo de marquises!”. Sim, mas é melhor debaixo da marquise que fora da marquise. Aí alguns bancos em São Paulo colocaram chuveiros nas marquises. Chuveiros das marquises. Pra que quando os pobres se deitassem ali “xum!”, caia aquele aguaceiro e o pessoal tinha que ir embora. É uma coisa gravíssima, é uma forma de ocupação do solo terrível, que impede que as pessoas usem a marquise do banco.

Então, não só a minha experiência, mas a minha reflexão sobre a nossa competência profissional, sobre o nosso papel em relação à cidade contemporânea, me faz ver esse tema criticamente, de modo que nós tenhamos que, pra início de conversa, legitimar todas as formas de ocupação, e passarmos a relacionar as demandas das pessoas, suas necessidades, seus desejos, suas intenções de futuro, de presente né? E adaptar e ajustar a cidade à essas demandas.

Gustavo: Tens algo mais a acrescentar sobre essa dualidade de dinâmicas em torno da palavra “ocupação” na cidade, principalmente do ponto de vista social?

Maurício: Buenas, é mais ou menos o que falei não é? Eu acho que aqui esta segunda pergunta está mais ou menos respondida. Agora, eu acho interessante, às vezes, essas brincadeiras com as palavras: “ocupa-ação”! Ocupação! Então se nós separarmos o “ocupa” e o “ação”, do ponto de vista social, a gente tratou do “ocupa”, na fala anterior. Mas e da ação? Qual é o papel de uma faculdade de arquitetura? Quem são nossos parceiros? Que tipo de ação nós vamos ter? Que tipo de reação nós teremos quando encontrarmos os moradores de rua em Porto Alegre, morando debaixo do viaduto? Uma “ação” é colocar um monte de pontas de aço e pedras de ponta e coisas horríveis pra expurgar as pessoas dali, não é? Outra “ação” é nós vermos: como nós podemos receber as pessoas melhor debaixo de um viaduto! O viaduto é que tá mal, não são as pessoas, eu volto a insistir nisso!

Gustavo: Finalmente, na cidade de Pelotas, qual a situação dos diversos tipos de ocupação anteriormente abordados?

Maurício: Olha, Pelotas é uma cidade que se formou na base da especulação imobiliária! Como muitos de nós sabemos, Pelotas não tem aquela formação clássica da cidade de fronteira, onde a praça central tem a matriz da igreja central... a principal igreja na principal praça. Nós temos a principal igreja numa pracinha, e uma “praçona”, um “pração maior” sem a igreja. Por quê? Por que houve um golpe imobiliário entre 1815 e 1835. Com a quase chegada na Revolução Farroupilha, os “cara” deram um jeito de transferir o centro da cidade e ocupar o 2º loteamento, porque no 1º loteamento já haviam negros livres, trabalhadores europeus pobres e lotes pequenos. E a igreja, a Catedral Metropolitana de Pelotas sendo feita... então o pessoal pensou “bom, vamos fazer uma praça maior! Vamos dar um terreno pra Mitra, pra fazer uma igreja nova que é aonde está o edifício inacabado aquele que a Mitra vendeu pra pegar uma grana depois. Ah, mais o mercado, mais a prefeitura, câmara de vereadores, biblioteca, hotel

e os nosso casarões, bem grandes e bem bonitos na volta de tudo isso.

Então, esse foi o modo de ocupação. A história da cidade de Pelotas está vinculada a essa ocupação: "Porque ocuparam de um modo, nós ocupamos de outro! Como não quero conviver com os pobres, crio uma cidade nova em 1835!" Esse processo de exploração do solo que muitos chamam de "gigolô de casa". Em Pelotas a profissão principal é de gigolô, que explora alguma coisa em seu nome. E isto que se explora é o solo! Então se explora as casas, as sociedades...

Na cidade de Pelotas, nós temos um acirramento desses problemas que é fortemente disfarçado. Pelotas é uma cidade xadrez, de tecido xadrez. No centro! Pelotas é uma cidade que tem patrimônio histórico. No centro! Pelotas é uma cidade que tem pavimentação e esgoto. No centro! Pelotas é uma cidade que... no centro!

Assim nós temos uma ocupação do centro pelas classes dominantes insuportável. Insuportável! Nós fizemos um projeto há anos atrás aqui na FAUrb que era de reutilizar o os prédios abandonados pela classe dominante e ocupá-los com habitação de baixa renda, reapropriando e ressignificando o centro da cidade.

Na Colômbia, com essas mudanças que aconteceram, depois do combate ao narcotráfico e tudo isso, apareceu uma frase bem interessante de arquitetos: "*Para los pobres, lo mejor!*"... "Ah nós vamo fazê um projeto aqui pros pobre, então vamo fazê de qualquer jeito, afinal de contas, são pobres!". Errado: "*Para los pobres, lo mejor!*". Se isto fosse verdade, e se o centro da cidade é melhor, então nós vamos colocar os pobres no centro da cidade e ocupá-la, e se não tiver terreno privado, vamos ocupar o meio da rua.

E é isso que nós arquitetos devemos pensar quando vemos a cidade movimentada e ocupada pelas pessoas. Elas estão no meio da rua porque não tem lugar privado pra ficarem! Se tivesse ficariam... num belo apartamento com ar condicionado e piscina... iriam! Então as pessoas vão e ficam como estão porque o modo de ocupação do território historicamente a excluiu de benefícios e de facilidades. Esse é o pensamento que o arquiteto tem que ter: crítico! Com olhar aguçado, que não se deixa enganar por papel e ocupação historicamente produzida, apropriação indébita daquilo que é bom na cidade!

Gustavo: Muito obrigado Maurício, por compartilhar conosco o teu conhecimento, experiência e reflexão!

A BUSCA DO “GA” OU “YVY” NA INSERÇÃO NO MUNDO NÃO ÍNDIO DOS KAINGANG E GUARANI NO CONTEXTO DE PELOTAS

Cláudio Baptista Carle¹

Resumo

Ga é terra em Kaingang, *Yvy* é terra em Guarani, estes uno-múltiplos constituem e inserem a questão territorial dos dois mundos míticos indígenas no universo do conflito pelo espaço, no município de Pelotas. *Ga* como espaço kaingang assim como *Yvy* para os Guarani (ou o lugar de viver -o tekoha) constituem o *kafy* - a vida dos Kaingang, *Tekó Porã* o bem viver Guarani. Sem o lugar de viver não há vida, assim se mostra a mítica indígena atual em Pelotas. O lugar da cidade é um lugar de conflito, não separado da mítica da vida. Os dois grupos estão hoje em contato direto com o espaço físico não-índio da cidade de Pelotas, em trajetória temporal de inserção em espaço rural, concedido ou ocupado, que lhes assegura em parte as formas de viver tradicionais, mas que é marcado pelo conflito instalado a mais de 400 anos na região.

Palavras-chave: Guarani, Kaingang, Pelotas.

Abstract

Ga means land in *Kaingang*, *Yvy* means land in *Guarani*, this ones constitute and insert the territorial issue of both autochthon's mythical worlds in the universe of the space conflict in Pelotas. *Ga* as an *Kaingang* people space and *Yvy* for the *Guarani* people (or a land to live – the tekoha) make part of the *kafy*- the *Kaingang* people life, *Tekó Porã* the *Guarani* well living . Without this place to live, there is no life and by this way is presented the current autochthon myth in Pelotas. The city's place is an conflict place which is not apart of the life's myth. Both groups are currently in direct contact with the non-autochthon's physical space of Pelotas, in a temporal trajectory of rural area's insertion, given or occupied, which ensures them , in part, the traditional ways of living that is featured by the installed conflict in the area since more than 400 years.

Keywords: *Guarani*, *Kaingang*, Pelotas.

A busca do “Ga” ou “Yvy” na inserção no mundo não índio dos Kaingang e Guarani no contexto de Pelotas

A escrita deste texto foi instigada pelo estudo dos conflitos na cidade de Pelotas. Quando apresentei o resumo me inquiriram se usaria o termo indígena ou índio para me referir aos respectivos entes de meu discorrer iconoclástico. Na realidade tanto faz, nada é mais certo ou errado, pois sabemos que estes não se identificam assim entre eles, somos nós que o identificamos por uma ou outra idéia ética sobre eles. O conceito equivocado histórico de Colombo (SOUZA, 1999), da caracterização dos nativos, se tornou veículo de identidade assumida na boca de descendentes dos autóctones americanos. Os próprios termos que pensávamos ênicos, como Guarani e Kaingang, são uma construção na fronteira. Uma deturpação ética que transforma em seres com “penas e tangas”, nas escolas ocidentais, em representações ao “19 de abril”. Os processos sociais “pós-construcionistas” (MAUSS, 1989) que envolvem estes fazeres ainda não propiciam interação, mas construção do outro pela cultura. Sei como isso ocorre em minha cultura, mas não tenho, e parece que minha cultura não quer saber, como isso ocorre na cultura deles. Estamos imbuídos de um sociocentrismo (SOUZA, 1994).

Não tenho como escrever como um deles, pois não sou, só posso escrever minhas impressões, o que não afeta de forma alguma as impressões que eles tem sobre seu mundo, que não é o nosso. O Imaginário deles é outro e não temos como atingi-lo se não nos transformamos em um deles. Falarei dos Guarani, que na língua original quer dizer guerreiro (MONTROYA, 1639, p. 280), e Kaingangs, que é uma palavra sem sentido original entre estes, mas uma forma de serem chamados pelos Guarani, como índios selvagens (MONTROYA, 1639), mas mesmo que os compreenda assim é evidente que os compreenda por minha Bacia Semântica (DURAND, 1997).

O *Ga* é terra em Kaingang, o *Yvy* é terra em Guarani, estes uno-múltiplos que constituem e inserem a questão territorial dos dois mundos míticos no universo do conflito pelo espaço no município de Pelotas, mais especificamente pela cidade. *Ga* como espaço Kaingang assim como *Yvy* para os Guarani constituem o *kafy*, a vida dos Kaingang, e a forma de viver, o tekoha Guarani. Sem o lugar de viver não há vida assim se mostra a mítica indígena atual em Pelotas. O lugar da cidade na interação da vida indígena e seu contexto mítico é um lugar de conflito mítico que não está separado da realidade vivida. Realidade esta que é marcada pela mítica e trajeto vivido pelas duas sociedades autóctones.

O acompanhamento deste processo resulta de levantamento etnográfico insipiente, efetuados por mim da etnia Kaingang e Guarani em Pelotas, aprendizado que obtive no acompanhamento do Professor Doutor José Otávio Catafesto de Souza, em inúmeros trabalhos de campo, cuja vasta obra pericial nos é guia e me possibilita acompanhar esta interação na cidade.

Os Kaingang, grupo étnico de fala Jê, é uma população, dentre as mais numerosas do sul do Brasil. Este grupo está em relevante momento de sua histórica, pois reivindicam a posse de terras e o direito sobre os seus territórios, revalorizando elementos tradicionais de sua cultura. Estudam sua cultura como um todo, língua, rituais, mitos e tudo mais nos espaços escolares específicos. O que ainda não existe em Pelotas, mas há nas velhas aldeias ao norte do Estado. Inseridos no contexto da sociedade regional, com muitas eliminações físicas e étnicas, hoje reivindicam a proteção legal do Estado. A resistência articula os mecanismos de diluição na sociedade nacional, engendrando caminhos contra a expropriação da sua terra. Hoje esta sociedade, como dantes, migra entre as remodelações dos não-índios na perspectiva de manutenção do seu modelo de vida e na interlocução com a sociedade que se pretende envolvente. A perspectiva

¹ Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1989), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993) e Doutorado Internacional em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Arqueologia e Antropologia, com ênfase nos seguintes temas: imaginário, arqueologia, etno-arqueologia, história, educação, educação popular, missões, quilombos e charqueadas, grupos caçadores-coletores e horticultores.

migratória desde sempre construiu parte dos sistemas viários, disponibilizados hoje pelos não-índios, seus pontos de parada e comercialização, hoje praticada para manter-se viva, no que antes era uma forma de relação entre os grupos, na perspectiva da aliança ou nos tratados de não agressão, durante as viagens empreendidas.

Hoje permanecem próximas as rodovias e aos trevos das estradas no sentido de perpetuar sua cultura, nos aspectos nômades, e revitalizar sua existência com a confecção e venda de artesanato. Assim é que um contingente de Kaingang vindos de Chapecó chegam a Pelotas e se estabelecem na próxima a Rodovia em 2016.

A resistência cultural e física desta sociedade, enquanto “patrimônio”² vivo, teve sua indicação ao envolvente, quando constitucionalmente deliberou que seria assegurada pelos estados e municípios, além da instância federal, apoiar este exercício de mantê-los vivos. A administração pública em destaque a Câmara dos Vereadores viu-se compelida a dar destino ao grupo que lá se instalara em 2016, e em reuniões com o esforço de instituições e pessoas ligadas aos movimentos sociais, criar uma área para estes. Estava então colocada pelo executivo municipal três áreas para este escolherem: uma junto à praia, área plana repleta de mato, sobre uma antiga ocupação Guarani, comprovada pelo sítio arqueológico que a forma, o Camping Municipal na Praia do Laranjal; a outra área era um vasto campo semi alagado, próximo a um aglomerado urbano do proletariado de Pelotas, e muito próximo de um acampamento militar; e a outra, a escolhida, nas encostas baixas da subida da serra dos Tape, antigo caminho indígena, cabe lembrar que “tape” em Guarani quer dizer caminho, que correspondia a área destinada a horto florestal, na Colônia Santa Eulália, 7º Distrito de Pelotas.

O Rio Grande do Sul, principalmente nos municípios de Passo Fundo, Erechim e Lagoa Vermelha, José Otávio desenvolveu pesquisas com o intuito de fundamentar laudos periciais de afirmação das terras indígenas, possibilitaram identificar, em pesquisa de campo, dados para a Regularização das Terras Indígenas Kaingang de Monte Caseros e Ventarra³.

O Kaingang e outros linguisticamente aparentados na região e na bacia oriental do Rio da Prata (MÉTRAUX, 1946; MELIÁ, 1983), estão inseridos naquilo que Souza (1994), ao compreende, como a situação destes povos originários⁴ “um problema social no Brasil contemporâneo”. Assim como meu mestre José Otávio, o aprofundamento na discussão da problemática sobre “os povos originários” é fruto de antagonismos entre teorias e ações empíricas diversas. A ciência iconoclasta (DURAND, 1997) é incapaz de atingir o âmago do problema social, pois em verdade transforma-se em disputas conceituais e não em caminhos de sustentação física destes indivíduos.

As disputas acadêmicas tentam dar conta de dados advindos da realidade social sulbrasileira, enfatizando as relações observadas empiricamente entre os Guarani e os Kaingang e os demais brasileiros que com eles convivem direta ou indiretamente, dos dados e não dar conta dos problemas.

Os dois grupos transformados pelos não-índios, no imaginário coletivo (DURAND, 1997), em entes completamente transfigurados, suprimidos de sua existência concreta

2 A palavra patrimônio encontrasse destacada por ser entendida como uma palavra ocidentalizada ao extremo, pois evoca a figura do pai (masculina) como detentor da herança e que passa de para o filho homem, sistema construído por uma sociedade masculinizada e discriminatória.

3 Conforme estabelecem o Decreto-lei número 22/91, o processo administrativo específico da Fundação Nacional do Índio e a Portaria número 352/PRES/95/FUNAI.

4 Cabe lembrar que toda estas formas de abordar os Kaingang e os Guarani, mesmo estes dois nomes, são formas éticas e não êmicas, pois são produções sobre eles e não por eles.

e efetiva (SOUZA, 1994), objeto de uma “domesticação simbólica” que os transformam em uma personagem mítica e lendária (BELTRÃO, 1977; SILVA, 1987), que não se aparentam em nada os atuais descendentes do sul do Brasil. Sousa (1994) acredita que foram transformados em “personagens totêmicos”, “criações simbólicas de nossa sociedade” que os colocam em grupos “raciais”, “culturais”, folclóricos e formadores da sociedade brasileira (ORTIZ, 1985). Aqui está um problema que se aponta importante para os conflitos, pois são considerados ingênuos, incapazes, devendo ser tutelados, matriz advinda do Estatuto do Índio, 1970, que os previa desta forma, mas que pode ser anterior, a Lubbock (“A origem da civilização e a condição primitiva do homem”) que coloca o nativo americano, como incapaz de se desenvolver intelectualmente (apud Trigger, 2004:143).

A imagem popular (SOUZA, 1999) do nativo “puro e bom, nu em meio à natureza” em contraste com a atual fase de organização do movimento no sul do Brasil, onde munidos de profundos traços originários e manipulando com eficiência estratégias políticas adotadas a partir do contato, com a sociedade envolvente, reivindicam cada vez mais enfaticamente seus direitos sobre a terra e pela manutenção de suas tradições culturais.

Há um descompasso entre estas duas formas de ver os processos, um não-índio que o entende como ingênuo e um descendente dos povos originários que domina as formas políticas atuais, num nível de sofisticação que não é minimamente manejado pela academia, ou pela sociedade envolvente, mas que tem servido aos grupos em suas estratégias de ocupação territorial.

Os fatores de ordens biológica, tecnológica, econômica, ideológica e militar (RIBEIRO, 1978), buscaram submeter os nativos à “dominação civilizatória” (SOUZA, 1999), e a academia tenta acusar esta dominação como tendo sido realizada através do genocídio e do etnocídio ameríndio (CLASTRES, 1982), processo presente, que faz cada vez mais os Kaingang e Guarani rearticularem seus sistemas de embates com a sociedade envolvente.

Souza (1999) debate-se entre o enfoque “objetivista” (BEST, 1989, 1990; MAUSS, 1989; SCHNEIDER, 1993), supondo que tais enfrentamentos, genocídios e etnocídios constituam uma realidade concreta independente da dimensão simbólica que está na sua raiz, e o enfoque dos interacionistas simbólicos (cf. HAGUETTE, 1990; PETRAS & REYNOLDS, 1975; BLUMER, 1971), onde não há como trabalhar temas sociais sem entendê-los como resultantes necessárias de produções simbólicas, coletiva e individuais, dos atores em interação mais ou menos imediata. Tudo isso é um grande resumo do entendimento do colonizador ainda em ação sobre os povos originários.

Os grupos humanos produzem imagens (DURAND, 1997) símbolos constantemente invocados na interrelação pessoal, e são tais imagens que permitem se posicionar no jogo social instituído entre elas, ao longo do processo, da sua *intenção* frente aos outros e ao que se supõe sejam as suas *intenções* (SOUZA, 1994).

A qualidade dos gestos que torna possível interpretá-los do ponto de vista simbólico, pois há um sentido comum (MAFFESOLI, 1998) compartilhado em cada ato (SOUZA, 1999). Gestos “símbolos significantes” (SOUZA, 1994) são possíveis de ver continuamente na penetração e colocação constante dos Guarani e dos Kaingang nos espaços centrais da cidade de Pelotas. Aparecem nas esquinas sentados ou com barracas armadas vendendo seu artesanato, onde marcam suas semelhanças e mais precisamente suas diferenças. O Kaingang apresenta seu arco onde escreve Kaingang, o Guarani mais sutil apresenta seu cesto com os grafismos tradicionais, o Guarani sentado sob o solo (calçada) o Kaingang sob bancos ou cadeiras, a gestualidade simbólica do artesanato grita frente aos olhos iconoclastas que não percebem a imagem dos que

se representam vivamente. Os comportamentos deveriam ser reconhecíveis, mas não são, pois vivemos o mundo de fuga das imagens, pois os gestos para nós passam a dizer pouco, vivemos o mundo das letras, das mensagens grafadas das fugas para o hiperespaço.

Os enfrentamentos populacionais e culturais na América pós-colonial são extremados pelos processos de identificação e onde um grupo se reconhece em diferença à posição de outros grupos, subjetivas fronteiras simbólicas entre populações, que se tornam objetivas por imagens norteadoras de gestos observáveis e em interação.

É muito interessante seguir esta discussão no campo conceitual, mas em realidade devemos atingir o fato, cerne da proposta deste texto. É importante salientar que Terra para nós, não-Kaingang ou não-Guarani, neste caso, é algo cada vez menos interessante, enquanto forma. Em 1993, em São Miguel das Missões, um Mbya Guarani (M'bya: gente - MONTOYA, 1639, p. 444) chamado José Acosta, construía próximo a antiga fonte missioneira, preservada pelo nosso "patrimônio", uma Opy, Casa de Reza. Na manhã daquele dia havia recebido de presente da esposa do arquiteto federal uma camisa branca nova. A mesma estava sendo utilizada pelo Mbya, durante a construção da casa, questionado então pela doadora de que ao utilizá-la poderia estar sujando a camisa este respondeu: "a terra não suja a gente, a gente que suja a terra". A beleza da resposta não está no sentido ecológico que poderíamos assumir pela proposta, mas sim na forma de compreendê-la. A terra constrói a casa de Reza, como poderia ser algo sujo, é um dos caminhos tomados na Bacia Semântica dos Guarani (DURAND, 1997).

Na nossa cultura o que pode ser a terra então, para Xenófanos (séc.IV a.C.), filósofo grego, nascido em Cólofon, Asia Menor, e fundador da escola eleática (de Eléia, Sul da Itália), nos diz como ocidentais que a substância primitiva e fundamento de tudo é a terra, "pois tudo sai da terra e volta à terra", os próprios humanos (húmus) nascem da terra, de certa forma combate o antropomorfismo (JAPIASSU e MARCONDES, 2001, p. 195). Mas em realidade o que sustenta o pensamento ocidental é este antropomorfismo, de Santo Agostinho (DIAS, 2012).

Na compreensão Kaingang da terra, o Ga, é o ponto de intersecção entre os entes criadores e os criados. Ibarra Grasso (1997: 102-105) falando de Kaingang de Ivai e Faxinal, lebra a fala de uma sábia idosa Kaingang, chamada "Carula" indica que eles vieram com a velha, que nunca morre, que saiu de um buraco, na terra.

Essa velha (IBARRA GRASSO, 1997, 105) conta também, junto com seu genro "Victorino", que "Topé", divindade criadora, fez todas as coisas na terra, todos seres diferentes, e criou o primeiro Kaingang no fim de um dia, chamado de "Kamē", que não vê a noite, e cria também "Kayurukré" na luz do luar, e vê a noite. Na terra (Ga), e devem respeito de ambas as partes tanto do "Kamē" como "Kayurukré". Contam que foram criados em par, todos os seres, mesmo "Kamē" e "Kayurukré", macho e fêmea, e cada um ofereceu sua irmã ao outro e se casaram. Vieram os filhos e resolveram cantar e dançar imitando os animais. Um dia choveu muito e nadaram até a serra de "Krinjijnbé", mas cansados se afogam, suas almas foram morar no centro da terra, mas depois do dilúvio, abrem caminho com muito trabalho e saem por aqueles buracos da criação. São heróis dessa saga "Kañeru" e "Kamé", que cada qual, "con muchos hombres e mujeres de su grupo, salieron de los agujeros de la tierra, localizados en los "Krinxy", o sea las Montañas Negras" de Guarapuava (IBARRA GRASSO, 1997: 106). Uma noite um "Kayurukré" saiu e levou muito tempo para voltar morrendo ao dia, "Kamē" o enterra para que os animais não o comam, canta e dança para o "Topé", para que seu espírito pudessem descansar. Um "Kamē" ficou junto ao enterro para esperar a noite e avisar os outros da morte daquele "Kayurukré". Mas morreu também na noite,

foi enterrado pelos "Kayurukré", que também dançaram e cantaram por ele. Surgiu dessa forma o ritual do "putpuj" ou "Kiki" (Rosa, 2011). Assim a terra é geradora e protetora dos vivos e dos mortos e este é um dos sentidos de sua perpetuação entre os Kaingang.

Nos conta Souza (1994) que a "Carta Régia" assinada por D. João em 5 de novembro de 1808 e dirigida ao Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, trata da "agressão" promovida por "Bugres" (Botocudos ou *Xokleng*) aos colonizadores do Planalto Sulbrasileiro, nas campos de "Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay", ele diz serem "infestados pelos Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietário", que estes Bugres matam da "Vila da Faxina até a Villa das Lages" (SANTOS, 1978:19, apud SOUZA, 1994: 28). O documento revela o século XIX na relação com os Kaingang, tornando a máxima à frase "índio bom é índio morto", mobilizando as "forças paramilitares oficiais (Companhia de Pedestres) e particulares (tropas de Bugreiros)"(SOUZA, 1994:28), defendido por Hermann Von Ihering, alemão que durante 22 anos foi diretor do Museu Paulista. Este dizia que os "índios do Estado de São Paulo" não representavam "trabalho e de progresso", assim como nos outros "Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado" do que ele chamava de "índios civilizados". Afirmava diretamente que os Kaingang eram "um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio" (VON ILHERING, 1907:215, apud SOUZA, 1994: 29).

A Constituição de 1988 garantiu importantes direitos aos Kaingang e Guarani na ocupação definitiva de seus territórios tradicionais, com a mobilização do UNI - União das Nações Indígenas e regionalmente a UNI-SUL, antropólogos dentro e fora do Brasil, membros de universidades, Organizações Não-Governamentais, instituições religiosas como o Conselho Indigenista Missionário e outras (SOUZA, 1994) atuavam também neste sentido, que levou recentemente a uma CPI na Câmara de Deputados Federais no sentido de propor punição a estes agentes de interação com os povos autóctones como promotores de inverdades. A mácula anterior marca a relação destes povos com os não-índios. Os Kaingang passam a exigir reintegração do que lhes é de direito pleno, mesmo que mais de meio século depois (DIETRICH, 1995).

No Estado do Rio Grande do Sul (SOUZA, 1994) há um completo desconhecimento pela sociedade regional, de que existam descendentes diretos dos antigos Guarani da época das Missões Jesuíticas que existiram na região até o século XVIII, responsáveis pela construção dos povoados urbanos que hoje são cultuados como Patrimônios do Estado, da Nação e da Humanidade (São Miguel, reconhecido pela UNESCO). Este processo de missionarização e depois da sua derrocada o retorno aos solos de origem, no Paraguai e em toda a área do Rio da Prata, consolida sua perpetuação de forma diferente da dos Kaingang já referida.

A perspectiva antropológica da *fricção interétnica* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976), formulada no estudo das diversas populações nativas do passado e do presente, contra as frentes de expansão nacional geraram situações contínuas de oposição e conflito. Agiram como etnocidas (CLASTRES, 1982), que talvez sentissem orgulho do trabalho feito em proveito das elites regionais (PESAVENTO, 1980). A "migalha de terra" se comparada à vasta dimensão outrora (séculos XVIII e XIX) ocupada pelas famílias lideradas pelos antigos líderes Kaingang (D'ANGELIS, 1984; SIMONIAN, 1994; VALADÃO, 1994; BECKER, 1976).

A antropologia jurídica (SHIRLEY, 1987), vê o descompasso entre as tradições consuetudinárias dos Kaingang e Guarani e as nossas regras jurídicas perpetuadas

pela escrita e interpretadas legitimamente por especialistas no direito, fulgurante iconoclastia (DURAND, 1997). A Lei de Terras rejeitou o direito consuetudinária (CUNHA, 1992) de Ga e Yvy. Usurpação contínua e redução radical dos seus territórios inicialmente reconhecidos no RS, desde meados do século XIX e século XX (SOUZA, 1991, 1993, 1994; SILVA e NOELLI, 1994; RIOGRANDINO DA COSTA e SILVA, 1968; SPONCHIADO, 1994; PREZIA, 1994; MABILDE, 1983; D'ANGELIS, 1983; WERNER, 1984).

Os Guarani apresentados pelos nossos argumentos interpretativos (Geertz, 1989; Durand, 1997) tem na religião o traço mais marcante do pensamento verbalizado dentro e fora da situação de investigação (SOUZA, 1994; SCHADEN, 1974; MELIÁ:1989, CLASTRES, 1978). A esfera profética, discursiva oralmente, da cosmologia Guarani é descrito de forma similar à noção cristã de “meu reino não é deste mundo” (SOUZA, 1994). A cosmologia na vida social e mental é um traço antropológico (DURAND, 1997), reconhecido entre diversos grupos de fala Tupi-Guarani nas terras baixas da América do Sul, efetiva resistência cultural, mesmo na diversidade de tipos de organização social encontrados nos grupos dessa família lingüística (VIVEIROS DE CASTRO, 1986; SOUZA, 1994).

A sobrevivência dentro da dominação da sociedade nacional envolvente, na rearticulação interna das influências cristãs ressignificadas durante catequese no período colonial nas Missões Jesuíticas (MONTROYA, 1985). Os Guarani apresentam muitas versões se desviando do finalismo cristão (SOUZA, 1994), onde a morte pode ser ultrapassada “sem morrer”, e o corpo sai da mundo, ou na reencarnação. Há uma comunicação constante dos espíritos que povoam e transitam neste mundo. Schaden (1974:110) identifica que “a comunhão perene entre este mundo e o Além, que para a mentalidade Guarani constitui um todo indissolúvel”.

O mundo Guarani apresenta uma natureza espiritualizada o vivo nasce com o “ayvucué”, “ay” ou “ang” que é alma, “vu” que significa brotar, “cué” forma do pretérito, “ayvu” significa também ruído, e assim “ayvucué” significa o “sopro brotado (da boca)” (NIMUENDAJU, 1987, 29), mas pouco depois do nascimento vem juntar-se a alma humana um novo elemento o “acyiguá”, “acy” que é dor ou violência, é a alma animal; é a calma e o desassossego formando a alma do nascido (NIMUENDAJU, 1987, 33-34). Para os Mbya, segundo Souza (1994), uma das almas de cada morto é o *atsýyguá*, ligada sempre à índole atribuída aos diversos animais existentes e que ronda ao lado do espírito de entidades como o “Arco-da-Velha”, as árvores, a terra, a água e o sol, a espreita de qualquer descuido para se apossar da alma dos vivos, tornando-se uma espécie de alma agregada. As entidades espirituais benévolas do mundo são conectadas pelo sonho, pelas rezas “individuais” e pelo êxtase religioso. Considerar esta ligação com a entidade sempre viva da terra, que se expressa através do mato onde o animal e planta está, caracteriza aquilo que afirmam que sua divindade principal e criadora “Ñanderu”, que encaminhou “Ñandevuruçú”, o qual carrega um sol em seu peito, e veio ao mundo com a eterna cruz de madeira, que colocou para sustentar o mundo (NIMUENDAJU, 1987, 143). Poderia seguir a história de criação do mundo, e poderíamos nos deleitar com toda a nobreza dos Guarani, no seu universo de pensamento. Cabe no entanto entender como se defrontam com este nosso mundo ocidental.

A vivência Guarani integra dois mundos, os sonhos brotam do outro mundo, no universo dos espíritos, na consciência dos deste mundo (SOUZA, 1994; NIMUENDAJU, 1987). Os Guarani estimulam o “não-consciente” (na nossa perspectiva que não é a deles, onde estão os sonhos) da “natureza animal”, para submeter e suprimir. Nós escondemos os sonhos, entendidos como não-consciente, identificando como ilusão e fantasia humana.

Chamados de “indolentes” e “imprevidentes” (SOUZA, 1990), sem ou “contra o Estado” (CLASTRES, 1978), são evidentemente não afeitos ao espaço urbano, mas tendo que sobreviver nele. Seu mundo é o mundo da floresta onde se desenvolve a as noções de alma onde esta é (*ayvú*) da criança enviada por *Ñanderúvutsú*, possíveis reencarnação de mortos, contatados através do sonho e do outro mundo “que para a mentalidade Guarani constitui, um todo indissolúvel” (SCHADEN, 1974:110). A mesma se faz “um entre (um ente-dois), não um ente” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986:118) que é o sentido de existir tanto neste como no outro mundo.

Os Mbyá-Guarani, grupo em destaque nesta reflexão “continuam vagando através das estradas e isolados em áreas quase inacessíveis, sem aceitarem assumir a condição de proletários em nossa cultura” (SOUZA, 1994), preferem continuar vivendo à margem de nossas normas instituídas, na crença de que em breve os Deuses provocarão o fim do mundo e só eles estarão preparados para enfrentar tal advento, que também demarcará o fim da absurda (para eles) sociedade dos brancos (SOUZA, 1994).

Introduzidos nas perspectivas hermenêuticas constitutivas destes dois grupos existentes e em conflito com o espaço da cidade de Pelotas, cabe relatar como esta interação se desenvolve. Os Guarani arqueologicamente estão reconhecidos na região, em discussão se são guarani ou guaranizados, marcaram o território, hoje da cidade e área rural de Pelotas, com seus artefatos. Inúmeros “sítios Guarani” foram localizados na região. Os Kaingang estão mais relacionados aos relatos feitos pelos ocupantes europeus que indicam a presença dos Bugres, termo que os caracterizaram no período imperial e republicano, na busca de interação com os vilarejos, principalmente do porto de Rio Grande (ARQUIVO, 1990). A serra dos Tape, termo que indica caminho na língua Tupi, era o veio de aproximação destes grupos Guarani e Kangang, no passado, e hoje é o lugar de ocupação efetiva deles.

Os Guarani se consolidam recentemente na região no aldeamento do Kapi'i Ovy (Capim Verde), criado a partir da interferência de um padre na Colônia Maciel, este lugar tem vários tempos e contratempos, mas perpetua a idéia da ocupação florestal básica aos Mbya. O lugar foi abandonado em 2004, quando visitei pela primeira vez a área, não por vontade de seus ocupantes, mas por interferência do governo municipal que colocou as famílias em uma Kombi e os levou para a BR 116, junto a outros Mbya, que lá estavam.

Acompanhando o etnógrafo do Museu Antropológico me foi possível identificar e fotografar todo o sistema da aldeia abandonada, das áreas de plantio, das áreas de caça, moradia e ritualística. A dinâmica atual é outra quando refiz uma visita em início de 2017, sendo que ocupada por uma família, a vegetação já densificada, recriava um ambiente de floresta que concretiza seu mundo em revelação. Parte do grupo partiu para uma nova aldeia criada por decreto no município vizinho, mas que possibilita de forma mais amplificada rearticular seu mundo e, portanto, o Yvy.

A cidade é a negação do mundo, do Yvy, do Guarani, e ele a visita, como se visitasse a terra em queda, como nos ensinamentos sobre a criação e destruição do mundo (NIMUENDAJU, 1984). É como estar sentado sobre o mundo em desabamento. Não há possibilidades do sonho na cidade, não possibilidades de viver na cidade, ela não está para a vida. Mas é nela que parte de sua subsistência se torna possível, mas é como, em analogia, visitar ao inferno dos Gregos. Não como ter o nascimento juntando a alma humana ao “acyiguá” (NIMUENDAJU, 1987, 33-34). Os Mbya serão compelidos perder a relação com o *atsýyguá*, (ligação aos animais), que podem se apossar das almas deles, pelos descuidos que a cidade provoca, ou pior, não se acercar deles perdendo a alma agregada. É uma excrescência, coisa que desequilibra a harmonia de um todo, do próprio mundo. Assim não há como constituir o teko, lugar de viver, e nem

o tekohá, a forma de vida dos Mbya na cidade. Sendo sempre um espaço passageiro.

Os Kaingang em particular aprenderam, por tanta desconstituição e descontinuação, no seu ser, revigorar a cidade como um espaço, do outro, daquele que não é o eu, um “Ga” de outro, então um “Ga” sem sonho do Kaingang. Pode eventualmente ser “Kamê” e “Kayurukré”, pois a interação com o diferente se torna possível na contemporaneidade, mas tem por vezes levado a uma luta constante no seio da Aldeia. Aldeia esta que se fez criar com a presença constante desde o tempo do império, mas com o advento do Estatuto do Índio e demarcação última da maioria das reservas Kaingang, nos anos de 1970, possibilitaram as saídas azonais dos aldeados para avenda de seu artesanato. Assim em 2015 chegaram a Pelotas junto a Rodoviária um grupo dissidente de sua aldeia mãe em Chapeco. Estes constituíam uma aldeia em migração, buscaram apoio e mesmo receberam sem procurar de grupos políticos locais. Que possibilitaram a formação de uma terra indígena Kaingang, no antigo Horto Floretal de Pelotas, na área da Cascata, acima do arrio Eulália no espaço rural de pelotas. Lugar que escolheram, tendo tido duas outras opções, uma área de campo semi-alagado e uma área beira da praia da Lagoa dos Patos. Incontesti, buscaram área mais escarpada próxima de sua forma original de origem na região serrana do limite entre o rio Grande do Sul e Santa Catarina. A cidade no entanto parece não impossibilitar sua vida e forma de viver, apesar de ser uma mutação abusiva da sua perspectiva de mundo. Assim quiseram e conseguiram obter um espaço rural, mesmo que densamente povoado, por consolidar um mínimo de significação de sua existência, o *kafy*.

Por fim creio ser possível a recriação da cidade para o Kaingang, dentro de seu universo criativo da cosmologia de origem, mas de forma muito instável, mas parece evidente que esta face não se apresenta aos Guarani, que de certa forma não consolidam seu estar na cidade como seu estar na terra.

“Ñandevuruçú veio à terra e falou a *Guyraypotý*:”procure dançar, a terra quer piorar!” Eles dançaram durante três anos, quando ouviram o trovão da destruição. A terra desabava constantemente, a terra desabava pelo oeste. E *Guyraypotý* disse a seus filhos: “vamos! O trovão da destruição causa temor.” E eles caminharam, caminharam para leste, para a beira do mar. (NIMUENDAJU, 1987:155 – A destruição do mundo).

Referências bibliográficas

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Os índios d'Aldeia dos Anjos - Gravataí - Século XVIII*. Porto Alegre: AHRGS, 1990.

BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1977.

BECKER, Ítala Basile. 1976 - “O índio Kaingang e a colonização alemã”. In: *Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. p.45-71. São Leopoldo.

BECKER, Ítala Basile. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Pesquisas/ Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BELTRÃO, Luiz. *O Índio, um mito brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo. 1992.

D'ANGELIS, Wilmar Rocha. *Toldo Chimbanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi - Regional Sul. 1984.

DIAS, Isabel de Barros - Cartografia, imagologia e mapas antropomórficos [Em linha] : a imagem geográfica como ponto de encontro entre ciência e imaginário. “*Cadernos do CEIL*. Revista Multidisciplinar de Estudos sobre o Imaginário”. ISSN 1647-7715. Nº 2 (2012), p. 46-62.

DIETRICH, Mozar. *Parecer Jurídico*. Passo Fundo: FUNAI. 1995.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, Ed. USP, 1988.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Lisboa: Ed. Presença, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) 1980 - *Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* (adaptado do mapa de Curt Nimuendaju - 1944).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan. 1989.

IBARRA GRASSO, Dick Edgar. *Cosmologia y mitologia indígena americana*. Buenos Aires: Ed. Kier, 1997.

LEAL, Ondina F. (org.). *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1995.

MABILDE, Pierre F.A. Booth - *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa, Brasília: INL/FNPM. 1983.

MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa: Olímpio. 1972.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol.2. São Paulo: EDUSP, 1974.

MELIÀ, Bartomeu - “Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul”. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*. 26: 11-24. 1983.

MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido (ensayos de etnohistoria)*. Assunção: CEADUC. 1986.

MELIÀ, Bartomeu. *Una Nación, dos Culturas*. Asunción: RP Ediciones/CEPAG, 1988

MONTOYA, Antonio Ruiz de (S.J.) *Arte de la lengua guarani (Con los Escolios Anotaciones y Apêndices Del Padre Paulo Restivo – S.J. sacados de los papeles Del Padre Simon Bandini y de otros; em el Pueblo de Santa Marta la Mayor- ano de Nosso Senhor de MDCCXXIV [1724])*.

MONTOYA, Antonio Ruiz de (S.J.). *Tesoro de la lengua guarani*. Madrid (Luán Sánchez), 1639, Ex Libris, José Mindlin.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1985.

NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo:HUCITEC/EDUSP. 1987.

NIMUENDAJU, Curt. "104 mitos indígenas nunca publicados" (introdução de Eduardo Viveiros de Castro). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Minc, pp. 64-112. 1986.

NIMUENDAJÚ, Curt. "Apontamentos sobre os Guarani". Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*. N.S., vol. VIII, pp. 9-57. São Paulo. 1954.

OLIVEIRA, Maria Conceição de, *A etnomedicina e as práticas de cura entre os Kaingáng do P.I. Xapecó*. Projeto de pesquisa (mimeografado)., 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A crise do Indianismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

PREZIA, Benedito. "O Colaboracionismo Kaingang: dos Conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no Século 19" In: PREZIA, Benedito; Veiga, J. et alii. *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimed. p.59-80. 1994.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes. 1970.

ROSA, Rogério Réus G. da "Mitologia e xamanismo nas relações sociais dos Inuit e dos Kaingang" In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 98-122, jul./dez. 2011.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática Experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDENE, 1973.

SANTOS, Sílvio Coelho. *O homem índio sobrevivente do sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.

SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 1989.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SHIRLEY, Robert Weaver. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.

SILVA, Aracy Lopes da. "Há antropologia nos laudos antropológicos? In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 60-66) 1994.

SILVA, Fabíola Andréa & NOELLI, Francisco Silva "Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para etnografia, etno-história e arqueologia" In: *Anais da XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. Niterói:UFRJ. mimeo. 1994.

SIMONIAN, Ligia *Os índios de Ventarra e seus direitos territoriais. Laudo Antropológico*. São Paulo:Centro de Trabalho Indigenista. mimeo.. 1994.

SIMONIAN, Ligia. *Toldo Monte Caseros, RS: Terra de Índios. Laudo Antropológico*. São Paulo:Centro de Trabalho Indigenista. mimeo. 1994.

SOUZA, José O. Catafesto de "Aos fantasmas das brenhas": *etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul. Doutorado em Antropologia Social, Prof Dr. Ari Pedro Oro. Bolsista do(a) CAPES, Brasil, Ciências Humanas, Porto Alegre: UFRGS, 1999

SOUZA, José Otávio Catafesto de "A presença indígena no Quadrante Histórico Patruhense" In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal. 1994.

SOUZA, José Otávio Catafesto de Souza; VENZON, Rodrigo ; DIETRICH, Mozar Artur; ALVAREZ, Glênio da Costa. *Regularização da Terra Indígena de Ventarra. - Município de Erebangó - Rio Grande do Sul - Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar - Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995 - Porto Alegre, setembro de 1995.*

SOUZA, José Otávio Catafesto de. - "A pesquisa de fontes referentes aos indígenas do Rio Grande do Sul: notícias prévias". *Veritas*. Porto Alegre: PUC-RS, v.36 no 143, pp. 413-422. 1991.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. "A presença indígena no Quadrante Histórico Patruhense" In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal. 1994.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. "O que é, afinal, o corpo índio no Brasil Meridional? Limites modernos ao entendimento da lógica hierárquica indígena sobre o corpo" In: Leal, Ondina F. (org.) *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p. 453-466. 1995.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. "Os índios de Lagoa Vermelha: ontem e hoje" In: *Anais do Raízes de Lagoa Vermelha - IV Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Lagoa Vermelha. 1993.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. "Uma análise do discurso missionário: o caso da indolência e imprevidência dos guarani". *Veritas*. Porto Alegre:PUCRS, v.35, número 140, pp. 706-726., 1990.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Regularização da Terra Indígena de Monte Caseros Municípios de Ibiraiaras e Muliterno - Rio Grande do Sul - Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar - Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995.*

SPONCHIADO, Breno A. "A redução dos Kaingang: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos". Santa Rosa: Ed. Unijuí. p. 107-135. 1994.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VALADÃO, Virgínia. "Perícias Judiciais e Relatórios de Identificação". In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 36-41. 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A fabricação do corpo na sociedade xinguana". In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico". In: Viveiros de Castro, E. & Cunha, Manuela Carneiro (orgs.) *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: USP/FAPESP, pp. 149-210). 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986

WITT, Francisco Aureliano Dorneles (Indigenista) *Relatório sobre os indígenas Mbyá-Guarani do Acampamento do Retiro/BR 116 e sobre a Aldeia Guarani da Colônia Maciel, PelotasRS*. Osório, FUNAI/RS (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Administração Executiva Regional de Passo Fundo/RS, Posto Indígena Barra do Ouro), 12 de maio de 2008.

ENCRUZILHADAS DA NEGRA PELOTAS

A interface da religião e política nas lutas negras pelotense

Carla Silva de Avila¹

Resumo

O presente artigo se propõe a problematizar a interface entre os campos da religião e da participação política das organizações negras na cidade de Pelotas/RS. Através do trabalho etnográfico em três casas tradicionais da religião de matriz africana indicados por militantes do movimento negro local busca-se compreender a filosofia política existente na prática ritual e da manutenção da tradição africana. Parte-se da noção de *encruzilhada*, um conceito mítico e estrutural da visão de mundo africano que nos permite problematizar encontros e desencontros das distintas formas de organização negra em território brasileiro, bem como os conflitos raciais e religiosos vivenciados na utilização dos espaços públicos da cidade.

Palavras-chave: Movimento Negro, pessoa de religião, prática ritual.

Abstract

This article proposes the analysis between of religion and the political fields participation of black organizations in the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul. Through the ethnographic work in three traditional houses of the religion of African matrix indicated by militants of the local black movement one looks for understands the political philosophy existing in the ritual practice and the maintenance of the African tradition. It starts from the notion of crossroads, a mythical and structural concept of the African worldview that allows us to problematize encounters and disagreements of the different forms of black organization in Brazilian territory, as well as the racial and religious conflicts experienced in the public spaces of the city.

Keywords: Black Movement, religion person, ritual practice.

O cruzamento

*Exu mantinha-se sempre a postos
guardando a casa de Oxalá.
Armado de um ogó, poderoso porrete,
afastava os indesejáveis
e punha quem tentasse burlar sua vigilância.
Exu trabalhava demais e fez ali sua casa,
ali na encruzilhada.
Ganhou uma rendosa profissão, ganhou seu lugar, sua casa.
Exu ficou rico e poderoso.
Ninguém pode mais passar pela encruzilhada
sem pagar alguma coisa a Exu. (PRANDI, 2001).*

Exu é o orixá² responsável pelo agenciamento entre mundos nos rituais das religiões de matriz africana, o dono das encruzilhadas, o responsável pela interlocução com a subjetividade da cosmologia de matriz africana. (ANJOS, 2006).

Através de *Exu* propõem-se pensar na organização negra em território brasileiro e nos seus diversos processos socioculturais e econômicos. Desde a inserção dos africanos, por intermédio do trabalho escravizado, até as consequências deixadas pelo colonialismo no que tange o lugar social dado ao negro na construção da sociedade brasileira. Para tanto, esse ensaio tem por objetivo problematizar pontos de intersecção entre os campos de organização política e afro-religiosa a partir da pesquisa etnográfica realizada junto as organizações negras da cidade de pelotas, desde o ano de 2004 em que objetivou-se perceber como um Grupo de dança afro Odara que problematiza as relações raciais por intermédio do corpo negro. Em seguida, nos anos 2006-2008 buscou-se pensar nas distintas formas de organizações negras da cidade, focando na categoria “negros em movimento” utilizada por ativistas para denominar a diversidade de organização política negra em Pelotas. Por fim mergulha-se no universo das tradições de matriz africana no intuito de perceber a relação entre religião e política nas organizações negras na cidade.

Mergulhar no campo de organização social e política negra necessita-se compreender a formação do Brasil em sua multiculturalidade, atendo-se as diferentes visões de mundo que constituem os diferentes olhares oriundos das diferentes matrizes étnico-raciais que formam a nacionalidade brasileira. Necessita-se ater as distintas formas de vivenciar e ocupar esses territórios. Inicialmente parte-se da imposição de uma única visão de mundo da formação da identidade nacional sob a luz da visão de mundo eurocêntrica, judaico cristã em conjunto as teorias raialistas do século XIX, responsáveis pela contrição do racismo biológico, que destina um lugar socialmente construído de inferioridade social e cultural aos descendentes de africanos. (ORTIZ, 2006; BASTIDE, 2001)

Em contraposição a esse olhar eurocêntrico o Movimento Social Negro constrói uma nova perspectiva de análise a partir da resistência cultural e simbólica através de diversas frentes de ação. Uma dessas resistências está na relação com o sagrado construindo uma outra visão de mundo, como nos coloca Roger Bastide (2001) em seu livro o “Candomblé da Bahia” que divide esse paradigma através do domínio de

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2006) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente é Professora de Sociologia no Curso de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas e Professora na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Rita. Coordenadora do Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais da Universidade Católica de Pelotas.

² Orixá representa parte de uma natureza, sensata, disciplinada, fixa e controlável que forma uma cadeia de relações com os homens (VERGER, 2000:37). Por exemplo, Bará ou Exu, poder das encruzilhadas; Ogum, do Ferro; Iansã, dos ventos; Xangô, do fogo e da justiça; Odé e Otim, da caça; Ossanha, das ervas medicinais; Xapanã, da saúde; Oxum, fertilidade e águas doces; Iemanjá, das águas e cabeças; e Oxalá, pai de todos os orixás.

quarto mundos relacionando o cotidiano ao mundo dos orixás. Para Bastide (2001) o domínio dos mundos está relacionado à existência de quatro sacerdotes que possuem o controle de cada parte da natureza e da humanidade. Essa forma de perceber as relações sociais corresponde a uma estrutura quadrupla de mundo: os deuses, os homens, a natureza e os mortos. Quatro dimensões que vão além do bem e do mal, do corpo e da alma, do céu e do inferno. Já para José Carlos Gomes do Anjos (2006) a prática da tradição de matriz africana corresponde a uma filosofia política a partir da prática ritual e da relação com os orixás.

Esses cruzamentos foram percebidos de forma sutil nas organizações negras da cidade de Pelotas³, desde o dia da semana para realizar determinada reunião, levando em consideração o dia da semana correspondente ao orixá, comparações entre a personalidade de militantes à características de determinado orixá, até o tipo de comida a ser preparado num grande evento político. Cruzamentos que demarcam uma territorialidade negra que vai além do espaço geográfico, permeando espaços políticos, simbólicos e corporais. Parte-se da noção de encruzilhada para compreender esses cruzamentos, assim como nos propõe o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (2006) que coloca a encruzilhada como um não-lugar, onde fluí energias nômades não fixas, onde caminhos se cruzam numa pluralidade sem se fundirem. Constituem um processo de subjetivação em que as diferenças subsistem. Nesse sentido esse ensaio problematizará as noções de territorialidade negra em diferentes momentos vivenciados nas pesquisas etnográficas junto as organizações negras da cidade de pelotas. Três pontos de cruzamentos, o corpo, o mercado e a festa de lemanjá. Três dimensões essenciais para compreender as relações raciais e suas ramificações em território brasileiro.

O corpo, a dança, a entrega

*lansã foge ligeira e se transforma em vento
lansã tinha muitas joias, que usava com orgulho.
Uma ocasião resolveu sair de casa,
Mas foi interpelada por seus pais.
Disseram que era perigoso sair com tantas joias
e a impediam de satisfazer o seu desejo.
Oíá, furiosa entregou suas joias a Oxum
e fugiu voando, rápida, pelo teto da casa,
arrasando tudo o que atravessasse seu caminho.
Oíá tinha se transformado em vento.
(BASTIDE, 2001,301.)*

Oíá se transforma em vento, vento que caracteriza o movimento, o movimento que pode ser traduzido em dança, e foi pela dança que me aproximo do Movimento Negro da Pelotas, através da pesquisa junto à ONG Odara⁴, que visa tratar das questões raciais pelo movimentar do corpo. O entendimento do corpo como um território é essencial para compreensão da visão de mundo de matriz africana, pois é esse corpo que se insere no território brasileiro de forma coisificada, como um objeto de exploração de mão de obra escravizada. É no sentido de desconstruir estereótipos negativos sobre os corpos negros que o Odara se coloca como “mais que dança”, se propõe a positivar a imagem socialmente construída através de um belo trabalho coreográfico. O grupo

3 Minha inserção junto as organizações negras da cidade de Pelotas dá-se no ano de 2004-2005 na ONG Odara para realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso, desde então faço parte de eventos coletivos e como pesquisadora-ativista.

4 O Grupo Odara teve sua origem no ano 2000 no Colégio Municipal Pelotense.

se utiliza do preparo do corpo resistente como um mecanismo de pensar na inserção, luta e resistência negra no território nacional. (AVILA, 2006)

Pierre Bourdieu (1983) ao trabalhar as relações entre a estrutura social e os indivíduos, parte da noção de *habitus*⁵ para designar o processo de incorporação das representações do mundo, sendo assim o corpo é um espaço de cultura em que se representa as estruturas e esquemas de representação de cada grupo, com isso o corpo pode ser entendido para além do biológico, constitui-se como um produto social e expressões do pensamento social vigente de cada sociedade. Outro fator observado nos ensaios e preparo do corpo na ONG Odara, fora a preocupação com a sensibilização referente à história e situação do negro, como nos coloca Júlio Teixeira sobre a linguagem corporal.

A linguagem corporal, ou melhor, o modo de atuar da conscientização do movimento de vê possibilitar ao corpo a capacidade de reflexão, para que possa refletir não as regras estipuladas para serem obedecidas, mas a compreensão de suas relações e de como elas se processam na dinâmica da vida. Só assim cada um poderá bastar-se a si mesmo e refletir as possibilidades da própria existência por meio da consciência e da percepção, dois focos essenciais para o entendimento dessa mobilidade corporal (Teixeira, 2003,71)

A noção de corpo social construído pelo Odara na analogia da dor sentida no preparo físico do corpo, ao resistir as atrocidades da escravidão, o corpo enquanto território de resistência, atitude que lansã teve ao sair com suas joias, firmando um ideal contrário à história social. Já a noção de beleza está expressa na perfeição do trabalho coreográfico, o palco se torna o espaço de desconstrução do imaginário socialmente construído de negatividade, o corpo passa a ser território de ação afirmativa, assim como o significado em yoruba da palavra Odara: Beleza e encantamento. (AVILA,2006).

O corpo como território também é percebido no processo de iniciação nas religiões de matriz africana, ou seja, na construção da pessoa de religião. Através da prática ritual o corpo se constrói como a morada do orixá⁶.

Pela visão de mundo da matriz africana a iniciação é conhecida como *ir ao chão*⁷, um processo de construção da pessoa com seu orixá. Roger Bastide (1973) coloca que é por meio da prática ritual que se permite compreender a noção dos africanos sobre a pessoa humana, isso por intermédio de uma ética atrelada a deveres e responsabilidades do iniciado junto às divindades. Marcio Goldmam (1987) comenta que a relação da prática ritual e com a visão de mundo africano está no processo de assentamento no orixá na cabeça do iniciado. O corpo se preparando, se consagrando como morada do orixá.

Por fim o corpo é essencial para se pensar as relações raciais na sociedade brasileira, pois esse mesmo corpo que fora coisificado pode ser ressignificado pelo viés de

5 Conceito de *habitus* para Bourdieu (1983) “ sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘ regulamentadas’ e ‘ reguladas’ sem que por isso seja o produto de obediência das regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de proteção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto a ação organizadora e um maestro ” p.15.

6 Processo acompanhado em duas militantes do movimento negro, uma filha de lemanjá e outra de Otum (in memoriam).

7 Ir ao chão corresponde a uma séria de rituais de sangue, assim como coloca Marcel Mauss(2005) “aliança pelo sangue uma aliança direta entre a vida humana e divina”.

resistência, da beleza e do encantamento, como percebido no Odara⁸, que busca “ser mais que dança”, ou mesmo consagrado como ocorre na iniciação e na construção da pessoa de religião. O corpo como um território carregado de histórias, lutas e ligação com a visão de mundo da matriz africana em território brasileiro.

O mercado, a iniciação, o conflito

*Abionã vendia roupas no mercado.
Era uma mulher prospera e respeitada.
Todos cumprimentavam Abionã solenemente
quando ela ia ao mercado fazer seu comércio.
Mas havia muito Abionã se esquecera de Exu;
nada de ebós, de suas comidas prediletas,
nada de agua ardente, pimenta e dendê.
Ela não se lembrava que Exu lhe dá tudo.
Exu dera tudo o que tinha.*

*Um dia, estava no mercado vendendo
Quando avisaram que sua casa estava em chamas.
Ela abandonou sua banca no mercado
e correu em desespero para a casa.
Nada mais o que fazer. Era tudo cinzas.
Abionã, desconsolada, voltou à feira,
mas nada de seu lá encontrou.
Nada mais o que fazer. Tudo roubado.
Ela gritou e chorou
e todos riram de Abionã.
Abionã não era mais rica
nem era mulher respeitada do mercado.
Todos faziam pouco caso dela.
Exu estava vigiando. (BASTIDE, 2001,58)*

Na mitologia de matriz africana, além da encruzilhada, o mercado também está sobre o domínio do orixá Exu. O mercado um lugar de trocas comerciais também está no processo de iniciação às religiões de matriz africana. Assim como alerta o mito, o mercado é a morada de Exu, Exu que garante a prosperidade em troca de oferendas, a troca que simboliza a fluidez e o movimento. O mercado é um lugar central para compreensão da visão de mundo vivenciada na prática ritual das religiões de matriz africana no Brasil, como é importante lembrar que existem maneiras distintas nas diferentes regiões de cultuar aos orixás e divindades africanas. Tem-se o candomblé na Bahia, o Xangô de Recife, o Tambor de Mina em São Luís do Maranhão, a macumba no Rio de Janeiro e o batuque no Rio Grande do Sul. (BASTIDE, 2001). No Rio Grande do Sul depara-se com o batuque, a umbanda e a linha cruzada. Na umbanda cultua-se os caboclos e os pretos velhos, já na linha cruzada tem-se a relação com os exus e pomba-gira. No batuque cultua-se os orixás e os espíritos dos mortos através de cinco tradições que denominam os lados de parentesco de/do santo, quais sejam: *Oió, Ijexá, Jejê, Cambinda e Nagô*. Contudo existem templos que adotam dois lados, ou seja, *Jejê/Ijexá, Jeje/Oió*. (CORRÊA, 2009).

8 ONG Odara, foi o grupo de dança afro que acompanhei para realização da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso na graduação em Ciências Sociais.

Os processos iniciáticos observados⁹ na pesquisa de campo faziam parte das nações cabinda e Jeje/Ijexá nos ambos a ida ao mercado fazia parte do processo ritual. Uma semana após ir chão o iniciado é apresentado ao mercado, a igreja e à praia. O mercado se constitui como parte da finalização dos ritos iniciais, uma parte da cidade que constitui como um ponto de intersecção entre diferentes visões de mundo. O mercado das transações comerciais de um mundo profano, se cruza com o mercado de um mundo sagrado, sob o domínio do orixá Exu¹⁰ que também denominado de Bará, ou seja, o Bará do Mercado.

Na cidade de Pelotas umas das casas tradicionais que acompanhei vivenciei judicialmente repressão por realizar o assentamento do Bará do Mercado, mesmo com o consentimento do poder público. Isso ocorreu com a Comunidade Beneficente de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé Xangô e Oxalá, liderada pela Mãe Gisa de Oxalá e Pai Paulo de Xangô. O caso foi considerado como intolerância religiosa por intermédio de ONGs protetoras de animais que levaram o caso ao ministério público¹¹. O caso foi problematizado nos trabalhos acadêmicos de Campus; Rubert (2014) discutindo mosaicos de intolerância religiosa em Pelotas e MOREIRA (2017) que disserta sobre a relação do orixá Bará com o Mercado Público de Pelotas.

O assentamento do Bará no mercado foi noticiado na imprensa local com um teor pejorativo, demonstrando total desconhecimento sobre o universo das tradições afro-brasileiras, sendo denominado como um “ritual de batismo, expondo os nomes das lideranças religiosas, fotos somente dos participantes da Mãe Gisa e os animais a serem utilizados no assentamento. (MOREIRA, 2017). Lembro-me que fui acionada por Mãe Gisa e ao chegar no Ilê muitos estavam irritados com a forma de como a imprensa local os expuseram. Contudo o descontentamento ia além da exposição da imagem, estava mais pelo fato de constar que o assentamento havia sido feito por outra mãe -de- santo, a Mãe Joice, e não pela casa da Mãe Gisa. Aqui percebe-se para além dos conflitos de intolerância religiosa, os conflitos raciais presente no universo das organizações negras no Brasil. Pois o fator de prestígio da ação de assentamento estava com uma lalorixá branca, sem sua exposição no jornal. Já os integrantes da casa da Mãe Gisa foram expostos de forma pejorativa. Corpos brancos com o prestígio dentro do campo das práticas rituais afro-brasileiras e corpos negros inferiorizados no mundo profano, no dia a dia através da matéria vinculada à mídia local. Interessante pensar nas encruzilhadas existentes no campo das relações raciais no Brasil, pois aqui o racismo não se dá pela ascendência, ou ancestralidade, se dá manifesta pela cor dos corpos, pelas características fenotípicas, constituindo o que alguns autores denominam como o conceito de raça sociológico, em que a discriminação é marcada pelas características raciais. (GUIMARÃES, 2005). O mercado configura-se como um espaço de conflitos seja por parte da intolerância religiosa, seja por parte dos conflitos raciais ainda existentes na sociedade brasileira.

Iemanjá e o Poder Político

*Iemanjá não se conformou.
Ela falou, falou e falou nos ouvidos de Oxalá.
Falou tanto que Oxalá enlouqueceu.
Seu ori, sua cabeça, não aguentou o falatório de Iemanjá.*

9 Para análise do corpo como território do sagado, foi utilizado a pesquisa de campo realizado no mestrado em Ciências Sociais UFPel, entre os anos de 2009 a 2011.

10 O orixá Exu tem várias denominações como Bará, Legba e Eleguá.

11 Participei do processo através da escrita de um documento para o processo judicial com elementos por mim observados em minha dissertação de mestrado.

*lemanjá deu-se então conta do mal que provocava
e tratou de Oxalá até restabelecê-lo.
Cuidou de seu ori enlouquecido,
oferecendo-lhe água fresca,
obis deliciosos, apetitosos pombos brancos, frutas dulcíssimas.
E Oxalá ficou curado.
Então, com o consentimento de Odumaré
Oxalá encarregou a lemanjá de cuidar do ori de todos os mortais.
lemanjá ganhara enfim a missão tão desejada.
Agora ela era a senhora das cabeças (PRANDI, 2001, p. 96-9).*

lemanjá na visão de mundo de matriz africana é considerada a mãe de todos os orixás, aquela que conquista o poder. E é na festa de lemanjá que percebe nitidamente os cruzamentos dos campos da religião e da política. A festa de lemanjá na cidade de Pelotas é organizada pela Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos afro-brasileiros. É importante salientar que essa divisão ente a umbanda e o batuque, ou os “africanistas” como são denominados. Antônio Carlos Gomes dos Anjos (2006) traz a noção de encruzilhada para compreender essas diferentes faces das práticas afro-religiosas. Pois a umbanda é o cruzamento das diferentes matrizes com as divindades católicas, dos orixás, bases do espiritismo e indígenas, mas não como uma mistura que constituindo uma outra coisa, mas sim linhas cruzadas, com pontos de interseção, pois a lemanjá da Umbanda e a lemanjá da nação. Esses cruzamentos pude perceber em conversa com algumas lideranças que manifestaram seu descontentamento com uma imagem de lemanjá de pele branca, como a representada pela umbanda. Esses conflitos e cruzamentos fazem parte do universo afro-brasileiro, seja no interior da prática religiosa, seja nos confrontos com outras instancias da sociedade.

Nessa última sessão do artigo será problematizado alguns cruzamentos ocorridos no Bairro Balneário dos Prazeres, em especial no dia dois de fevereiro, que nitidamente intersecciona os poderes executivo e legislativo com o poder afro-religioso. Segue um trecho do diário de campo que expressas esses cruzamentos:

Multidão. A imagem de muitas pessoas foi a primeira cena registrada na minha câmera digital naquela noite escura de segunda-feira, dia 02 de fevereiro de 2010, afinal era a 22ª Festa de lemanjá. A festa ocorreu no Bairro Balneário dos Prazeres, conhecido com Barro Duro. A concentração se deu na parte baixa do bairro, em frente à gruta de lemanjá, que fica na beira da Lagoa. Em frente à Laguna dos Patos, uma grande estrutura foi organizada pela Prefeitura Municipal: cordão de isolamento, Brigada Municipal, estrutura de palco para os tamboreiros, lotes para acomodação dos acampamentos das casas de religião de diferentes localidades, tudo estava muito organizado, tudo estava no seu devido lugar. Vestígios de uma grande festa popular: bares com pagode, carrocinhas de churrasquinho, pipoca, lanches diversos, bebidas e um grande número de pessoas circulando. Uma mistura de festas, para dizer a verdade, a noite parecia uma festa de carnaval. De dia parecia a romaria de Nossa Senhora de Guadalupe, que corre na Cascata, no interior de Pelotas. Já de noite, em alguns momentos nos bares, parecia uma festa de pagode. No centro da festa, em frente à gruta, assemelhava-se a uma atividade política, pois estavam presentes o Prefeito, vereadores, seus assessores, militantes de diferentes partidos políticos para saudar a Rainha do mar. O sagrado constantemente se cruzando com o profano, o profano conectando-se ao sagrado, o político no religioso. (...)

Na frente da gruta de lemanjá, como se fosse o centro de um grande palco, estavam o Prefeito da cidade Adolfo Fetter Jr. (PP), o vereador Ademar Ornel (DEM), os vereadores Milton Martins e Marcola (PT) e Joab presidente da Federação de Umbanda. Sorrisos, fotos, abraços, cumprimentos, momentos que se assemelhavam às campanhas político partidárias, como se todos estivessem unidos ao redor de um único objetivo. Algumas pessoas diziam —*olha lá aquele sem vergonha, quem olha diz que é boa gentell*; ou —*deve está pagando promessa, ganhou mesmo não sabendo governar, por isso essa organização todall*, frases pronunciadas aleatoriamente por pessoas que estavam na multidão à espera de lemanjá. (...).

Passada a meia noite, era dia 02 de fevereiro, os fogos incessantes anunciavam a chegada da imagem. Todos queriam ver, todos queriam tocar, mesmo a imagem ficando em frente à gruta toda a noite, a vontade de todos era saudar lemanjá no momento de sua chegada. A imagem era uma estátua grande, com cabelos pretos compridos, os cabelos não faziam parte da pintura, era como se fosse uma instalação na estátua, podendo essa ao longe ser confundida com uma pessoa. Passando o empurra, empurra, os flashes das fotos, o cessar dos fogos, a imagem de lemanjá foi colocada no centro e em frente à gruta. Em seguida, foi cantado o hino do Brasil e, em seguida, o hino da umbanda. (Diário de Campo, 1 e 2 /02/2010)

Mistura, cruzamentos e diversidade marcam essa festa popular da cidade de Pelotas, o encontro do sagrado com o profano, do poder político local com o orixá responsável pelo poder das cabeças. A saudação é feita as distintas autoridades, tanto os políticos, como aos líderes religiosos. Todos alinhados ao lado da imagem de lemanjá, esperando a saudação da multidão.

O Balneário dos Prazeres durante muito tempo foi considerado um território negro, chamado de forma pejorativa como “Barro Duro” ou “Planeta dos Macacos” pois era considerada a praia para os pobres e negros desfrutarem da lagoa¹². Além dos conflitos de classe e raça, percebe-se os conflitos ambientais, em que no ano de 2014, restringe-se o acesso às casas de religião para o acampamento realizando no entorno da orla do balneário e por fim, no ano de 2015 a imagem de lemanjá é queimada no mesmo período em que os rituais afro-brasileiros estavam sendo ameaçados pelo Projeto de Lei 21/2015, que objetivava alterar o Estatuto de defesa dos Animais (CAMPOS, 20015). Percebe-se que esse espaço para além do cruzamento é um espaço de conflito, de disputa de poder e de visões de mundo. Conflitos existentes na sociedade, expressos nas agressões ao sagrado, seja na forma jurídica, como o caso do projeto Lei, seja na forma de intolerância religiosa, no caso do incêndio à Gruta de lemanjá.

Das três casas tradicionais de matriz africana que frequentei para a pesquisa de mestrado, apenas a casa do Pai Baiano de Oxalá, participa fielmente das atividades comemorativas por intermédio de seu grupo de dança AfroPel, que organiza uma apresentação coreográfica, tanto nas festas de lemanjá, como nas de Ogum.

¹² Algumas dessas narrativas estão contidas no documentário Barro Duro, disponível em: <<https://vimeo.com/69910373>>.

Cruzamentos em territórios negros, algumas considerações

Os territórios negros aqui brevemente apresentados demonstram parte da complexidade dos distintos processos de organização negra em várias frentes de coletividade, frentes que se cruzam tanto nas práticas tradicionais, bem como nas organizações sociais e políticas. Parte-se do orixá Exu, que nos permite pensar a noção de encruzilhada como linhas fluidas.

A primeira parte dessa fluidez é percebida no corpo, que também é considerado um território representativo. Este corpo que foi coisificado e escravizado e ainda hoje estigmatizado pelo tipo de racismo existente na sociedade brasileira, que leva em consideração as características fenotípicas, é o mesmo corpo que representa elementos de posituação do negro, como faz a ONG Odara que através da noção de corpo resistente, beleza e encantamento desconstrói a noção de inferioridade. Por fim esse corpo também se configura como território do sagrado, através do processo ritual na construção da pessoa de religião.

O mercado como um espaço físico que carrega a dimensão da sagrada da visão de mundo da matriz africana através da finalização do processo iniciático. O mercado como um espaço de conflito com o imaginário social que desconhece e ainda estigmatiza as tradições de matriz africana.

No Balneário dos Prazeres pode-se perceber os cruzamentos entre os poderes políticos e afro-religioso, o cruzamento entre festa sagradas e profanas, bem como conflitos socioambientais e práticas de intolerância religiosas.

A lógica da guerra também é percebida pelas distintas frentes de batalha das lutas negras havendo a necessidade de pensar na interseccionalidade debatida por Patrícia Collins (1990) e Lélia Gonzales (1984). Lutas permeadas por fatores que vão além do debate racial. Na sociedade brasileira grande parte da população negra encontra-se na periferia da cidade, sendo sistematicamente excluída dos processos de inserção na sociedade de classe, sendo assim necessário articular das dimensões de classe e raça para compreender as formas de operacionalidade do racismo e suas raízes coloniais, pois nos processos de descolonização o negro fica de fora na construção das novas identidades nacionais. Outro fator a ser observado está nas dimensões de gênero, sendo as mulheres negras as mais vulneráveis nessa equação em que também se estruturam na sociedade resquícios de uma sociedade patriarcal, sendo necessário articular as noções de classe e gênero. Assim os cruzamentos, as encruzilhadas fazem parte da heterogeneidade das organizações negras, sejam no corpo, nos espaços público, no campo político, ou no espaço social simbólico de construção, desconstrução do negro no território brasileiro.

Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos Gomes. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre. Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

AVILA, Carla Silva de. *Beleza e Encantamento Negro*. Estudo sobre afirmação étnica por intermédio do corpo na ONG Odara Pelotas/ RS. 2006. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

AVILA, Carla Silva de. *A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS*. 2011. 190f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

BASTIDE, Roger. *A construção africana da pessoa*. IN Estudos afro-brasileiros. São Paulo. Ed. Perspectivas: 1973.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: Rito Nagô*. São Paulo. Companhia das Letras. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York; London: Routledge, 1990.

CAMPOS, Isabel Soares. *Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá: Religiões Afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

CORRÊA, N. *O Batuque do Rio Grande do Sul - Antropologia de uma religião afro-riograndense*. São Luis: Editora Cultura e Arte, 2006. GOLDMAN, Márcio

GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo; Editora 34 Ltda, 2002. 231 p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Cor classe e status no estudo de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960*. In: MAIO, Marcos (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 1995. p. 143-157.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Editora Brasiliense 2004.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos Orixás e voduns na Bahia e na antiga costa dos escravos na África*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TAVARES, Júlio. *Educação Através do corpo: A representação Do Corpo Nas Populações Afro-Americanas*. In. Santos, Joel Rufino dos. *Negro Brasileiro Negro*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Cultural. N° 25. p. 216..221. 1997.

NECROPOLÍTICA RACIAL CRIMINAL EM UMA CAPITAL DO NORDESTE DO BRASIL

Uma análise criminológica dos homicídios em Salvador

Rafael Casais Neto¹
Márcia Esteves de Calazans²

Resumo

O artigo analisa a dinâmica, distribuição e mobilidade dos homicídios dolosos de jovens na cidade de Salvador capital do estado da Bahia, nordeste do Brasil, considerando a racionalidade dos territórios urbanos e a política pública de segurança. A partir do levantamento dos dados estatísticos disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia observou-se como as vidas desses jovens - em sua maioria negros e negras - passam a ser administradas através de políticas que inclui/exclui determinados sujeitos da reprodução da vida social. O artigo considera uma possível perpetuação de medidas técnico-administrativas correlatas a períodos de exceção, onde, hoje, os corpos de sujeitos negros são inseridos nos seus cálculos estatísticos e paradoxalmente excluídos sócios e biologicamente do tecido social. Com o levantamento dos números de homicídios dolosos na capital, foram identificados os territórios onde são produzidas estas mortes - situadas numa zona territorial onde se confunde o Estado Democrático de Direito com o Estado de Exceção. Foram utilizados para esta análise os recortes geográficos realizados pela SSP-BA, determinação da Política Nacional de Segurança Pública, definidos como Área Integrada de Segurança Pública - AISP. A cidade de Salvador possui 21 destas áreas, entretanto, artigo delimitará sua análise nas duas AISP's que possuem os maiores índices de homicídios da cidade, Tancredo Neves e Periperi. Nesse sentido, objetivou-se identificar a localização da produção de violência letal na cidade; a forma como é distribuída a política de segurança pública do Estado; dinâmica e mobilidade dessas mortes; e como a categoria "raça" aparece na política pública de segurança efetivada nos territórios negros da capital. A metodologia aplicada foi à análise de dados secundários, boletins de ocorrência, disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Estado. No presente artigo partimos desses dados para analisar os modos hegemônicos de gestão social dos riscos que jovens negros colocam à ordem social, ou, mais especialmente, a estratégia da necropolítica, a biopolítica, o Estado de Exceção e a noção de territorialidade tornam-se valorosos à compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: estado de exceção, homicídio, racismo, segurança política.

Abstract

The work suggests an analysis of the dynamics, distribution and mobility of juvenile homicides in Salvador, especially in cases where the state appears as the main protagonist of this lethal violence. From the collection of official and unofficial data and statistics, it was observed how the lives of these young people - mostly black and black - are now administered through criminal policies that include and exclude specific subjects from the reproduction of social life. The article considers a possible perpetuation of technical and administrative measures related to periods of exception,

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador.

² Doutora em Sociologia - UFRGS. Ph.D em Violência, Democracia e Segurança Cidadã USP/UFRGS/ INCT. Atualmente é Professora-Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociais Cidades Seguras UCPel/CNPq. Pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles -Bahia.

where, today, the bodies of black subjects are inserted in their statistical calculations and paradoxically excluded socially and biologically from the social fabric. With the survey of homicide numbers in the capital, the territories where these deaths are produced - located in a territorial zone where the Democratic State of Law is confused with the State of Exception are identified. We used for this analysis the geographic cuts made by SSP-BA, described with the acronym AISP (Integrated Public Security Area). The city of Salvador has 21 of these areas, however, article will delimit its analysis in the two AISP's that have the highest homicide rates in the city, Tancredo Neves and Periperi. In this sense, the objective was to identify the location of the production of lethal violence in the city; The way in which the State's public security policy is distributed; Dynamics and mobility of these deaths; And how the category "race" appears in the criminal policy carried out in the black territories of the capital. The methodology applied was the analysis of secondary data, available at the electronic address of the State Public Security Secretariat.

Keywords: State of exception, murder, racism, security policy.

Introdução

O artigo propõe a partir da análise de dados obtidos sobre homicídios dolosos ocorridos nos anos 2012-2013 na cidade de Salvador, no âmbito de uma pesquisa guarda-chuva coordenada pela Prof^a Márcia Esteves de Calazans, à época Professora Adjunta do PPG Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador. Essa teve como objetivo analisar a distribuição das mortes violentas no município de Salvador e Região Metropolitana, notadamente onde estava situado os espaços com maiores números de mortes produzidas pela violência letal, homicídios dolosos. Dessa forma, constatamos um número determinado de espaços urbanos com características sócios espaciais constituídos por elementos raciais e econômicos bem definidos, enquanto territórios racializados, compostos por segmentos das classes sociais mais vulnerabilizadas.

A Política Nacional de Segurança Pública brasileira prescreve aos Estados que para execução da política pública de segurança e cobertura de unidades operacionais policiais estes definam circunscrições administrativas. Portanto, na Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia fixa as áreas integradas de Segurança Pública para atuação das unidades operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar:

Considerando a necessidade de dar consecução aos trabalhos de integração operacional entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual da Segurança Pública; Considerando que o aumento e migração populacional geram problemas de ordem estratégicas, táticas e operacionais; Considerando que o geoprocessamento dará maior visibilidade ao processo de integração entre os órgãos e em consequência melhores resultados; Considerando que o controle da violência e da criminalidade por meio da soma de esforços, prescinde de atuação planejada e integrada; Considerando a deliberação de ampliar a eficiência policial; Considerando a necessidade de se reduzir a criminalidade, em todas as suas formas. R E S O L V
E: I – Fixar (21) vinte e uma Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) na cidade do Salvador, que serão compostas pelas localidades inseridas em cada área e limitadas pelos logradouros abaixo da forma que se segue [...]

A partir de então a cidade passa a ser dividida em áreas integradas de segurança pública

(AISP), definindo a inclusão de bairros e delimitando os limites territoriais dessas para as competências da Polícia Civil e da Polícia Militar e é lá onde se materializa a política pública de segurança.

Como em outras metrópoles brasileiras, as taxas de homicídios vêm se mostrando crescentes em determinadas AISP da cidade de Salvador.

Escolhemos as áreas AISP 13 (Tancredo Neves) e AISP 16 (Periperi) pelo fato de estas apresentarem no período 2012-2013 as maiores taxas de homicídios dolosos.

Com o levantamento nos boletins de ocorrências, dados registrados no sítio da Secretaria de Segurança do Estado, foi possível perceber os bairros da cidade com números mais elevados. Ao detectarmos os locais com maiores índices de mortalidade por crimes violentos, reposicionamos territorialmente nosso objeto em dois recortes espaciais, a saber, em duas Áreas Integradas de Segurança Pública³. A delimitação metodológica construída pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em áreas administrativas, para efetivação da política pública de Segurança, nos permitiu a visualização geral dos bairros e seus respectivos números de criminalidade. Quando a pesquisa foi iniciada, em 2011, eram 21 AISP's, passando a constar, a partir de novo remanejamento realizado pelos órgãos oficiais em 2012, 16 áreas. Neste momento nossa análise se deteve nas duas principais Áreas, AISP 13 e AISP 16, Tancredo Neves e Periperi respectivamente. Uma vez que se observou regularidade sistemática nos indicadores desde 2008 à 2015.

A escolha desses remete ao processo político e histórico que segrega e estigmatiza os espaços periféricos dos centros urbanos na condição de potencialmente perigosos à "ordem pública", rearticulando e centralizando as políticas de segurança para o efetivo controle da população residente, considerados indesejados pela elite econômica e pelo capital. Nesse contexto, constatamos que as políticas sociais (habitação, transporte, educação, assistência e saúde) emanadas do setor público não alcançam a complexidade das demandas, muito menos as dimensões geográficas destes espaços com grandes densidades demográficas. Uma outra insuficiência que marca essa distribuição de equipamentos públicos, diz respeito à própria redistribuição dessas políticas, concentrando suas ações em zonas nobres da cidade, facilmente constatadas no espaço urbano, sejam nas melhorias da pavimentação ou na concentração maior de linhas de ônibus do transporte público.

Após a caracterização desses territórios, e levantamento e análise do período 2010-2016, para o presente artigo considera-se os boletins de ocorrência registrados nos anos de 2012 a 2013, os elementos constitutivos desses sujeitos vitimados por uma produção estrutural de violência homicida. O recorte foi realizado para uma complexização desse quadro, a fim de identificar os territórios tidos como mais problemáticos, e para identificar a dinâmica política administrativa que os gerenciam, sujeitando toda uma população à iminência de uma mortalidade cada vez maior.

Nesse sentido, o trabalho pretende discutir as condições nas quais o racismo atravessa as bases discursivas que produzem a política de segurança; e como essa conjunção contribui para um desmembramento perverso em suas instâncias institucionais, políticas e sociais, inserindo nos cálculos e estratégias de poder, corpos masculinos, periféricos e negros.

³ Art. 2º do Decreto 13.561/12: "agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança pública com qualidade e custos adequados".

O que se pretende com essa interlocução entre racismo e os saberes da política, é demonstrar a dinâmica pela qual o racismo se torna operacionalizado não só nas políticas, mas também, de forma não menos tangencial, numa relação que alimenta sua característica verticalizante, seletiva e disciplinar, à margem da legalidade⁴.

Nesse sentido, a violência experienciada nos espaços urbanos, sobretudo, os públicos – destaca-se por aparecer no estudo como os locais de produção sistemática da violência letal – projeta o pensamento à zona problemática que envolve os mecanismos de controle e repressão social, inscrevendo o objeto que aqui se propõe descortinar, num campo de constantes movimentações abruptas que descaracteriza o Estado Democrático de Direito – noção problemática quando pensada no contexto brasileiro.

Na tentativa de perscrutar os eventos a partir dos dados que aparecem na pesquisa, busca-se no acúmulo de saberes da criminologia crítica e sociologia jurídica, subsídios que referenciem reflexões capazes de tornar acessíveis os diversos aspectos que configuram o campo; compreender como a produção e reprodução sistemática de violência letal encontra amparo político/jurídico e social. Qual a dinâmica desta engenharia administrativa que insere corpos dessubjetivados nos cálculos da política? E como esse sistema aparece no contexto das zonas urbanas, notadamente, na periferia da capital baiana?

Ainda referenciando o debate aqui proposto, faz-se necessário compreender qual o lócus de produção dessas mortes, especificamente, os homicídios dolosos. São territórios bem delimitados e alvo preferencial das incursões bélicas do Estado brasileiro, preferencialmente afastados das zonas consideradas nobres e de grande circulação de capital financeiro.

Para tanto, serão apontados enquanto aportes teóricos deste trabalho, categorias analíticas importantes para pensar a interlocução entre o estado de exceção e a política pública de segurança. Revisitaremos especialmente conceitos cunhados por Giorgio Agamben, Michel Foucault e Achille Mbembé, considerando basilares para pensar o campo teórico, as noções de poder e como este se inscreve na corporalidade de sujeitos determinados, baseando-se numa racionalidade pragmática jurídica administrativa e política de gestão social da vida.

Assim, como analisar o fenômeno da violência urbana, sobretudo, a violência homicida, situar os territórios em que esta violência se efetiva em seu mais alto grau de letalidade, as noções de territorialidade, Estado de Exceção, *vida nua* e biopolítica tornam-se indispensáveis à compreensão do fenômeno.

É importante ressaltar que no Brasil, ainda são frágeis as fontes sobre mortes produzidas pela ação de agentes do Estado, ainda que com os avanços produzidos nos últimos anos em alguns estados. Como por exemplo, no Rio de Janeiro sabe-se que a polícia produz quatro mortes por dia, com frequência nas mesmas áreas. Para Bahia, Salvador, não se tem acesso a esse dado. No entanto, mediante observação de indicadores de violência letal em Salvador, e da correlação com os homicídios dolosos, podemos minimamente inferir, sem prejuízo, os locais mais atingidos pelo poder punitivo na gestão da vida.

Refletir sobre a produção dessas mortes é caminhar de encontro a um cenário

⁴ ZAFFARONI, E. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Trad. Vania Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991. Pag. 25.

problemático. Pensar a violência letal no país pode, sobremaneira, representar uma crítica dura ao Estado, pois este, quando não envolvido diretamente nessas mortes, age, no mínimo, por omissão e cumplicidade.

Pesquisas publicadas nos últimos anos tem confirmado um aumento exponencial da violência letal no país, esses indicadores demonstram a partir de dados robustos a dimensão do problema a ser enfrentado no recente processo de democratização da sociedade brasileira.

Quando analisado os indicadores de mortes violentas no Brasil, percebe-se, de antemão, que no ano de 2015, ocorreram 59.080 homicídios em território nacional, o que, proporcionalmente, equivale a uma taxa de 28,9 por 100 mil habitantes. Ainda de acordo com esses dados, quando realizado um recorte pela faixa etária, verifica-se que os jovens, entre 15 e 29 anos, possuem o homicídio como a principal causa de mortalidade, em 2015 correspondeu a 47,8% do total de mortes da juventude. (IPEA, 2017)

Na Bahia, o cenário não difere muito do resto do País, entre os anos de 2005 e 2015, houve uma variação no número de homicídios de 108,7%. Em dados absolutos, nos anos de 2014 e 2015, foram contabilizados 6.052 e 6.012 óbitos respectivamente, uma redução de apenas 0,7%. (IPEA, 2017)

Em Salvador, considerando o recorte geográfico feito pela Secretaria de Segurança Pública, sancionado a partir do Decreto 13.561/12, que fracionou o município em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), percebe-se, sobretudo, que as AISP's Tancredo Neves e Periperi, concentraram números expressivos nos anos objeto de análise. Entretanto, verificou-se que entre o conjunto dos bairros que compõem as áreas, dez bairros se destacam concentrando o maior número de mortes violentas, além disso, estes se repetem durante o intervalo de anos de 2011 a 2015, oscilando em alguns números pouco expressivos para o computo geral e sua representação (ESTEVES DE CALAZANS, 2016).

Ressalta-se que em 2012, as AISP's ganharam novo desenho metodológico, e Tancredo Neves e Periperi, passaram a ser AISP 11 e AISP 5.

AISP 05 Periperi: Plataforma, Lobato, Alto do Cabrito, Periperi, Praia Grande, São João do Cabrito, Itacaranha, Alto da Terezinha, Rio Sena, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Ilha de Maré.

AISP 11 Tancredo Neves: Novo Horizonte, Nova Sussuarana, Sussuarana, Granjas Rurais Presidente Vargas, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Centro Administrativo da Bahia, Arraial do Retiro, Barreiras, Engomadeira, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Cabula VI, Pernambuco, São Gonçalo, Resgate, Saramandaia, Narandiba, Saboeiro, Doron.,

No entanto, a mudança de identificação das áreas não foi verificada em diminuição de letalidade, as duas áreas (Periperi e Tancredo Neves) continuaram no ano de 2012 concentrando as maiores taxas de mortes violentas do município, com 243 mortes em Periperi (AISP 5) e 236 mortes em Tancredo Neves (AISP 11).

	AISP 01	AISP 02	AISP 03	AISP 04	AISP 05	AISP 06	AISP 07	AISP 08	AISP 09	AISP 10	AISP 11	AISP 12	AISP 13	AISP 14	AISP 15	AISP 16	TOTAL
JANEIRO	7	10	9	13	23	4	5	6	9	17	14	16	11	1	0	0	145
FEVEREIRO	5	11	14	10	22	9	1	11	10	24	25	12	19	1	4	1	179
MARÇO	4	15	14	16	18	3	1	8	5	10	20	9	10	1	2	0	136
ABRIL	4	11	14	11	24	2	2	4	6	19	15	15	11	1	1	1	141
MAIO	4	14	10	11	13	5	5	3	0	10	20	13	7	0	1	0	116
JUNHO	4	8	6	10	15	4	3	1	7	1	20	13	7	0	1	0	100
JULHO	2	12	9	13	18	8	2	4	3	6	28	5	13	1	1	1	126
AGOSTO	8	10	8	11	24	11	0	3	3	9	14	16	12	0	2	0	131
SETEMBRO	3	9	10	9	24	8	4	2	7	6	23	11	11	0	5	0	132
OUTUBRO	5	7	10	10	20	2	0	3	4	7	20	13	10	0	3	1	135
NOVEMBRO	3	9	6	13	21	2	1	7	2	15	17	20	5	0	5	1	127
DEZEMBRO	6	11	6	9	21	7	0	5	1	11	20	15	14	1	0	1	128
TOTAL	55	127	116	136	243	65	24	57	57	135	236	158	130	6	25	6	1.576

Tabela 1 - Homicídios dolosos 2012.
Fonte: TESTEVES DE CALAZANS, Márcia. Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades, 2014..

BAIRRO	QUANTIDADE	AISP	NOME DA AISP	IDADE (15 – 29 ANOS)	IDADE (CIFRA OCULTA)
LOBATO	49	5	Periperi	21	16
PERIPERI	48	5	Periperi	26	13
SÃO CRISTOVÃO	48	12	Itapuã	20	20
PARIPE	38	5	Periperi	19	13
LIBERDADE	37	2	Liberdade	16	11
VALÉRIA	37	8	CIA	9	19
BEIRU/TANCREDO NEVES	37	11	Tancredo Neves	17	14
BOCA DO RIO	34	9	Boca do Rio	17	12
SÃO CAETANO	34	4	São Caetano	20	7
FAZENDA GRANDE DO RETIRO	34	4	São Caetano	17	9
TOTAL	396			182	133

Tabela 2 - Indicadores homicídios por bairro - AISP 2012..
Fonte: Relatório geral dos homicídios dolosos 2010-2015.

No ano de 2012, considerando os dez bairros mais violentos, se destaca a AISP 5 (Periperi), seguida da AISP 4 (São Caetano). A categoria jovem (15-29 anos) representa 78,4% do total de homicídios nesses bairros.

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2013																	
	AISP 01	AISP 02	AISP 03	AISP 04	AISP 05	AISP 06	AISP 07	AISP 08	AISP 09	AISP 10	AISP 11	AISP 12	AISP 13	AISP 14	AISP 15	AISP 16	TOTAL
JANEIRO	2	13	9	9	31	10	0	2	3	9	17	16	16	2	2	1	142
FEVEREIRO	7	7	14	10	20	8	3	3	4	4	18	13	15	1	4	0	131
MARÇO	4	8	12	7	28	5	1	8	4	16	28	14	8	0	6	0	149
ABRIL	5	6	10	14	13	10	4	4	2	8	10	9	4	0	1	0	100
MAIO	5	10	4	5	23	4	2	2	2	8	15	14	11	0	3	2	110
JUNHO	8	9	7	12	29	8	3	0	1	4	18	11	6	0	2	0	118
JULHO	2	3	5	8	20	4	4	0	2	7	17	11	6	1	4	0	94
AGOSTO	5	6	10	13	13	2	7	1	3	6	17	7	9	0	1	0	100
SETEMBRO	5	7	10	11	17	3	3	2	2	7	25	14	4	0	2	2	114
OUTUBRO	6	16	3	7	15	6	3	4	4	9	17	9	5	0	0	0	104
NOVEMBRO	10	9	10	10	26	7	2	2	0	14	22	17	5	0	4	0	138
DEZEMBRO	6	12	5	10	16	10	1	6	1	13	24	14	5	1	2	3	129
TOTAL	65	106	99	116	251	77	33	34	28	105	228	149	94	5	31	8	1429

No ano de 2013, permanecendo com a mesma configuração georreferenciada do ano anterior, a AISP 5 somou 251 óbitos decorrentes da violência letal, e na AISP 11 foram observadas 228 mortes.

Foram registrados na região de Salvador 1.429 vítimas dos crimes violentos letais intencionais no ano de 2013. Depreende-se da tabela que a AISP 05 (Periperi) desponta contando com 251 homicídios dolosos, o que revela total ausência de garantias de direitos fundamentais.

Localidades onde há maior densidade demográfica naturalmente tendem a sofrer com a abstenção do Estado, demonstrada na ausência de serviços básicos como direito à educação de qualidade, acessibilidade, habitação, segurança, etc. Essa população, não obstante os problemas popularmente conhecidos, é submetida a um processo de estigmatização, marginalização e criminalização através dos mais variados mecanismos de poder impostos muitas vezes por uma cultura do medo, que centraliza discursos discriminatórios, materializando a exclusão social. (CALAZANS, 2014, p. 9) Em segundo lugar, a AISP 11 (Tancredo Neves) alcançou a marca de 228 homicídios dolosos, com uma redução de 28 (vinte e oito) homicídios em relação a AISP 05 (Periperi). Ressaltando que na AISP 11 (Tancredo Neves) há 21 bairros inseridos, ao passo que na AISP 05 (Periperi) há 15 bairros. A AISP 12 (São Cristovão), que ficou em terceiro na lista das AISP's com maiores índices de homicídios dolosos, contou no ano de 2013 com 149 (cento e quarenta e nove) homicídios em toda a sua região. O bairro de São Cristovão, analisado de maneira isolada, ocupou o segundo lugar na lista dos bairros mais violentos (28 homicídios), ou seja, que concentram de 15% a 20% dos homicídios da capital, perdendo apenas para o bairro Periperi (29 homicídios).

A região do Retiro (AISP 04), na tabela em análise, figura no quarto lugar, contando com 116 homicídios, que pode ser dividido por nove bairros que compõem a área integrada.

Em quinto lugar, a AISP 02 (Liberdade), contou no ano de 2013 com 106 mortos de

forma dolosa, número bastante significativo mais muito distante do primeiro lugar, que contou com 251 vítimas.

A AISP 10 (Vale dos Lagos), que conta com 15 bairros, alcança o patamar de sexto lugar com o número de 105 homicídios dolosos.

No sétimo lugar, com a taxa de 99 vítimas, a AISP 03 (Comércio), que engloba seis bairros, apresenta uma redução de 40% em relação a AISP 05, que ficou em primeiro lugar.

As AISPS 13 (Cajazeiras), 06 (Brotas) e 01 (Barbalho), não se distanciam muito, com a taxa de 94, 77 e 65 respectivamente vítimas dos homicídios dolosos na região de Salvador.

Analisando as AISPS restantes, é perceptível uma redução significativa da AISP 01 – Barris. A AISP 08 (Boca do Rio) integrada por três bairros, quais sejam Moradas da lagoa, Valéria e Palestina, no ano em de 2013 contabilizou 34 vítimas, com a diferença de 217 homicídios da AISP 05 (Periperi), que se constitui como umas das Áreas mais violentas. A AISP 07 (Rio Vermelho), constituída por 6 bairros, quais sejam Ondina, Alto das Pombas, Calabar, Rio Vermelho, Federação e Engenho Velho da Federação, registrou 33 homicídios.

Ressalta-se, que é preciso atentar-se ao número de bairros inseridos nas AISP's, uma vez que alguns possuem mais bairros que outras. Desta forma, é preciso analisar os índices de homicídios dolosos em cada AIPS levando em conta a quantidade de bairros inseridos nela.

Levando em conta as duas AIPS com maiores índices de homicídios, podemos constatar que a AISP 05 (Periperi) possui 15 bairros integrados, ao passo que a AIPS 11 (Tancredo Neves) possui 21 bairros.

Por fim, as AISPS 16 (Pituba) e 14 (Barra), ocuparam as duas últimas colocação na escalada, contando com oito e cinco vítimas respectivamente, revelando uma diferença de mais 90% da AISP 05 (Periperi). Essa diferença entre as taxas de homicídios, as mais baixas nos bairros nobres, em contraponto a uma alta taxa de violência na periferia e no subúrbio Ferroviário demonstra a quem atinge a violência urbana, e como a pobreza é criminalizada no Estado Democrático de Direito.

No ano de 2013, se repete a elevada porcentagem de jovens mortos, onde temos numa contagem de todos os dez bairros mais violentos 78% das vítimas jovens. Ressalta-se que majoritariamente os bairros que concentram as mortes se repetem, apenas oscilando minimamente, para mais ou menos, entre os números.

Com isso, e percebendo os territórios que se constituíram como alvos privilegiados da violência homicida na cidade restou comprovada a existência de uma geografia da morte, onde territórios, atingidos sobremaneira pela ineficácia de serviços básicos, e sujeitos marcados pelos estigmas do racismo, passam a conviver com a exclusão de qualquer direito, reclamando, sobretudo, o direito à própria vida. Este cenário de crise, mortes, e abandono, pressupõe uma necessária crítica às instituições do Estado, e aponta para a existência de mecanismos de gestão da vida que guarda similitudes com o regime de Exceção, no entanto, a nossa experiência histórica enquanto povo nos remete a considerar a história colonial e a diáspora como elementos fundamentais para compreender as relações sociais que se engendraram no curso da formação social, política, cultural e jurídica do País. Nesse sentido, o racismo aparece como ponto de convergência entre os conflitos sociais, constituindo-se como fenômeno estruturante

INDICADORES HOMICÍDIOS POR BAIRRO/AISP 2013 (MAIORES TAXAS)					
BAIRRO	QUANTIDADE	AISP	NOME DA AISP	IDADE (15 – 29 ANOS)	CIFRA OCULTA
PERIPERI	51	5	Periperi	28	9
PARIPE	43	5	Periperi	22	12
FAZENDA GRANDE DO RETIRO	39	4	São Caetano	17	10
LOBATO	34	5	Periperi	17	10
PERNAMBUEÍS	33	11	Tancredo Neves	14	11
PLATAFORMA	32	5	Periperi	18	4
MATA ESCURA	30	11	Tancredo Neves	15	6
VALÉRIA	28	8	CIA	10	11
SUSSUARANA	26	11	Tancredo Neves	20	7
BEIRU/TANCREDO NEVES	26	11	Tancredo Neves	17	9
TOTAL	342			178	89

de nossa sociedade, e basilar para a compreensão dos conflitos entre o Estado e a população.

Estado de exceção e bio política

Nesta seção, pretende-se articular algumas das ideias desenvolvidas pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004), sem perder de vista a crítica, necessária e fundamental para redimensionar o sentido e alcance de sua abordagem, tornando-a viável ao ponto de partida para aproximação de nossa realidade e singular desenvolvimento histórico. Neste sentido, leva-se em consideração neste estudo os conflitos, distensões e contradições que marcam e maculam as relações raciais já desiguais de nossa formação social, e a territorialização destas inflexões.

Ao aprofundar a análise do conceito de *Estado de Exceção*, o autor expõe questões pertinentes e importantes de serem discutidas, Na sua obra principal sobre o tema, Agamben apresenta o Estado de Exceção “como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 79) ⁵, ou seja, quando a exceção se torna a regra criando um vazio de direitos através da suspensão ou interrupção da ordem jurídica (o *lustritium*) ⁶; um não lugar; “uma espécie de grau zero da lei”.

Os espaços onde estão situados estes sujeitos fragmentados pelos conflitos de classe, raça e gênero – categorias fundamentais na compreensão da estratificação social do país –, constituem-se como lugares onde a ação repressora do Estado e suas agências de controle social exercem o que deveriam ser uma ação excepcional, em caso de guerra contra outro Estado ou em conflitos mais extremos⁷, no entanto, são mediados

5 AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção; trad. De Iraci D. Poleti. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo (Estado de Sítio), 2004.

6 “O termo *lustritium* [...] significa literalmente “interrupção, suspensão do direito”. [...] Implicava, pois, uma suspensão não apenas da administração da justiça, mas do direito enquanto tal.” (p. 68)

7 Neste ponto, Agamben ressalta que o Terceiro Reich pode ser tomado como a experiência do que foi chamado de “guerra civil legal”. Explica o autor: “Logo que tomou o poder (ou, como talvez se devesse dizer de modo mais exato, mal o poder lhe foi entregue), Hitler promulgou, no dia 28 de fevereiro, o Decreto para a proteção do povo e do Estado, que suspendia os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais. O decreto para proteção do povo e do Estado, que suspendia os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais. O decreto nunca foi revogado, de modo que todo o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos. O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração,

nos aparelhos ideológicos do Estado moderno, que passam a distribuir desigualmente sua força, utilizando-se de técnicas-administrativas de natureza racista e econômica. São sujeitados esses espaços a violações sistemáticas dos direitos fundamentais de sujeitos e grupos inteiros em territórios da urbe onde a pobreza e as limitações estruturais são percebidas de forma latente e inquestionável.

A utilização não oficial do regime de exceção em áreas definidas pela política de segurança, reflete o momento em que dispositivos de controle atuam conforme a lógica de uma razão de estado alinhada à perspectiva do capital, ou seja, são preferenciais na atuação ostensiva do Estado, territórios onde os estigmas de raça e classe se sobrepõem a cidadania e a ordem pretensamente democrática.

Numa análise mais detida, percebe-se que o estado de exceção passa de medida excepcional à técnica de governo, quando contrastado com conflitos, resistências e desequilíbrios sociais. É possível fazer uma correlação deste fenômeno quando se pensa nas democracias ocidentais, uma vez que, ao se deparar com a emergência de altos índices de criminalidade, os Estados promovem, enquanto resposta imediata, mecanismos de exclusão física ou simbólica dos considerados indesejáveis ou integráveis ao sistema, reposicionando-os numa zona exógena da cidadania e do direito.

Enquanto técnica política administrativa de gestão, o estado de exceção se alinha ao que Foucault chama de biopolítica, ou seja, as premissas elaboradas pelo Agamben nos mostram que a articulação deste biopoder como técnica de governo das formas de vida – na potencialização do corpo biológico – vai caracterizar o modelo ocidental de política, incluído e excluindo, incorporando e abandonando corpos indesejáveis à perspectiva do capital e de seu modo de organização social ⁸.

Segundo Foucault, é fundamental para análise do poder exercido pelo Estado, antes de tudo, historicizar os desmembramentos que este desencadeia na sociedade. O poder deve ser tomado mediante as negociações feitas no paradoxo da soberania, onde o súdito se inscreve na determinação de sua própria existência. Ou seja, o soberano, nesse sentido exerce sobre os corpos de determinados sujeitos o poder sobre o direito à vida e a morte. Sugere Foucault:

Dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele *pode fazer morrer e deixar viver*; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos de certo modo originais ou radicais, que se localizam fora do campo do poder político (FOUCAULT, 1999, grifo nosso) ⁹

Nesse aspecto podemos inferir junto ao autor, quando analisado o sistema de controle social implementado pelo Estado moderno, como este corresponde às noções de soberania que o antecede, no curso da história, viabiliza um reagrupamento de estratégias que efetivamente toma o poder a partir da lógica do direito de soberania, assim, esse direito nos sistemas atuais ainda definiriam quem deve morrer ou

por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema” (grifos nossos). (p. 12-13)

8 ASSMANN, Selvino; BAZZANELLA, Sandro. A máquina/dispositivo política: a biopolítica, o estado de exceção, a vida nua. In: LONGHI, Armindo (org). Filosofia, política e transformação. SP: LiberArs 2012.

9 FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976); Trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. Pag. 286.

permanecer vivo.¹⁰

Não obstante as representações da criminalidade nos territórios de exceção, estas podem ser exemplificativas das consequências nefastas do desenvolvimento dos Estados vinculados à perspectiva capitalista, sobretudo para as populações mais vulneráveis dos centros urbanos. Uma outra articulação desse poder soberano, refletido na adoção do paradigma da exceção, produzirá a figura contemporânea da “vida nua”. Agamben articula o conceito ao tentar definir o corpo distanciado de sua dimensão política, reduzido à sua dimensão biológica, o *homo sacer*, aquele sujeito matável. Assim propõe o autor em obra que condensa esse pensamento:

“Uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*), ofereceu assim a chave graças à qual não apenas os textos sacros da soberania, porém, mais geral, os próprios códigos do poder político podem revelar os seus arcanos. Mas, simultaneamente, esta talvez mais antiga acepção do termo *sacer*, nos apresenta o enigma de uma figura do sagrado aquém ou além do religioso, que constitui o primeiro paradigma do espaço político do Ocidente”. (p. 16) (Agamben, 2002)

Aqui se propõe perceber a condição de existência de sujeitos e grupos sociais a partir do conceito retomado por Agamben. Vida nua se compõe como uma dimensão estruturante dos fluxos e influxos sociais reafirmado na percepção das agências de controle do Estado bem como nas relações no campo das subjetividades e identidades, que media e promove agenciamentos das representações culturais, individuais e coletivas. Na contemporaneidade, é possível identificar espaços habitados por cidadãos que têm a sua dimensão política usurpada, vivenciando a vida nua, sem direitos, evidenciada seja na ação violenta do estado, nas funções não declaradas do sistema de justiça criminal, ou na omissão diante de carências estruturais no campo da saúde, educação, assistência social, habitação etc.

Em estudo realizado pelo Orlando Zaccone, restou comprovada a hipótese da existência desse sujeito sem direitos, chamado por quando este explicita a análise feita sobre os “autos de resistência” – pensados pelo autor como a “forma jurídica da política de extermínio de inimigos”, nesse sentido, atesta o autor: “[a] existência de uma política pública, na forma de razões de Estado, a ensejar os altos índices de letalidade do sistema penal brasileiro, com destaque para aqueles praticados rotineiramente nas favelas cariocas”.¹¹

Nesse aspecto, o cenário carioca das favelas não se diferencia muito quando comparado às problemáticas da cidade de Salvador, no entanto, tanto a análise feita pelo Giorgio Agamben quanto na tese defendida pelo Zaccone, não obstante as suas similitudes, estas carecem de atenção acerca do papel determinante – no caso de sociedade ocidentalizadas, sobretudo na América Latina – que tem a história colonial e os desmembramentos sutis e não menos violentos e perversos do racismo.

Para uma crítica mais detida sobre os postulados do filósofo italiano, é possível destacar o caráter preeminente ontológico de suas análises, que resulta na sobreposição da historicidade das crises políticas no ocidente e nos contextos coloniais da América

¹⁰ Ibidem.

¹¹ D’LIA filho, Orlando Zaccone. Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro/ Orlando Zaccone. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015, pag. 24.

Latina. Nesse sentido, parte-se para uma crítica ao eurocentrismo de suas avaliações sobre modelo jurídico institucional e o modelo biopolítico de poder.

Nas trilhas propostas pelos autores Alejandro De Oto e Maria Marta Quintana, pode-se inferir que ao privilegiar a ontologia em detrimento do método genealógico, Agamben, incorre numa deshistoricização da questão. Dessa forma, Oto e Quintana apresenta a seguinte indagação:

“É na possibilidade de pensar que talvez o lugar por excelência onde o poder soberano se constitui sob o paradigma da exceção seja o espaço colonial: invenção profundamente marcada pela exceção (hierárquica) do poder imperial – a partir do qual ainda vemos os seus efeitos” (tradução livre, OTO e QUINTANA, 2010,p.50)¹².

Pensar o lugar de incidência do poder soberano, é buscar o espaço territorializado da exceção. Os autores avançam de maneira fundamental no que concerne o necessário rompimento epistemológico com a tradição filosófica europeia totalizante. Contrasta-se, sobretudo, a figura da *vida nua*, questionando se esta não deveria ser rediscutida a partir das ordens coloniais e com a produção de sujeitos descartáveis, (“convertidos em vida vegetativa através de diferentes mecanismos de des-subjetivación, incluso jurídico-burocrático) en un marco de absoluta excepcionalidad”. (OTO e QUINTANA, 2010, p.50)¹³

A partir dessa última perspectiva apresentada, sugere-se um olhar mais abrangente sobre a vida dos “condenados da cidade”, que estão submetidos à estrutura-jurídica e política da exceção; aos marcadores impostos pelo racismo e sexismo; e a força do “estigma territorial”(WACQUANT,2001)¹⁴. Pontos a serem debatidos na seção seguinte.

No regime de um estado de exceção, quando percebido contemporaneamente a partir da secularização causada ou herdada pela modernidade, é possível perceber que alguns territórios específicos, sobretudo aqueles produzidos a partir da Diáspora Africana na América Latina, se constituem como locus privilegiado de mecanismos genocidas, centralizados em necro-políticas anti-negro, que resultará numa “geografia da morte” (FLAUZINA,2006; VARGAS,2010, NASCIMENTO,2016)¹⁵.

Tomando como base o desenvolvimento dos centros urbanos, e a perspectiva georreferenciada das Áreas Integradas de Segurança Pública, estas aparecem como alvos privilegiados desse modelo de controle social. Antes de adentrar mais profundamente nas questões relativas aos territórios em análise, é preciso ressaltar que, ante uma norma ou a ausência dela, esse modelo de exceção em conjunto com os mecanismos de controle político dos corpos e dos territórios, produz uma zona de indiscernibilidade jurídica, ou seja, relega-se ao direito uma dimensão confusa quanto à sua aplicabilidade, sobretudo, ao instalar-se, notadamente, através de seu aparato

¹² OTO, Alejandro de; QUINTANA, María Marta. Biopolítica y Colonialidad. Una lectura crítica de *Homo Sacer*. In.: Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, Nº. 12: 47-72, enero-junio 2010.

¹³ Ibidem.

¹⁴ WACQUANT, Loic. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho... et al. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. Pp. 33.

¹⁵ FLAUZINA, Ana L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. (Dissertação) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília. Brasília. 2006; NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. – ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016; VARGAS, João C. A Diáspora Negra como Genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma Geografia Supranacional da Morte e suas Alternativas. In.: Revista da ABPN. v. 1, n. 2 – jul. – out. de 2010, p. 31-65.

policial e a partir de políticas de segurança ou criminais¹⁶.

Dessa forma, cabe aqui destacar o papel da polícia nesse empreendimento. Segundo Wacquant, as relações entre a polícia e a sociedade, mas especificamente os jovens, é marcada por desconfiança e brutalidade, visto que os próprios agentes são violadores históricos de direitos, além de vetores de estigmatizações sobre essa parcela da população. Assim propõe o autor:

Para os jovens irados dos enclaves urbanos decadentes, a polícia é, assim, o último amortecedor entre eles e a sociedade e representa o “inimigo”, o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade. (WACQUANT, 2001, P.36)¹⁷

Voltando às questões mais gerais e contextuais, entendemos que esse processo de subjugação de territórios e sujeitos, reposiciona determinados cidadãos à categoria de vítimas de um empreendimento em curso no que tange à administração da vida pelo sistema penal, entretanto, estes sistemas não surgem, sobremaneira, como coloca Zaffaroni, em função de correlações entre: “*códigos o legislações, originarias o importadas, sino que desde los tiempos de la primera colonización se presentan como um ejercicio de poder controlador disciplinario militarizado ejercido sobre las mayorías y sobre los disidentes*”¹⁸.

Nesse sentido, este poder militarizado e controlador antes exercido desde o período colonial como aponta Zaffaroni, agora encontra-se mais pulverizados entre as agências de controle social e os sistemas de justiça, redirecionando o alvo de suas ações, dessa vez, “*preferentemente para um control disciplinador de una cantidad considerable de población masculina joven*”.(ZAFFARONI, 2000, P.64)¹⁹.

Aqui o aparato policial pensado a partir de noções autoritárias e excepcionais deve ser analisado num enfoque interdisciplinar por conta de seu caráter fragmentário e intercambiáveis, assim:

*En el marco de esta perspectiva, el aparato policial debe conectarse, em primer término, com las otras instancias de control penal, especialmente, com el aparato de justicia y com el sistema carcelario, pero sin perder de vista el telón de fondo, em el que destaca el sistema político-administrativo y, en definitiva, el Estado y el contorno de las estrategias de control social.*²⁰ (ZAFFARONI, 2000. p. 106)

Desta forma a relação produtora entre as instancias penais deve ser pensada a

16 Neste ponto, Nilo Batista sugere uma noção mais abrangente sobre a política criminal: “A expressão política criminal não se referirá apenas, como no conceito de Zipf, ‘a obtenção e realização de critérios diretivos no âmbito da justiça criminal’, nela se incluindo o desempenho concreto das agências públicas, policiais ou judiciárias, que se encarregam da implementação cotidiana não só dos critérios diretivos enunciados ao nível normativo, mas também daqueles outros, silenciados ou negados pelo discurso jurídico, porém legitimados socialmente pela recorrência e acatamento de sua aplicação”. (Batista, 2000, p. 1).

17 WACQUANT, Loic. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho... et al. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. Pag. 36.

18 ZAFFARONI, E. Criminología Crítica y Control Social: el poder punitivo del estado. Vol.1 Editora Juris. – Rosario. Argentina. 2000, pag. 64.

19 Ibidem.

20 ZAFFARONI, E. Criminología Crítica y Control Social: el poder punitivo del estado. Vol.1 Editora Juris. – Rosario. Argentina. 2000. p. 106.

partir de sua interlocução com outras dimensões administrativas, entretanto, o que o autor destaca como um possível plano de fundo desta engenharia punitivista aparece aqui como de fundamental importância para elucidação das realidades funcionais do sistema penal brasileiro, sobretudo, quando problematizada as relações sociais que se estabelecem nos centros urbanos, e os determinantes raciais que reafirmam sua natureza e história colonial.

Nesse ponto, o trabalho parte do reconhecimento das desigualdades estruturais que fomentam e retroalimentam a clivagem social inscrita nos territórios em conflito. Salvador, capital marcada por altos índices de criminalidade violenta, é problematizada neste breve estudo em suas assimétricas relações conjunturais, nas desigualdades da distribuição de políticas públicas e dos equipamentos públicos (escolas, hospitais, áreas de lazer); na segregação sócio-racial de seu desenvolvimento urbano; e nas perturbações causadas pelo conflito histórico entre o Estado e a população mais vulnerabilizada, o que abre uma lacuna administrativa que, muitas das vezes, é preenchida com a engenharia do sistema penal.

Compreendendo estes marcadores como expressão legítima e legitimadora das práticas de controle social materializada na biopolítica, indaga-se o espaço onde esta se efetiva, saindo da experiência dos campos de concentração e partindo para o contexto contemporâneo, propõe-se a partir deste ponto, ressaltar o papel do colonialismo na articulação entre o poder político e o direito, e sua centralidade na relação entre o Estado e Sociedade.

Necropolítica racial: uma nova perspectiva de análise

Diante do cenário apresentado na seção anterior, cabe, a partir de agora, situar as formas contemporâneas das políticas de controle social e seus desdobramentos no tecido social. Nesse sentido, o conceito de necropolítica formulado por Achille Mbembé, nos fornece um pressuposto teórico interessante para pensar as relações raciais e as “razões de estado”.

A ideia de raça aqui discutida é proposta em diálogo com a perspectiva da pós colonialidade, ou decolonialidade, nesse sentido, como explicita Olívia Maria Gomes da Cunha, tomando como referencial os estudos de Paul Gilroy:

O que se abrigou sob o termo raciologia foram processos de representação de supostas diferenças (e capacidades) biológicas do corpo. A primazia do corpo nas estéticas e políticas modernas, simulou a substituição da biologia pela cultura, quando, de fato, cristalizou a primeira ao alimentar uma relação difusa e supostamente inexistente entre ambas. (Gomes, 2002,p.157)²¹

Para Fanon, 1968, a ideia de uma descolonização do mundo e das relações implica a desconstrução absoluta dos pressupostos que subsidiam as estruturas que *fazem* o colonizado, que o dá forma e constrói seu trânsito no curso de suas experiências. A descolonização pode ser percebida a partir do choque de forças antagônicas que se enfrentam no âmbito da substantificação dos sujeitos, esta que segrega e fomenta a estrutura colonial.

21 GOMES DA CUNHA, Olívia M. Reflexões sobre Biopoder e Pós-Colonialismo: relendo Fanon e Foucault. Mana 8(1): 149-163, 2002.

De início, é salutar para o presente estudo, partir do pressuposto de que as relações raciais estabelecidas no período colonial no Brasil mantiveram-se nos dias atuais de forma intacta em alguns aspectos, e sofisticando outros de sua estrutura. No período colonial, as insurgências de escravizados, entre outras práticas de resistência ao regime escravocrata, fomentaram, em reflexo, um ethos racista internamente consolidado nas instâncias institucionais do aparelho estatal (racismo institucional)²².

O elemento “raça”, como dito anteriormente, consiste num conceito abstrato biologicamente equivocado, mas socialmente viável para dar conta de determinadas realidades. Assim, compreendendo o fenômeno na esteira deixada pelos estudos de Jaime Amparo que, toma emprestado os conceitos e análises do filósofo camaronês Achille Mbembé, entende-se que as categorias analíticas de *biopoder* e *homo sacer* não se auto explicam, muito menos se propõem universais quando se sugere pensar a espacialização da violência e da pobreza, Amparo questiona:

Uma análise crítica de tais categorias nos permite dizer que alguns corpos e alguns territórios racializados recebem a preferência na distribuição da morte. É por isso que a noção de necropolítica desenvolvida por Achille Mbembé nos parece mais apropriada para dar conta da experiência de negras e negros em seus encontros mortais com as tecnologias de poder moderno nas diferentes nações da diáspora africana. (AMPARO, 2010, p. 94)²³

Com isso, observa-se que as noções de *biopoder* e, porque não, *estado de exceção* não se encerram em si mesmas, logo, necessitam de interações com outras formas de experiências coletivas e individuais, sobretudo, no âmbito dos territórios urbanos, ou seja, nos territórios negros.²⁴

No contexto de uma metrópole como Salvador, que tem nas questões raciais uma relação umbilical e problemática, não se torna difícil visualizar que, a partir dessas contradições, existem espaços e sujeitos que aparecem no tecido da *urbe* como, aparentemente, marcados para morrer. Assim, como ratifica Amparo (2011), essa distribuição sistematicamente calculada da mortalidade é o que configura a (necro) política moderna. Uma vez entendida como gestão da vida a partir da morte, a necropolítica nos fornece as ferramentas necessárias para localizar as condições de vida de negros e negras nas periferias, evidenciadas nos altos índices de mortalidade,

22 Seguindo as trilhas de Elias Sampaio, Vilma Reis afirma que o racismo institucional se configura como “o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereótipos racista, que causa desvantagem a pessoas de minorias étnicas”. SAMPAIO, Elias apud REIS, Vilma. In.: Atacados pelo Estado: As políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. (Dissertação). Pós-Graduação em Ciências Sociais. FFCH-UFBA. 2005.

23 AMPARO-ALVES, Jaime. Necropolítica Racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. V. 1., n. 3. – nov. 2010 – fev. 2011, p. 89-114.

24 Assim propõe a urbanista Raquel Rolnik acerca da conceituação de territórios urbanos racializados: “Usamos para isso a noção de território urbano, uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervêm, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço. A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitário em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas”. ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In.: Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17- CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

sobretudo, em homicídios.²⁵

Diante desse cenário que sujeita, principalmente, homens negros à perversidade dos estados modernos, é que Mbembé elabora o seguinte pensamento: “todo relato histórico sobre o surgimento do terror moderno, deve levar em consideração a escravidão, ela pode ser considerada como uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica”. (MBEMBÉ, 2001, p.31). Segundo essa perspectiva, o autor ainda ressalta que: “*la característica más original de esta formación de terror es la concatenación del biopoder, del estado de excepción y del estado de sitio. La raza es, de nuevo, determinante en este encadenamiento*”. (MBEMBÉ, 2001, p.35)

Dessa forma, percebe-se a relevância de tomar as questões que envolve a engenharia punitiva moderna sobre a égide de um novo paradigma de governança, ou uma nova governamentalidade que insere nas estratégias de gestão da população a categoria raça, instrumentalizando e sofisticando o racismo e seus desencadeamentos.

Ademais, observando os dados disponíveis acerca da mortalidade de jovens negros na cidade, percebe-se o quanto esse sistema engenhoso de eliminação de corpos possui, enquanto elemento fundante, o racismo. É possível afirmar que o racismo está na América Latina como a base de sustentação do seu processo histórico, salientando que a negação da existência do negro no plano do imaginário social latino, alimenta os empreendimentos genocidas que são fundados no desejo de eliminação física desses corpos e coletiva desses segmentos (FLAUZINA, 2006)

Ao tratar das violências em que sujeitos negros estão submetidos, especialmente, quando estes estão situados nos enclaves urbanos ou zonas periféricas, alvos preferenciais do poder punitivo estatal, faz-se necessário reposicionar o papel da política pública de segurança nesse cenário. Neste sentido, ao encaminhar o estudo para as práticas racionalizadas de controle social, consolidadas como “razões de estado”, instituídas sobre as individualidades vividas a partir da negritude – bem como em seu agenciamento coletivo nos territórios racializados – se mostra urgente um redirecionamento das teorias e pesquisas que pretendam “críticas”. Aqui, e tomando como base o trabalho desenvolvido pela Ana Flauzina (2006), reafirma-se o imprescindível compromisso das correntes criminológicas com a agenda de movimentos sociais ou quaisquer grupos organizados que denunciam a natureza racista do Estado.

Atrelada à perspectiva colonial, a necropolítica racial proposta a partir de Mbembé, se inscreve no campo de uma engenharia punitivista e de controle das populações, com isso salienta-se que o empreendimento posto em curso pelo Estado neste cenário de mortalidade em espaços determinados, desdobra-se não somente no extermínio físico de negros e negras, mas, sobretudo, na sua inviabilização enquanto coletividade.

Observado a relação antiga entre a criminologia e os paradigmas raciais, resta a partir de agora situar os elementos constitutivos mais objetivos das consequências dessas imbricações. O paradigma da governamentalidade, que institui seletivamente em territórios marginalizados, habitados por sujeitos e grupos raciais bem definidos as políticas de segurança ou criminais que subjulga e potencializa a violência já existente – oriunda de conflitos internos e estruturais – restabelecem padrões mórbidos de governança.

Com isso, na experiência localizada das áreas integradas de segurança pública de

25 AMPARO-ALVES, Jaime. Necropolítica Racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. V. 1., n. 3. – nov. 2010 – fev. 2011, p. 89-114.

Salvador, ao reposicionar o paradigma do controle social alinhado à aplicação de um estado de exceção nesses territórios negros, observa-se, de antemão, uma complexa engenharia administrativa dos corpos, tomados e gerenciados pela necropolítica.

Considerações finais

Nesta seção, o artigo pretende resgatar conclusões produzidos à partir do aporte teórico –metodológico da presente pesquisa, qual concentrou-se no mapeamento analise da violência letal intencional, os homicídios dolosos na cidade do Salvador. Com isso, procura-se mostrar seus resultados como base de sustentação dos argumentos aqui defendidos, especialmente a tese de que há, a possibilidade de suspensão ou interrupção do direito, em territórios específicos, onde recai os estigmas capazes de desabrigar o ser de sua dimensão cidadã, tornando-o sujeitos descartáveis, abandonados pela ordem jurídica.

A configuração de uma geografia da morte, onde a distribuição da violência letal acaba atingindo de maneira desproporcional uma parcela da população, se constitui como base das estratégias para lidar com o problema do aumento da violência.

Nesse sentido, mesmo desenvolvendo Políticas Públicas (Pronasci e Planesp)²⁶ que objetivam tratar do problema da violência, o Estado, acaba potencializando a mortalidade de jovens, pois quando não são mortos violentamente por agentes do Estado, por omissão ou cumplicidade são deixados para morrer pela falta de atenção no campo da saúde, assistência e acesso a justiça.

O Pronasci, segundo Márcia Esteves de Calazans:

Foi instituído em outubro de 2007 e começou a operar em 2008, é um recém-nascido. Seu objetivo é articular ações de segurança pública, para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais de ação de proteção às vítimas. O principal impacto esperado pelo Pronasci é a redução da violência letal do país. (ESTEVES DE CALAZANS, 2015, p. 93)²⁷

Como salientado na introdução, para as agências de controle social do Estado, a cidade é dividida em Áreas Integradas de Segurança Pública, composta por agrupamentos de bairros por região. Esse recorte é feito com o intuito de operacionalizar a política setorizando geograficamente, e escolhendo estrategicamente os alvos da política de segurança.

Algumas dessas áreas aparecem como privilegiadas do ponto de vista da desigual distribuição das mortes, destacando-se entre as outras: subúrbio ferroviário e Tancredo Neves. Para a primeira área, percebe-se uma concentração elevada do número de homicídios, no entanto, a pesquisa observa a existência de manipulação dos dados, que confundi o leitor numa primeira aproximação, quando altera deliberadamente a sequência numérica pela qual são definidas as AISP. Mesmo com esta dificuldade, ESTEVES DE CALAZANS, 2015 aponta que ocorre um aumento no número de homicídios “nos territórios onde se situam os bairros considerados populares em contraponto aos espaços elitizados, como por exemplo, os bairros Caminho das

26 PRONASCI: Plano Nacional de Segurança com Cidadania; PLANESP: Plano Estadual de Segurança Pública.

27 CALAZANS, Márcia E. de. Homicídios de Jovens Negros em Salvador e as novas Tessituras das Cidades. – Derecho Penal y Criminologia. Año V. nº 07 – Agosto, 2015.

Arvores e Graça” (ESTEVES DE CALAZANS, 2015, p. 92).

Ainda segundo a autora:

“A taxa de homicídio em Salvador, leva-nos à hipótese de que a ausência de garantia dos direitos fundamentais propicia um cenário favorável às novas modalidades de relações sociais engendradas em um contexto de precariedade material e submissão simbólica. E uma vez que a política pública de segurança, podemos afirmar que ela não alcança o processo desigualdade social, tampouco tem produzido impacto positivo na taxa de homicídios nesses territórios” (ESTEVES DE CALAZANS, 2015, p. 92)

Pode-se retirar desta conclusão que a racialização dos territórios e desigualdade social são elementos centrais e definidor da elevada concentração do fenômeno da violência na cidade do Salvador.(ESTEVES DE CALAZANS et al,2016)

Observa-se que estas conclusões correspondem ao que se conceitua aqui como uma desigual distribuição das mortes na cidade, o que remete à hipótese de que existam áreas privilegiadas na incidência alarmante da violência letal, onde marcadores de sexo, idade, classe e raça aparecem como agenciadores desta distribuição.

Ainda seguindo as conclusões dos autores citados, pode-se correlacionar essa distribuição desigual da morte à emergência de novas estratégias de produção na política de segurança e criminal , que inscreve territórios e grupos sociais nos cálculos do poder, no entanto, atuando através da exclusão, seja a partir do encarceramento (exclusão simbólica) do tecido social, ou, então, a partir da eliminação física do sujeito (como nos homicídios dolosos aqui citado).

De acordo com ESTEVES DE CALAZANS, nas trilhas de Jaime Amparo Alves:

Ao constatarmos a distribuição desigual de mortes violentas, considerando os territórios e as circunscrições onde se efetiva a política pública de segurança (Áreas Integradas de Segurança Pública) é possível afirmar, como assevera Jaime Amparo Alves (2011) que a distribuição espacial e a dinâmica de mortalidade se constitui em uma necropolítica estatal de gestão do espaço urbano e controle da população, seja por omissão, seja por cumplicidade com os padrões mórbidos de relações raciais no Brasil. (ESTEVES DE CALAZANS, 2016, p. 592)

É dado suficientemente incontestado, a partir nas últimas décadas a pertinência e fundamental necessidade de problematizar a violência letal distribuída difusamente na sociedade brasileira, sobretudo em Salvador. Como uma espécie de prerrogativa teórica e empírica, observar este fenômeno da violência e os números produzidos pela lógica de intervenção nos conflitos sociais realizadas pelo Estado, nos permite reconhecer a eminência de um paradigma estruturante relativamente novo, é o estado de exceção em sua acepção mais problemática, tangível nas experiências contemporâneas de conflito.

Quando realizado um recorte espacial, percebe-se claramente como essa distribuição desigual da mortalidade por crimes de homicídio se coloca. No contexto aqui analisado, a AISP de Periperi, é um reflexo do movimento que atingi tanto o Brasil quanto (em graus distintos) outros países latino americanos. Constata-se, uma reatualização do paradigma do estado de exceção, materializado nas ações e omissões do estado diante

da escassez de garantias e direitos individuais e a segurança como um direito social em territórios negros que, evidentemente, encontra-se nesse nível de precariedade por conta desse próprio estado.

A espacialidade da morte, ficou demonstrada de suma importância para localização desses territórios.

No contexto que envolve a população de Periperi, é possível encontrar casos emblemáticos que demonstram a real racionalidade dos aparelhos de controle e repressão social. Não é incomum surgirem nas mídias (TV, rádio, internet) eventos que possuem o próprio estado materializado na farda do policial como protagonista de mortes e massacres, levando entidades e organizações sociais, a falarem num processo de genocídio como destacado aqui. Diante dessa clara constatação, que assola o cotidiano de populações marcadas pelos estigmas de raça, classe e gênero, notadamente, é que perpassa todo o caráter resignificado do racismo e de seu suporte político jurídico, o estado de exceção.

No Brasil, para além das contradições históricas latentes na sua estrutura social, observa-se uma questão que há tempos preocupa os estudiosos e pesquisadores sociais: o racismo. Problemática de extrema relevância para a problematização das relações sociais no país, o elemento “raça”, em acepção puramente abstrata, serve-nos como categoria analítica pujante, que transpassa as ressignificações contemporâneas, firmando-se, no presente trabalho, enquanto ponto de análise profícuo para o entendimento da nossa formação social.

Pensando a necessidade de aprofundar as questões sobre os padrões mórbidos de governança que estão submetidos negros e negras periféricos na cidade de Salvador, ressaltando os espaços onde residem (territorialidades) e as experiências vivenciadas, buscou-se neste estudo – visto como ponto de saída para uma compreensão mais abrangente – destacar como o elemento raça, por fim, acaba definindo estratégias e ações na esfera do controle social e dos corpos.

A realidade social dos bairros periféricos em todo mundo e os indivíduos que neles residem formam um território marginal e excluído. Em alguns grandes centros urbanos, o problema da criminalidade violenta, nos bairros onde há alta incidência de violência letal, especificamente, o homicídio doloso, revelam características comuns marcadas pela cor de seus residentes, por determinada cultura e específicas formas de viver. Assim, visando este fenômeno tanto antigo quanto complexo, o trabalho se inscreve numa proposta de questionamento sobre como são produzidos estes corpos mutilados, quem são, onde residem e quem são seus algozes.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*; trad. De Iraci D. Poleti. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo (Estado de Sítio), 2004.

AMPARO-ALVES, Jaime. *Necropolítica Racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo*. V. 1., n. 3. – nov. 2010 – fev. 2011, p. 89-114.

ASSMANN, Selvino; BAZZANELLA, Sandro. *A máquina/dispositivo política: a biopolítica, o estado de exceção, a vida nua*. In: LONGHI, Armindo (org). Filosofia, política e transformação. SP: LiberArs 2012.

BATISTA, Nilo. *Política Criminal com Derramamento de Sangue*. In.: Doutrina Nacional.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. N. 20.

ESTEVES DE CALAZANS, Marcia E.; SANTOS, Bianca; MOITINHO, Karina Matos da S.; CARDOSO, Caroline R.; CASAIS, Rafael. *A Espacialização da Morte e Padrões Mórbidos de Governança Espacial: Homicídios de Jovens em Salvador 2010-2015*.

ESTEVES DE CALAZANS, Márcia E. de. *Homicídios de Jovens Negros em Salvador e as novas Tessituras das Cidades*. – Derecho Penal y Criminologia. Año V. nº 07 – Agosto, 2015.

ESTEVES DE CALAZANS et ali. *Relatório geral dos homicídios dolosos 2010-2015*.

ESTEVES DE CALAZANS et al. *Criminologia e Racismo*. Dossiê Caderno do CEAS, 2016, Salvador, Bahia.

DUARTE, Evandro P. *Paradigmas em criminologia e relações raciais*. In.: Cadernos do CEAS, Salvador, n. 238. 500-526, 2016

D’LIA filho, Orlando Zaccone. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*/ Orlando Zaccone. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015,

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Coleção: Perspectiva do Homem. Vol. 42. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1968.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*: Trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. Pag. 286

FLAUZINA, Ana L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. (Dissertação) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília. Brasília. 2006;

GOMES DA CUNHA, Olívia M. *Reflexões sobre Biopoder e Pós-Colonialismo: relendo Fanon e Foucault*. Mana 8(1): 149-163, 2002.

MBEMB, Achille. *Necropolitique en Traversées, diásporas, modernités*. Raisons Politiques. Nº 21, pp. 29-60. 2011.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. – ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016;

OTO, Alejandro de; QUINTANA, María Marta. *Biopolítica y Colonialidad. Una lectura crítica de Homo Sacer*. In.: Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, Nº. 12: 47-72, enero-junio 2010.

REIS, Vilma. In.: *Atuados pelo Estado: As políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001*. (Dissertação). Pós-Graduação em Ciências Sociais. FFCH-UFBA. 2005.

ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras* (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In.: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* 17- CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

PRONASCI: *Plano Nacional de Segurança com Cidadania*; PLANESP: Plano Estadual de Segurança Pública.

VARGAS, João C. *A Diáspora Negra como Genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma Geografia Supranacional da Morte e suas Alternativas*. In.: Revista da ABPN. v. 1, n. 2 – jul. – out. de 2010, p. 31-65.

WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Trad. João Roberto Martins Filho... et al. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

ZAFFARONI, E. *Criminologia Crítica y Control Social: el poder punitivo del estado*. Vol.1 Editora Juris. – Rosario. Argentina. 2000.

AS ESCOLAS ENTRE MUROS, MURMÚRIOS E ARREDORES

Angelita Hentges¹

Resumo

As escolas são instituições que compõem as sociedades modernas, e mantêm-se organizadas da forma que se apresentam na atualidade, desde já umas centenas de anos. Compreendê-las é uma tarefa complexa, afinal, apesar de uma certa estabilidade, cada uma mantém-se pelas suas diferenças, em muito percebidas pelos locais que se inserem, e pelas populações que atendem. Buscando perpassar por esse paradoxo, e refletir sobre ele, esta escrita procura fazer emergir uma (possível) relação entre a vida na escola “de dentro pra fora”, e a vida fora dela “de fora pra dentro”, a partir das andanças pelas escolas da rede pública de Pelotas, por ocasião das orientações de estágios de estudantes dos cursos de licenciatura que atuo. As reflexões apresentadas são amparadas na perspectiva da educação e da formação como processos simbólicos de constituição do humano. Entre muros e arredores, emergiram murmúrios indicativos de conflitos e de possibilidades.

Palavras-chave: escola, educação, formação.

Abstract

Schools are institutions that make up modern societies and keep itself organized the way they are currently since hundreds of years. Understanding them is a complex task because, after all, despite some stability, each one remains its own differences, very noticeable by the the environment which they are inserted and by the population they attend. Trying to pass through this paradox, and reflect about it, this writing tries to emerge a possible relation between the life at school “from inside to outside” and the life out the school “from outside to inside”, starting from the Pelotas’ public schools visitation in the intership guidance i do. The presented reflections are supported in the perspective of education and training as symbolic processes of human constitution. Between walls and surroundings, there were murmurs indicative of conflicts and possibilities.

Keywords: school, education, formation

A proposta neste texto alimenta-se de duas fontes: minha participação no Observatório de Conflitos da Cidade, no qual ingressei com a curiosidade de quem busca entender o que vê cotidianamente nas andanças pelas escolas da nossa cidade; e o encontro que tive com as escolas que visitei por conta das orientações de estágio docente. Pelas andanças nas escolas em muito fui arrebatada por sensações de estar “sempre vendo a mesma coisa”, melhor dizendo, vendo as mesmas salas de aula, com suas classes dispostas em fileiras, as mesmas paredes nuas, o mesmo quadro, o mesmo lugar do professor, da professora, as mesmas salas de professores, e os mesmos estudantes, sentados ou em pé, conversando sobre diversas coisas, de diversas ordens, excetuando-se o que o aspirante a professor (a) tentava ensinar. Esse não é um quadro novo, tampouco estranho. Porém, por algum motivo, o estranhei!

Estranhei pelo silenciamento dos conflitos emergentes nos murmúrios, os quais pressuponho que carregam possibilidades, como espaços tempos de convergências étnicas, culturais, mítico-religiosas, dentre outras. E é por aí que movimento a escrita deste texto, circulando por essas escolas, tomando como pontos de amparo os relatórios finais dos estágios dos licenciandos que orientei, e buscando pelos murmúrios conflitantes, tomando estes como potencializadores de novas possibilidades.

Para ir dando forma a esta empreitada é preciso posicionar-se dentro e fora dos muros das escolas, andando por algumas das teias invisíveis que as envolvem, as quais são tramadas no complexo contexto das suas cercanias. Contextos complexos que tratam de concepções de educação, ou melhor dizendo de “Educações”, parafraseando Brandão (2003), enlaçadas a modos e formas do ser e do viver culturais dos grupos que cercam as instituições educativas. Para o autor, ninguém escapa à educação, ela é invisível, e invade a vida existindo difusa em todos os mundos sociais e entre os incontáveis mistérios de aprender, e ainda:

A educação nasceu sem livros, sem prédios, sem professores especialistas, e por isso, é uma das maneiras que as pessoas criaram para tornar comum o saber e a crença, daquilo que é comunitário na tribo, na cidade ou na aldeia. Ela ajuda a pensar “tipos de homens” e a criá-los, e por isso é também um processo de produção de crenças e ideias que constroem tipos de sociedades (BRANDÃO, 2003, p. 12).

O que Brandão apresenta sobre a educação coloca-a numa perspectiva ampla de formação humana, que vai além da concepção desta como espaço de instrução para um ofício. A educação se faz em todos ambientes, da escola à igreja, passando pela família e pelos espaços que as pessoas convivem, em um tempo que embora histórico, não pode ser medido de forma linear, sendo impossível determinar de quanto tempo se leva para aprender certo labor ou valor ético humano.

O ocidente branco europeu, instalado nestas terras, criou as escolas como espaços importantes nos quais as crianças, ainda muito cedo, se iniciam no entendimento intelectual das ciências. No entanto, além de conhecimentos científicos, aprende-se com as primeiras letras e com os primeiros números, as primeiras regras de convivência e junto com a família e com a rua aprende-se os primeiros valores da vida.

Cada sociedade se mantém no sentido da educação que professa. Sociedades com bases culturais diferentes apresentam distintas concepções de educação. Numa sociedade com diferentes matrizes culturais, como é a brasileira, entender a educação torna-se um fenômeno complexo e profundo, pois a formação do povo entrelaça-se entre o índio, o negro e o luso, somando-se aí as demais etnias que aportaram por essas terras. O Brasil é um país de proporções continentais, e cada célula, apresenta

¹ Doutora em Educação e professora de Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado do CAVG/IFsul.

traços culturais a partir de sua constituição. Nesse sentido, a perspectiva de Brandão (2003), de que não existe uma educação, existem educações, bem se aplica ao Brasil.

A partir disso entendo que a escola não é a única, mas é um dos espaços de criação e recriação do sentido de humano e de humanidade. Ela existe por sua tarefa de iniciar as crianças e os jovens na vida da cidade, como célula na comunidade em que se insere. Sua tarefa de educar justifica-se para que os jovens possam compreender, pelos olhos das diferentes áreas de conhecimento, o mundo que o cerca e a si mesmo.

No entanto, como professora, observo de modo geral, que a escola da atualidade desconsidera o universo cultural que a cerca e a formação ampla do ser humano. Desde a organização curricular, até os fazeres cotidianos institucionais fundamentam-se numa lógica classificatória e excludente. São os anos, as séries, e neles, os currículos, os conteúdos, e a vida de quem ali está, classificada em bimestres, trimestres, semestres, dias, horas e anos. A aprendizagem é medida, quantificada, pesada, de acordo com os objetivos das diferentes disciplinas.

Nesse sentido, a escola, por vezes, põe de lado sua face educacional, no sentido mais amplo, e quase sempre, insiste em dedicar-se ao ensino, como instrução, valorizando a razão, como única possibilidade de entendimento do mundo, ou se não a única, a mais verossímil e capaz de compreensão. Assim, a educação feita na escola, reduzida ao seu aspecto instrucional, não considera que além de técnicas, esta é um processo de fazer-se no mundo.

Buscar outras possibilidades para a escola, compreendendo-a como espaços e tempos de possibilidades de transformação, requer aproximar-se da compreensão de que a formação humana é a vinda ao “mundo de uma personalidade, como o estabelecimento dessa personalidade no mundo e na humanidade” (GUSDORF, 1967, p. 26) e isso implica em tornar a formação um fenômeno cósmico, incluindo questões essenciais do humano. Faz-se necessário repensar o que se faz na escola acerca dos fins da educação como formadora de humanidade. É preciso adentrar numa perspectiva de formação integral, na qual se imponha pedagogicamente, como questão impulsionadora, a origem e o fim último do ser humano. Para o autor é na máxima socrática do “Conhece-te a ti mesmo...” que reside o mistério do ensino.

Ao compreender que “o ensino é sempre mais do que o ensino” (GUSDORF, 1967, p. 18), temos um ângulo diferente para a formação humana, que se insere para além do ensino técnico-operacional de um ofício, sem, no entanto, excetuá-lo. Por isso, muito mais amplo do que pressupõem os currículos escolares, a educação é um fenômeno que possibilita criar o ser humano. Ela é um meio que a cultura encontrou para manter-se viva, iniciando as gerações mais novas naquilo que ela julga necessário para a sua existência. Nesse sentido, a educação é um modo do humano reconhecer-se “humano” e pertencente a um lugar e a uma cultura.

Tomando como pressuposto que os fins da educação devem ser o da formação do humano, na sua integralidade, no seu anseio de “tornar-se quem ele é”, é que nos aproximamos do entendimento do humano como *homo symbolicus* (CASSIRER, 2005) criador de realidade. Para Durand (2002) a compreensão do *homo symbolicus* ocorre pelo entendimento de que para a consciência o objeto emerge inevitavelmente e imediatamente integrado a um sentido, e é por isso, que para a mesma “nada é simplesmente apresentado, mas tudo seja *representado*” (DURAND, 1988, p. 59). No *homo symbolicus*, as imagens produzidas pelo museu imaginário da espécie serão sempre re(a)presentadas, e o acesso a elas será sempre pela via do símbolo, o qual tem o papel de manter uma ponte entre o consciente e o inconsciente, que tem no mito, na arte, na religião e em outras manifestações simbólicas da cultura, sua melhor forma

de expressão.

Para Durand, o trajeto antropológico ou o museu antropológico desenrola-se numa troca eterna entre o imaginário cultural, e as imagens que o ser humano produz, a partir dos gestos próprios do humano. Este se torna num grande reservatório-motor de todas as imagens atemporais já produzidas pelo *antropos*. Essas imagens atemporais ou arquétipos são gestadas nas profundezas das interrogações que o ser humano faz acerca de quem é, de onde vem e para onde vai, e são carregadas da angústia de compreender o sentido e a finitude da vida. Isso é o que o autor compreende como imaginário, ou seja, uma “faculdade da simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra (DURAND, 2011, p. 117)” e também num “[...] ‘museu’ de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas (DURAND, 1988, p. 6)”.

As imagens simbólicas produzidas pela cultura profunda, emergem pelo campo das artes, dos mitos, e das manifestações culturais. São prenhes de sentidos, e possibilitam ao humano reconhecer-se no seio de sua cultura. Acerca disso, faz-se necessário interpelar se os jovens e as crianças sentem-se pertencentes ao que a escola oferece, afinal, se tomarmos como pressuposto que o ensino se referenda num modo cultural de existência importado, e tem se mantido da mesma forma desde o século XVIII (TARDIF, 2002), podemos aceitar como possível resposta que a população que chega à escola, nela não se mantém por não se reconhecer no modo de existência escolar.

A partir de Durand (2011) podemos pensar que na escola há uma supervalorização da razão dualista e binária. Acerca disto o autor faz uma crítica à pedagogia moderna, calcada numa lógica dualista, que separa o eu do mundo, o sujeito do objeto, a razão da imaginação. Segundo ele, essa pedagogia dualista é filha do positivismo, e contribui para a disseminação de uma mentalidade iconoclasta, que se apresenta como pensamento científico.

Amparada nesta crítica durandiana sobre a escola, busco refletir sobre os conflitos emergentes no cotidiano, como espaços/tempos de convergências, e portanto, de entrecruzamento, com potencial de estabelecer pontes entre o que se vive na escola e na rua, ultrapassando os muros que desintegram a formação do humano. Estes conflitos podem ser lugares simbólicos de encruzilhadas, que promovem profundas reflexões, conexões e possibilidades.

Percebo nos relatos dos licenciandos sobre seus estágios, murmúrios que denotam entrecruzamentos ou encruzilhadas simbólicas, entre a vida na escola e fora dela. Destes destaco o seguinte: “Além disso, alguns alunos ameaçam a professora titular, num viés religioso, ressaltando que iriam “macumba-la”. O que quer dizer “macumbar” a professora? Macumbar é um termo religioso, próprio das religiões de matriz africana. Geralmente é visto de forma preconceituosa, como algo para inferir medo. Percebe-se pelo relato que os estudantes falam de fora dos muros da escola, dizem de algo que eles conhecem, que vivem, que está marcado no seu modo de ser. E ao desferir sobre o docente, aproximam seu modo de ser, sua linguagem, seu universo de existência, do que vivem na escola. Melhor dizendo, a vida, em seu cotidiano, invade a escola.

Não tenho relato do que houve a seguir, porém, chama atenção o que diz o estagiário, de que o docente não aborda estudos sobre o conteúdo “evolução” nas aulas de ciências, por não “acreditar no evolucionismo”, descumprindo inclusive a currículo do componente curricular. Isso demonstra que diversas e diferentes formas de compreender a existência, embalam a escola. De um lado o docente opta por ensinar algo, ou não, de acordo com suas crenças, e de outro, o estudante também faz suas

opções, em aprender, ou não, o que lhe é repassado.

Esses dois elementos, “macumbar a professora” e não ensinar o “evolucionismo”, são saberes tradicionais em conflito na escola, oriundos da própria formação miscigenada do povo brasileiro, e estão presentes no cotidiano das comunidades, pois um denota a matriz africana e o outro aproxima-se do universo mítico judaico-cristão, pois o professor não ensina o “evolucionismo”, por ser criacionista. Ambos universos compõem a matriz mítica do imaginário brasileiro, porém, historicamente com a predominância institucional do cristianismo.

“Macumbar” é termo decorrente do imaginário afro-brasileiro, o qual tem por matriz a ancestralidade, que se torna ponto fundamental para a existência e manutenção das sociedades africanas. Pois, segundo Munanga a ancestralidade está em todas as culturas africanas:

[...] O que é um ancestral? O ancestral nada mais é que um criador? Pode ser um ancestral feminino ou masculino, dependendo da sociedade, se é matrilinear ou patrilinear. Quer dizer, o ancestral é aquele que tem estatuto de fundador, fundador de um clã, da linhagem, que foi uma personagem importante, que é a origem, a fundação, o fundador de tudo, da nação, uma pessoa cuja memória é simplesmente rememorada, ritualizada em todos os momentos (apud OLIVEIRA, 2009, p. 201).

A ancestralidade é composta por diversas mitologias, dentre elas a *Nagô/yorubá*, para a qual a existência se desenvolve em dois níveis simultaneamente: O *aiyé* e o *orun*. O *aiyé* corresponde ao plano terreno da existência, o mundo visível, e o *orun* refere-se ao espaço espiritual, ou mundo invisível, de onde vem os seres sobrenaturais, os *orixás* e os *eguns*. São dois planos da existência que coexistem e se relacionam na figura de *egun* – ancestral -, e na incorporação dos *orixás* (LEITE, 2008).

Os *orixás* são genitores divinos (SANTOS, 2008), e criadores simbólicos e espirituais da humanidade, dos quais cada indivíduo é descendente. São considerados ancestrais divinos e cada indivíduo considerará um *orixá* como seu pai (*Baba mi*) ou sua mãe (*Iyá mi*) de cuja matéria simbólica – água, terra, árvore, fogo – ele será um pedaço. Para Verger (2002) cada *orixá* é definido como sendo “uma força pura, imaterial que só é perceptível aos seres humanos incorporando-se em um deles” (VERGER, 2002, p. 19). No Brasil, há uma re(a)presentação destes *orixás* pelos diferentes grupos étnicos africanos trazidos. Essas divindades estão organizadas pelo Candomblé da Bahia, e em outras religiões de matriz africana, como o Batuque no RS. Conforme Bastide:

Nos flancos sonoros dos navios negreiros vieram não somente os filhos da Noite mas também os seus deuses, os *orixás* dos bosques, dos rios e do céu africano. É verdade que no cais dos portos brasileiros, o capelão esperava os *nagôs*, os *jejes*, os *angolas* – capelães das cidades, capelães dos engenhos, para lhes ensinar as preces latinas e os batizar do Espírito Santo. Os negros confundiriam suas divindades sombrias com os santos católicos, mas continuariam, por meio dos cantos e das danças tradicionais, a adorar os deuses de além-mar. E assim nasceu o candomblé, perdurando até os nossos dias, apesar das muitas transformações porque passou (BASTIDE, 2001, p. 327).

É uma mitologia da circularidade da existência, como se percebe em seus mitos de criação. Dela emana uma Educação Circular enraizada no povo afro-brasileiro, a qual na inteireza de cada um, carrega o todo de seu grupo, proporcionando a criação de

pontes entre as eras, os lugares e os povos. Promove movimentos de renovação, num tempo que não é linear, e que, por isso, conflitua com os tempos escolares (HENTGES, 2016).

As escolas recebem as gerações de diversos veios culturais, porém, não as acolhem, em sua diversidade. Ao tratar como verdades absolutas os conhecimentos científicos, oriundos de uma perspectiva iconoclasta de ciência, os currículos escolares abortam o florescimento de outros modos de sentir e de refletir sobre a existência, como os saberes culturais tradicionais, oriundos das comunidades a que pertencem os estudantes e os próprios professores. São excluídas as formas das comunidades se organizarem em torno dos seus saberes: como as organizações religiosas, dentre as quais as familiares, também as aldeias indígenas, os quilombos, os grupos nômades e por isso sazonais nas escolas, ou a própria mobilidade nas cidades, nos seus diferentes bairros.

Outro aspecto que percebi pelas andanças nas escolas são as muitas faltas dos estudantes às aulas. As turmas aparecem completas nos registros iniciais oficiais, no entanto, muitos abandonam o ano letivo, e outros tornam-se faltosos durante o período. Inúmeras vezes precisei retornar às escolas, pois as aulas haviam sido canceladas por diferentes motivos: chuva (os professores dizem que os pais não mandam os filhos quando chove), falta de luz, falta de água, sem falar no descaso do poder público que acaba por gerar paralizações institucionais.

Será um abandono da escola como instituição capaz de renovar a esperança em tempos melhores? As faltas dos estudantes e o abandono, podem representar de que a escola não ocupa *locus* simbólico de ser possibilitadora de formação humana. Acerca disso, nos relatórios também aparecem relatos que testemunham inúmeros casos de desrespeito, e questionam a inércia e imobilidade dos docentes frente aos desafios educacionais. Estas questões, e especialmente o modo como os alunos se tratam mutuamente, com violência, tem aparecido constantemente nos desabafos.

A indisciplina de um lado e a infrequência de outro, mostram que a pedagogia escolar, como processo simbólico que poderia possibilitar ao humano tornar-se quem é, desaparece para dar lugar a um trajeto de aparências, e a criança e o jovem não encontram guarida aos seus anseios no espaço institucionalizado. Parece que há um abandono da “escola” e de seu poder doador de esperança em tempos melhores.

Sobre isso coloca Araújo (2010) de que o imaginário educacional é um “imaginário degradado, isto é, espartilhado por uma retórica racionalizadora que faz com que ele não possua a riqueza semântica própria das grandes metáforas vivas, dos grandes símbolos e dos mitos” (ARAÚJO, 2010, p. 697). Por isso, trata-se dum tipo de imaginário que tende necessariamente para a univocidade, cedendo lugar, a maioria das vezes, a um discurso conceptualizado e, conseqüentemente, empobrecido do ponto de vista mítico-simbólico. Exemplo disso vê-se de que “Macumbar”, e “Não acreditar no evolucionismo” tratam de um universo que está aparentemente fora da escola, mas que nela entra pelos murmúrios capturados. Esses murmúrios denotam a necessidade de a instituição acolher a existência integralmente, ultrapassando a separação entre a razão e a imaginação, buscando restaurar equilíbrio superando o “imaginário degradado”.

Buscar pelo equilíbrio na complexa teia que envolve os arredores das escolas, requer compreender o ser humano como um animal *symbolicum* e não como animal *rationale* (CASSIRER, 2005). Do grego a palavra símbolo significa etimologicamente “juntar”. No mito, contado por Platão, Zeus, a fim de castigar o humano, partiu-o em dois, concluindo-se daí que cada um sempre precisará do outro para se completar, ou seja, sempre será uma metade que procura a outra metade (ABBAGNANO, 2007). Também, para Alleau (1976) o símbolo evoca um movimento que “junta”, ou seja, “que reúne elementos

anteriormente separados uns dos outros e designa seus resultados (ALLEAU, 1976, p. 29)". Durand (1988) também considera o símbolo como uma 'junção', porém, ele aprofunda o significado, ao colocar que

[...]o símbolo em sua essência e quase em sua etimologia (*Sinnbild*, em alemão), é unificador de pares opostos, [...] ele seria a faculdade de manter unido o sentido (*Sinn*=o sentido) consciente que capta e recorta precisamente os objetos e a matéria prima (*Bild*= a imagem) que emana do fundo do inconsciente (DURAND, 1988, p. 61).

O símbolo tem para o autor um sentido profundo, por manter uma ponte entre o consciente e o inconsciente. Ele se apresenta em uma metade visível, o significante, que é carregado de concretude, e em uma metade indivisível e indizível, que existe num mundo de representações indiretas, e por isso, só pode ser acessado por um sentido, não relacionado com um sinal diretamente, embora a marca possa revelar algo da simbólica. O objeto, o sinal ou o signo podem ser marcas de um símbolo, como por exemplo, a água ou a pedra que carregam o sentido de forma indireta. Assim, uma divindade sagrada, pode ocupar qualquer elemento existente.

O símbolo é da ordem do signo, do sinal, para Durand (1988, 2002), mas está para além dele, e de uma simples marca, pois os signos remetem a um significado que poderia estar presente, ou melhor, direcionam rapidamente a interpretação, evocando o objeto ausente. Diferente disso, o símbolo está numa ordem infinitamente mais complexa e profunda, dependendo exclusivamente de uma interpretação, estando sempre carregado de afetividade e de dinamismo (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2012).

O símbolo é transcendência, ele assegura um ir além, por isso é sempre uma re-(a) apresentação daquilo que ele significa. Nesse sentido, ele é a via de possibilidade da liberdade humana, pois cada ser sempre terá uma experiência única com o mistério secreto que o símbolo significa. Ele tem o papel de embalar poética e miticamente as escolhas humanas objetivas, e por isso, tem uma função amplificadora e instauradora de sentido, e em cada ser se manifesta por uma imagem particular. O "símbolo é o infinito dentro do finito" (DURAND, 1988, p15) e "restitui o espetáculo de um universo nascente" (ALLEAU, 1976, p. 41). Um símbolo autêntico enraíza-se no meio cósmico, de onde retira sua figuração do mundo visível, no onírico, enraizado nas lembranças e nos gestos que emergem dos sonhos, e poético, quando apela para uma linguagem mais concreta.

O símbolo assegura o sentido de existência num certo grupo. É o pertencimento antropológico que se mantém pela profundidade simbólica das imagens que enlaçam um grupo. Nesse sentido, a pedagogia, nos pressupostos durandianos, seria "uma prática simbólica educativa, e uma manifestação de um universo imaginário numa práxis, através de um sistema sociocultural e de suas instituições" (TEIXEIRA e ARAÚJO, 2011, p.78).

Tornar a escola um espaço simbólico, de real pertencimento é um dos desafios que os conflitos vêm apontando. "Nos sentirmos de fato parte de uma comunidade e parte de um espaço escolar" foi um dos depoimentos de meus orientandos que encontrei num dos relatórios analisados, que faz emanar o sentido do desejo de pertencimento que os estudantes carregam, colocando a escola num patamar simbólico. Na mesma esteira, quando o estagiário aponta que "era notável que naquele ambiente não havia uma vaidade acadêmica", ele parece indicar a necessidade de aproximar os mundos, afinal, a academia, a universidade são espaços extensivos da escola.

A escola inserida, articulada e integrada com seus arredores, aproxima-se de tornar-

se *locus* de reencantamento da cultura, pois suas práticas serão embebidas pelos diferentes imaginários que compõem as culturas. O símbolo, e sua condição inequívoca como potencial libertador, tem o poder semântico de equilíbrio de opostos, e de conduzir a escola

[...] ao contexto da cultura, plantando-as no terreno da história, da ética, da estética. [...] Da mesma forma que a escrita, a expressão corporal, a dança, o canto, a música, o teatro, as artes visuais são modos de expressão da imaginação criadora que reencantam a cultura (TEIXEIRA E ARAÚJO, 2011, p. 82).

Retomar os relatos dos estudantes, e as experiências ao circular pelas instituições de ensino da cidade, buscando por murmúrios que denotassem os arredores de onde são oriundos os estudantes, fizeram-me refletir sobre o sentido de educação. Como bem coloca Brandão (2003), há educações, de diversas ordens, devidamente "coladas" em suas culturas, fazendo com que as mesmas se movimentem e se modifiquem. Cada modo de ser, de viver e de relacionar que engendra a sociedade, estará calcada em seus sentidos profundos de formação humana, que emergem simbolicamente.

O símbolo, quando em sua plenitude, carrega o poder de libertação do humano e da humanidade, afinal, pelos pressupostos durandianos, não "temos apenas imagens, mas somos ou tornamo-nos as nossas imagens, tomamos a sua forma e nos criamos por meio delas" (ARAÚJO, 2010, p. 685). Neste sentido, O humano é o próprio símbolo-imagem. Os conflitos que trouxe neste texto são imagens do próprio humano que busca libertar-se do que lhe oprime, elaborando formas de integrar a escola aos seus mundos. Araújo (2010), traz a necessidade de uma pedagogia bipolar, que se torne numa teoria da cultura conciliadora de uma razão imaginante e de uma imaginação racionalizante que permitisse que os indivíduos satisfizessem os dois polos de sua constituição: o da razão e o da imaginação (ARAÚJO, 2010, p. 681).

Neste sentido, a escola precisa da inteireza, conciliando o domínio dos pensamentos e o domínio onírico. Precisa derrubar seus muros, ouvir seus murmúrios, e tornar-se sensível às diferentes formas de existir.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALLEAU, René. *A ciência dos símbolos*. Lisboa: EDIÇÕES 70, 1976.
- BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins fontes, 1996.
- BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem*. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DURAND, Gilbert. *O Imaginário*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND, Gilbert. *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

GUSDORF, Georges. *Professores para quê?* Lisboa: Morais Editora, 1967.

HENTGES, Angelita. *Imaginários fermentadores de educação nas rodas de capoeira angola: elementos de uma educação circular*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. *A ancestralidade na cosmovisão africana*. Anais do V colóqui Internacional Educação, Imaginário, Mitanálise e Utopia. Niterói-RJ, 2013

LEITE, Fábio. *A questão ancestral*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. *Africanidades e Educação: Ancestralidade, Identidade e Oralidade no pensamento de Kabengele Munanga*. 2009. 324f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2002.

SANTOS, Juana Elbein. *Os Nágó e a Morte*. São Paulo: Vozes, 2008

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. ARAÚJO, Alberto Filipe. *Gilbert Durand: imaginário e educação*. Niterói: Intertexto, 2011

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez; ARAÚJO, Alberto Filipe. *Gilbert Durand e a Pedagogia do Imaginário*. Letras de Hoje, v.44, n.4, p.7 -13, out./dez. 2009.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás – deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 2002.

LINGUAGENS COMUNS

Economia solidária na cidade viva

Renan Costa Valle Scarano¹

Resumo

O presente texto sugere uma aproximação entre a noção de Economia Solidária e a ideia de uma antropologia da cidade, abordada pelo antropólogo francês Michel Agier. No texto “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), Agier (2011) sugere que a cidade é uma construção heterogênea que se faz através das práticas interativas de seus cidadãos. Já a Economia Solidária é vista como um espaço onde atuam as cooperativas e empreendimentos solidários, forma alternativa de trabalho, onde há espaço para trocas, para relações solidárias e autogestionárias. Como uma maneira de verificar como que uma cooperativa de Economia Solidária funciona na prática, realizou-se um estudo de campo com uma cooperativa na cidade de Pelotas. A metodologia utilizada para este estudo foi bibliográfica e escolheu-se como estudo de caso realizar entrevistas com pessoas da cooperativa Teia Ecológica. Acredita-se que a ideia da Economia Solidária comunga com a ideia de cidade desenvolvida por Agier. Palavras-chave: economia solidária, cidade, Pelotas.

Abstract

The present text suggests an approximation between the notion of Solidary Economy and the idea of an anthropology of the city, approached by the French anthropologist Michel Agier. In the text “Anthropology of the city: places, situations, movements” (2011), Agier (2011) suggests that the city is a heterogeneous construction that is done through the interactive practices of its citizens. The Solidarity Economy is seen as a space where cooperatives and solidarity undertakings operate, an alternative form of work, where there is room for exchanges, for solidarity and self-management relations. As a way to verify how a Cooperative of Solidarity Economy works in practice, a field study was conducted with a cooperative in the city of Pelotas. The methodology used for this study was bibliographical and it was chosen as case study to conduct interviews with people of the cooperative Teia Ecológica. It is believed that the idea of Solidarity Economy shares the idea of a city developed by Agier.

Keywords: solidarity economy, city, Pelotas.

Introdução

O presente texto propõe uma conexão entre a ideia de uma antropologia da cidade, tal como é apresentada no texto de Michel Agier intitulado: “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011) e a ideia de Economia Solidária, entendida enquanto movimento que busca ocupar espaços na cidade para propagar seus trabalhos e atividades baseados em princípios solidário, cooperativos e autogestionários. Para tal, aborda-se algumas ideias trabalhadas pelo antropólogo francês, em que o autor sugere uma perspectiva da cidade enquanto organismo vivo. Nessa condição, a cidade é construída a partir das práticas, das relações e dos conhecimentos que são produzidos por seus cidadãos. Agier (2011) menciona que há uma cidade que emerge das margens urbanas, dos lugares precários, de acampamentos provisórios. Verifica-se que nesses espaços, são construídos também novos significados sobre os aspectos econômicos, cultural e político, podendo assim, aproximar as práticas de Economia Solidária da ideia de cidade trabalhada pelo antropólogo francês. Propõe-se então, uma relação entre Economia Solidária e a ideia de cidade viva, a partir do horizonte social que parece emergir delas, no que tange as relações sociais entre os indivíduos, entre as práticas realizadas, vistas numa perspectiva emancipatória e equitativa.

Enquanto movimento social, político e econômico, a Economia Solidária procura oferecer uma forma alternativa de desenvolvimento econômico, reunindo uma série de cooperativas e empreendimentos que se contrapõe ao modelo dominante de modo de produção capitalista, caracterizado pela concorrência e pela exploração como *modus operandi*. Um dos pontos centrais do debate em torno da questão do trabalho é o aspecto da exploração². Diante disso, a Economia Solidária busca criar relações em que não haja exploração do trabalhador, mas relações de cooperação e de solidariedade. Tal movimento parte da perspectiva de que o trabalho deve estar centrado na figura humana e não no lucro ou no capital. Pois a Economia Solidária, visa construir relações,

2 O filósofo Karl Marx (1818-1883) desenvolveu em sua obra “Manuscritos econômico-filosóficos” (1844), a teoria do Trabalho Estranhado. Nela, o autor defende que no modo de produção capitalista, o trabalho e o trabalhador, são transformados em objetos. “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p.80). Nesse sentido argumenta Marx, “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe afronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivização (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivização. Esta objetivização do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivização como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*) (MARX, 2004, p.80). Contudo, o estranhamento do trabalhador não se dá somente em relação ao objeto que ele produz, que é tornado mercadoria, mas no próprio processo de produção. “Em que consiste, então, a exteriorização (*Entausserung*) do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (*ausserlich*) ao trabalhado, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (...). Finalmente, a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2004, p.82-83). A partir desses dois pontos de estranhamento do trabalho, Marx conclui que o homem é estranho ao produto do seu trabalho, é estranho à atividade produtiva, em outras palavras, o homem não se apropria do resultado de seu trabalho, não o vê como parte de si, mas como algo externo a ele. Além do mais, o estranhamento se dá também, na relação entre trabalhador e o dono dos meios de produção: “Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então? Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem pertence então? A outro ser que não eu. Quem é este ser?” (MARX, 2004, p.86); “A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho” (MARX, 2004, p.87).

¹ Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2015); Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (2011).

em seus grupos, a partir de valores como a cooperação, a autogestão e a solidariedade, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Num primeiro momento, apresenta-se a ideia do antropólogo francês Michel Agier de uma antropologia da cidade. Num segundo momento, apresenta-se algumas ideias sobre Economia Solidária, comenta-se sobre sua origem e o horizonte de sociedade que tal movimento busca. Visando compreender o funcionamento de uma cooperativa na prática, realizaram-se algumas entrevistas com pessoas que trabalham na cooperativa Teia Ecológica na cidade de Pelotas. A metodologia de estudo para este artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica e numa pesquisa de campo. O estudo de caso foi realizado na cooperativa Teia Ecológica, onde buscou-se compreender as experiências que acontecem na prática. Para isso, foram realizadas algumas entrevistas com cooperados a fim de compreender como que funciona a cooperativa em seu cotidiano.

Por uma antropologia da cidade: a cidade vista pelo cidadão

No Brasil, o processo de urbanização, deu-se praticamente no século XX. Maricato (2003), defende a ideia de que as cidades brasileiras não superaram características dos períodos colonial e imperial, “marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e ela aplicação arbitrária da lei” (MARICATO, 2003, p.151). Embora, esperava-se que, com a formação das cidades brasileiras, fosse uma forma de avançar e superar o Brasil arcaico, a modernização das cidades não transformou o cenário das desigualdades.

A emergência da mão-de-obra livre, em 1888, contribui para definir o início de um processo, no qual urbanização e industrialização caminhariam juntas sob o lema positivista da ordem e do progresso. O rumo tomado parecia representar um caminho certo para a independência de séculos de dominação das elites oligárquicas ligadas à exportação de produtos primários (MARICATO, 2003, p. 151-152).

Além do mais, as mudanças políticas dos anos 30, que buscaram concretizar o pleno emprego, a assistência social providenciada pelo Estado, o lazer e novas oportunidades para os filhos, reforçaram o movimento migratório campo – cidade, de acordo com Maricato (2002, p.152).

Porém, nas décadas que sucederam esse período, mostram que a prosperidade e o progresso não atingiram a população como um todo. Ao contrário disso, houve uma concentração da pobreza nas favelas, a partir dos anos 80, época onde “as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles, tem sua expansão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 2003, p.152).

Diante disso, a imagem da cidade passa a ser associada a altas densidades de ocupação do solo, o crescimento urbano se faz sem projetos e desrespeitando, quando não, prejudicando o meio ambiente, também aparece a exclusão social e racial. “No século XX, algumas décadas depois, a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males” (MARICATO, 2003, p.152). Diante dessa imagem de cidade excludente por um lado e, concentradora de riqueza por outro, que é apontada por Maricato, contrapõem-se a ideia de cidade viva sugerida por

Michel Agier.

Agier fala de uma cidade criada nas margens, seja do ponto de vista cultural ou socioeconômico. Em sua obra intitulada “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), o etnólogo e antropólogo francês Michel Agier, aborda em sua concepção de cidade, um espaço construído a partir de uma perspectiva heterogênea, formada através das relações entre as diversas pessoas, culturas e etnias. Portanto, a partir dessa noção, o antropólogo se afasta da imagem de cidade baseada numa “definição externa, urbanística, estatística ou administrativa da cidade” (AGIER, 2011, p.36), e afasta-se também da compreensão das relações humanas baseadas numa identidade cultural fixa.

Michel Agier é um antropólogo preocupado com as questões urbanas, nessa perspectiva, realizou pesquisas etnográficas nas cidades africanas de Lomé, no Togo e Douala no Camarões. Além de realizar entre os anos 1990 e 1996 no Brasil uma pesquisa etnográfica na cidade de Salvador, na Bahia. Nos anos que prosseguiram 1997, o autor também viajou até Colômbia, nas localidades de Cali e Tumaco onde realizou uma pesquisa etnográfica acerca dos deslocamentos forçados de populações conseqüentes da violência social. Enquanto antropólogo, Agier apresenta seu ponto de vista sobre a cidade a partir do estudo etnográfico das transformações e desenvolvimentos que ocorrem na cidade. Essas transformações são observadas nas práticas, relações e representações que circulam pelos cidadãos que fazem a cidade. Nesse sentido, o autor sugere que as cidades sejam pensadas como “lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade” (AGIER, 2011, p.33). Portanto, a cidade, passa a ser compreendida como um espaço de encontro, uma realidade que se faz através de experiências que os cidadãos fazem dela, dos lugares, do cotidiano e das situações concretas enfrentadas por quem vive na cidade.

“Todos a procura de conexões e de associações que procuram existir contra o vazio de sentido e de relações que espreitam, como uma ameaça, qualquer habitante das cidades” (AGIER, 2011, p.174). Quando o etnólogo fala em cidade, deve-se ter em mente a cidade enquanto processo, a cidade vivida (AGIER, 2011, p.38). Percebe-se então que o pensador desloca a questão sobre o que é a cidade, enquanto objeto para o cidadão que experencia e sente a cidade. Essa abordagem é realizada pelo antropólogo a partir de duas operações: Uma de ordem epistemológica, que “desloca o ponto de vista da cidade para os cidadãos” (AGIER, 2011, p.38); outra, que desloca “a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade (...) para a pergunta o que faz a cidade” (AGIER, 2011, p.38). A partir de então sustenta Agier,

o próprio ser da cidade surge, então, não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p.38-39).

Dentro dessa perspectiva, o autor explica que foi conduzido a realizar pesquisas na África e América Latina onde dedicou-se a “explorar diferentes facetas de uma mesma questão central: a fundação da cidade a partir das margens urbanas – bairros populares ou invasões, acampamentos provisórios de refugiados, deslocados e migrantes” (AGIER, 2011, p.39-40). Há uma preocupação com a cidade que surge na precariedade, nos espaços urbanos que muitas vezes são vistos como aquilo que está a margem, afastado do centro urbano.

A privação desses povoamentos humanos e os processos relacionais, culturais e políticos que os percorrem formaram progressivamente a ideia que guia esta antropologia da cidade, delineada aqui de um modo geral em torno das múltiplas maneiras de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p.41).

A economia global hegemônica e o poder político agem em escala mundial. Muitas vezes essa atividade gera a exclusão de certas populações. Porém, isso não impede que se forme grupos e maneiras de resistência. Esses grupos humanos são movidos a uma extraterritorialidade, “campos, centros de trânsito ou guetos, nos quais as sociabilidades e solidariedades se recriam por vezes, apesar da ausência de uma memória desses espaços” (AGIER, 2011, p.172). É nesses locais que eles criam formas de habitar que levam em conta as diferenças, onde se ocupam espaços entre o vazio e o cheio da cidade, onde se cria formas de iniciativa social, onde se fazem desvios de sentido.

Criações artísticas ou ações políticas podem, de maneira efêmera, pôr em relação indivíduos diferentes – e não apenas os anônimos da multidão. Todos à procura de conexões e de associações que procuram existir contra o vazio de sentido e de relações que espreitam, como uma ameaça, qualquer habitante das cidades (AGIER, 2011, p.174).

Deslocando seu olhar, do objeto – cidade, para o sujeito – o cidadão, o antropólogo aposta em uma cidade viva e em processo de construção e transformação. Nesse sentido, tendo-se em mente uma cidade que se constrói a partir de seus cidadãos, poderia ser questionado: Como que os cidadãos experienciam essa cidade? Como encontrar espaços para que essa imagem de cidade seja construída? Ou, já direcionando essas questões para o tema da economia solidária: que espaço para as diversas formas de economia e de organização do trabalho a cidade oferece? Que capacidades e limites estes agentes encontram para expressar, comercializar e difundir suas atividades? A cidade abre espaços para formas alternativas, não convencionais do trabalho ou fecha portas, elitizando espaços públicos?

A partir dessa ideia levantada e dessas indagações sugere-se que a Economia Solidária é capaz de dialogar com uma perspectiva de cidade que contemple o encontro, a criação a partir da diversidade e das diferenças. Enquanto movimento que se organiza em torno do trabalho baseado na solidariedade, na autogestão e na cooperação, as cooperativas buscam encontrar novos espaços onde esse modo de trabalho seja fortalecido. Construir espaços onde as cooperativas e os empreendimentos possam “promover a economia solidária tanto para dar renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p.16) ainda é um desafio. Tais princípios são conflitantes com as forças do mercado, as quais por sua vez primam pelo lucro, acarretando a precarização do trabalho.

Diante de um cenário em que é moldado pela economia de mercado, o trabalho precário, as reformas neoliberais que deixam populações à margem da proteção social, ainda valem as palavras de Milton Santos (2010) sobre a globalização econômica enquanto fator excludente:

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas. A necessidade de competir é,

aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. Criam-se, desse modo, novos ‘valores’ em todos os planos, uma nova ‘ética’ perversa e operacional em face dos mecanismos da globalização (SANTOS, 2010, p.57).

Mas, mesmo diante de vários fatores de exclusão existem também pontos de resistência e de criação de novas formas de sociabilidade e de trabalho. Nesse sentido, acredita-se que a concepção de cidade defendida pelo antropólogo Michel Agier pode ser pensada, também, como um espaço criado pela diversidade humana e pela heterogeneidade que dá forma às cidades.

Ao analisar a problemática da exclusão em Salvador, Bahia, Agier (2011), destacou o significado de um bloco de carnaval e o significado político de sua expressão que é comunicada pelos membros do bloco Ilê Aiyê. “Cada ano, em Salvador da Bahia, no bairro negro e mestiço da Liberdade, a primeira saída para o carnaval do grupo negro Ilê Aiyê faz-se durante a noite de sábado anterior à terça-feira gorda” (AGIER, 2011, p.180). A partir da observação e da pesquisa etnográfica, o pesquisador francês narra como que certa população, num determinado local do Brasil, marcado pelo racismo e outras formas de exclusão manifestam a cultura e a política:

Uma parte dos membros da associação carnavalesca, vestida com o seu ar ‘africano’, os habitantes da rua (trabalhadores, desempregados, artesãos e pequenos comerciantes da economia ‘informal’), os adeptos do candomblé (o culto afro-brasileiro da Bahia), bem como os militantes da cultura afro-brasileira vindos de outros bairros, estudantes, professores, eleitos e militantes políticos mais ou menos contratados na luta antirracista misturam-se (AGIER, 2011, p.180).

Em sua abordagem, o antropólogo salienta que “ao contrário do espetáculo carnavalesco de outros cortejos da cidade (em que os participantes dançam e saltam ruidosamente), os participantes desse desfile não dançam, mas andam lentamente num ajuntamento denso, mas sem violência” (AGIER, 2011, p.180). Os participantes ouvem canções, percussões, entoam canções que as vezes falam de racismo e do orgulho de ser negro. Assim como o Ilê Aiyê, no Brasil, muitos dos chamados Clubes Sociais Negros, também, desenvolveram-se na manifestação festiva e política gerando movimentos políticos e culturais assim com o Ilê Aiyê foi um dos mobilizadores na década de 80 para a criação do Movimento Negro no Brasil.

Dentro dessa ideia de fazer uma antropologia da cidade, de pensar a cidade a partir da experiência que os cidadãos fazem dela é que se pretende abordar a Economia Solidária como um acontecimento formado por um processo de exclusão. Parte-se da ideia de que a Economia Solidária pode ser pensada como um movimento que se dirige no sentido de uma contra economia hegemônica na busca de alternativas de trabalho e geração de renda.

A Economia Solidária como espaço de resistência

Economia Solidária é uma expressão abrangente, de forma geral, refere-se ao processo econômico, social, político e cultural, que emergiu nas últimas décadas, na América Latina. Possui antecedentes históricos em experiências associativas como as comunidades indígenas, as comunas de agricultores ou as cooperativas operárias do século XIX. Os empreendimentos e cooperativas ligadas a Economia Solidária, não buscam funcionar de acordo com aspectos das empresas capitalistas, pois, elas

buscam criar condições em que os cooperados desenvolvam outras dimensões além do trabalho.

No Brasil esse movimento surgiu com força na década de 90. Essa época foi marcada por altos índices de desemprego. Esse cenário, também, ficou apontado pela onda de políticas neoliberais que se alastraram nos países latino-americanos. Diante da condição excludente, da pobreza, da miséria, do desemprego, alguns setores populares, junto aos trabalhadores desempregados, passaram a organizarem-se, recriando o trabalho associado em solos brasileiros.

A economia solidária resulta da organização de movimentos sociais que reagiram a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção que retoma as operações e assim 'salva' os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag) (SINGER, 2000, p.25).

Essa maneira de auto-organização dos trabalhadores reuniu diversas iniciativas de empreendimentos, movimentos sociais e da Igreja Católica. Esse diverso conjunto de experiências ganhou o nome de Economia Solidária. Em essas iniciativas optam por formalizarem-se como uma Cooperativa ou uma Associação. As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas.

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos (MONTEIRO et. all, 2013, p.211-212).

Ainda Monteiro (Ibidem), argumenta que existem muitos tipos de cooperativas, e que geralmente, estão divididas em três tipos: as de consumo, as de produção e as de crédito. As cooperativas de produção, tem como finalidade a comercialização de bens produzidos por seus membros. As cooperativas de consumo, possuem como finalidade comprar bens de consumo e revendê-los a seus associados a preços mais baratos que os do mercado. As cooperativas de crédito, concedem recursos financeiros aos seus associados. As cooperativas de serviço, prestam serviços como transporte de carga, abastecimento de água, distribuição de energia elétrica etc. Já Souza (2000), sobre as experiências ligadas a economia solidária argumenta que tais iniciativas variam na forma e no tamanho.

Há associações de pequenos produtores, sistemas de crédito solidário, cooperativas de consumo e de produção. A legislação ainda determina que uma cooperativa de trabalhadores deve ter no mínimo vinte membros, entretanto, há inúmeras pequenas unidades de produção, espalhadas pelo país, que se organizam de modo igualitário e democrático, como uma cooperativa autêntica, mas que não tem registro como tal (SOUZA, 2000, p.252).

Embora, em sua grande parte, a economia solidária, se expresse por meio das

cooperativas, essa não é a única forma de manifestação da economia solidária. Tal movimento vai além do corporativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, embora, com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas. Esse é o caso, por exemplo, dos Clubes de Troca³ (SOUZA, 2003, p.38).

Sua ação é em primeiro lugar, formas de organização popular. Marcada por uma forma de organização social e econômica alternativa à forma capitalista, trazendo princípios do cooperativismo, inseridos no contexto capitalista do final do século XIX, a economia solidária, projeta-se como forma de resistência e amenizadora dos efeitos do sistema capitalista na vida do trabalhador. Nesse aspecto, Cunha (2003, p.46-47) ressalta que, muitos autores,

interpretam a economia solidária como forma de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social. Entre eles, vários enxergam, além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação social e entendem a economia solidária não só como uma necessidade material, mas também como uma opção ideológica. Alguns argumentam inclusive que se trataria de economia alternativa ao modelo capitalista.

A mesma autora aponta que emergem duas dimensões do processo de consolidação das cooperativas: uma dimensão econômica, "enquanto atividades econômicas que garantam meios de vida aos seus integrantes" (Idem, p.47); e, uma dimensão política, "enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes" (Ibidem). Tendo em vista a origem da expressão *economia solidária* ou *economia de solidariedade*, Cruz (2006), presume que o termo tenha surgido no cenário latino-americano em meados da década de 80. Cruz (2006) sugere que no texto intitulado: "Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático" (1984), do sociólogo chileno Luis Razeto, tenha aparecido pela primeira vez, na América Latina, os termos "economia da solidariedade / economia solidária". Parafrazeando Razeto, Cruz (2006) salienta que a economia de solidariedade surge como reação as formas de exclusão da economia capitalista, "a exclusão social específica do tipo de evolução recente do sistema capitalista produziu uma "economia popular" que começava a dar lugar, por sua vez, a uma economia da solidariedade" (CRUZ, 2006, p.37). Na concepção de Razeto, Economia Solidária significa, "una búsqueda teórica y práctica de formas alternativas de hacer economía, basadas en la solidaridad y el trabajo" (RAZETO, 2010, p.47). Nesse sentido, a economia solidária postula um novo tipo de desenvolvimento, alternativo, integral a escala humana, sustentável, com ênfase no âmbito local.

Ao pesquisar acerca do significado do movimento de economia de solidariedade, projetado em vários países da América do Sul, Canadá e em alguns países da Europa, busca-se compreender esse campo de práticas e saberes que está implicado quando se fala em Economia Popular, Economia Social ou ainda, Economia Solidária. As diversas pesquisas realizadas no Brasil e em países do Conesul, afirma Gaiger (2014,

³ Os participantes dos clubes de troca são ao mesmo tempo, produtores e consumidores e visa fortalecer as relações comunitárias. "Os clubes de trocas reúnem moradores de uma comunidade para o intercâmbio de produtos, serviços ou saberes entre si. Cada grupo estabelece sua metodologia e os períodos de reuniões, que podem ser semanais, quinzenais ou mensais. O mercado de trocas conta com a figura dos "prosumidores", participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. As feiras promovem a cooperação porque são uma alternativa ao desemprego e criam benefícios para todos os integrantes. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias". Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/clubes-de-troca-negociam-produtos-e-servicos>>. Acesso dia 20 de outubro de 2015.

p.100),

conduziram a admitir a coexistência de uma pluralidade de significados: empreendimentos que primam pela solidariedade induzem ao envolvimento cotidiano dos seus membros, à socialização dos recursos produtivos e à adoção de princípios de equidade.

Essa forma de organização econômica é caracterizada como um conjunto de ações guiadas por três pilares: cooperação, autogestão e solidariedade. O ato de cooperar implica trabalho em conjunto, argumentam Jesus e Tiriba (2009, p.80), para eles, cooperar indica

um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Essa posição ético-política, apontados por Tiriba e Jesus (2009), move-se contra a hegemonia do capitalismo que configura suas relações não para o cooperativismo, mas para a competição. Direciona o trabalho humano apenas para o lucro, limitando o ser humano a sua atividade laboral. Através da inserção de princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, a economia solidária procura firmar-se como uma forma de trabalho que leva em conta aspectos da vida, o cotidiano das relações, os valores de uma sociedade que busca mais a cooperação entre seus membros.

Tendo em vista a necessidade de garantia de renda e de afirmação no cenário nacional, os grupos de economia solidária organizam fóruns, momentos de formação, feiras, clubes de trocas, conferências estaduais e nacionais a fim de consolidarem-se enquanto rede de organização econômica e de trabalho. A diversidade, os valores e princípios propagados como a cooperação, a solidariedade e a autogestão são marcas que fazem da economia solidária uma forma de iniciativa popular diante da exclusão e da precariedade do trabalho.

A cidade é o espaço em que as cooperativas e empreendimentos realizam suas atividades tanto no campo da produção como de comercialização. Nessa perspectiva, entende-se que é preciso que os territórios da cidade sejam ocupados por essas iniciativas que visam uma construção social, econômica e política de inclusão da diversidade humana.

Um estudo de caso: a Teia Ecológica

Esta parte do artigo que trata de um estudo de caso com uma cooperativa localizada na cidade de Pelotas/RS, faz parte de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas em 2016. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e propósito da pesquisa de campo foi o de explorar o cotidiano de trabalho numa cooperativa de Economia Solidária e verificar se a autogestão se manifestava nela e como que isso se dava. A técnica de estudo realizada com os cooperados foi a entrevista. As entrevistas individuais foram guiadas por um roteiro semiestruturado com questões abertas. Os nomes dos cooperados foram modificados para resguardar suas identidades, eles serão identificados por números. As pessoas escolhidas para serem entrevistadas foram sugeridas pela própria cooperativa. De maneira geral, os entrevistados se mostraram favoráveis em relação aos objetivos da pesquisa que é investigar sobre a autogestão na Cooperativa Teia Ecológica. Foram

entrevistados 6 cooperados que responderam questões acerca de sua participação na cooperativa, como chegou até lá, também se questionou acerca do funcionamento da autogestão e também sobre a história da cooperativa e sua reação com o movimento de economia solidária da região.

A Cooperativa Teia Ecológica é um restaurante vegetariano que está localizado na Praça Coronel Pedro Osório na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Sua criação se dá em 1997, mas, só em 2000 é que ela passou a existir formalmente como Cooperativa. Atualmente, possui 30 cooperados e o horário de atendimento ao público é das 11:30 às 14:30. Enquanto restaurante vegetariano, a Teia recebe alimentos cultivados sem agrotóxicos, que são produzidos por pequenos agricultores de acordo com as práticas da agroecologia⁴. Tal cooperativa, é uma organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão. Está ligada a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul, ARPA/SUL.

A proposta da Teia Ecológica é “dar um total aproveitamento aos alimentos trazidos pelos agricultores direto para a mesa do consumidor sem atravessador”⁵. Os cooperados acreditam que através dessa técnica de plantio, ela contribui para uma melhor a qualidade de vida das pessoas que consomem o alimento agroecológico. A preocupação da Teia também visa “construir uma rede de geração de emprego e renda e consumo consciente (...)” (Ibidem). A Teia Ecológica faz parte da Associação “Bem da Terra”. O grupo Bem da Terra define-se como:

uma rede de empreendimentos econômicos solidários. Seu objetivo é desenvolver a economia solidária na micro-região sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção⁶.

Atualmente, o Bem da Terra reúne mais de 30 empreendimentos associados de várias localidades, como Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, etc. Além dos empreendimentos associados, também existem as entidades apoiadoras como as universidades Católica (UCPel) e Federal (UFPEL) da cidade de Pelotas. A rede Bem da Terra reúne-se mensalmente.

Dela participam representantes dos empreendimentos, dos apoiadores e de outros parceiros. A organização da reunião (agendamento e pauta) é feita pela coordenação da Associação, que é a mesma coordenação da Rede. As decisões são tomadas preferencialmente por consenso. Se algo precisa ser votado, valem as regras de votação previstas no estatuto da Associação Bem da Terra⁷.

A comercialização dos produtos, ocorre nas feiras, que, acontecem no saguão da

4 “Na agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, micro-organismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta terra. Assim, é possível estabelecer uma aliança entre consumidores e produtores que seja socialmente justa”. Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.

5 Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.

6 Bem da Terra. In: <<http://bemdaterra.org/content/bem-da-terra/>>.

7 Disponível em: <<http://bemdaterra.org/bem-da-terra/funcionamento/>>.

UCPel e no saguão do Instituto Federal Sul-Riograndense. Entre as cooperativas que fazem parte do Bem da Terra encontra-se a Teia Ecológica.

As questões feitas aos cooperados abordavam: a história da Teia; o tempo de atuação na cooperativa; como o cooperado se sentia trabalhando numa cooperativa; se a pessoa já havia trabalhado para alguma empresa e se percebia alguma diferença entre cooperativa e empresa convencional; como era o cotidiano de trabalho; como a pessoa se sentia em relação ao grupo; se existia a figura de líder na cooperativa, se era necessário ter um líder; o que o cooperado entende sobre autogestão.

Sobre a história da Teia Ecológica o entrevistado 1 conta que, no início da cooperativa, em torno do ano de 1995, começaram as feiras ecológicas na cidade de Pelotas. Os agricultores

faziam as feiras e sobrava muito produto e não tinha onde comercializar. Tinha muitos consumidores aqui, urbanos, que precisavam ter lugar pra comprar, que não fosse só nas feiras né, que era uma vez por semana (Entrevistado 1, 2015).

Nesse sentido, criou-se um grupo urbano, incluindo algumas pessoas do meio rural e outras, da cidade. O objetivo era pensar uma ideia para a comercialização de produtos ecológicos. Esse grupo era composto por três categorias de sócio: “urbano, trabalhador rural e o produtor, daí se fundou a cooperativa” (Entrevistado 1, 2015). A mesma pessoa disse que até o ano 2000, esse grupo trabalhou como cooperativa, porém, não existindo legalmente enquanto tal. Portanto, a Teia Ecológica só passou a existir como cooperativa legal a partir do ano 2000. De 1996 a 2000 existia um grupo de pessoas que “trabalhavam por si como se fosse [uma cooperativa]” (Entrevistado 1, 2015). Nota-se, a partir da fala do entrevistado 1, que já havia um sentimento de coletividade no trabalho desenvolvido por esse grupo de pessoas que se reuniam em torno da ideia da agroecologia. Eles sentiam-se parte de uma atividade realizada a partir do empenho de todos onde não havia uma hierarquia de funções. Nessa época relata o entrevistado, iniciava-se a trabalhar na forma de restaurante.

O entrevistado 3, também está na cooperativa desde sua fundação. Ele ressaltou que no começo, haviam “sete ou oito produtores. Eram poucos, mas depois foi aumentando” (Entrevistado 3, 2015). Questionado se naquela época, já se ouvia falar de Economia Solidária, o entrevistado negou a questão. Mas, “se falava em cooperativismo, a palavra era cooperativismo” (Entrevistado 3, 2015) explica. A adesão à cooperativa do entrevistado 3 se deu devido a chance que este teve de trabalhar com produtos orgânicos. “Até porque eu trabalho com produtos orgânicos, vendo produtos orgânicos e desde a época eu já estava interessada nessa área...” (Entrevistado 3, 2015). Essa mesma pessoa relatou como que se deu a evolução na Teia Ecológica. No início, diz ele,

deu muito problema até pra ajustar e se trabalhar pessoas com ideias diferentes, cada um com sua linha de trabalho, mas depois que a gente começou a se organizar, discutir os problemas, porque que existia, como sanar eles... aí foi dando certo. Aqui não se tem gerente, se tem um coordenador e a gente vai trabalhando né conforme (...) cada um sabe o que que tem que fazer (Entrevistado 3, 2015).

Mesmo que seja difícil iniciar uma cooperativa, a partir do relato da pessoa entrevistada, notou-se que, a solidariedade que existe entre os associados, fez com que o projeto da Teia Ecológica como cooperativa fosse se concretizando aos poucos. Nos anos 90, quando surgiu a Teia, diz o entrevistado 4, não se ouvia falar tanto em Economia

Solidária. A Teia foi o primeiro restaurante orgânico de Pelotas, na época, a questão da agroecologia representou “mais um grupo de pessoas com ideias comuns, essa questão de agroecologia” (Entrevistado 4, 2015). Portanto, o início da cooperativa foi marcado pela causa agroecológica. Só mais tarde é que a Economia Solidária foi ganhando espaço entre os cooperados.

Um dos pontos de ligação entre a Teia e a Economia Solidária se deu por meio do Bem da Terra. O entrevistado 3 se recorda de sua participação nas primeiras reuniões do Grupo Bem da Terra em Pelotas. A Teia começou a participar das reuniões a uns cinco anos atrás diz o entrevistado.

A gente levava os produtos e vendia para os outros. A única coisa que a gente não deu continuidade, a gente não queria parar, a gente tinha uma tenda lá, a gente não queria parar aquilo, o problema é que a gente não teve perna nem tempo, a gente tá pensando em começar de novo (Entrevistado 3, 2015).

Participar das reuniões formativas organizadas pelo Bem da Terra era algo muito produtivo para os cooperados da Teia, lembra o entrevistado 3. Pois, embora, não eram todos que participavam das reuniões, quando as pessoas envolvidas voltavam para a cooperativa encontravam algum meio de passar o assunto tratado sobre a formação dada, seja através do diálogo ou nas reuniões da própria cooperativa. O entrevistado 6 foi uma das pessoas que participava das reuniões do Bem da Terra. Agora, diz ele, não se participa das reuniões com a mesma frequência que antes, pois, “a gente não tem gente, já teve mais gente aqui na Teia (...)” (Entrevistado 6, 2015).

Ao ser questionado se já tinha ouvido falar em Economia Solidária, o entrevistado 5, disse que se tratava de cooperativismo. A Economia Solidária significa

através do cooperativismo tentar ajudar o próximo, ajudar os pequenos agricultores, as famílias que não tem como... a sustentabilidade então eu acho que aí vai tendo projeto e esses projetos vai ajudando aqueles grupos que mais precisam (...) (Entrevistado 5, 2015).

Vale dizer, também, que o entrevistado 5 ingressou na cooperativa devido a um estágio que foi fazer na Teia. Acabou gostando do trabalho em grupo e permaneceu na Teia, já faz 12 anos que o entrevistado 5 está na Teia Ecológica.

Sobre a organização da cooperativa, o entrevistado 1 disse que ela está dividida em setores: “setor da cozinha, o setor do salão e o setor financeiro” (Entrevistado 1, 2015). Embora, esteja dividida em setores, todos os entrevistados disseram que existe uma solidariedade entre os trabalhadores, pois, mesmo que cada um tenha uma função específica, existe uma ajuda entre os cooperados e ela é feita através do diálogo e da troca de funções quando necessário.

O entrevistado 4 relatou que ingressou na cooperativa por causa da família, na época, se recorda “a Teia recém estava sendo formada” (Entrevistado 4, 2015). Como pode ser visto, o cooperado salienta a importância da responsabilidade das pessoas envolvidas na cooperativa com o trabalho comum:

eu fui mais pela minha família né, hoje eu vejo que é super importante que a gente pode construir algo junto sem ter um chefe mandando e te comandando e, aqui a gente tem responsabilidade é uma cooperativa e tu encara diferente, por que é algo teu também (Entrevistado 4, 2015).

Quando perguntado sobre como acontecia o trabalho na cooperativa, o entrevistado 4 falou que se sentia feliz, “já tive outras experiências e é diferente trabalhar em cooperativa, tem mais liberdade, a pessoa cria mais responsabilidade porque depende de ti (...)” (Entrevistado 4, 2015). Em relação as diferenças entre uma empresa convencional e uma cooperativa, a mesma pessoa analisou que,

quando tu trabalha num lugar convencional, em comércio aí tu fica esperando ser mandada, se tu não faz e o patrão não vê, não tem problema né, então aqui a gente se sente diferente (Entrevistado 4, 2015).

Nota-se na fala acima o sentimento de pertença em relação ao trabalho desenvolvido na cooperativa que não é vista pelo entrevistado como uma empresa de outrem, mas um lugar que pertence a ela mesma. Em relação a isso, também, é preciso falar que a iniciativa dos cooperados em relação a suas funções, mas não só a elas, pois, a atenção com o que está se passando com o todo da cooperativa também foi um ponto importante levantado por este entrevistado.

O ideal em uma cooperativa é agente saber um pouco de tudo dentro da cooperativa, de todos os setores né, pra quando tem algum problema ou falta alguém, tu poder substituir essa pessoa (Entrevistado 4, 2015).

Ao contrário de uma cooperativa, comentou o entrevistado 2, numa empresa convencional, “tu vai lá executa tua tarefa, se fez, fez, e se deu errado o problema não é meu, é problema do patrão. Então eu acho que é diferente. Se valoriza mais o serviço em uma cooperativa” (Entrevistado 2, 2015).

A autogestão também se faz quando os cooperados expõem suas ideias sobre o que pensam. Nesse sentido, o espaço reservado para as reuniões em grupo, são extremamente importantes para os empreendimentos que se propõem a oferecer outra dinâmica para o trabalho, como são os trabalhos associados, os coletivos e as cooperativas. Existe um dia da semana onde os cooperados da Teia se reúnem e onde são realizadas discussões acerca dos assuntos relativos à cooperativa, também é feita uma avaliação, com votação nessas reuniões quando necessário. “Se tem uma votação né pra colocar um novo diretor, ou uma nova pessoa que faça parte do grupo, senão é só a gente discutir os problemas existentes” (Entrevistado 3, 2015). A participação dos cooperados nas reuniões é confirmada pelo entrevistado 1 que mencionou que existe participação de todos nas decisões pois elas implicam em interesses da cooperativa. Independente da função, todos os trabalhadores possuem voz, todos têm vez.

Nesse estudo de caso, verificou-se que a cooperativa é um empreendimento em processo. Isso significa dizer que, na prática, existem pontos que não deixam em evidência o quanto uma cooperativa se distingue de uma empresa convencional. Em relação a isso cabe dizer que tratasse de um processo em construção e que alguns cooperados da Teia apontaram que é preciso ter conhecimento sobre os valores e o modo de funcionar uma cooperativa de economia solidária. Para isso, é imprescindível a participação das pessoas envolvidas com a economia solidária em fóruns, assembleias mensais, anuais, reuniões deliberativas, e informais do dia-a-dia.

Considerações Finais

Paralelamente à ideia de cidade que o modelo europeu ocidental desenvolveu e que se tornou referência hegemônica, Agier (2011), lança a ideia de uma descentralização desse conceito de cidade. Para isso ele propõe uma cidade feita através do olhar antropológico, isso significa, a cidade produzida pelo cidadão, àquele que habita os espaços urbanos. O autor destaca o que acontece nas margens, nas periferias e enfatiza que a construção da cidade também se faz nesses espaços, e nessa óptica, a cidade deixa de ser um espaço-objeto, para se tornar o espaço-sujeito. Agier (2011), demonstra a partir de suas pesquisas que a privação que certas populações enfrentam, além da exclusão enfrentada por vários grupos sociais não intimidam esses grupos sociais. Ao contrário, nesses espaços em que esses grupos ocupam existe também uma cidade sendo produzida e transformada no seu aspecto relacional.

A aproximação da imagem de cidade enquanto compreendida como espaço e lugar produzidos pelas diferenças e pela complexidade cultural e a proposta da economia solidária, que em seus empreendimentos e cooperativas, busca criar formas de trabalho a partir de uma visão de sociedade mais justa, solidária e sustentável. Argumenta-se que as cooperativas e empreendimentos de economia solidária vão ao encontro da visão de cidade sugerida por Agier, como “lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade” (2011, p.33-34).

Tendo em vista a garantia de renda e a exposição dos trabalhos realizados pelas cooperativas e empreendimentos, esses grupos ocupam espaços na cidade evidenciando suas atividades. Ao realizar suas atividades e, não possuindo espaços centrais como as empresas convencionais, as feiras como as do Bem da Terra, as cooperativas e os empreendimentos ocupam espaços criando novas possibilidades para que as pessoas possam ter outras escolhas em relação aos produtos que buscam. Ao visar uma produção mais saudável, isto é, que leve em conta o meio-ambiente, enquanto corpo-orgânico; e que também pensa as pessoas não por sua funcionalidade ou por serem concorrentes na empresa, mas por serem seres vivos que possuem dignidade e que também necessitam do trabalho, as cooperativas projetam uma sociedade mais justa e menos desigual. Nesse viés, vale destacar também o caso da cooperativa Teia Ecológica.

Através de entrevistas realizadas, verificou-se que, embora as cooperativas não sejam protótipos ideais e perfeitos, elas buscam funcionar de maneira diferente às empresas capitalistas convencionais. Ao proporcionar um restaurante com produtos da agroecologia, a Teia Ecológica resiste diante da dominação do mercado mundial que é feita pela produção massiva de alimentos que produzidos com agrotóxico. Constatou-se também, através do estudo de caso que, algumas pessoas sabem do que se trata numa cooperativa, que ela não é, e não pode ser encarada como uma empresa convencional. Pois, se espera que, numa cooperativa, haja condições para que o trabalho se realize baseado também na cooperação, na autogestão e na solidariedade. Assim como a Economia Solidária deu um salto nos anos 90 como forma de reação popular diante dos altos índices de desemprego que se alastrou pelo país, existem outros fatores como a precariedade do trabalho e o próprio desemprego que voltou a atingir altos índices na população, a resistência de grupos sociais também se faz em fatores simbólicos e culturais como demonstraram as pesquisas de Agier. Nesse viés há uma linguagem comum entre a perspectiva da economia solidária e a cidade viva que se constrói da exclusão e do encontro, da diversidade que forma a cidade.

As diferentes relações entre gêneros, idades, culturas e etnias que fazem a cidade podem encontrar sintonia com a proposta da Economia Solidária que é composta de uma heterogeneidade nas relações de trabalho e que traz em sua filosofia um horizonte

em que as relações humanas sejam baseadas na solidariedade e na cooperação.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BEM DA TERRA. Disponível em: <<http://bemdaterra.org/content/bem-da-terra/>>. Acesso dia 9 de junho de 2017.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006, (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/teseantoniocruz.pdf>.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). São Paulo: Contexto, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. *Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária*. Outra Economia: Revista Latinoamericana de Economia Social e Solidária. Vol.8, nº 14. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. p.99-111. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.814.09/4156>>.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação IN: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>.

MARX, KARL. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Revista Estudos Avançados. Vol. 17, nº 48. São Paulo, mai/ago. 2003. (pp.151-165). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acesso dia 14 de agosto de 2017.

MONTEIRO, Filipe Jordão; SAQUELLI, Gabriela; CASTRO, Maria Emília Rodrigues de; GROSCHITZ, Marina; MOYA, Rafael Duarte. *Considerações sobre a formalização de empreendimentos econômicos solidários: os casos da Associação de Mulheres Agroecológicas, da Cooperativa Bom Sucesso e da Cooperativa União*. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas (ITCP) (org.). Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária. Campinas, SP: Unicamp: IE, 2013.

RAZETO, Luiz M. *¿Qué es la economía solidaria?* In: Revista Papeles de relaciones ecosociales y cambio global. nº 110 Madrid, 2010. p. 47-52. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/que_es_la_economia_solidaria_l.razeto.pdf.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* 19.ed. Rio de Janeiro, Record: 2010.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIA ECOLÓGICA. Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.

OBSERVAR A CIDADE E SEUS HABITANTES

A contribuição da etnografia

Francisco Pereira Neto¹

Resumo

Este artigo reflete sobre a importância do conceito de modos de habitar para a compreensão das cidades nas dimensões criativas da produção de suas territorialidades. A proposta consiste em repensar o espaço urbano como uma relação entre o vivido e o planejado, contrária a lógica presente nas cidades brasileiras, onde a influência da expansão do mercado imobiliário e de sua ocupação privada do espaço se apoia na constituição de uma oposição entre o planejado e o vivido. As consequências desta lógica para a cidade serão vistas através da interpretação etnográfica dos modos de habitar de um loteamento popular em Pelotas/RS, bem como as questões que essa realidade coloca sobre o reconhecimento desses territórios periféricos pelo poder público, refém de uma visão pouco complexa e elitista sobre a cidade.

Palavras-chave: cidade, etnografia, modos de habitar.

Abstract

This article ponder about the importance of the concept of ways of inhabiting for understanding cities in their creative dimensions of production of theirs territorialities. The proposal is rethink the urban space as a relation between how it is lived and planned. This approach is contrary to the usual logic in Brazilian cities, where the influence of the expansion of the real estate market and its private occupation of space is based on the constitution of an opposition between the planned and the lived. The consequences of this logic for the cities will be seen through the ethnographic interpretation of the ways of inhabiting at a popular settlement in Pelotas / RS well the issues that this reality poses regarding recognition of these peripheral territories by the public power, hostage of a vision simplistic and elitist about the city.

Keywords: city, ethnography, ways of inhabiting.

A cidade como uma realidade cultural

A Antropologia há algum tempo vêm pensando sobre a realidade dos territórios urbanos. Desde de, pelos menos, a metade do século XX, a cidade passou a ser um objeto de estudo importante para a disciplina. Aos estudos sobre sociedades tribais e camponesas, foram adicionados os estudos sobre sociedades contemporâneas urbanas, produzindo uma séria de modificações nas bases conceituais e metodológicas da Antropologia. Este desafio de constituir um novo campo de observação retoma, sobre outra realidade, a tensão constitutiva dos estudos antropológicos que precisam conjugar as definições de espaço e território que são referência para o antropólogo e os próprios das categorias “nativas”. A busca dos sentidos de espaço e território dos nativos (ou habitantes) produz uma reflexão criativa e crítica acerca das definições de espaço e território da própria sociedade do antropólogo.

Trazendo esse problema para o estudo da cidade moderna, vemos a diferença e a alteridade se deslocarem da contraposição entre a perspectiva do antropólogo e a do nativo longínquo, para o dimensionamento das distintas formas de viver e reconhecer a diversidade espacial da própria sociedade do antropólogo, com especial atenção para a realidade complexa das cidades contemporâneas. Neste caso, o desafio é trazer os sentidos da diversidade do habitar a cidade como conhecimento efetivo da definição do espaço da cidade, definição essa disputada por vários discursos que pretendem “fundar” o território da cidade (o que é pertinente à ideia de cidade?): o administrativo, o mercadológico, o científico, o religioso, enfim, o da diversidade de habitantes que compõem os seus centros e suas periferias.

São vários entrecruzamentos de discursos que se colocam como relação de poder. Entre os mais importantes para a definição do espaço da cidade brasileira temos o discurso dos gestores e sua contraposição, o dos habitantes que vivem o cotidiano da cidade e referenciam seu pensamento sobre ela através de suas experiências. Aqui, o que se coloca como fundamento para pensar a definição do espaço da cidade é a distinção entre o planejado e o vivido, entre o imaginado e a experiência que ele pretende dar sentido. Esta talvez seja a relação que define as principais motivações para a produção do poder na constituição do espaço urbano.

Ao tratarmos da realidade de uma cidade como Pelotas², por exemplo, podemos reconhecer que uma das premissas que partimos para entender a configuração do seu espaço é a da relação entre os gestores do poder instituído para administrar o território e o “povo” deste território, os seus cidadãos. A princípio tratamos de uma relação de soberania num território e seu povo, e a maior ou menor capacidade do poder instituído cumprir seu papel de governo justo diante das expectativas da população para a condução de suas vidas. Nesta perspectiva, o principal definidor da realidade do espaço urbano são suas dimensões físicas e a população que ocupa este espaço físico. As relações com o espaço físico, com seu ambiente natural, e com as pessoas que ocupam este mesmo espaço é o que estaria conferindo identidade aos cidadãos que vivem no território.

Esta visão de território foi fundamental também para a própria Antropologia em seu início, que via na distância geográfica a certeza de estarmos lidando com “culturas”, com “identidades” muito diferentes, capazes de demonstrar a capacidade inventiva dos seres humanos ao responder a desafios ambientais distintos na configuração de seus modos de vida. Essa perspectiva também coloca que esta distância cultural não estaria

¹ Professor Doutor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL. Integrante do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPEL).

² A cidade de Pelotas se localiza no extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, e tem uma população estimada em 340.000 habitantes (dados do IBGE).

presente entre a população de um mesmo território. Este último postulado se tornou problemático quando a Antropologia começa a investigar fenômenos culturais nas cidades modernas. Como anuncia o antropólogo americano Clifford Geertz (2001), ao defender uma etnografia da modernidade (ou o estudo antropológico nas sociedades contemporâneas), o nativo, agora, está do outro lado do corredor. Ou seja, a diferença está muito próxima em termos físicos, mas não em termos simbólicos.

O que fica desta discussão no campo da Antropologia é que para lidar com os desafios da realidade da sociedade contemporânea é necessário mudar alguns parâmetros conceituais, não só sobre cultura, mas também sobre espaço e território. Ao pensar a cidade não somente como espaço de produção de cultura, mas também como produto da cultura (como pretendemos aqui), é importante trabalhar com os conceitos que conformam a possibilidade de reconhecimento de sua realidade. Numa discussão muito instigante sobre espaço e território vistos em sua realidade simbólica, Segato (2005) define o espaço como algo “natural”, com uma realidade que transita entre uma ordem estruturada de reconhecimento do mundo e uma “ambiência” que é externa às categorias de apreensão deste real. Muitas vezes esta ambiência “escapa” às categorias que pretendem lhe dar ordem, sua descrição não contempla as suas possibilidades de presença no mundo vivido dos seres humanos (o espaço se vincula melhor às indeterminações da imaginação) e muitas vezes surpreendem nossos sentidos de ordem. Já o território é uma representação, é uma referência para uma ação ordenada, para a produção de uma identidade:

A noção de território é de uma ordem mais acessível, porque o termo já nasce como representação. É, por assim dizer, espaço representado e apropriado, uma das formas de apreensão discursiva do espaço. Mas não qualquer forma de apreensão. Não é, por exemplo, uma representação científica do espaço, como os enunciados na linguagem formalizada da física, da geometria, ou da trigonometria, ou as fórmulas topológicas dos matemáticos e físicos, ao criar modelos para atribuir uma “forma” ao espaço. Território alude a uma apropriação política do espaço, que tem que ver com sua administração e, por tanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e muito especialmente, identificação. (Segato, 2005:196)

Assim, para falarmos em cidade do ponto de vista da cultura é importante discutir a sua “territorialização”, ou seja, como o espaço urbano está sendo constantemente conformado pelas ações discursivas que buscam estabelecer sua realidade. Então, falar de espaço urbano, no caso da antropologia, é falar sobre as relações de poder que sustentam as ações discursivas que pretendem produzir a realidade do território. O significado que o território assume é fundamental para a definição de suas propriedades e dos sujeitos que o compõe. Portanto, pensar a cidade é entender a ação criativa dos discursos que pretendem definir sua realidade. A cidade é o movimento de um território em disputa.

Por fim, como complemento de um quadro conceitual que permita uma abordagem cultural da cidade é necessário destacar o conceito de lugar. Ele enfatiza a importância da experiência neste quadro de reconhecimento e conformação do espaço urbano. Ou seja, reforça a experiência dos sujeitos, os modos de habitar dos cidadãos, como um elemento decisivo na conformação do espaço urbano:

O lugar e, sobretudo o lugar de assentamento de um sujeito individual e coletivo, é o suporte onde essas produções espaciais e territoriais se concretizam, onde se erguem suas balizas e também, inevitavelmente, onde os limites de um real emanado da materialidade do espaço físico

e natural emergem em crises periódicas e imprevisíveis, mostrando a precariedade dos trabalhos da imaginação e o trajeto indeterminável da história. (Segato, 2005: 197)

Assim, o lugar é a condição de historicização das produções espaciais e territoriais, é onde a dimensão transitória e dinâmica das categorias de espaço e território fica visível. Nos remete claramente a ideia de que a cidade é algo em formação, produzida pela constante necessidade de definição de seus limites. Do ponto de vista da cultura, a cidade é um território a ser compreendido em suas fronteiras, uma vez que é ali que se intensifica a necessidade da produção do sentido, onde a contraposição discursiva e suas relações de poder ficam mais evidentes. Com a condição criativa do lugar, fica evidente a importância de uma antropologia urbana, da etnografia, ou seja, da importância de um olhar qualitativo sobre a realidade da cidade.

Além da definição de alguns conceitos, é interessante refletir sobre algumas mudanças nas relações de poder que mobilizam a conformação dos territórios na sociedade contemporânea. No Brasil, como de resto em grande parte do ocidente, os projetos de desenvolvimento econômico e social do século XX pautaram-se em modelos evolucionistas que procuraram sempre distinguir práticas e ideias tradicionais das práticas e ideias modernas. Para operacionalizar o modelo se buscou construir dicotomias onde se representaria a realidade tradicional sendo superada pela renovação moderna. Por exemplo, entre as principais dicotomias operada pelas ideias evolucionistas está a distinção entre campo e cidade, onde o campo tradicional e retrógrado deveria ser superado pela cidade moderna e progressista. Neste modelo o rural e o urbano são realidades irreduzíveis uma a outra, representando coisas absolutamente distintas; não abre, portanto, para as conexões que levam aos desafios de suas zonas fronteiriças, onde a realidade se coloca em sua dimensão relacional. Em países com uma alta taxa de urbanização nas últimas décadas, como o Brasil, é difícil não relacionar ideias de progresso aos eventos relacionados à urbanização (acesso facilitado à tecnologia em geral, como meios de transporte mais rápidos; mercado de consumo mais forte, etc.). Esse modelo é sustentado pela noção de progresso, capaz de delinear as propriedades que devem prevalecer na constituição de uma cidade.

É interessante acentuar que esta forma de definição do espaço urbano está muito mais vinculada a expansão de modelos globais de constituição do espaço, do que a determinações de uma gestão autônoma do território, onde os parâmetros de constituição do mesmo seriam definidos pelas relações de poder próprias aos atores que habitam os limites físicos e administrativos da coletividade urbana. Aparentemente o processo de urbanização da sociedade brasileira já expressa uma mudança importante nas relações de poder que operam na constituição dos territórios, uma vez que é a cidade moderna que serve de referência nesse processo³. Aqui, a conformação territorial das cidades passa a ser fortemente influenciada por modelos de organização que são ícones globais de civilidade. Com a urbanização brasileira fica patente que as formas de gerir a vida serão de competência de referenciais éticos e estéticos globais, diminuindo significativamente a influência de um tipo de soberania que tinha como referência a administração de um território definido por seus limites físicos.

O problema desta perspectiva é a sua tendência a reduzir a dinâmica complexa das formações urbanas aos ditames do processo de evolução tecnológica e dos modelos de civilidade que o acompanha. O modelo existe e afeta profundamente a composição

³ Temos o entendimento que a cidade moderna é o que referência a ocupação do espaço no processo de urbanização da sociedade brasileira. Portanto, não estamos tratando aqui de outros modelos de cidade, como a colonial, que predominou no início da colonização do Brasil, num contexto de uma sociedade rural.

das cidades, normalmente se impõem através de “emblemas” (como as referências arquitetônicas da cidade moderna) que legitimam os seus parâmetros de ordenamento do espaço, reduzindo drasticamente a viabilidade de uma contraposição discursiva a esse modelo, própria a experiência diversa e complexa que implica habitar um território. Há questões políticas e culturais que atravessam a composição dos territórios da cidade e que afetam profundamente a objetivação dos espaços habitados. Isso faz com que, numa mesma cidade, nós tenhamos a convivência importante de distintos elementos éticos e estéticos produzindo o espaço habitado.

Assim, essa visão de mundo em suas concepções de espaço encontrou na compreensão modernista da cidade, sustentada pela arquitetura funcionalista, uma força sem igual para realizar o ideal de progresso através de referentes espaciais. Nos parece que a construção de Brasília é a expressão máxima do movimento desenvolvimentista brasileiro que tanto impactou a construção de nossas cidades no século XX (HOLSTON, 1993). O primeiro fundamento desta concepção de ordenamento espacial já pode ser visto nas reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, influenciadas pela reconfiguração de Haussmann, em Paris. A cidade funcional, sustentada pela lógica do zoneamento e do fluxo intenso, seria a expressão de uma nova época, mais dinâmica e livre, capaz de superar os entraves de uma sociedade hierárquica e zelosa das posições estabelecidas pela tradição⁴ (Le Corbusier). A cidade moderna abria as possibilidades para relações dinâmicas e igualitárias, relações democráticas, distante da sociedade estruturada em estamentos, estanque, vista como característica da cultura aristocrática que configurou as relações nos primeiros séculos de formação do Brasil. Esse movimento para a evolução e para o progresso eram muito bem representados pela ideia modernista de cidade, que têm na transformação constante, na superação da tradição e na refundação dos parâmetros para a vida moderna a sua motivação para a criação.

Porém, essas utopias presentes nas formulações do espaço na cidade moderna não foram suficientes para superar desigualdades sociais que são inerentes à ocupação do território nas cidades contemporâneas, especialmente nos grandes aglomerados forjados em sociedades muito desiguais, como é o caso das cidades da América Latina. Os avanços tecnológicos na utilização de materiais e na ampliação do conhecimento sobre as técnicas de construção não se mostrou capaz de superar, em seus investimentos sobre a cidade, a desigualdade na alocação dos recursos própria as sociedades contemporâneas. É da lógica capitalista que os bens e benefícios da sociedade se concentram nas parcelas da população que, em função das estruturas de poder da sociedade, têm acesso privado a maior parte dos recursos. O projeto da cidade moderna, apesar de suas utopias libertárias e igualitárias, não se constituiu como contraposição as tendências de centralização de recursos e de autoritarismo presentes na sociedade capitalista. Em muitos casos pareceu estimulá-las.

Duas situações nos dão pistas para entender esse processo. Em primeiro lugar, esse quadro se torna mais grave em sociedades onde as noções de bem público são muito estreitas, excluindo de grande parcela da população a possibilidade de compartilhar dos seus benefícios. O resultado disso é que a lógica de ocupação do espaço da cidade é conformada pelas ideias de progresso e bem-estar de uma parcela pequena e privilegiada dessas sociedades muito desiguais. Nas chamadas sociedades desenvolvidas (Europa e Estados Unidos), onde os processos democráticos de controle do investimento público estão mais presentes, essa lógica privada de ocupação

⁴ O modernismo na arquitetura normalmente é vinculado a obra do arquiteto e urbanista Le Corbusier. Para uma excelente análise crítica da influência do modernismo na arquitetura na constituição da antropologia urbana na França, ver Segaud (2016).

do espaço apresenta um controle social mais efetivo. Porém, em sociedades com instituições democráticas frágeis, como é o caso do Brasil, essa lógica se estabelece sem muita regulação.

Em segundo lugar, temos uma característica própria à política de produção do território e de identidades contemporânea que comentamos acima, que desloca seus centros de decisão sobre os territórios das relações localizadas para os espaços de produção de uma cultura globalizada. É o exemplo do modelo de cidade funcionalista definindo o processo de urbanização nas cidades da América Latina. Junto às concepções arquitetônicas há a proposta de uma administração da vida pública e privada, muito próximo ao que Foucault (2007) define como “poder pastoral”. Aqui não existe muito espaço para que processos políticos gestados em espaços públicos locais imponham algum tipo de ordenamento ou reordenamento nas configurações espacial e política de suas coletividades. Especialmente se estamos falando de regiões, como o Brasil, com poucas possibilidades de contribuir na constituição dos modelos, dos “emblemas”, que referenciam os significados dos modos de vida possíveis na sociedade contemporânea.

A periferia como fronteira criativa da cidade: para tornar visível o que está em movimento.

As considerações sobre um poder contemporâneo constituído pela força de “sistemas”, ou seja, modelos de fazer a vida que se pautam em “competências”, “especialidades” que normatizam o que é realidade e o que é mera especulação da imaginação (nestes termos, o domínio do irreal), não determinam a inexistência do que “transborda” às premissas políticas e epistêmicas da norma. Normalmente, esses “excessos” da realidade são tratados através da lógica do desvio, a qual diz que o que sobra ao modelo não tem força de realização e deve ser colocado à parte, como coisa (matéria, ideia) desordenada e, por isso, negativa. No caso do tema das definições sobre o espaço urbano, o que não cabe no princípio funcionalista, o que “não funciona”, deve ser descartado como anomalia, como impróprio para definir a totalidade do que se define como cidade.

Nossa proposta é refutar essa premissa dizendo, junto com outros autores da antropologia como Agier (2015) e Magnani (2012), que o que nos interessa na definição da cidade são suas margens, justamente aquele espaço em que a conformação e as propriedades do território está sendo disputada. Essa prioridade está baseada na definição de que a cidade é o “movimento de fazer a cidade” (AGIER:2015), uma vez que a cidade é um “objeto virtual” que é ultrapassado pelo urbano, fenômeno que caracteriza a sociedade contemporânea (LEFEBVRE, 2001). Portanto, as disputas pela ocupação dos espaços da cidade, as formas materiais que essas ações produzem - como os condomínios fechados com seus espaços de geometria funcional perfeita; as favelas e vilas com o espaço constituído por suas moradias frágeis, improvisadas e provisórias, dizem muito sobre a realidade da cidade. São nestes espaços de fronteira onde se constituem as referências ideais e materiais que motivam a diversidade dos modos de habitar a cidade. Para alcançar essa dimensão criativa da cidade, é fundamental estar atento ao que se pensa, mas também, em igual importância, ao que se faz. Assim, a observação das margens, das periferias das cidades, das fronteiras que os espaços urbanos nos apresentam é o método de uma antropologia urbana preocupada em expressar a dimensão política de suas opções epistemológicas:

Para introduzir esta reflexão, eu devo dizer logo de saída que o vínculo que será estabelecido aqui entre etnografia das margens e antropologia da cidade não pretende reproduzir a oposição radical ou mesmo ‘ontológica’ entre a marginalidade e a centralidade em

si. Muito ao contrário, eu pretendo descrever uma dinâmica, uma dialética, uma relação necessária e, por fim, certa continuidade entre uma e outra. Mais profundamente, eu desejo implementar um método que permita pensar a universalidade da cidade fora de qualquer pretensão normativa, ou seja, segundo uma concepção ao mesmo tempo epistemológica e política. Baseada em pesquisa etnográfica urbana, esta concepção defende a ideia de uma construção/desconstrução de seu objeto “cidade”, rejeitando qualquer definição a priori da mesma enquanto ferramenta analítica. A questão seria antes: o que faz e desfaz a cidade permanentemente? Ela conduz à divulgação de processos e portanto à política que impulsiona o movimento necessário à sua existência, às suas reprodução e transformação. (Agier, 2015: 483)

Essa proposta de conhecer a cidade não implica a desconsideração de outras visadas sobre a mesma. Ao contrário, ela pretende chamar a atenção para o fato de que quando estamos descrevendo, analisando, narrando a cidade, nós estamos ao mesmo tempo construindo um território, produzindo uma realidade. O que pretendemos é chamar a atenção para uma abordagem específica, que se propõe a entrar em relação com outras que constituem a cidade em sua complexidade. Novamente nas palavras de Agier (2015: 486):

(...)eu quis dizer que era possível ‘desenhar’ uma cidade múltipla, partindo do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras dos cidadãos tais como o próprio pesquisador as observa, as coleta e anota, direta e situacionalmente, e que esta cidade não é menos real que aquela dos urbanistas ou dos administradores. É outra.

Para aproximarmos essa discussão da realidade de Pelotas, nosso *locus* de reflexão, um bom caminho é trazer para a discussão o problema da “invisibilidade” das populações de periferia, que via de regra não tem sua situação e suas demandas reconhecidas pelo poder público. É evidente a precariedade dos serviços públicos em muitos bairros populares da cidade, nos quais habitam a maior parte da população da cidade. A precariedade do saneamento básico, da iluminação pública, das escolas, do transporte público e dos espaços de lazer, normalmente é vista como motivada pela falta de competência dos órgãos públicos responsáveis em prestar seus serviços. Se isso é verdadeiro, trata-se de uma verdade parcial, pois não leva em conta um elemento histórico na composição do investimento público: o fato de que a população é percebida através de graus distintos de cidadania, ou seja, que existe cidadãos de primeiro, de segunda ou mesmo de terceira categoria e que o investimento público segue essa hierarquia. Os cidadãos de primeira categoria (numa sociedade capitalista, àqueles de maior poder aquisitivo) têm acesso aos investimentos públicos mais qualificados, ao passo que os cidadãos de segunda e terceira categorias têm acesso a serviços públicos mais precários. O que pretendemos afirmar é que o nível de investimento público depende da produção social dos cidadãos, da hierarquia estabelecida por padrões culturais que definem a possibilidade de maior ou menor “merecimento” no acesso aos benefícios públicos. Portanto, a capacidade que uma coletividade tem em colocar seus atributos como superiores definem os critérios de propriedade para se ter os direitos aos bens públicos. É uma questão política.

O Loteamento Santa Cecília existe a mais de vinte anos na região administrativa de Três Vendas, em Pelotas. É composto por famílias constituídas por trabalhadores(as) com baixo nível de instrução formal, que se ocupam de atividades na construção civil, em empregos domésticos, como carregadores – os “chapas”- e motoristas, eventualmente como trabalhadores rurais. Ou seja, o mundo do trabalho é construído

com as possibilidades restritas que o emprego de suas habilidades socialmente e financeiramente pouco valorizadas oferece. Para enfrentar essa situação, as famílias locais estruturam suas vidas através das relações de parentesco e de vizinhança, formando redes de afeto e de trabalho responsáveis por produzir, entre outras coisas, referências morais para a vida individual e coletiva, acesso a práticas religiosas e de lazer, acesso a postos de trabalho e, é claro, a locais de moradia. Em outra oportunidade (FONSECA & PEREIRA NETO, 2017) demonstramos como essas redes de parentesco e vizinhança cumprem um papel fundamental para a constituição de um “território” para a população do Santa Cecília. Distante de benefícios potentes da educação formal e dos postos de trabalho mais valorizados, essa população conta com uma complexa rede de relações de parentesco e vizinhança responsável por produzir identidade aos seus habitantes e articular suas oportunidades no contexto da cidade. O cuidado entre os membros da rede se expressa, por exemplo, na transmissão de conhecimento e oportunidade para o trabalho, no compromisso moral entre os seus membros através de regras de solidariedade, ou seja, valores que são importantes para uma população que está numa situação de fragilidade social, onde os desafios para a reprodução da vida são muitos.

O lugar onde essa população habita expressa a precariedade das suas condições de vida, mas também as soluções encontradas para contornar essa precariedade, que é da experiência histórica dessa população e de seus antepassados. As poucas ruelas de terra batida do loteamento são acesso a uma centena de casas, distribuídas num espaço limitado por um riacho (sanga) e por duas ruas do bairro Santa Teresinha. Essa faixa de terra é uma doação da igreja vizinha ao loteamento, que depois de disputas com a população local repassou a área para a prefeitura resolver as questões levantadas pela ocupação irregular. Porém, até hoje a propriedade da terra não foi legalizada pela prefeitura. A ocupação da área foi ordenada por regras de propriedade estabelecidas pela estrutura de parentesco e vizinhança, que leva em conta o tempo de ocupação e as relações de fidelidade entre vizinhos e parentes que foram se estabelecendo com o tempo. Há um mercado de venda e troca de casas que segue esses acordos, uma vez que a mobilidade é uma das características dessa população. As principais famílias (dois ou três troncos familiares) que ocuparam o local estão presentes, porém há um trânsito entre seus integrantes que faz com que muitos se ausentem por períodos distintos e acabem negociando seus locais de moradia. É muito comum pessoas das gerações mais jovens se ausentarem em busca de trabalho e melhores oportunidades de vida, como também é comum que retornem ao loteamento por desejo de se manterem próximos aos laços familiares ou por dificuldades nas suas trajetórias. O interessante é que a própria construção das casas expressa a realidade da mobilidade que está presente na vida das pessoas. As casas normalmente são de madeira ou de outros materiais improvisados, indicando a prioridade de uma estrutural móvel, que possa ser desmontada ou transferida caso as circunstâncias assim exijam. O que é fixo no loteamento Santa Cecília é a estrutura das relações de parentesco e vizinhança, não as casas de moradia.

Essa condição de mobilidade física dos locais de moradia parece ser uma questão para pensar sobre as formas de habitar das populações periféricas de Pelotas. Aqui é importante resgatar as questões levantadas anteriormente sobre a prevalência do modelo funcionalista de cidade e sobre a ideia da cidade como um movimento político de fazer a cidade. Claramente, os princípios que norteiam a ocupação do espaço e a constituição do território no Loteamento Santa Cecília não têm reconhecimento como um discurso capaz de conferir propriedade aos indivíduos que fazem parte da coletividade. As estruturas ordenadoras na ocupação do espaço e da reprodução da coletividade não têm legitimidade e, portanto, visibilidade como condição política necessária para garantir a permanência nos locais de habitação. Nessa “totalidade virtual” que é a cidade, os princípios ordenadores representados por regras de parentesco e vizinhança

não são suficientes para determinar uma ocupação legítima de uma coletividade urbana. Essa condição se agrava quando pensamos que as relações de parentesco são reconhecidas em nosso sistema jurídico como da ordem do privado, do doméstico, com muita dificuldade de se constituir como uma “questão pública”. Nesta concepção de cidade, não há valor atribuído a esse “modo de habitar” próprio a constituição dos territórios periféricos, especialmente se comparado com os direitos de propriedade de indivíduos que tem acesso, socialmente construído, aos recursos econômicos da sociedade. Assim, para essas coletividades periféricas a condição de “despossuído” é uma realidade sempre presente, da mesma forma como a não permanência em seus locais de ocupação.

Trazemos aqui algumas situações que provocam a “mobilidade por classificação” destas populações. Cena um: o loteamento Santa Cecília se constituiu através do trânsito de moradores do próprio bairro Santa Cecília, num processo de classificação interno às relações da comunidade, quando famílias e indivíduos com atributos socialmente desqualificados de natureza racial e econômica construíram moradia nas margens do arroio e do bairro, ou seja, na periferia da periferia. O Santa Cecília é conhecido como os “Sem Terra”. Cena dois: os moradores do Santa Cecília estão ameaçados de retirada do seu local de moradia porque estão morando em “área de risco”, na definição do poder público. São “vítimas”. Além disso, são considerados agentes poluentes, responsáveis pela poluição da sanga da qual vivem ao lado, fato que se agrava por estarem ocupando uma área de proteção ambiental permanente (APP). Neste caso, deixam de ser “vítimas” e passam a ser “ameaças”.

A condição socialmente desqualificada desta coletividade descompromete o investimento do poder público para a melhoria das suas condições de moradia. Neste contexto, é impensável soluções tecnológicas e ecológicas para qualificar as condições de moradia no local de pertencimento destas populações, lá onde as pessoas produziram suas trajetórias de vida. Os registros oficiais da prefeitura não reconhecem a existência do Santa Cecília, o loteamento e sua gente são “invisíveis” para os documentos oficiais. A alternativa “razoável” é transferência para um novo local, nos limites do que se considera a cidade, distante das referências afetivas e materiais construídas ao longo da trajetória da coletividade.

A forma da configuração do espaço urbano em Pelotas, com suas relações entre centro e periferia, expressa claramente a influência da desigualdade social na definição da visibilidade dos habitantes e na eficácia dos seus discursos de empoderamento. Como foi tratado antes, esta questão não pode ser mais tratada como um problema de dimensão local, exclusiva a relações de forças que se produzem “dentro” do território administrativo de Pelotas. Há poucas possibilidades da composição de um poder territorial referenciado por uma ação política gestada em um território físico autônomo, tal como o modelo da soberania dos Estados nação. Como mostra o exemplo do alcance global do modelo funcionalista de cidade, na política contemporânea o espaço é territorializado na referência a “emblemas” de circulação global que “produzem” e definem as propriedades de ocupação do espaço. Essa lógica nos parece servir para a constituição nos diferentes atores políticos da contemporaneidade, em seus distintos níveis. A força de uma “comunalidade” passa por fluxos globais, onde é fundamental perceber como os “emblemas” globais são transfigurados nos processos de constituição local.

Podemos voltar a Santa Cecília e perceber como este processo pode estar operando naquele contexto. Não se percebe no loteamento Santa Cecília a organização de uma associação de moradores. Ela existe no bairro Santa Terezinha, mas conta com pouca adesão e influência tanto entre os moradores do Santa Terezinha como entre os moradores do Santa Cecília. A forma das lideranças da associação comunitária

conseguirem visibilidade e adesão as suas ações é quando, por exemplo, estas se integram as atividades de promoção do clube de futebol local. É uma atividade prioritariamente lúdica, mas que mobiliza sentidos de identidade a um território, ou seja, ações locais constituídas por uma gramática global, o futebol. Através do clube de futebol e das atividades esportivas, lúdicas e políticas que ele pode vir a promover, é possível perceber sentidos de identidade sendo constituídos e, em consequência, aflorar os sentidos de “comunalidade”. Além desse exemplo, em relação ao Santa Cecília e outros bairros periféricos de Pelotas, vemos outro sentido de “comunalidade” se produzir e com expressa conexão global, o tráfico de drogas. Esse é uma das principais atividades econômicas do mundo, com grande capilaridade nos espaços periféricos das cidades já que a comercialização de drogas é uma atividade ilegal na maioria dos países. Dos espaços periféricos, local socialmente visto como da “desordem”, é esperado que seja reconhecido como o *locus* privilegiado de reprodução de uma atividade ilegal. Evidentemente que tratamos aqui da força de um estereótipo, sempre carregado de uma boa dose de cinismo, já que a comercialização e consumo de drogas ilícitas está presente em todos os níveis da sociedade contemporânea.

No Santa Cecília, e em outros bairros periféricos, onde suas atividades estão constantemente colocadas na fronteira do legal e do ilegal, a alta rentabilidade das atividades do tráfico (especialmente se levamos em conta o retorno das outras alternativas de trabalho nestes contextos) faz com que sua organização passe a influenciar fortemente o ordenamento dos territórios periféricos não só de Pelotas, mas do mundo. Por sua natureza global, que coloca Santa Cecília em conexão com atividades de uma rede mundial com diferentes estratégias de propagação, o tráfico passa a produzir um poder de forte persuasão na configuração dos sentidos compartilhados naquele território. As gerações mais jovens são as mais atingidas por este ordenamento, causando conflito com gerações de moradores mais velhos, constituídos por padrões de moralidade que são colocados em risco pela ação política do tráfico. Este normalmente se apresenta como uma organização paralela ao Estado, convivendo no espaço político-administrativo estatal, mas com regimes de legitimidade próprios.

O exemplo acima mostra que a potência de reconhecimento político de um bairro periféricos passa 1) ou por atividades articuladas para fins não necessariamente políticos, nas quais essa dimensão não é necessariamente presente; 2) ou então, por atividades que se constituem através de uma organização política, mas que atuam na ilegalidade. Nos dois casos, o reconhecimento de cidadania é dificultado pelo não reconhecimento da ação política ou pelo combate a ação política vista como ilegítima por ser ilegal.

Com problemas semelhantes ao do Santa Cecília, podemos trazer a situação que aflige os moradores da Estrada do Engenho e do Passo dos Negros, também em Pelotas. Neste caso, uma população de baixa renda, composta por pescadores, catadores de resíduos sólidos, empregadas domésticos e prestadores de serviços gerais, habita há cerca de 20 anos um “vazio urbano” (novamente, o problema da “invisibilidade” dos habitantes) que se estende às margens do rio São Gonçalo. Porém, essa região passou a ser de interesse dos investimentos imobiliários para pessoas de alto poder aquisitivo, fazendo que a população de baixa renda sofresse uma pressão muito forte para desocupar o local. Enquanto avançam os empreendimentos imobiliários sobre a região, a população local é pressionada através do Ministério Público a deixar o local pelo fato da área ser classificada pelo poder público como uma APP (Área de Proteção Ambiental). Neste processo, os moradores acabam sendo considerados como agentes poluidores, pois com seus hábitos e dejetos estariam colocando em risco o equilíbrio ecológico do lugar. Além disso estariam vivendo em uma área de risco. Mais uma vez os habitantes são classificados como vítimas e, ao mesmo tempo, como agentes

poluidores, sendo essa classificação decidida pela capacidade legal e/ou moral dela produzir o argumento necessário para produzir a remoção. Não é demais lembrar que uma área maior desta mesma APP, ocupada por um Clube Náutico e por residências de uma população abastada, não são alvos da ação do Ministério Público. Essa flagrante injustiça expressa a desproteção dos moradores de baixa renda para garantir a permanência em seus lugares de moradia, carentes, principalmente, de uma força política suficiente para a defesa dos seus interesses.

Como colocamos anteriormente, a condição de habitantes do lugar não apresenta a legitimidade necessária frente ao poder público para que a manutenção dos moradores, especialmente os de baixa renda, seja efetivamente vista como uma “questão de cidadania”. Se fosse, a ação do poder público viria no sentido de investir em conhecimento e em articulação política para resolver os problemas colocados pelo investimento imobiliário (evitando que ele se configurasse como especulação imobiliária), pela necessidade de preservação ecológica, pela construção de casas seguras, tendo como fundamento da ação o direito das pessoas habitarem o lugar que ocupam desde várias décadas. Locais no qual produziram sua identidade e seu modo de vida. Enfim, produzir um tipo de ação que superasse a condição histórica de “invisibilidade” política das populações de baixa renda no país.

No caso específico da região da Estrada do Engenho e do Passo dos Negros, a precariedade do reconhecimento de moradores da população local leva a que outros agentes, preocupados com essas questões de cidadania efetiva, articule estratégias para que os direitos dos moradores sejam preservados, mas de forma indireta. Por exemplo, o fato de estudos arqueológicos e históricos demonstrarem que a região do Passo dos Negros é um espaço importante de preservação da memória da cidade, configuram, através de objetos arqueológicos e da narrativa de seus habitantes do passado e dos atuais, um marco importante de preservação do período das charqueadas e, mais recentemente, da produção do arroz. Demonstrem a necessidade de reconhecimento daquela região como um patrimônio cultural da cidade. Neste caso, o motivo para a área ser considerada de interesse público não passa necessariamente pela condição de habitantes dos moradores locais, mas pelo fato da área ser um local de memória. Aqui questões de direito à moradia vinculam-se com as questões que envolvem a produção da memória coletiva, exigindo a assunção de um conceito mais complexo de cidade pelo poder público, normalmente refém dos preceitos mercadológicos de apropriação do território.

Para finalizar, um último comentário sobre o fato de, aparentemente, o discurso dos moradores como habitantes “pobres” de um território ter menor eficácia do que o outro discurso de integrantes de um território de produção de memória coletiva. Neste processo, eles têm a possibilidade de deixarem como grupo social a condição histórica de habitantes “invisíveis” para se reinventarem como integrantes de um espaço que mantém a memória coletiva de uma atividade econômica importante, as charqueadas, e da relação de trabalho que ela engendrava, a escravidão. Em se tratando da última condição, a memória da escravidão, os moradores passam a fazer parte de um discurso poderoso, de caráter global, que pretende ativar uma reflexão sobre as consequências da escravidão e do racismo para as gerações vítimas de seus efeitos perversos⁵. O que pretendemos sugerir aqui é a potencialização do discurso político quando os moradores integram uma ação de defesa da memória sobre a escravidão, assim como algumas populações de pobres rurais e urbanos se fortaleceram ao serem reconhecidos como integrantes de comunidades quilombolas. Podemos trazer novamente Segato (2005:213) para nos falar as questões de espaço e território na

⁵ Ver as contribuições de Hall (2003), Hannerz (1997) e Gilroy (2001) sobre o tema.

política contemporânea:

O espírito do território deixa de ser sua localização espacial fixa e se transfere à circunscrição demarcada pelo assentamento de “culturas” particulares, incluindo o trajeto que resulta de sua capacidade de agregar novos segmentos ao rebanho em processos que chamo de ‘anexação branda’. Nessa inversão da relação povo-território, é possível dizer que a população é o eixo do território e que o território passa a ser um atributo espacial móvel da população.

O que essas situações de territorialização de Pelotas nos trazem é a necessidade de estar atento aos discursos de produção do espaço da cidade e de suas relações de poder. Os discursos sobre “pobreza”, “cidadania”, “ecologia”, direitos humanos”, “igualdade”, “justiça” e sua eficácia passam necessariamente pela forma como eles se objetivam na vida dos habitantes da cidade. Portanto, é fundamental que observemos a produção da vida nas cidades através de seus habitantes.

Considerações finais

O presente texto procurou defender uma visão complexa sobre a realidade das cidades, levando em consideração as diversas dimensões discursivas que a constituem. A possibilidade de uma cidade democrática passa pelo reconhecimento e legitimação desta diversidade, expressa no discurso e na prática dos diferentes atores que constituem seus territórios. Nesta perspectiva, o discurso dos especialistas e gestores é tão importante como o da plêiade de grupos e indivíduos que produzem o espaço habitado. Há uma série de dificuldades de reconhecimento e de legitimação desta pluralidade discursiva. Uma delas é a necessidade de produzir um conhecimento crítico sobre a dimensão normativa dos discursos dominantes, reconhecendo as relações de força que ele institui e, ao mesmo tempo, a capacidade disjuntiva dos discursos marginais. Esse movimento dialético é fundamental para a constituição de uma visão mais complexa sobre a realidade das cidades e de seus habitantes, fazendo com que a tendência homogeneizante dos discursos da norma dê lugar a uma narrativa sobre cidade que contemple a diversidade de atores que a compõe.

Para tanto, o texto pretende mostrar a importância de uma observação mais detida nas relações de poder e nas formas de expressão política que operam na constituição dos territórios da cidade, especialmente no que é apresentado pela realidade das periferias da cidade, vistas como margem ou fronteiras. O que se apresenta aqui é a possibilidade de compreensão de um conceito mais ampliado de política, onde a dimensão transnacional e/ou globalizada da política é mais importante para entender as relações de poder que ocorrem nos bairros periféricos de Pelotas, do que a política circunscrita a representação dos territórios fixos constituídos pela administração pública. Nesta nova perspectiva, a expressão cultural dos grupos periféricos, como o futebol e a música (Gilroy, 2001), são elementos importantes para entender a construção dos sentidos de “comunalidade” e, portanto, se apresentam como formas de realização da política.

Por fim, trazemos a ideia principal deste texto. Para reconhecer e potencializar essa cidade complexa, que é feita em movimento, é fundamental a observação detida de sua realidade em constante transformação. O jogo de posições dos atores, as novas formas de agência política, a criatividade nos processos de territorialização que constituem a cidade, precisam de uma perspectiva situacional da realidade, capaz de captar a “dinâmica dos ritmos” que a compõem. Neste caso, produzir etnografias sobre a cidade é buscar trazer a agência dos múltiplos atores que a produzem e são produzidos por

ela, respeitando sua complexidade e incluindo no rol dos protagonistas muitos dos atores considerados de segunda ordem ou mesmo “invisíveis” na composição do mundo expressado como realidade urbana.

Referências bibliográficas

AGIER, M. *Do direito à cidade ao fazer-cidade*. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana* 21(3):483-498, 2015.

FONSECA, A.; PEREIRA NETO, Francisco. *Pensar a cidade no Brasil: limitações, potencialidades e perspectivas*. Sociabilidades Urbanas, V.1 (1), Pp. 53-64, 2017.

FOUCAULT, M. *Seguridad, Territorio, Población*. Curso em el Collège de France 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GILROY, P. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro, ed. 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos AfroAsiáticos, 2001.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília:UNESCO, 2003.

HANNERZ, U. *Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. *Mana* 3(1): 7-39, 1997.

HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, J.G. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*, São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

SEGATTO, R. L. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *Série Antropologia* [da] Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005.

SEGAUD, M. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

O ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO URBANO CAPITALISTA

Uma crítica à luz do direito a cidade

Natália Pacheco da Silva¹
César Augusto Costa²

Resumo

O artigo expõe de forma crítica o uso do espaço público de lazer como luta ao direito à cidade, sua apropriação e percepção para as atividades de lazer da juventude. Analisaremos o espaço público no que tange ao padrão de sociabilidade urbana, seus desafios contemporâneos sob a ótica capitalista, pois o espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. O artigo está organizado em dois momentos: no primeiro, pontuaremos qual lógica rege o padrão de sociabilidade urbana e o espaço público; no segundo momento, aprofundaremos as análises sobre o uso do espaço público pela juventude. Ao fim, apresentaremos as considerações finais indicando que a luta pelo espaço público constitui uma luta política pelo real direito à cidade.

Palavras-chave: direito à cidade, espaço público, padrão de sociabilidade urbana.

Abstract

The article exposes critical manner in the use of public space of leisure and fight for the right to town, its appropriation and perception for the leisure activities for youth. We will analyze the public space regarding the pattern of urban sociability, their contemporary challenges from the perspective capitalist, because the urban space was organized in order to encourage the operations of movement and, at the same time, it offers the consumer a variety of locations, landscapes, physical topographies and symbolic that are, in different ways, incorporated the dynamic market. The paper is organized in two phases: in the first, we will indicate what logic governs the pattern of urban sociability and the public space; the second time, we will deepen the analysis on the use of public space for youth. In the end, we shall present the final considerations indicating that the fight for public space constitutes a political struggle by royal right to the city.

Keywords: right to the city, public space, pattern of urban sociability.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/RS, Especialista em Desenvolvimento de Talentos e Gestão de Equipes (Faculdade de Tecnologia SENAC); Especialista em Educação Empresarial e Pedagogia Corporativa (UNINTER); Bacharel em Turismo (Universidade FEEVALE). natipacheco@gmail.com.

² Docente e Pesquisador no Programa Pós-Graduação em Política Social/UCPEL. Pós-Doutor em Direito e Justiça Social/FURG. Líder do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL). E-mail: csc193@hotmail.com.

Introdução

As atuais lutas da juventude brasileira pelo uso e ocupação do espaço público constituem âmbito para reflexões para além de atividades de lazer ou recreação, visto que desde a posse colonial o ato de embelezar as cidades cumpria critérios burgueses efetivando espaços de glorificação e demonstração de poder ora religioso ora político, mas nada propunha o usufruto da plebe.

Para Borja (2011) a origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade. Depois, como ocorreu em outros aspectos da vida social, por sorte, há um processo, se querem, de *democratização urbana* que é de progressiva apropriação social. Vale recordar que em Barcelona foi quase uma revolução cultural quando a finais da década de sessenta ou a princípios da de setenta, os coletivos organizados nos bairros reclamavam, entre outras coisas, uma praça. Teve-se uma boa relação estabelecida naquele momento entre estes movimentos sociais opositores ou reivindicativos e os setores culturais avançados do mundo do urbanismo. “Propunha-se que não bastava com que houvesse um ônibus ou um centro de assistência sanitária retirado do lugar de residência, agora *se necessitava também uma praça*, um centro cívico de encontro, um equipamento cultural” (BORJA, 2011, p. 04).

Traz-se o exemplo da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul e seu descaso para com os jovens, cidadãos Pelotenses que compreendem entre 15 e 29 de idade (conforme determina o Estatuto da Juventude – Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013) foram profundamente atingidos pelas influências europeias dominantes desde a emancipação da cidade. Os bailes, os teatros e as famílias tradicionais reafirmavam a lógica da exploração das classes oprimidas consideradas sem patrimônio cultural, imóvel ou monetário. A escravidão na região foi uma das mais cruéis do Brasil, pois aqui, mais que severidade da violência, castigava-se os negros pelas baixas temperaturas além de obrigá-los a viverem com restos de charque extremamente salgados. O rigor era extremo, extinguindo a vida de um escravo aos seus 24 anos de idade (MONQUELAT, 2015).

Apesar da cidade já ter aniversariado mais de 200 anos de história, nunca preocupou-se em qualificar os espaços públicos para os pobres, considerados aculturados, quiçá promover espaço de múltiplas artes para seus jovens.

Acredita-se que a padronização neoliberal no uso do espaço público é uma forma de exclusão social, pois ela, contamina direitos já garantidos desde a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e permite o desenfreado controle do setor privado sobre o público. Segundo Monquelat (2015) as praças de uma cidade é um dos logradouros mais importante da vida de uma pequena comunidade, pode-se até dizer que das praças que nascem as cidade e à medida de seu crescimento novos espaços. O espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. O que isto quer dizer e que implicações isto tem para o compartilhamento da cidade como espaço público (ACSELRAD, 2016)?

Para o exame destas questões, nosso artigo está sistematizado em dois momentos, precedidos desta introdução. No primeiro momento, pontuaremos qual lógica rege o padrão de sociabilidade urbana e o espaço público; no segundo momento, aprofundaremos as análises sobre o uso do espaço público pela juventude. Ao fim, apresentaremos as considerações finais indicando que a luta pelo espaço público constitui uma luta política pelo real direito à cidade.

Estado, Cidade e Direitos: o Acesso ao Espaço Público

Entendemos que a cidade desigual é também problematizada por movimentos de justiça ambiental e de denúncia de racismo ambiental, constituindo redes de questionamento das políticas fundiárias, em defesa do igual acesso à proteção e aos recursos urbanos como direito de todos os cidadãos, seja em termos de nível de renda ou de origem étnica. Movimentos contra a ambientalização da exclusão denunciam argumentos para legitimar remoções de populações faveladas que, por sua vez, nunca foram atendidas em seu direito à moradia (ACSELRAD, 2016). Aludimos que:

Alguns conflitos evidenciam novas leituras do espaço urbano, propõem desenhar uma cartografia cultural autônoma e reivindicam o direito à diferença de forma independente com relação às dinâmicas mercantis da cidade. Trata-se de pôr em evidência a presença, no urbano, das marcas do que é culturalmente diverso e não mercantil, não redutível a relações de consumo, compra e venda; de procurar recuperar na cidade a experiência do encontro entre diferentes histórias e culturas, enfrentando o desafio de afirmar a alteridade, reivindicando o reconhecimento de identidades específicas e de direitos a elas associados: o exemplo das experiências de cartografia social de indígenas nas cidades ou de reconhecimento de quilombos urbanos (ACSELRAD, 2016, p. 244).

Para a tomada de algumas reflexões elencadas nesse texto, situaremos a lógica do espaço público a partir da conceituação elaborada por Vainer (2017), onde o mesmo assinala que à luz do padrão de sociabilidade urbana, a cidade pode ser vista através de três modelos (pátria, empresa e mercadoria).

Segundo Vainer (2017) a cidade pode ser uma mercadoria, a ser vendida num mercado competitivo de localizações, em que os clientes seriam capitalistas, em primeiro lugar, mas também turistas e indivíduos que escolhem onde investir, passear, viver. Para esse fim, se desenvolvem as técnicas do marketing urbano, direta e abertamente decalcadas do marketing. Já a cidade empresa, seria vista em confronto (competição) com outras cidades-empresas, na forma de querer se impor no mercado de cidades (mercado de localizações). Daí, a necessidade de estratégias competitivas, de uma direção empresarial (o prefeito empreendedor), uma flexibilidade que é estranha ao setor público e indispensável ao negócio privado. Por fim, a cidade pode ser vista como “pátria”, que se constitui como um espaço onde conflitos e as lutas internas são vistas como uma ameaça à “pátria urbana” (apaziguada e sem conflitos). Para isso, é necessário banir os conflitos inerentes para ter chances na competição. E banir o conflito significa, banir a política do espaço urbano, silenciando os conflitos nele existentes como se o espaço público não fosse alicerçado sob mediações sociais, políticas e econômicas.

E o que poderíamos dizer dos espaços públicos que espolia aos jovens seu direito ao lazer, em suma seu direito à cidade? Ou seja, qual lógica rege estes espaços públicos? Segundo Borja (2011) a apropriação privada (no sentido do cidadão que utiliza) do espaço público comum se entende qualificante pois, oferece distintas possibilidades às pessoas de estarem nele, e que ademais melhora auto-estima dos cidadãos porque os faz sentir que são tratados como os outros, como os da cidade mais formal, mais rica.

O Estado na sua ineficiência firma parcerias com o terceiro setor, incluindo aqui empresas, entidades religiosas, filantrópicas, internacionais e educacionais na tentativa de qualificar o bem público sem onerar os cofres públicos que já garantiriam a estruturação destes locais costumeiramente representados por praças com certa

vegetação e brinquedos para as crianças. Porém, estas entidades garantidas por estes convênios também acabam por determinar os usuários, já que possuem o poder de gestão.

A vitoriosa conquista em 1990 com a aprovação do ECA³ (Estatuto da Criança e do Adolescente) impulsionou a criação do CONANDA⁴ (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) para dar voz à juventude, proteção social e garantir a subjetividade destes sujeitos tão fragilizados. A partir daí, os jovens não deveriam mais serem tratados como propriedade da família, do Estado ou da Sociedade Civil, mas como um sujeito democrático, atuante, reflexivo e transformador (SALES, 2010)

As cidades nada juvenis dependentes destes órgãos públicos e unidos aos representantes do terceiro setor ancoraram-se no Estado acreditando que a triangulação de objetivos compusesse a fórmula ideal para o sucesso do jovem no Brasil, contudo o que percebe-se é um verdadeiro duelo entre estes responsáveis manipuladores e as famílias.

A década de 90 foi marcada por muitas iniciativas governamentais na área social sendo alvo de estratégias de marketing e da descontinuidade das ações, o mandato do FHC⁵ estava intimamente ligado à financeirização da economia, reforma do Estado, ajuste fiscal e desmonte das políticas públicas (SALES, 2010), e mais uma vez as cidades compuseram o contexto ideal para dominação de uma maioria emudecida pela miséria.

Neste sentido, precisa-se destacar que as tentativas voltavam-se e voltam-se para desmobilizar a sociedade, já que a força do povo se faz pela união de sujeitos com objetivos similares. Sales (2010, p. 231), ainda afirmará que “a política e a democracia não são harmônicas, consistem em desvio, rupturas, perturbação da ordem e da dominação” por espaços de todos.

Esta batalha por direitos no que tange à sociedade civil e os espaços nas cidades, vista como palco de contrastes políticos e individuais, revela que é insuficiente “conquistar assentos nos anfiteatros da palavra autorizada pelo Estado” (SALES, 2010; MONTAÑO, 2010). A certeza do acesso aos bens públicos não são garantidas por estas inúmeras laudas de leis, mas pela mobilização social, pela resistência das classes oprimidas sob seus opressores.

De acordo com Gohn (2013, p. 33), o sujeito é reconhecido – “objetivamente, e, se reconhece - subjetivamente, como membro de uma classe, de uma etnia, parte de um gênero, uma nacionalidade, e, muitas vezes, de uma religião, culto ou crença”. Estes encontros urbanos subjetivos são forçadamente construídos pelo desenvolvimento dos centros urbanos, segundo Lefebvre (2001), “se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, o subúrbio será urbano”. A confluência do pensamento urbanístico moderno e contemporâneo reitera o descaso e a invisibilidade dos suburbanos e suas necessidades de lazer em relação ao mercedores moradores da regiões centrais, observa-se que as cidades por séculos preocuparam-se com os centros visíveis aos visitantes e passíveis de conquista de eleitores deixando a grande massa sem espaços público para o lazer.

Se a cultura não for o manifesto mais legítimo de um povo, de que vale embelezar a cidade para os visitantes e não para seus residentes? De que vale uma praça se nela

3 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

4 CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5 FHC – Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

não contiver resquícios de luta, convivência ou diálogo? Um espaço público identifica a população com sua história e ainda aproxima os jovens ao constructo do seu legado.

Las aportaciones de estas corrientes subjetivistas a la comprensión y la investigación de los procesos de elaboración de la subjetividad y de la práctica de los sujetos sociales es de indudable importancia. La puesta en primer plano de los procesos de significación social, las pautas de interacción cotidianas, el papel del self, de los discursos y otros, en los eventos sociales, destacan el rol constructivo de los propios actores sobre su realidad (HERNÁNDEZ, 2004, p. 03).

Uma das mais importantes considerações acerca da subjetividade das cidades refere-se a necessidade de se estar atento as estruturas da realidade sócio histórica e seus significados a partir da perspectiva dos sujeitos, que pode ou não vir a alterar sentido para os outros, contudo considera-se como espaço para desenvolvimento e representações (ZEMELMAN, 2010).

Posto isto, corrobora-se a necessidade de enaltecer os espaços públicos como um espaço subjetivo para transformações, manifestações e trocas sociais, políticas e culturais independente do regimento de um Estado, mercado ou instituição, estes locais suburbanos ou não contemplam os signos dos sujeitos que a partir de suas experiências promoverão as teias para um futuro que requererá insurgência demasiada ou uma apatia patológica (LEFEBVRE, 2001).

Por ejemplo, está claro que las instituciones económicas no significan lo mismo para diferentes sujetos, como ser los bancos, las bolsas de valores, etc., como puede también ocurrir que las instituciones políticas tampoco revistan el mismo significado para todos los sujetos, encuancto constituir posibilidades de despliegue. En esta dirección, el estado puede conformar un espacio de participación directa para los grupos dominantes, mientras que para los subordinados puede plantear la presencia de mediaciones, a veces tan complejas e ineficaces que no tienen un significado efectivo para muchos sujetos. De ahí que la primera cuestión que se tiene que plantear como eje ordenador del pensamiento, es lo que concierne al ordenen cuanto este conforma un mecanismo constitutivo de subjetividades, mediante sus múltiples recursos, al influir sobre el sistema de necesidades de los colectivos sociales (ZEMELMAN, 2010, p. 356).

Arroyo (1998), assinala ainda que milhões de crianças e jovens que frequentam as escolas latino-americanas ou que nem frequentam porque precisam auxiliar na renda familiar, estão excluídos em plena era da globalização, da sociedade do conhecimento, reiterando o lamentável processo de humanização e desumanização das cidades e seus reflexos.

Seguindo a trilha de nossa reflexão, abordaremos o uso do espaço público pela juventude.

Espaço Público e Lazer

O desafio de aprofundar as análises sobre o uso do espaço público pela juventude e para o lazer nos instigam a ultrapassar a relação que estes locais têm com a manifestação violenta destes sujeitos rotulados, generalizando-os como palco de encontro exclusivamente para o vandalismo. Faz-se necessário, estudos que enalteçam

a importância destes locais para diversas manifestações culturais da juventude, para ela e com ela.

Nas duas últimas décadas, as grandes cidades, cuja importância econômica e cultural em nada diminuiu ao longo desse período, foram palco de uma transformação arquitetônica e exerceram um papel tão preponderante na vida política e social, que pareciam “se independizar” de seus contextos nacionais. Também na América Latina já nos acostumamos aos macro-projetos urbanos, o melhoramento de infra-estruturas, a renovação dos setores históricos, a criação de centros de negócios internacionais, a promoção do turismo, além da especulação com o espaço urbano e do “protagonismo” dos prefeitos. Embora as cidades latino-americanas apareçam com pouca frequência nas listas de “cidades globais”, elas são amplamente mencionadas em listas secundárias representativamente importantes (BRAND, 2008).

Por longos e segregadores séculos os espaços públicos foram frequentados pelas altas e médias classes, até o surgimento dos clubes e entidades privadas, por outro lado, o pobre que transitava nestes locais eram marginalizados e cada vez mais embretados na periferia. A partir da década de 90, com a neoliberalização na América Latina tem-se outras conotações na escala urbana talvez menos estudadas. Pode-se citar, entre outras, a teoria neoliberal como discurso legitimador, sua mobilização mediante a tomada dos centros estratégicos de planejamento urbano, o papel dos meios de comunicação, as diversas formas de uso da violência e da repressão como mecanismo de imposição do projeto neoliberal em escala urbana, o autoritarismo, etc. Brand (2008) afirma que enquanto temas como o papel das agências internacionais, o conflito, a governança e as práticas participativas nas cidades passam superficialmente pela questão do poder.

No plano urbano, numerosos estudos têm sido dedicados à descrição da *especialização* deste fenômeno. Segundo Brand (2008, p. 19) a concentração de renda nos setores econômicos e sociais “articulados com a globalização resultou em agravamento das disparidades no mercado do solo, fragmentação urbana, segregação socioespacial, implantação de “ilhas” e “arquipélagos” urbanísticos para a expansão dos serviços financeiros, tecnológicos e dos negócios internacionais, condomínios residenciais fechados, mega-projetos, infra-estruturais para atender às empresas multinacionais e elites locais, abandono e degradação do habitat das classes populares etc. Tudo isto constituiu, sem dúvida, um eixo principal da recente geografia urbana da globalização na América Latina, tal como a “metropolização”, as transformações da estrutura urbana, os padrões de segregação, as desigualdades sócio-territoriais, os espaços exclusivos das elites e as condições de vida (BRAND, 2008).

Dentre as ocorrências e persistências das cidades, o lazer é uma atividade bastante principiante e de classes, visto que, a periferia finda por readaptar suas horas fora do espaço de trabalho formal para o trabalho informal, visando a complementaridade de renda. De acordo com Marcellino (2012, p. 17), o lazer é um campo de atividade em estreita relação com a demais áreas de atuação do homem, “o lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais. Marcellino (2012) ainda descreverá que o lazer seria uma construção ideológica, sob a qual o antilazer se aproveita para penetrar mais eficazmente no mundo de vida das pessoas, com o objetivo de mantê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana.

Mesmo que os esforços urbanísticos se esforcem para qualificar e desenvolver áreas de lazer privadas ou limitadas, justificando o aumento da violência no Brasil, a grandiosidade das interações no espaço público jamais será substituída.

A admissão da importância do lazer na vida moderna significa considera-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social. Os movimentos ecológicos, de jovens, de mulheres entre outros, têm alicerçado muitos dos seus valores com base na vivência e na reivindicação pela vivência do tempo de lazer (MARCELLINO, 2012, p.30).

O excerto anterior provoca novas indagações acerca do lazer, quando pretendemos analisar os fatores que conceituam o tempo livre e o uso do lazer nestes momentos. Para Giddens (2009), a verdadeira essência da natureza do tempo relaciona-se em parte na falta de organização e ajustes entre nossa rotina e a continuidade de nossas atividades no espaço-tempo.

Em nossas cidades, mesmo naquelas que já adquiriram características de grandes centros urbanos, quer pelo volume populacional, quer pelo desenvolvimento de sua estrutura econômico-social, o problema de bem ocupar as horas de lazer ainda não ganhou a consciência dos estudiosos, nem a dos governantes. [...] Essa indiferença dos educadores, sociólogos, psicólogos, urbanistas, etc, pelo destino que os brasileiros dão ao seu tempo livre, deve-se em boa parte – acreditamos – à inexistência de grandes metrópoles e à ausência de várias características das sociedades de massas, próprias dos países altamente industrializados, onde as conotações culturais, econômicas e sociais do tempo de lazer são naturalmente ostensivas e gritantes. [...] Por outro lado, a natureza reflexa da nossa cultura deforma, em muitos casos, a visão dos brasileiros face aos fenômenos surgidos da realidade nacional. [...] Acontece, porém, que nos países padrões do sistema cultural em que nos inserimos, “tempo é dinheiro” e amar a vida no que ela tem de belo e desinteressado uma deformação ou um vício (FERREIRA, 1959).

A hospitalidade do cidadão brasileiro representa quase como uma ordem, que todos são felizes pelo usufruto do lazer, quer dizer, o país oferece uma variedade de manifestações culturais além de seus atrativos naturais, logo, todo brasileiro deve ser feliz. Para Hobsbawm (1984), as brincadeiras populares são representações sociais e, conseqüentemente, fazer parte da memória cultural de um povo. É comum encontrarmos na prática do lazer várias brincadeiras populares, daí a indução do lazer no âmbito das manifestações sócio-culturais que encontram apoio teórico na cultura.

Para Dumazedier (1976, p. 94) “lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se” ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Para Acselrad (2016, p. 237):

assim como já conhecíamos a experiência de lugares sendo construídos por um esforço de venda microeconômico para fins turísticos, por exemplo, o planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, fazendo do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais.

Assim, o lazer pode ser concebido como mercadoria sendo dotado de uma condição absolutamente particular, de um produto cujo consumo onde todos os sujeitos estão, em princípio, submetidos compulsoriamente pelo modo como o “espaço público” é mercantilizado, e, poderíamos dizer pelo modo como o próprio espaço privado é por ela invadido, e por outras formas de invasão mercantil publicitária de interesses privados.

Considerações finais

A qualificação dos espaços públicos não podem ser encarados somente como um problema de gestão, mas como um direito de apropriação subjetiva e de manifestação cultural. Democratizar estes espaços sem compreender as necessidades juvenis, suas transformações ao longo da história e a maneira como se relacionam com o *locus*, será um duelo sem vencedores.

O espaço público e sua relação com o lazer nas cidades se contrapõem, se contradizem e não traduz as lógicas sociais cimentadas desigualdade, pelo racismo, pelo sexismo, pelo preconceito de tudo aquilo que difere o outro do todo, pela escravidão, pela exploração do trabalho, pelo abuso moral. Na visão de Lefebvre (2001, p.133), a cidade ideal comportaria a obsolescência do espaço: “transformação acelerada das moradias, dos locais, dos espaços preparados. Seria a cidade efêmera, perpétua obra de seus habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/por essa obra”.

Temos no horizonte que a luta dos atores sociais contra essa lógica urbana, deve se constituir e exprimir a resistência diante da apropriação de tais meios em benefício da acumulação privada e contra a concentração dos impactos danosos para que o espaço público, não seja incorporado a um campo de negócios sobre os mais despossuídos. Tais lutas indicam resistências urbanas junto aos movimentos sociais que contrapõem e resistem a este sistema padrão de sociabilidade urbana estruturada com base na exploração e na desigualdade de acesso a moradia e ao lazer.

Onde estão nossos jovens? Entrincheirados entre muros e computadores buscando direito à liberdade de pertencer a cidade requerendo espaços para interação. Como sabemos, mercado e sociedade estão longe de colocar face a face, relações iguais, mas assimétricas de poder. E, como também assinalamos, as negociações raramente colocam, frente a frente, sujeitos e o mercado em relações simétricas. Certamente, o projeto consensual/negocial do espaço público silencia e escamoteia sua natureza essencialmente autoritária, conservadora e desigual através de uma forma aparentemente democrática, transferindo do setor público à lógica urbana dos interesses do mercado imobiliário. Assim, evidenciamos que:

O que se está a pôr em jogo, pois, é a recuperação da cidade como espaço político, unindo lutas por reconhecimento e lutas por distribuição – questionando – nos termos de Jacques Rancière – “a ordem pela qual os corpos encontram-se distribuídos em lugares, funções e poderes”, buscando superar desigualdades e discriminações. Tais conflitos evocam Walter Benjamin, para quem, ante a temporalidade urbana do capital, que subordina e normaliza os outros tempos, só o tempo dialético da política, que inova e surpreende, pode opor-se à destruição da memória das cidades, assim como de sua dimensão pública e sua diversidade constitutiva (ACSELRAD, 2016, p. 246).

Entendemos que a disputa pela cidade, inclui a partilha entre público e privado, explicitando o que está em jogo quando se procura “vender a especulação imobiliária” ou quando se invisibiliza a privatização dos espaços comuns não mercantis da cidade,

das quais tal privatização aparece de forma contínua e naturalizada pelos órgãos públicos.

Portanto, a partir de Vainer (2017) pontuamos que a luta pelo espaço público contra a remoção ou extinção dos mesmos constitui um movimento político capaz de inscrever na história urbana, outras e novas estratégias de repensar ou transformar o padrão de sociabilidade urbana capitalista, de modo a atender o real direito à cidade.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Cidade – espaço público? *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.234-247, jan./jun. p. 235-247. 2013.

ARROYO, Miguel G. Paulo Freire em tempos de exclusão. In: *A pedagogia da libertação de Paulo Freire*. São Paulo: Unesp, 2001.

BORJA, Jordi. *Espaço público, condição da cidade democrática*. A criação de um lugar de intercâmbio. Publicado no *Café de lãs Ciudades*, ano 5, nº 42, em abril de 2006 Disponível em <http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_42_1.htm>.

CARDOSO, Bianca Breyer. *Por onde andam as crianças?* Curitiba: Appris, 2015.

DUMAZEDIER, Jofre. *Lazer e cultura popular - Debates*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERREIRA, José Acácio. *O lazer operário*. Salvador: Ed. Livraria Progresso, 1959.

GOMES, Cristina Marques. 2004. *Pesquisa Científica em Lazer no Brasil – Bases Documentais e Teóricas*. São Paulo: ECA / USP (Dissertação de Mestrado).

GIDDENS, Antony. *A Constituição da Sociedade*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

HERNÁNDEZ, D'Angelo, Ovidio. *La subjetividad y la complejidad. Procesos de construcción y transformación individual y social*. En Problemas sociales de la complejidad. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, La Habana, Cuba. 2004. Disponible en la World Wide Web: <http://168.96.200.17/ar/libros/cuba/angelo14.rtf>

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCELINO, Nelson C. *Estudos do Lazer*. 5 ed. São Paulo, 2012.

MONQUELAT, A. F. *As praças de Pelotas e suas histórias*. Pelotas: Mundial, 2015.

MONTAÑO, Carlos. *O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2014.

SALES, Mione (org). *Política Social, Família e Juventude*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAINER, Carlos. *Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos*. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 29/09/2017.

A CIDADE E A MORADIA

O caso de Pelotas

Cristine Jaques Ribeiro¹
Nino Rafael Medeiros Kruger²
Tayna Corrêa Oliveira³

Resumo

Pensar a cidade exige que problematizemos a categoria social, para que possamos reconhecer a sua construção dentro das diferentes configurações históricas. A cidade torna-se produto do mercado que captura os modos de viver coletivo, definindo as práticas no que se refere ao trabalho, ao lazer, à moradia, entre outras. A demanda produzida tem a intenção de fortalecer o controle da lógica financeira. A fronteira imposta entre o rural e o urbano legitima tal controle. O sistema nega, na construção da cidade, o direito de existir, tanto no solo cultivado quanto no solo construído. O solo construído é alvo do interesse imobiliário para sua especulação. Este artigo pretende apresentar a análise da realidade de Pelotas como uma cidade de médio porte que sofre com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida, revelando a necessidade de questionar de quem é a cidade? Palavras-chave: cidade, direito à cidade, mercadoria.

Abstract

Thinking about the city requires us to problematize the social category so that we can recognize its construction within the different historical configurations. The city becomes a product of the market that captures the collective ways of living defining the practices in regard to work, leisure, living, among others. The demand produced is intended to strengthen control of the financial logic. The boundary between rural and urban legitimizes such control. The system denies, in the construction of the city, the right to exist in both the cultivated soil and the built soil. The built soil is the target of real estate interest for its speculation. This article intends to present the analysis of the reality of Pelotas as a midsize city that suffers with the implementation of the Growth Acceleration Program and the My Home My Life Program revealing the need to question who the city is?

Keywords: cities, right to the city, merchandise.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1997), Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000), Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente, é professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas.

² Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Católica de Pelotas, graduado no curso de Serviço Social na mesma instituição.

³ Graduada em Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica CNPQ no projeto intitulado: O Direito a Posse: A População Invisível no Loteamento Santa Cecília no município de Pelotas, vinculado ao grupo de estudos Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais e integrante articuladora do Observatório de Conflitos da Cidade.

Introdução

Pensar a cidade nos exige compreender as diferentes formações históricas que a constroem para fins de efetivação do sistema capitalista. Com o acelerado processo de instituição do complexo imobiliário, a terra, assim como a cidade, torna-se objeto do mercado, melhor dizendo, mercadoria. Sendo assim, as remoções impostas para as famílias empobrecidas são realizadas pelo discurso da defesa da propriedade privada, coordenado pelo Estado, desenhando um cenário desigual e segregatório.

A construção da imagem de uma cidade sem favelas propõe a lógica de uma organização funcional da cidade, através da qual se tenta convencer de que “nada está fora do lugar”. Ou seja, uma proposição positiva que defende nas áreas centrais o uso rentável da cidade e na periferia, “longe dos olhos”, a não cidade, um lugar onde a infraestrutura é inexistente ou precária.

Portanto, o presente artigo propõe problematizar a arquitetura imposta para os modos de viver da população. Uma arquitetura que fortalece os processos de desigualdade socioambientais e se realiza viabilizada pelos mecanismos do Estado, que propõe uma política urbana não pública com recursos públicos.

Para iniciar a análise, o primeiro item apresenta rapidamente a construção da categoria social que ultrapassa a ideia de sociabilidade e se coloca como criação das formações históricas e de seus agentes, tornando-se um campo do conhecimento. Logo, o item seguinte apresenta a categoria cidade como construção social e problematiza a fronteira entre rural e urbana nessa construção. Identifica os processos da urbanização que interferem nas formas de viver e delimitam o que é e que tipo de moradia cabe para os mais pobres. O discurso urbanístico e suas ferramentas de consolidação são questionados.

O terceiro item propõe analisar a governabilidade como perspectivado Estado, ou seja, pretende apresentar a forma como o governo realiza o poder para decidir as políticas que deveriam atender à população, mas que, de fato, são redirecionadas para atender aos interesses do financiamento da terra.

O quarto item, que trata sobre a cidade de médio porte e o neo-desenvolvimento, apresenta o município de Pelotas com suas características específicas, o qual se tornou alvo de interesse imobiliário frente a um déficit habitacional contraditório. Revelando, assim, uma planificação que desconsidera as necessidades reais da população que vive na periferia urbana.

O quinto item apresenta o Programa Minha Casa Minha Vida em Pelotas como dispositivo de governabilidade de vanguarda. O referido Programa expressou o processo de acumulação de capital resultante da retirada de recursos orçamentários para políticas sociais com objetivo de atender os interesses do setor privado.

Por fim, o sexto e último item tenta, a partir das provocações apresentadas pelos itens anteriores, refletir sobre o tema “Direito à cidade”. Para tanto, com a perspectiva crítica sobre a realidade, apresenta as questões: De quem é a cidade? O que é a cidade? Quem tem direito de existir na cidade?

Social: Problematizando a categoria

A primeira perspectiva ou relação que se pode fazer sobre social é que o mesmo é partilhado no mundo como linguagem comum reproduzida no seio das relações. Todos

podem proferir sobre o social, desde políticos, profissionais, religiosos a cidadãos comuns. No entanto, quando adentramos o terreno das intervenções, é possível identificar os impasses desta compreensão. Assim, torna-se necessário considerar o social como categoria ambígua no seio destas relações.

O social é qualificado como palavra-realidade que compõe a existência coletiva sugerindo um tipo de relação entre os sujeitos. Sendo assim, o social é naturalizado, dispensando qualquer perspectiva crítica-analítica (SILVA, 2005).

Dessa forma, para qualificar tal reflexão, torna-se importante verificar que o social ultrapassa a perspectiva de sociabilidade, pois se coloca como campo do conhecimento, e problematizá-lo sugere reinventar as concepções e intervenções acerca do tema. O social é produto das multiplicidades resultantes das relações num campo histórico. A dimensão histórica que constrói o social possibilita compreender que sentidos são produzidos pelas relações sociais sobre tal questão, bem como, situar, nesse caso, sob qual perspectiva de cidade e de território será preferível e necessário trabalhar.

Desconstruir a perspectiva reproduzida na sociedade sobre o social resguarda a concepção de que o social é gestado pelas práticas humanas, constituído pelos processos coletivos e reverberado pelos mesmos. Portanto, cada formação histórica, composta por seus processos, acontecimentos, transversalidades e atravessamentos, irá construir o social como um campo de possibilidades com suas características específicas, agenciando uma analítica da realidade.

Outras categorias ainda irão criar o social como imaginário e território. O imaginário é aquilo que cria o mundo, portanto, a realidade social é sua criação. Essa mesma sociedade vai determinar seu conjunto de significações e, conseqüentemente, o que considera certo e errado (CASTORIADIS, 1995). A questão do território inclui componentes culturais e simbólicos, bem como a questão material de natureza econômica e política resultante das formações históricas. A concepção é de que o território ultrapassa o ideal geográfico para evidenciar a construção dos cenários e dos seus agentes.

O que se pretende propor aqui é a necessidade de considerar a categoria território como possibilidade pulsante dos modos de vida que registram memórias, que produzem acontecimentos e que constroem paisagens contornadas por percepções e compreensões sobre o lugar onde habitam diferentes agentes-sujeitos.

A noção de território aqui é entendida num sentido mais amplo. Os seres existentes se organizam segundo territórios que o delimitam e articulam e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.323).

A proposta é pensar para além dos deslocamentos, a fim de problematizar a categoria território com vistas de acolher modos de vida que resistem cotidianamente.

Contudo, o território pode se destruir na medida em que está mergulhado num movimento de mudanças que rompe com as fronteiras que delimitam saber e poder. A possibilidade do aspecto nômade deste movimento e de seus paradoxos poderá propiciar o rompimento.

As estratificações que classificam as populações em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais são confrontadas. O território pode desterritorializar outros acontecimentos, afetos e modos de habitar. No entanto, o “sistema social”

tenta “recapturar”, buscando reterritorializar com o objetivo de controlar os processos coletivos.

O desterritório propõe reconhecer o olhar estrangeiro, o olhar flutuante, construir movimentos rizomáticos, movimentos que desenraizam para não fixar verdades. Nega o olhar binário: bem e mal, certo e errado, loucos e normais, sujeito e objeto.

Reconhecem as multiplicidades, movimentos e os devires. Propiciam as conexões, linhas que transversalizam e atravessam fronteiras. Contraria a ideia de um totalitarismo estrutural e privilegia a concepção de meios-intervalos.

Na sociedade contemporânea somos levados a crer que tudo está organizado para que possamos conviver, trabalhar, rezar, amar, etc... Seres e coisas são disciplinados para exercer suas funções. Contudo, reconhecer as diferentes possibilidades existentes no cotidiano torna possível as multidões-populações, as comunidades-cidadinos e a “invenção” dos modos de habitar. As práticas de resistência modificam o cotidiano alterando os códigos e os discursos, construindo a “arte de viver” e “arte de fazer” (CERTAU, 2000), reapropriando e reinventando o espaço.

Sendo assim, torna-se necessário discutir no item seguinte sobre a categoria cidade enquanto produto do social e de seus equipamentos de disciplina e controle.

Cidade e sua construção social

Para construirmos a concepção de cidade precisamos, antes, reconhecer o seu processo histórico de consolidação. O surgimento da cidade “preexiste” à implantação da industrialização, pois diferentes modos de vida e de conviver já existiam antes da sociedade moderna. Ainda que a problemática urbana desenhe o cenário do processo de industrialização, a realidade urbana não é mérito da própria industrialização.

A cidade antes da industrialização mantinha características próprias da cidade oriental, cidade arcaica, cidade medieval, com suas dinâmicas e constituições específicas. As dinâmicas estruturais de tais cidades se davam pela aposta política e comercial, entre outros aspectos. No que se refere à industrialização, esta aconteceu sob influência do capitalismo, que produziu um outro tipo de cidade.

Com a industrialização, a cidade torna-se objeto do sistema capitalista, melhor dizendo, a cidade materializa-se no discurso de propriedade privada constituída pelo capital. Os contrastes da desigualdade marcam um tipo de cidade que se solidifica nos conflitos entre quem detém o capital e quem vive do trabalho. O espaço urbano se caracteriza pelas lutas de diferentes grupos para sobreviver e reforçar um tipo de poder.

Cada organização corporativa entra num conjunto orgânico; o sistema corporativo regulamenta a divisão dos atos e das atividades no espaço urbano (ruas e bairros) e no tempo urbano (honorários, festas). Este conjunto tende a se fixar numa estrutura imóvel. (LEFBVRE, 2016, p14)

Formas de viver e de conviver vão se metamorfoseando nesse processo imposto pela industrialização. Impõem-se modos de se organizar e de participar da cidade. A lógica da fábrica e de suas necessidades criadas absorverá o cotidiano dos trabalhadores. Estes, conseqüentemente, são atravessados pela concentração dos meios de produção bem como pela sua mão de obra. “A cidade torna-se o locus da regulação do que se faz no campo [...] Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, mais cidades

surtem” (SANTOS, 2009, p. 56-57).

A indústria vai se localizando próxima dos centros urbanos com o intuito de capturar cada vez mais a vida de quem nela trabalha. Consequentemente, a indústria produz espaços de moradia, de convivência, de trabalho, de lazer, controlando o dia a dia dos trabalhadores que se tornam cada vez mais submetidos às condicionalidades da mesma.

A Indústria apropria-se da cidade remanejando as necessidades coletivas e ofertando não apenas a relação operário e patrão, mas também, “estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (LEFEBVRE, 2016, p.16). Assim, o urbano neste contexto constitui-se abandonando a vida no campo e sua relação com o artesanato e com o pequeno comércio local.

O tecido urbano não se limita às formas de sua constituição, pois não abandona completamente sua ruralidade, ou seja, as tensões entre urbanidade e ruralidade pulsam em suas relações complexas. “Urbano e rural são, antes de tudo, polos em articulação pelas relações e reciprocidade que os transformam num todo” (SILVA, 1989, p.13). A cidade constitui-se na crise teórico-prática da realidade urbana. Um exemplo dessa relação complexa é a arquitetura constituída na vida urbana, que assalta o desenho rural da cidade ou até mesmo de outro urbano não industrial. “[...] substitui as ruas tortuosas, mas vivas por longas avenidas, por bairros sórdidos, mas animados por bairros aburguesados” (LEFEBVRE, 2016, p. 23). Manobrar essa dinâmica da vida na cidade era objetivo da industrialização. O habitar tornou-se objeto de controle.

A estratégia para manter um contingente camponês nas fábricas era oferecer espaços de moradia que garantissem a maciça chegada destes trabalhadores nos centros urbanos, além de despertar o desejo pela propriedade como ascensão social. O imaginário social despertou sentimentos de consumo. Por outro lado, a organização de subúrbios para instalar camponeses, agora operários, impôs a lógica da segregação social.

Com a “suburbanização”, principia um processo que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência e capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2016, p.25).

Consequentemente, um pensamento urbanístico entra no bojo desta produção social, alimentando a imposição imobiliária. A realidade dos trabalhadores operários torna-se mais precária, jogados à própria sorte. Dependentes da cidade, mas afastados de seu acesso, são alvos das desigualdades.

Paralelamente uma outra cidade surge, a cidade dos conjuntos habitacionais, da especulação imobiliária, da burocratização estatal do habitar. Com a realidade da segregação social acelerada e de suas consequências no cotidiano dos trabalhadores o direito à moradia surge como pauta de luta de uma classe que vive em condições precárias de vida na cidade.

Na cidade vão se constituindo formas de existir próprias das condicionalidades da especulação imobiliária. De um lado, habitantes que compõem o grupo que acessam a cidade; de outro, um grupo que sonha acessar a cidade, mas que está impedido por suas condições socioeconômicas.

A terra, objeto cada vez mais capturado pelo capital, caracterizada em seus terrenos no solo urbano, vai sendo privada, ou privativa, para quem tem poder de aquisição. Consequentemente, centro e periferia vão assumindo formas cada vez mais distintas e marcadas por suas fronteiras sociais. “No século XIX, e, sobretudo, no século XX, toma forma a racionalidade organizadora, operacional nos diversos degraus da realidade social” (LEFEBVRE, 2016, p.29).

O tecnicismo e o urbanismo dos administradores buscam o cientificismo para justificar suas intervenções na cidade. Modelos habitacionais são impostos nos modos heterogêneos de vida da população, os quais desconsideram as necessidades demandadas pelos trabalhadores. A consolidação do consumo como valor maior legitima-se afetando a vida urbana e gerando problemas que incitam a questão social. Compreender a construção da cidade como construção social é reconhecer que cada formação histórica cria um campo de possibilidades e de problemática que desnatura sua configuração. O conjunto de práticas e diferentes acontecimentos atravessam a formação da sociedade, portanto desnaturar o social é colocá-lo em seu lugar histórico.

Tanto o social como a cidade são objetos do conhecimento, e isso significa tornarem-se domínio do saber. Ambos são alvos de especulação, problematização, construção de um conjunto de regras e normas que se impõem no cotidiano da população, sendo assim:

(...) a noção de direito (...) não deve se generalizar indiscriminadamente pelo conjunto da sociedade, ou seja, essa noção deve garantir a organização liberal da economia (assegurando, neste caso, um direito à propriedade) (SILVA, 2003, p. 180).

Com a afirmação acima é possível insistir no fato de que o estatuto social produzido na configuração histórica da sociedade constituiu a outra cidade, cidade produto do processo de industrialização, produto do capital.

Sendo assim, a construção social da cidade se dá por intermédio de uma modelagem contínua. A função da cidade é definida pelos territórios existenciais submetidos à ordem mundial capitalista. Esta decide quem vive, quem morre, quem consome, quem trabalha, quem concentra renda, ou seja, quem produz e usa a cidade, e para que fim o faz.

Portanto, os itens seguintes pretenderão apresentar o processo que os cidadãos no município de Pelotas vêm sofrendo frente à intervenção do Estado aliado ao complexo imobiliário.

Governabilidade: cidade na perspectiva do Estado

No intuito de aprofundar as reflexões anteriores, a presente análise busca a compreensão da estrutura racional que tem sido adotada e reproduzida no atual modo de gestão Estado através do qual se desenvolvem as bases cognitivas que fundamentam a construção da apreensão das categorias anteriormente apresentadas. Assim, desvelando através da reconstrução de tais caminhos o paradigma que fundamenta os atuais modelos de desenvolvimento urbano. Desta forma, posteriormente, será possível recortar para a análise de uma situação concreta, a partir da reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento urbano, empreendidas sobre o município de Pelotas/RS.

Para tanto, utilizar-se-á inicialmente da reflexão proposta por Henri Acselrad (2007),

que, fazendo citação a Michel Foucault (1979), aponta para a emergência da noção de governo na história ocidental, enquanto nascida do casamento entre uma noção de governo estabelecida fora do debate político – uma perspectiva pastoral de condução de homens e coisas – com as práticas do Estado moderno. Estado que se desenvolvia atrelado ao capitalismo e de forma articulada com a economia política, e, desta forma, buscando orientar para a produção e o acúmulo de riquezas através da gestão.

Era uma “Biopolítica” elaborada por códigos de governança a fim de dirigir os homens através de um conjunto de práticas disciplinares para a fábrica. Estas estratégias, difundidas através do urbanismo e do discurso higienista, pautadas nas Estatísticas enquanto base cognitiva, têm por finalidade uma ação coletiva sobre os trabalhadores (ACSELRAD, 2007).

Assim, compreende-se que a discussão sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras, sobretudo na última década, não pode desenvolver-se sem que antes se apresentem os lastros estruturais que fundam a retórica sobre o qual tal processo se deu. Tão pouco pode acontecer sem uma reflexão ainda que mínima sobre as perspectivas e direcionamentos adotados para o fazer do Estado no tocante à habitação. Isso, uma vez que os sentidos produzidos sob o signo de cidade apontam para as relações que se desenvolvem neste espaço relacional.

Assim ressalta-se a noção de governabilidade destacada anteriormente, pois esta irá relacionar-se diretamente com os rumos do (sub) desenvolvimento urbano experimentado no município com o qual se irá trabalhar, além de com a Nação como um todo.

Os investimentos feitos por parte do Governo Federal sobre a iniciativa privada na última década desenvolveram-se através das desonerações de impostos para grandes empresas do ramo da construção civil, da retirada de recursos da educação e, principalmente, do enfraquecimento da seguridade social para a produção de moradias, pois forma desenvolvidas medidas institucionais que enfraqueceram os direitos sociais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011) (NABUCO; PRIMI; NABUCO, 2014). Estimulada por esses investimentos, emergiu na nação a nova questão urbana (VAINER, 2013), que centrada na competitividade alterou a morfologia urbana e transformou as cidades brasileiras em imensos empreendimentos financeiros – cidades mercadoria/cidades empresas.

Cidades mercadorias, como aponta Vainer (2013), já que as cidades contemporâneas converteram-se em objetos de luxo. Essas cidades devem ser promovidas para atrair a atenção de um mercado exterior, para a qual esta é produzida e ofertada como uma mercadoria de imagem forte, sólida, sobre a qual repousa o imperativo do desenvolvimento, da lucratividade, com infraestrutura, serviços e segurança.

Deste modo, apresentada enquanto um porto seguro para o desenvolvimento de negócios, ela ainda torna-se um negócio, e o é para um público muito específico, que comprará essa cidade, a negociará e multiplicará seus lucros na exploração da mesma. Por esta razão, a cidade planeja-se, administra-se, gerencia-se e, também, torna-se uma empresa e ainda um sujeito sintático, lógico (VAINER, 2013).

A cidade deve competir, atrair investimentos e transformar seu território em uma imensa linha de produção. Os parques, as ruas, o saneamento, a localização das moradias e o planejamento estratégico devem pautar a cidade enquanto uma atração para os investimentos externos. Fundamentando, assim, a racionalidade da lei do lucro, que irá dominar corações e mentes e desenvolverá a sociabilidade do individualismo competitivo. Deste modo, reforçando os processos segregacionais, ocultando ao

mesmo tempo em que potencializa as desigualdades econômicas, políticas e sociais (MARICATO, 2015).

Sobre tal cognição, a mercadoria cidade passa a ser o objeto de desejo, de produção e venda apreendida no agenciamento político desenvolvido através de gestores que se tornam, cada vez mais, verdadeiros vendedores ambulantes. Tal mercadoria tem um público muito específico e qualificado. Segundo Carlos Vainer (2013), quando se encontram mercadoria e público consumidor, sendo este encontro agenciado estrategicamente pelo modelo de governabilidade de balcão, atrelado ao capital, articulado à economia política e orientado para a produção e acúmulo de riquezas, acabam produzindo um processo profundo de exclusão e expropriação de vida.

Estes têm sido processos vivenciados e denunciados ao redor do país por muitos autores, aqui se faz o destaque a Guilherme Boulos (2015), Ermínia Maricato (2015), Carlos Vainer (2013) e Raquel Rolnik (2011) e (2015), por se tratarem de autores que têm se dedicado nos últimos anos a publicações de materiais específicos sobre tal tema. Na subversão da essência política e protetora deste espaço, funde-se um modelo sócio espacial e temporal de segregação econômica e territorial, que passa a ser vivenciado cotidianamente, experimentado na naturalização de estruturas que necessitam sofrer processo de desterritorialização. Como no caso a ser trabalhado da cidade de Pelotas, a qual tais escritas propõem-se a analisar, debruçando-se em seus processos de desenvolvimentos últimos. Além disso, analisaram-se estudos que vêm sendo realizados sobre a produção da habitação, ocupação do solo urbano e envolvimento de agentes do Estado na alteração de legislações locais para o benefício de construtoras e agentes imobiliários privados no município.

A cidade de médio porte e o neo-desenvolvimentismo

Sendo um entre os 18 municípios gaúchos considerados pelas estimativas do IBGE (2014) enquanto de porte médio, Pelotas está localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul e é a maior e mais populosa cidade de sua microrregião (IBGE, 2017) e terceira cidade mais populosa do Estado, com população estimada para o ano de 2016 em 343.651 habitantes (IBGE, 2017).

O município está entre aqueles com “as maiores taxas geométricas de crescimento da população” (IBGE, 2014, p. 5), taxas de crescimento que após o ano de 2013 têm seguido novas rotas rumo às cidades do interior do país, criando um novo dinamismo populacional que se manifesta nos municípios de porte médio.

Entre os anos de 2000 e 2014, os estudos do IBGE mostram que percentualmente não houve variação nos números de habitantes no conjunto das 27 capitais do país, que somadas totalizaram 48,3 milhões de habitantes e representam 23,8% da população total da nação (IBGE, 2014). Estas cidades que historicamente foram os alvos finais dos principais fluxos migratórios do país, e assim as cidades que alcançavam as maiores taxas geométricas de crescimento populacional (IBGE, 2014), nos últimos anos viram uma inversão nestes deslocamentos para os municípios de médio porte.

Segundo o Instituto, os municípios de médio porte no Brasil são caracterizados enquanto aqueles que:

Possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes [...] Esses municípios em geral são importantes centros regionais em seus estados ou integrantes das principais regiões metropolitanas do país e se configuram como áreas de atratividade migratória (IBGE, 2014, p 5).

Dos 5.570 municípios brasileiros, 261 são considerados de porte médio – 4,69% – e nestes, somados aos 39 municípios de grande porte, residem mais de 113 milhões de habitantes, sendo mais da metade da população nacional. Percentualmente as cidades de porte médio cresceram além da média nacional de 0,86%, 1,12%, obtendo as maiores taxas de crescimento populacional do país (IBGE, 2014).

Compreende-se que tal reflexão faz-se necessária a este estudo para que se possa localizar a relevância que estes municípios têm alcançado e o interesse que eles têm despertado para o grande capital nacional e internacional, sobretudo no que diz respeito aos setores relacionados à construção civil. Construção que nesse período experimentou um crescimento substantivo por conta do desenvolvimento de projetos específicos para o setor por parte do Governo Federal (RODRIGUES; SLAVADOR, 2011. BOULOS, 2015).

Diante de tais apontamentos, compreende-se enquanto relevante para a análise proposta pensar a cidade de Pelotas em sua relação com a cidade vizinha, Rio Grande, que é igualmente considerada cidade de médio porte, localizada a 60 quilômetros da primeira. Cidade que, por ser portuária, acabou por receber importantes investimentos por parte do Governo Federal nos últimos anos e passou a possuir uma grande movimentação no setor industrial, nos serviços de importação e exportação, entre outros. (PINTO, 2016).

Desta forma, ambas as cidades passaram a exercer mútua influência uma sobre a outra, e Pelotas acabou por se tornar atrativa para os profissionais do setor industrial em expansão no município de Rio Grande. Jones Pinto (2016), refletindo sobre tais questões, irá apontar que “nos últimos anos Pelotas tem vivido um momento de euforia no setor imobiliário, já que muitos dos trabalhadores da cidade vizinha utilizam Pelotas como cidade para moradia” (ibid, p. 87).

A alta procura por moradia no município e um elevado déficit habitacional revelado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2013) acabaram por tornar o município de Pelotas uma cidade de grande interesse para o setor em expansão da construção civil. O referido déficit era superior em mais de 5% à média nacional registrada para cidades de porte similar, que é de 6%.

Diante dos dados de um mercado habitacional a ser atendido em virtude do déficit existente, verifica-se que Pelotas poderia se tornar – e se tornou, [...] uma cidade de grande atratividade para as empresas construtoras e incorporadoras de empreendimentos habitacionais no PMCMV, pois mediante a comparação com outras cidades, Pelotas se destacava por um maior mercado em potencial (PINTO, 2016, p. 87).

No entanto, como já se havia destacado anteriormente, esta “biopolítica” voltada à lucratividade foi e continua a ser difundida através do urbanismo moderno, o qual tem por finalidade uma ação coletiva sobre os trabalhadores – leia-se consumidores da cidade – no sentido de aumentar a lucratividade do capital e mantê-los domesticados (ACSELRAD, 2007). O referido urbanismo moderno pauta-se nas estatísticas enquanto base cognitiva, ou seja, utiliza-se das ciências, da política, da economia e de questões sociais. Esta ação pastoral de condução de homens e coisas é que fundamenta a ação prática de governo nos Estados modernos.

Assim, o controle político do poder, a burocratização estatal, o domínio sobre a economia e a legislação não só mantêm, mas aprofundam os processos de segregação e exclusão social, através da reprodução de práticas coloniais que buscam a garantia

dos interesses das elites dominantes (VAINER, 2002).

Estratégias essas que podem ser observadas na ação governamental sobre o município no que diz respeito às alterações promovidas na legislação local que visaram – segundo poder-se-á observar adiante – ao beneficiamento de construtoras e incorporadoras que desenvolveram atividades construtivas de moradia na cidade de Pelotas.

O desenvolvimento produtivo da cidade vizinha, somado aos elevados índices de déficit habitacional que atraíram o interesse de empresas construtoras e incorporadoras, acelerou em Pelotas os processos de centralização econômica, verticalização política e fragmentação territorial. Esses processos potencializaram a organização de espaços socioeconômicos homogêneos e a segregação sócio espacial, visto que “ diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros**” (VILLAÇA, 2001, p. 142 – grifo no original). Processo este que nos remete ao que aponta Saboya (2009) ao discorrer sobre o enfraquecimento das relações sociais, bem como da tolerância para com o outro.

Crianças criadas em condomínios fechados muitas vezes não têm praticamente nenhum contato com as áreas mais pobres da cidade. Que tipo de visão ela terá sobre as desigualdades sociais no futuro? Como ela irá encarar essa desigualdade, e a quais causas atribuirá? Será que terá o desejo de contribuir para diminuí-la, e como poderá fazer isso? (SABOYA, 2009, p.1)

Desta feita, adentremos na análise do desenvolvimento dos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida, PMCMV, no município de Pelotas, compreendendo que através da mediação deste programa é que as raízes do binômio segregação/domínio acabaram por ser aprofundadas na cidade. Além disso, foram os mesmos processos que possibilitaram o aumento da lucratividade dos agentes de mercado, que possuem “efetiva capacidade de acesso à moeda e de despesa monetária” (ABRAMO, 2007, p. 216). São esses “os agentes que têm a possibilidade de tomar as decisões econômicas relativas à produção” (ABRAMO, 2007, p. 217), restando para a população o fato de só poder decidir suas ações diante da situação anteriormente gerada pelos mesmos.

Um modelo de exclusão territorial que ocorre através da perpetuação da negação ao acesso democrático a serviços e equipamentos coletivos

Aponta para um urbano dividido entre a inserção nos circuitos avançados e globalizados de mercado para poucos e a negação do direito à cidade para a maior parte dos moradores urbanos (ROLNIK; KLINK 2011, p. 99).

PMCMV em Pelotas: governabilidade de vanguarda

Ao lançar a reflexão sobre o desenvolvimento das políticas adotadas através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre essas o PMCMV, Rodrigues e Salvador (2011) apontam que, com os investimentos em infraestrutura, o governo federal buscava incentivar o crescimento econômico para a redução das desigualdades no país.

No entanto, as medidas e ações adotadas através do PMCMV, que resultaram na retirada de recursos orçamentários destinados às políticas sociais para a priorização dos investimentos públicos no setor privado (RODRIGUES; SALVADOR, 2011) acabou consolidando o aumento especular do gasto público com setor imobiliário. Além disso, consolidou um modelo de desenvolvimento excludente e predatório (ROLNIK; KLINK 2011), reforçando o que Hanri Acselrad (2007) já apontava no tocante ao processo

de centralização das cidades na acumulação do capital, atravessado pelos efeitos da “reestruturação produtiva e flexibilização da acumulação – leia-se segregação sócio espacial” (ACSELRAD, 2007, p. 1).

Sobre o desenvolvimento do PAC e posteriormente do PMCMV, a expansão dos investimentos deram-se sobre a mesma base – econômica, política e de gestão – que constituiu a histórica, díspar e ineficiente urbanização brasileira, reforçando a fragmentação territorial e a desigualdade sócio espacial. Ações asseguradas por um modelo de planejamento que administra o Estado voltado para o beneficiamento da iniciativa privada e para a satisfação dos interesses do capital, o que faz com que a cidade seja tratada por um Estado patrimonialista enquanto oportunidade de negócio.

A cidade transformada em sujeito econômico, de natureza mercantilizada, empresariada “instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2013, p. 89).

O Estado, através da disponibilização de recursos, da administração das leis de zoneamento, de parcelamento do solo e do desenvolvimento dos planos urbanísticos, acaba por relegar ao poder privado o domínio da decisão quanto à produção da cidade. É um mercado historicamente caracterizado por ser elitizado, que se utilizou dos recursos e possibilidades apresentadas para aumentar sua lucratividade e a exclusão (BOULOS, 2015). Desenvolvendo, deste modo, um modelo de inserção precária aos territórios, sem vínculo entre seus habitantes e a nova terra a ser ocupada, modelo marcado pela insustentabilidade e baixíssima qualidade urbanística (ROLNIK; KLINK 2011).

Ao refletir sobre tais processos, a professora e urbanista Ermínia Maricato irá ressaltar que

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características (MARICATO, 2001, p. 51)

Características que foram vistas, lidas e vividas. Uma base racional que gera a apropriação ou desapropriação dos espaços.

Essas estratégias, comumente observadas em estudos feitos sobre o PMCMV, quando relacionadas a outros momentos históricos e a políticas habitacionais desenvolvidas no caso específico da sociedade brasileira, revelam-se enquanto mecanismo político-ideológico de controle social, pois disseminam a ideologia burguesa de segregação e comprometem a classe trabalhadora com a propriedade.

Deste modo, buscam o aprisionamento das subjetividades e resistências, escancarando o comprometimento do governo para com a manutenção econômica e simbólica do sistema operante, que tem seu objetivo maior na obtenção de lucro e não, na garantia do direito a moradia (BOULOS, 2015).

Assim, desenvolvendo-se as políticas habitacionais estatais no Brasil nos últimos dez anos, enunciadas enquanto solução para problemas estruturais históricos, não foram além da propaganda pela manutenção do poder político e financiamento público ao setor privado.

Como apontado por Nabuco, Primi e Nabuco (2014), o PMCMV não foi criado para solucionar os problemas habitacionais do país, mas sim, para acalmar os ânimos dos proprietários de empreiteiras após a crise imobiliária nos Estados Unidos da América, tratando-se de um plano anticíclico para injetar recursos públicos nestas.

O planejamento de tal programa é compreendido ao se observar a escrita de Carlos Vainer (2013), que aponta para as bem orquestradas farsas que legitimam os projetos de grupos dominantes para as cidades, criando falsos consensos, cedendo espaços aos interesses empresariais e não atendendo às reivindicações populares.

Estes apontamentos, que buscam recuperar em parte a produção de análises que se tem feito sobre os processos de desenvolvimento do PMCMV, quando relacionadas à situação da cidade de Pelotas, refletem uma mesma racionalidade. Segundo Jones Vieira Pinto (2016), “é notável a influência dos agentes promotores privados sobre os direcionamentos e qualidade da produção do PMCMV” (PINTO, 2016, p. 220), pois até mesmo leis foram alteradas sob tal influência para a aprovação de empreendimentos sem qualidade e, “notavelmente, prejudiciais ao tecido urbano de Pelotas” (ibidem).

Segundo o mesmo autor (PINTO, 2016), a Portaria n.º 325/2011, expedida pelo Ministério das Cidades, obriga os municípios que receberem recursos a criarem um Grupo de Análises de Empreendimentos (GAE), para acompanharem as obras, averiguando o cumprimento do instrumento de compromisso quanto à instalação e/ou ampliação dos equipamentos e serviços, por parte dos construtores, bem como realizarem os trabalhos sociais (BRASIL, 2011). Essa portaria foi implantada quatro anos após a oficialização e o início das obras vinculadas ao PMCMV na cidade, através de uma ação voltada para a não retenção de recursos já disponibilizados para as obras, além de ser apresentada como uma das obrigações para que se continuasse a acessar os recursos para o PMCMV. Demonstrando, assim, o não comprometimento por parte do poder público local com as garantias que deveriam ser exigidas pelo GAE junto às construtoras e incorporadoras para que se obtivesse uma qualidade mínima de inserção urbana para as construções e qualidade de vida para os habitantes das mesmas e das populações de seus entornos (PINTO, 2016).

Entre as leis municipais que foram criadas e alteradas no decorrer do PMCMV, a Lei 5.603/2009, que instituiu o programa habitacional de interesse social “Pelotas Habitação Digna”, buscava viabilizar a construção de um maior número de habitações dentro do PMCMV. No entanto, além de não apresentar adendos quanto à qualidade das referidas habitações para seus usuários, ainda trouxe isenções de impostos sobre a construção dos empreendimentos para seus executores (PELOTAS, 2009).

As alterações ocorridas na legislação do município tiveram também efeitos diretos sobre a qualidade da inserção urbana das mesmas. Um exemplo disso foi o alargamento do perímetro urbano instituído pela Lei 5.963/2012 e a diminuição, e até mesmo dispensa, de áreas verdes e de uso público no interior dos empreendimentos, como anteriormente previsto em lei. O que acarreta em prejuízo direto para os moradores destas habitações, bem como para a cidade como um todo.

A lei anteriormente citada – que alterou o perímetro urbano do município – foi aprovada no dia 28 de dezembro de 2012, três dias antes do final do mandato do então prefeito Adolfo Antonio Fetter Junior (PELOTAS, 2012). Esse alargamento não ocorreu de forma fortuita, segundo Pinto (2016, p. 225), “pois possibilitou o projeto e a construção de dois dos empreendimentos pertencentes ao PMCMV [...], e os dois empreendimentos que foram instalados extrapolam os limites do perímetro urbano”.

O mesmo autor ainda lembra que:

Este alargamento foi executado com o principal objetivo de permitir a construção de empreendimentos imobiliários muito distantes de uma situação de boa inserção urbana [...] locais que antes não eram considerados como zona urbana, mas que agora são, porém ainda sem a infraestrutura necessária e adequada para a inserção de unidades habitacionais (PINTO, 2016, p. 225)

Destaca-se desta forma, segundo as informações apresentadas, que a influência de agentes promotores privados sobre as leis do município que regem o PMCMV são evidentes, ainda mais quando a aprovação de um conjunto de leis se dá por um mesmo governo. Além disso, essa aprovação visou especificamente à facilitação da lucratividade das empresas privadas, que puderam adquirir terrenos afastados do centro da cidade e sem infraestrutura urbana. Assim, terrenos de baixo custo para o desenvolvimento das habitações, o que potencializou a obtenção de lucros para seus construtores. Sem contar a possibilidade de diminuição e até mesmo a não exigência das áreas verdes nos empreendimentos, o que possibilitou a construção de um maior número de moradias por empreendimento. Tais fatores acabaram tornando ainda mais atrativo o mercado local, despertando interesse até mesmo de empresas externas, pela possibilidade de obtenção de lucros ainda maiores diante da flexibilização para com a qualidade da produção.

Deste modo, Pelotas acabou se tornando uma cidade de grande atratividade para as empresas da construção habitacional, o que pode ser demonstrado na posterior presença de uma empresa de origem externa à cidade, a Rodobens Negócios Imobiliários S.A. Esta veio a produzir mais de 30% das habitações do PMCMV no município, chegando a 3.590 moradias (PINTO, 2016). Sobre a referida empresa vale ressaltar que a mesma atua com o seu capital aberto na bolsa de valores de São Paulo desde 2007. Tal estratégia é apontada por Guilherme Boulos (2015) como um modo de controle das terras no país, a partir da obtenção de recursos financeiros através da venda de ações para o mercado nacional e internacional.

Tal estratégia foi a responsável pelo desenvolvimento do que autores como Boulos (2015) e Maricato (2015) vão chamar de banco de terras. Ação através da qual as maiores construtoras e incorporadoras do país obtiveram recursos para criar um verdadeiro estoque de terras, que fora utilizado para o desenvolvimento de suas construções através dos recursos do PMCMV.

No jogo especular espacial e econômico, porém, as antecipações devem ser traduzidas em atos mercantis, e é então que vai diferenciar-se a capacidade de os participantes do jogo especular tomarem decisões: ela vai depender da capacidade individual de despesa (ABRAMO, 2007, p. 2017).

Para a Rodobens Negócios Imobiliários S.A., essa foi a estratégia que possibilitou que a empresa se tornasse a décima segunda maior empresa construtora/incorporadora do país (PINTO, 2016).

As alterações na legislação municipal reforçaram o fato de que é a iniciativa privada quem tem o poder de decisão sobre a localização das habitações, fato que reflete sobre a inserção urbana destas, uma vez que tais construtoras e incorporadoras destinaram para a produção de moradias os terrenos através dos quais poderiam obter maior lucratividade, aqueles com pior infraestrutura e mais distantes dos centros da cidade – como se verá adiante. Ainda foi permitido às mesmas desenvolver novos empreendimentos alterando sua qualidade, facilitando ao máximo para que estas

empresas atuassem primeiramente visando aos seus intuitos, sem a obrigação de tornar o PMCMV um benefício concreto à população (MARICATO, 2011).

Desta forma, após a aprovação da Lei 5.963/2012, no tocante à reserva de áreas verdes estabelecidas pela legislação anterior – o III Plano Diretor do município (PELOTAS, 2008) – nenhuma obra respeitou a legislação que obrigava a reserva de 20% para áreas verdes (PINTO, 2016).

Entre 2009 e 2015, 60 empreendimentos foram construídos ou contratados na cidade através do PMCMV, 44 destes, ou 73,33%, não possuem todos os equipamentos de serviço apontados enquanto obrigatórios na legislação federal em suas zonas de abrangência. Alguns foram construídos de forma concentrada no território e acabaram por alterar substancialmente a sua densidade demográfica. Estes requisitaram maior demanda de equipamentos e serviços nestes locais, o que não fora atendido. Do total das construções do PMCMV em Pelotas, somente 16 empreendimentos, 26,67%, apresentam todos os equipamentos de serviço em suas zonas de abrangência (PINTO, 2016).

Chiarelli (2014, p. 207) qualificou a produção do PMCMV em Pelotas como “de empreendimentos em locais onde não existia total infraestrutura, estando a cargo do poder público” o suporte dos custos da viabilização desta infraestrutura necessária.

Pelo menos 44 empreendimentos, 73,33%, estão posicionados nas franjas Periurbanas do município; 9.649 unidades habitacionais, 80,95%, das moradias produzidas, estão nestas franjas, o que pode vir a acarretar dificuldades diversas a seus moradores.

A análise da localização dos empreendimentos do PMCMV, feita através do recorte de faixas de renda, torna preocupante as reflexões anteriores. Isso, uma vez que ao se acentuarem a colocação de famílias de faixas de renda similares em locais próximos, potencializam-se os processos de fragmentações socioeconômicas dos territórios e desenvolvem-se as “guetificações” ou “o modelo de cidade do apartheid” (BOULOS, 2015, p. 43).

A localização dos empreendimentos de Faixa 1 do PMCMV em Pelotas – para famílias que recebem de zero a 2,6 mil reais mensais (PORTAL BRASIL, 2017) – caracterizam-se por desenvolverem-se em territórios onde há maior densidade demográfica, piores indicadores de qualidade de inserção urbana e maior número de unidades habitacionais por empreendimento. Entre os 10 empreendimentos para a Faixa 1, oito construções caracterizam-se por ser de blocos de cinco pavimentos, “confirmando a estratégia de adensamento de moradias em uma gleba de menor porte” (PINTO, 2016, p. 255). Sendo esta mais uma das estratégias desenvolvidas para o aumento da lucratividade de construtoras e incorporadoras.

Para Rufino (2015), dada a sua grande produção de empreendimentos neste modelo de condomínios fechados, o PMCMV tende a provocar a fragmentação dos territórios onde é localizado.

Desta forma, a análise do desenvolvimento do PMCMV no município, que reafirma a colocação de populações em regiões periféricas, vem acarretar, como anteriormente apontado,

Uma separação das pessoas de menor renda nas franjas periurbanas da cidade, aumentando a precariedade habitacional e fomentando as desigualdades sócio espaciais (PEQUENO; ROSA, 2015a, p. 135).

No caso de Pelotas, verifica-se ainda uma distribuição de terras para a construção de moradias na Faixa 2 – famílias com renda mensal de até 4 mil reais (PORTAL BRASIL, 2017, p.1) – quase três vezes maior que para a Faixa 1, como pode ser observado no mapa 1. A Faixa 3 – famílias com renda mensal entre 4 e 9 mil reais (PORTAL BRASIL, 2017) – está em segundo lugar no que se refere à concentração de produção, estando a faixa 2 em primeiro lugar,

Constata-se que as empresas incorporadoras Rodobens Negócios Imobiliários e Roberto Ferreira também atuam com maior intensidade na Faixa 2, indo ao encontro do pensamento que o mercado do PMCMV atrai os maiores incorporadores para esta faixa de renda, destinando a agentes promotores de menor expressão a promoção de empreendimentos para a Faixa 1. Aqui se infere também uma constatação de Cunha (2014, p.281), quando o autor afirma que ao longo da promoção de empreendimentos para o PMCMV, foi criada uma expertise por determinados agentes promotores em específicos nichos de atuação – no caso a Faixa 2 do PMCMV –, transformando este mercado de promoção da habitação dentro do Programa em um campo de negócios especializados (PINTO, 2016, p. 198).

As informações produzidas através do presente estudo apontam para o fato de que no município de Pelotas a atuação dos agentes promotores privados no PMCMV pode ser comparada às pesquisas e aos estudos realizados em nível nacional sobre o desenvolvimento do programa. Por sua vez, carregam estas especificidades que o tornam ainda mais nefastos, pois o privilégio do setor privado, as estratégias de benefício e a atração de incorporadoras que trabalham em nível nacional resultaram na construção de empreendimentos com grande número de unidades, em terrenos mais distantes do centro da cidade e com baixa infraestrutura urbana, onde o custo do solo é menor. Além disso, sem áreas verdes e sem áreas de convivência, potencializado os lucros no ganho em escala de produção.

Através de recursos principalmente extraídos do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS) (ROLNIK; KLINK 2011); (RODRIGUES; SALVADOR, 2011), fortaleceu-se o capital especulativo, o mercado imobiliário, as incorporadoras e empreiteiras (TANAKA, 2014) e fragilizaram-se as condições de cidadania bem como não se garantiu o acesso e o direito à cidade.

Em contrapartida, no mesmo período de desenvolvimento dos projetos do PMCMV o número das ocupações irregulares de terras para moradia no município passou de 156 para 205 (ALVES, 2017). Tal ocorrência aponta para o fato de que os reflexos do modelo de desenvolvimento adotado para a cidade são alvos constantes de resistência. Contrapondo-se na legitimação por parte do poder público aos processos de segregação, que se impõem sobre as condições de vida da população.

O socialmente produzido acaba por excluir, reprimir e intentar o controle e subjugamento seja pelo aparato de força estatal ou pelos discursos vigentes. No entanto, grande parte da população (re) existe em uma radicalidade e rebeldia que ignora seu reconhecimento formal/legal como cidadãos. Atualmente 1/3 da população do município, mais de 90 mil pessoas, habitam de forma não reconhecida pelo Estado.

Este dado reinventa a cidade de acordo com seus mais profundos desejos e necessidades, transformando-a em direito coletivo, em palavra de ordem e ideal político, e fazendo da ocupação irregular ou clandestina sua revolução (HARVEY, 2014).

O acesso à cidade engendra um processo desigual no acesso aos equipamentos

e serviços urbanos, que passaram a ser trabalhados enquanto bens e consumo na reconfiguração instituída pelas modernas formas de planejamento e governabilidade estratégica.

O Direito à cidade torna-se a afirmação do apelo, da exigência, do poder existente e resistente (LEFEBVRE, 2001). O direito ao todo e a tudo, a transformação, a revolução, a luta, a resistência e a busca da insurgência são a queixa humana enquanto valor e vetor de transformação da exigência da vida.

Os *citadins* ou *citoyens*, habitantes da cidade em sua totalidade, são aqueles a quem o Estado reconhece a cidadania política – independentemente de seu reconhecimento formal ou legal enquanto cidadãos. Assim, a redução de seus direitos às fronteiras estatais não cabe no reconhecimento de existir e resistir (LEFEBVRE, 2016).

O Direito à cidade e sua questão: De quem é a cidade?

Frente à realidade acima apresentada, cabe questionar a categoria Direito à Cidade. Discutir a problemática do Direito à cidade é propiciar a análise crítica sobre a realidade em que vive a população e sobre seus mecanismos de resistência. Considerando a formação social da cidade e as transformações que vêm ocorrendo nos diferentes períodos históricos, reconhece-se que a terra, território e terreno diminuíram em razão de seus esgotamentos. Cabe indagar então: De quem é a cidade? Quem tem o direito à vida urbana? O que é a cidade? O campo se encerra no valor de uso da terra no tecido urbano? Tais questões circunscrevem a problemática do direito à cidade.

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. (LEFEBVRE, 2016, p.118).

O objetivo desta análise é problematizar de que forma a vida vai sendo conduzida na lógica da cidade. A vida em sua força é alvo de investimento do sistema que busca “[...] extrair as fórmulas de criação [...] em suas diferentes manifestações [...] e também a causa de sua inelutável ambiguidade” (ROLNIK, 2003, p. 207). Assim, a cartografia da cidade é composta pelas lutas do dia a dia e resistências para enfrentar a modelizações homogeneizantes. As ambiguidades impostas acenam as arenas que circulam seus habitantes.

A cidade como produção social vem no percurso histórico reinventando-se, e concomitantemente as populações vão criando modos criativos de sobrevivência. Dessa forma, os modos de sobrevivência se constituem frente às imposições da nova “urbanidade”:

Para além da expansão das formas populares de verticalização, há um modo de morar múltiplo: o “solo criado” pela verticalização é um novo modo de agregação de famílias aparentadas, mas é também uma nova forma de confinamento, com maior supressão de intimidade, já que para passar de um cômodo a outro é preciso utilizar a mesma escada, ou mesmo atravessar outros cômodos. (SPOSATI, 2013, p. 17)

A crise urbana é uma crise localizada na realidade mundial, ou melhor, sofre influência da crise mundial que interfere nas relações entre a população em seus espaços de

convivência. A cidade se institui e é instituída pelas leis do mercado e da sociedade, frente às relações de classe e de propriedade, estabelecendo coordenadas que interferem nos modos de existência.

As multiplicidades pulsantes escancaram as condições de vida coletiva. Os retalhos vão sendo tecidos numa morfologia urbana popular. Criar estratégias para convivência torna-se exercício das práticas comuns. A cidade definida pela sua heterogeneidade constrói padrões capazes de alicerçar a esperança no espaço comum.

No entanto, “o sentir-se parte da cidade” ainda é um desejo não realizado, pois as práticas de negação do acesso aos serviços e aos direitos na cidade são constantes para a população trabalhadora. A questão que se apresenta é pensar se o atendimento universal acontece de igual forma, com as mesmas condições e critérios equivalentes? Outra questão importante é o fato de que a cidade que antes oferecia às famílias trabalhadoras moradias em espaços reduzidos, espaços “minguados”, “hoje oferece o chão também minguado, fora de casa, já que não há serviços públicos suficientes para o uso coletivo” (SPOSATI, 2013, p. 26). Como lembra a autora, o “chão” está comercializado, portanto o uso da terra está relacionado à redução do espaço de moradia e de suas consequências.

Tal realidade reforça o olhar nos coletivos e nos seus agenciamentos de enunciação, porque estes têm objetivo de pôr em jogo as multiplicidades, os desejos, as práticas, as lutas e os afetos que geram os acontecimentos na cidade. No entanto, a estrutura da cidade está imposta pelas relações desiguais e não, de diferença. Enquanto “ser diferente” possibilita a criação ou até mesmo a reinvenção da cidade de forma a reconhecer a participação coletiva de seus habitantes, a desigualdade impede a participação, a construção, a decisão e o acesso, tornando esse cenário verbo na cidade.

A alteridade de conselhos, de representantes, de políticas sociais e de regiões de direitos, isto é, o diálogo democrático, o exercício da escuta para a decisão ou de partilha da decisão, não é levado a sério. A cidade não tem agendas que permitam um diálogo desse teor. (SPOSATI, 2013, p.22).

Portanto, sentir parte da cidade é poder construí-la nos princípios de governabilidade. Governabilidade que sugere a possibilidade de apropriar-se desse espaço social e econômico, nas bases de uma cultura política coletiva e de uma estética-ética, que legitimem as relações de solidariedade, confiança e equidade. Nesse sentido, as práticas policiais que inviabilizam o direito de existir na cidade devem ser abolidas.

Viver na cidade está condicionado aos seus diversos estatutos como: a propriedade da terra, do terreno, do território, sendo este campo de disputa e conflito constante. A introjeção de modelos de consumo pode ser comparada a um automóvel, cuja ocupação do espaço em relação ao número de habitantes deve ser proporcional, ou tornar-se-á insustentável.

Superar os limites impostos pelas relações de poder e saber na cidade é um desafio de seus habitantes, assim como superar a lógica urbanista à custa dos modos de vida é prática de resistência dos coletivos. A qualidade de vida se garante na luta pela garantia dos direitos sociais nas diferentes esferas de governo, forçando o Estado a modificar o seu planejamento. Essa modificação ocorre no sentido de viabilizar a participação da sociedade civil organizada em seus espaços de representação, como conselhos locais, municipais, movimentos sociais populares, comunidades tradicionais, entre outros.

(...) não apenas há um desenvolvimento de novas formas econômicas: não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças (SANTOS, 2009, p.41)

Reconhecer o poder dos coletivos no processo social resistindo às determinações do capital é identificar brechas capazes de instigar autogestão frente aos acontecimentos. Isso significa que o saber produzido acerca dos problemas vivenciados na cidade por intermédio das necessidades, das demandas e das condições de vida realiza-se pelo processo de autoanálise da população trabalhadora que articula dispositivos de participação social. Sendo um saber produzido e exercitado pelo coletivo, este mesmo analisará e revitalizará a demanda por intermédio das questões que exigem qualidade aos serviços oferecidos para a população na cidade.

Considerações Finais

A bandeira em prol da reforma urbana no Brasil inicia sua trajetória de luta na década de sessenta, período em que a luta por reformas estruturais na questão fundiária era a demanda principal dos movimentos sociais. No entanto, com o golpe militar de sessenta e quatro inviabilizou-se o debate sobre o tema, retornando ao cenário político-popular em 1970, com a reorganização dos movimentos sociais de moradia. O marco importante na luta pela reforma urbana foi em 1980 com o texto “Ação Pastoral e o Solo Urbano” da Igreja Católica, defendendo a função social da propriedade urbana. Neste momento a população urbana passou de “31,2% a 75% do total da população nacional” (SAULE; UZZO, 2009).

Em 1985 nasce o movimento nacional pela reforma urbana, que pós 1964 começou a abordar a cidade como totalidade, casa além da casa, chegando então à elaboração de uma emenda fomentando a reforma urbana com 130.000 assinaturas. No processo da Constituinte de 88, com forte participação popular e com diversas frentes que atuavam nessa luta, elaboraram uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição Federal. Esta nova lei tem o objetivo de mudar a realidade excludente das cidades brasileiras, marcadas pela falta de saneamento básico, pela falta de transporte de qualidade, pela ocupação do solo urbano, pelo descaso e pela negligência do poder público (SAULE; UZZO, 2009).

Com o constante aumento das desigualdades sociais, a pauta sobre a falta de moradia começa a ter uma discussão ainda mais crítica, ressaltando a dualidade existente nas cidades, a cidade ilegal e a cidade legal, e a luta de classes presente na urbanização. Apesar da constituinte não ter os avanços esperados, é vista como um passo importante para discussão da reforma urbana no Brasil, concretizando-se de fato apenas em 2000, quando o direito à moradia torna-se um direito fundamental e constitucional. Também é a partir deste ano que se inicia o debate sobre o Estatuto da Cidade, mais precisamente no ano de 2001.

A reforma urbana tem como objetivo a democratização do direito à cidade, deixando de transformar o espaço em mercadoria e visando à diminuição dos problemas recorrentes, como a favelização e a segregação urbana. Aspira, ainda, a um planejamento em conjunto com as comunidades, aliado a suas formas de resistência, atendendo as demandas e valorizando a sua forma de habitar a cidade, garantindo a execução de seus direitos e a conscientização dos mesmos.

As remoções violentas não são exclusivas do século XXI, mas sim, heranças do período ditatorial, que intensificou as remoções nas comunidades periféricas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O Ato Institucional nº5 (AI5) tinha como principal objetivo a retirada em massa dos moradores das favelas, em cujas áreas a especulação imobiliária tinha demonstrado interesse. Um marcante acontecimento foi o da Favela da Praia do Pinto, que deixou milhares de desabrigados e que acelerou a remoção da comunidade. (PEDRETTI, 2016)

As ações cometidas pela ditadura militar com a ideia de “higienização” do espaço ressaltam mais uma vez o caráter violento e violador desse período, que se utilizava de força bruta, com um número significativo de policiais. Assim, como apontado pela comissão da verdade, além das torturas também contribuiu com o aumento dos incêndios criminosos nas favelas.

Essa violência por parte do Estado com o passar dos anos continuou aumentando para os moradores das periferias, tornando-se uma realidade vivenciada por todos os moradores de áreas de ocupação.

O avanço do neoliberalismo agravou essa realidade. Segundo dados do IBGE, em 2011 mais de 11 milhões de pessoas moravam em favelas no Brasil (IBGE, 2011), o que aprofunda o antagonismo entre as classes sociais, a segregação urbana e o número de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social. Vale ressaltar que todas as formas de violência do Estado tiveram como resposta a resistência do povo periférico, que apesar da intensa violação dos direitos humanos resistem e apontam para negligência do Estado, que, ao mesmo tempo, produz a periferia e a renega.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, J. *Regularização Fundiária: a cidade que temos e queremos*. Pelotas, 7 de julho de, 2017. 337 slides. Apresentação em PowerPoint.

BOULOS, G. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. Vol.1, p.15.

BRASIL. *Decreto n.º 7.499*, de 16 de julho de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de sete de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. *Lei Federal n.º 11.977*, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm> Acesso em: 8 jun. 2015.

BRASIL. *Lei Federal n.º 12.424*, de 16 de junho de 2011. Conversão da Medida Provisória n.º 514, de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

> Acesso em: 8 set. 2014.

BRASIL. *Orientação Operacional n.º 05/2013*, de 20 de dezembro de 2013. Orientação para a elaboração do Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos e da Matriz de Responsabilidades. Brasília, p.1-3, dez. 2013.

BRASIL. *Portaria MCid n.º 325*, de 7 de julho de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=212143>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

IBGE. *Pelotas*, 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431440>> Acesso em: 2 jul. 2017.

IBGE. *NOTA TÉCNICA: estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014*. Diretoria de Pesquisas –DPE; Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS; Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica – GEADD. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf> Acesso em: 11 jul. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2016.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 2011.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NABUCO, A. PRIMI, L. NABUCO, W. *Luta por um Teto*. Revista Caros Amigos, jul 2014. Entrevista Guilherme Boulos.

PELOTAS. *Cadastro Social*. Prefeitura Pelotas, 2016. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/justica-social/cadastro-social/>> Acesso em: 23 dez. 2016.

PELOTAS. *Lei Municipal n.º 5.502*, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2015.

PELOTAS. *Lei Municipal n.º 5.603*, de 3 de agosto de 2009. Institui o Programa Habitacional de Interesse Social “Pelotas Habitação Digna”, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/.../pelotas/lei.../5603/lei-ordinaria-n-5603.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

PELOTAS. *Lei Municipal n.º 5.963*, de 28 de dezembro de 2012. Altera o Perímetro Urbano do Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2012/LEI5963.pdf> Acesso em: 26 jun.

2016.

PORTAL BRASIL. *Entenda as novas regras do Minha Casa Minha Vida*. Publicado em 6 fev. 2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/entenda-as-novas-regras-do-minha-casa-minha-vida>> Acesso em: 12 jul. 2017.

PINTO, J. V. *Contribuições para estudo do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para uma cidade de porte médio*, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Pelotas, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2016.

RODRIGUES, T. A; SALVADOR, E. *As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais*. Brasília: SER Social, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan/jun. 2011.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer. IN: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patricia Gomes. *Cartografias e Devires a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ROLNIK, R; KLINK, J. *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?* Revista Novos Estudos – Nº 89 – mar 2011. p. 89 – 109.

RUFINO, M. B. C. *Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.51-70.

SABOYA, R. *Segregação espacial urbana*. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/>. Acessado em: 12 abr. 2016.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, edusp, 2009.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Política Habitacional Brasileira*. São Paulo, Cortez, 1989.

SILVA, Rosane Neves. *Inventando uma outra psicologia social*. IN: FONSECA, Tania Mara

GALLI; KIRST, Patricia Gomes. *Cartografias e Devires a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. *A trajetória da reforma urbana no Brasil: A trajetória Movimento Nacional pela Reforma Urbana*. 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: mar. 2009.

SPOSATI, Aldaiza; KOGA,Dirce. São Paulo, Senac, 2013.

TANAKA, G. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo urbano*. Disponível em: <<http://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>> Acesso em: 2 jul. 2017.

VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

CARTOGRAFIAS SENSÍVEIS NA CIDADE

Experiência e resistência
no espaço público da Região Sul do RS

Eduardo Rocha¹
Carolina Mesquita Clasen²
Emanuela Di Felice³
Lorena Maia Resende⁴
Luana Pavan Detoni⁵
Antonella dos Santos Pons⁶
Bárbara de Bárbara Hypolito⁷
Carolina Magalhães Falcão⁸
Debora Souto Allemand⁹
Fabricio Sanz Encarnação¹⁰
Fernanda Tomiello¹¹
Haydde Beatriz Escudero¹²
Juan Maniel Diez Tetamanti¹³
Rafaela Barros de Pinho¹⁴
Talita Correa Vieira da Silva¹⁵

1 Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio cultural, Arquiteto e Urbanista. Atualmente professor adjunto no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

2 Licenciada em Artes Visuais. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

3 Atualmente é bolsista CAPES PNPd, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

4 Arquiteta e Urbanista. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

5 Arquiteta e Urbanista. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e professora substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

6 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Atualmente atua como Arquiteta na Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul.

7 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Atualmente doutoranda no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

8 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Atualmente é professora substituta no IF-Sul Campus Pelotas.

9 Licenciada em Dança, Arquiteta e Urbanista, Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é professora substituta no Curso de Dança, da Universidade Federal de Pelotas.

10 Arquiteto e Urbanista. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

11 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Atualmente é professora no curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Católica de Pelotas.

12 Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Doutora em comunicação, mestra em Comunicadora Social. Atualmente é professora na Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco/Argentina.

13 Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Doutor e Mestre em Geografia, Geógrafo. Atualmente é professora na Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco/Argentina.

14 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Atualmente é professora substituta na Escola de Engenharia, da Universidade Federal de Pelotas.

15 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Museóloga.

Resumo

Considerando o cenário complexo, heterogêneo e caótico das cidades na contemporaneidade busca-se aproximar a coexistência da estrutura urbana associada às vivências sensíveis. O grupo de pesquisa propõe o acirramento das situações de ruptura em diversas áreas, seja no enunciar das cidades pequenas; na atenção a corporalidade da criança que ocupa o espaço público; na interferência do som urbano; no processo efêmero das feiras públicas-urbanas ou no entendimento da dinâmica da linha de fronteira que separa e une países. O fio que conecta cada situação é a experiência da cartografia sensível como metodologia, o modo de acompanhar os processos e não o de quem busca respostas ou motivos pré-estabelecidos, a possibilidade de apoderar de fontes variadas além das escritas-teóricas-conceituais. Deste modo, a imersão corporal do pesquisador no território reúne as percepções mais próximas da realidade, o que viabiliza aos arquitetos, urbanistas, artistas, uma nova perspectiva de sentido e criação das cidades.

Palavras-chave: cartografias sensíveis, cartografias urbanas, cartografias sociais, urbanismo contemporâneo, filosofia da diferença

Abstract

Considering the complex, heterogeneous and chaotic scenario of cities in the contemporary world, we seek to approximate the coexistence of the urban structure associated with sensitive experiences. The research group proposes the intensification of situations of rupture in several areas, be it in the enunciation of small cities; attention to the corporality of the child that occupies the public space; in the interference of urban sound; in the ephemeral process of the public-urban fairs or in the understanding of the dynamics of the border line that separates and unites countries. The thread that connects each situation is the experience of sensitive mapping as a methodology, the way to follow the processes and not the one of those who seek answers or pre-established motives, the possibility of taking over varied sources besides theoretical-conceptual-writing. In this way, the researcher's immersion in the territory brings together the closest perceptions of reality, which enables architects, urbanists, artists, a new perspective of meaning and creation of cities.

Keywords: sensible cartography, urban cartographies, social cartographies, contemporary urbanism, philosophy of difference.

Produção de territórios

Esse ensaio busca resgatar diversas cartografias sensíveis que vem sendo realizadas pelo grupo de pesquisa CNPQ: Cidade+Contemporaneidade¹⁶, em dissertações de mestrado e pesquisas de pós-doutorado, em cidades da região sul do Rio Grande do Sul, tendo como sede a cidade de Pelotas. A ideia central deste escrito é metacartográfica. Desta forma, serão como que mapeadas as cartografias experimentadas em distintos territórios e sensibilidades, procurando um plano consistente; assim como algumas pistas possíveis de serem perseguidas por futuros cartógrafos e curiosos quanto ao método da cartografia.

A produção cartográfica é enunciada pelo grupo multidisciplinar Cidade+Contemporaneidade; de pesquisa, ensino e extensão. Composto por arquitetos, urbanistas, artistas visuais, educadores, comunicadores sociais, geógrafos, museólogos, músicos, escritores, musicistas, bailarinos, entre outros, o grupo intervém e é interposto pela cidade contemporânea. De forma geral as ações do grupo buscam

16 Ver mais em: <http://cmaiscufpel.wixsite.com/cmaisc>

articular-se em torno da abordagem multidisciplinar de questões teóricas e empíricas relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando para isso as fronteiras da filosofia, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e perceptos para uma estética urbana atual.

O método da cartografia vem sendo um atravessamento comum na maioria dos trabalhos desenvolvidos desde o ano de 2011. Essencialmente as cartografias desenvolvidas pelo grupo são o resultado de três planos que se atravessam e configuram o que nomeamos de Cartografia Sensível na Cidade: Cartografia (filosofia e psicanálise), Cartografia Social (geografia) e a Cartografia Urbana (urbanismo e artes), enquanto gênese teórico-metodológica.

Cartografia: Territorialidades possíveis

Cartografia inicialmente é mapa e escrita¹⁷, um mapa escrito e descrito. Nos países de língua inglesa é nítida a diferença entre o mapa e a carta, ambos dão conta de dados sólidos de um terreno, mas o mapa dá conta da parte descoberta e a carta com a porção submersa. Genericamente o mapa é uma representação geral e carta se destina a representação náutica, lacustre ou pluvial¹⁸, hoje também cartas aeronáuticas (OLIVEIRA, 1988).

Na língua portuguesa confundimos carta e mapa, quase que propositalmente essas palavras são utilizadas como sinônimos nas suas variações em comum. Cartografar é mapear por cartas. Inscrever cartas como as náuticas que são traçadas enquanto se navega, mudando de direção, mareando, narrando tudo que é preciso para se navegar, desde uma mudança de ventos até o relevo aquático mais ínfimo. Tudo projetado na superfície da terra. Tudo atualizado para aquele instante e acontecimento.

Em 1980 o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Felix Guattari concebem a cartografia como um dos princípios para acessar a sua obra *Mil Platôs*, desenhando caminhos, trajetos e devires. Mas afinal que mapas cartográficos são esses? Mas, é através dos autores que o método vem se consolidando em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade (KASTRUP, 2007; KIRST, GIACOMEL, RIBEIRO, COSTA, & ANDREOLI, 2003) quando os princípios cartográficos são o suporte para a composição dos planos imanentes e suas rupturas. Essa cartografia que buscamos, portanto, tenta dar conta da contemporaneidade, de problemáticas em recentes distâncias temporais e aproximações em territórios que se atravessam.

Cartografia social

Para o adendo da condição social da metodologia cartográfica pressupõe-se como ponto de partida o desejo comunitário de mapeamento. Este instrumento, que atua no sentido de ampliar a esfera de pertencimento comunitário, é utilizado acompanhado de diversos procedimentos para a constituição do que possa ser esse coletivo mapeado.

O grupo aborda **oficinas de cartografia social**¹⁹ em um primeiro momento desde uma

¹⁷ Do grego *charta*=mapa/papel e *graphein*= escrita, na língua portuguesa essa palavra foi criada originalmente em 1839

¹⁸ Em francês só existe a palavra carta. A única exceção é o termo *mappemonde*. O alemão, igualmente, só usa carta (*karte* ou *landkarte*) (OLIVEIRA, 1988).

¹⁹ Contribuições dos professores da Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco/Argentina, a comunicadora social Haydde Beatriz Escudero e o geógrafo Juan Manuel Diez Tetamanti.

perspectiva que poderia ser definida próxima a visão de representação. Deste modo, a escola de cartografia social colombiana foi muito influente na transformação das práticas e abordagens metodológicas. A medida que as oficinas acontecem e as leituras acerca da produção de subjetividade do processo cartográfico são aprofundadas, as práticas se aproximam a uma postura mais crítica e fenomenológica. As questões da psicanálise contaminam cartografias adensando as relações da pesquisa e do território. Assim, o método cartográfico fez um rizoma em nosso próprio “modo de fazer cartografia social” e as proposições estão sempre transformadas pelo conjunto de cartógrafos em ação no mapa coletivo, produzindo sempre realidades outras. Neste sentido, o processo de mapeamento que se transita imerge todos seus participantes em um novo método catalisando novas práticas da cartografia. O mapa é distanciado da ordem de representação, aproximado da produção de realidades, consensos e problematizações; experimentação que adentra e conhece territórios vividos, através do corpo posto sobre o papel, a carta, inscrevendo o diálogo e as singularidades dos cartógrafos sociais. Desta forma, produzir um mapa cartográfico não exige somente atenção ao território, mas as desterritorializações produzidas em relação a ele. O livro que introduz a obra *Mil Platôs* (1995), descreve o mapa produzido pelo método cartográfico:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. [...] Um mapa é uma questão de performance. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

A produção coletiva do mapa é vetorizada por duas questões que podem ser tomadas aqui como operadores materiais de poder, no conceito de dispositivo elaborado por Michel Foucault (1979). Os dois vetores estão orientando o processo através do conhecimento do território plural e sua enunciação que é, imprescindivelmente, coletiva. Neste momento, a cartografia social dispõe alargamento do processo para ampliação do debate e da indissociável intenção de se fazer como produto da troca, de partilha, debate sobre ações, objetos e conflitos, e, finalmente, um consenso (ROCHA; TETAMANTI; CLASEN, 2017). Está aqui um dos pontos dissonantes da cartografia social, urbana, sensível: ela não está a serviço da legitimação técnica e sua instituição - acadêmica, militar, estatal.

A constituição cartográfica de um território deve percorrer os meandros que o corpo social compõe e não apenas acatar o cartesianismo do desenho urbano. Dizer sim para a invenção e a criação (ROCHA, 2014), para então apreender as territorialidades que inscrevem a vida urbana, que atuam de fato nos processos comunitários e não estão em pauta na formação do que é público. Já que a cartografia social se funda na subjetividade dos cartógrafos, a função de mapeamento é submetida a todos os participantes do processo, já que esse processo é atravessado por desejos e não apenas por bagagem técnica, científica:

(...) não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele [*o cartógrafo*] não há nada em cima - céus da transcendência -, nem embaixo - brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos (...) (ROLNIK, 1989)

Desta forma, compreendemos que os procedimentos cartográficos nos abrem as

brechas microssociais, já que aproximam o cartógrafo dos territórios e dos cenários de intervenção. As andanças entre compreensão e mapeamento do que o território apresenta não acontecem de forma dialética, mas fluída em sua heterogeneidade extensiva. O que torna o mapa um sobreposto de capturas intensivas (DELEUZE, 1997) decorridas da atenção que a metodologia implica ao pesquisador e singular em sua composição estratégica coletiva.

Para além disso, as cartografias sensíveis são sobretudo políticas, quando propõem perspectivas que deixam de ser sobre um mapeamento e assumem-no pelas bordas, sob o mapa, imerso a ele.

Cartografia urbana

Em sua perspectiva urbana, as cartografias sensíveis se anunciam como as psicogeografias espaciais. Ou seja, componentes que configuram o espaço não só através da materialidade urbana, mas do uso de cada metro quadrado. Sugere-se que, de alguma forma, seja preciso sentir-se inadequado, fora da zona de conforto, para perceber o contemporâneo e sua territorialidade.

Aqui, o cartógrafo assume o corpo como instrumento. Não é a instrumentalização da captura de intensidades, é que o errante, ou o caminhante, ou transurbante (CARERI 2013), como o leitor preferir chamá-lo, entra em um jogo que nos permite experienciar a cidade de forma direta. Essa exploração transurbante é o acesso ao desconforto, que permite a projeção de um estado de leveza espacial e temporal, sendo esta mesma capaz de nos posicionar na experiência da cidade, neste tempo e neste espaço - ou fora dele - reconhecendo nela todos os elementos e forças que estão presentes.

A proposição urbana é corpórea. A função ética-estética da cidade salta das ruas e assume camadas epidérmicas, intraurbanamente se compõe de vestígios da pele transeunte. Assim, a profundidade que se produz como método de apreensão está na ordem filosófica sponozista dos encontros do corpo com a carne da cidade. “A produção depende de encontros, encontros são roubos e roubos são sempre criativos; roubar um conceito é produzir um conceito novo.” (GALLO, 2015). Os encontros são a produção desviante das problemáticas enunciadas na pesquisa.

O conceito de desvio está indissolúvelmente ligado a reconhecer a natureza e os efeitos psicogeográficos naturalizados na afirmação de um comportamento lúdico-constructivo. A deriva (DEBORD, 1958) como forma de vivência e **método para romper com a racionalidade das representações dos espaços dominantes, é uma produção desviante**²⁰. A cartografia dos lugares banais, dos encontros fugazes, da criação de um mapa de *afectos*, das relações e das forças transbordantes do caminho e que com ela provocaram sentimentos e imaginários, é o resultado capturado das experiências físico-práticas.

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática em um princípio inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real (DELEUZE, 1995, p. 21).

A apreensão do real é a presunção cartográfica como produção da caosmose

²⁰ Pesquisa em desenvolvimento no âmbito do pós-doutorado pela autora Emanuela Di Felice, entre os anos de 2016 e 2018.

(GUATTARI, 1992) e, necessariamente assim, descrevem os filósofos Deleuze e Guattari quando delineiam a operação conceitual como ressignificação do mundo. A experiência cartográfica é então tratada aqui como experimentação urbana filosófica, quando a criação de conceitos está exclusivamente na ordem filosófica. Ou seja, uma nova forma de pensar e ver que fuja da representação e encontre na diferença outros modos de expressão – como a crítica feita por Foucault na obra “Isto não é um cachimbo”. As ciências exatas e mesmo produções exploratórias quantitativas acerca das cidades operam proposições ou funções que, embora partam do vivido, denotam representações territoriais através do saber como operador do poder. Quando tratamos de uma experiência que se demora para criar com a urbanidade, referimos a intensidade não somente corpórea, mas de observar, insistir, de reduzir os lugares como um organismo vivo. Cartografar é, portanto, habitar um território existencial. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 1989, p.15-16).

Na visão de que perder tempo é ganhar espaço, (MUZZONIGRO, TALOCCI 2012) a cartografia urbana se apoia na teoria da deriva, abrindo novos métodos de conhecimento, no qual a pesquisa e o pesquisador reúnem teoria e prática no território. Se entende então, que a possibilidade de tropeçar e de cometer erros numa interação do corpo a corpo é uma necessidade para conhecer e imaginar a cidade e o contemporâneo com novas ferramentas.

Nesta perspectiva a pesquisa como experiência não é uma mera aplicação de teorias ou a execução de procedimentos técnico-metodológicos prescritivos, como já dito. A pesquisa cartográfica não separa teoria e prática, a experiência se faz nos espaços de reflexão e de ação. Conhecer, agir e habitar um território não são experimentações separadas e distantes. A proposta da cartografia é que o pesquisador se inclua no território, componha sua paisagem, acompanhe os seus ritmos e processos, numa posição de atenção ao acontecimento para captá-lo em sua expressividade e singularidade.

No caso da cartografia urbana a intenção é trazer à tona o (in)visível e assim poder inseri-lo no processo projetual. Interessam as singularidades produzidas nas abrangências dos limiares e bordas da cidade. Uma das cartografias propostas pelo grupo se encontra no **espaço de uso público em orlas e sua devida apropriação pelos cidadãos**²¹, é ressaltado no limite que a cidade faz com a água. Cidade, hoje, que é habitada por uma complexa sociedade, que se produz e reproduz cotidianamente, que não muito raro tropeça na própria produtividade e que dá a ver a necessidade da cartografia urbana como apontamentos sobre um novo olhar para a questão do urbanismo.

Manter a pesquisa sobre os princípios do urbanismo em consonância com a rápida transformação da sociedade contemporânea é fundamental para que as cidades possam se preparar para buscar uma harmonia com seu tempo, principalmente a pesquisa sobre a relação do homem com o seu sítio e a sua dimensão humana, tão esquecida e tratada a ermo por tantas décadas. É como se o cartógrafo desenhasse em seus mapas a retomada do corpo, a incorporação das cidades.

“A cena, aqui, implica uma múltipla superposição da enunciação: uma visão de si mesmo, enquanto encarnação concreta; um sujeito da enunciação que duplica o sujeito enunciado e a distribuição dos papeis; uma gestão coletiva do jogo; uma interlocução com os comentadores dos acontecimentos (...)” (GUATTARI, 1992, pg. 17)

²¹ Tema da dissertação de mestrado em desenvolvimento pelo autor Fabrício Sanz Encarnação (PROGRAU/UFPel).

A cidade não pode ser reduzida a um mapa fixo que se enuncia do uno, pois suas fronteiras físicas possivelmente não representam até onde o olhar enxerga; a cidade também é representada pelas cenas urbanas dos sujeitos, pelas memórias, pelo vivido, pelo experimentado.

Tudo que se passa quando não se encontra o que se espera[...] conhecer não é reconhecer a realidade, não é representar, e que o concreto se atualiza nestes espaços de ruptura. O presente e o tempo importam na pesquisa que se faz como acompanhamento dos processos. Pragmáticas performam mundos e vice-versa. Um aspecto importante na formação é desmontar o sistema de responsividade estímulo-resposta que considera o mundo dado e as ideias já formuladas. É preciso aproveitar os deslocamentos que viabilizam o acesso ao plano de transformação da vida, em vez de funcionar de modo mecânico, automático, no já dado sistema fechado sujeito-objeto. "Ao tentar conhece o conhecer, acabamos por nos encontrar com nosso próprio ser" (SADE; KASTRUP, 2011, p.144).

Ver, ouvir, sentir e vivenciar, deixando-se ser afetado e permitindo que o olhar seja também guiado pelas experiências que a cidade pode proporcionar. Numa visão de ciência nômade, na reterritorialização dos conceitos e desconstrução dos olhares, as brechas urbanas têm potência; criando um novo e independente cotidiano.

Cotidiano esse que cartografado sob a perspectiva limítrofe com a água, pode estabelecer um novo olhar para a prática, o planejamento e o uso dos espaços de contato imediato entre o meio urbano e a natureza. A contemporaneidade traz a emergência da discussão sobre os limites, as margens e as fronteiras, apontando potencialidade de relacionar esses temas com as questões das cidades.

As pesquisas do grupo, aliadas as análises cartográficas de projetos urbanísticos contemporâneos, proporcionaram, por exemplo, um melhor aproveitamento das margens das cidades, bem como produção de pistas e estratégias a serem compartilhadas à concepção de novos projetos de espaços públicos e experiência crítica de espaços construídos. A atual pesquisa sobre o urbanismo contemporâneo tem buscado ampliar a percepção sobre o próprio urbanismo, compreendido muitas vezes de forma restrita a partir de conceitos, sem buscar o conhecimento na alteridade - importante fator para a diferenciação da pesquisa cartográfica -, em que reafirma a reprodução do espaço que se produz para um modo de produção dominante. Essa produção da diferença, na brecha, se dá em um repertório transversal oriundo de outros campos do conhecimento como: paisagem, sustentabilidade, mobilidade, saúde, arte, história, política, cultura e relações pessoais, configurando contemporaneamente as problemáticas abordadas, exprimindo o seu *Zeitgeist*.

Para além disso, são sugeridos que os preceitos urbanos estejam adjacentes a tais processos cartográficos, seu plano intensivo (DELEUZE, 1997). Que seus princípios sejam estudados juntamente com a análise crítica dos espaços, com a prática sensível enunciada em cada esquina, para que questões da ciência urbana possam tocar a vida cotidiana. É instigante, para o grupo, a possibilidade de pesquisar que proponha criar tais conceitos, não só com o objetivo de acirrar os limites, transbordá-los, mas acrescentando-lhes, ainda, um olhar atento à necessidade de produção do espaço com a referência da escala humana. Assim, a pesquisa cartográfica não destituiu a égide teórica, mas a mantém como pano de fundo dos acontecimentos corpóreos.

Cartografias sensíveis na cidade

Um percurso entre mapas: uma cartografia que se faz sensível na multiplicidade

Gesto a gesto, o mapa vai transvalorando a enunciação de poder para uma proposição territorial da multiplicidade. Desvelando a centralidade hierárquica, a cartografia realoca as linhas e trama a malha dos encontros. Neste sentido, são trazidas diferentes articulações teórico-metodológicas do grupo geradas por corpos-cartografantes que estão atirados no urbano. Dispostos a multiplicidade da rua:

O plano de imanência toma do caos determinações, com as quais faz seus movimentos infinitos ou seus traços diagramáticos. Pode-se, deve-se então supor uma multiplicidade de planos, já que nenhum abraçaria todo o caos sem nele recair, e que todos retêm apenas movimentos que se deixam dobrar juntos (...) Cada plano opera uma seleção do que cabe de direito ao pensamento, mas é essa seleção que varia de um para outro. Cada plano de imanência é Uno-*Todo*: não é parcial, como um conjunto científico, nem fragmentário como os conceitos, mas distributivo, é um 'cada um'. O plano de imanência é folhado. (DELEUZE&GUATTARI, 1992, pg. 92)

É a partir da multiplicidade que se constituem os conceitos no campo problemático como gerador de sentido, consistência que intensifica traços. Impulsionando formas de expressão "os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades, que lhes convêm ou não, que passam ou não passam" (Deleuze & Parnet, 1998, p. 12), atuando como potencialidades intercessoras da invenção cartográfica.

O espaço público das cidades na contemporaneidade não está definido e limitado pelos planos e linhas urbanas. Em muitas ocasiões são os habitantes da cidade que decidem que espaço vai ser público ou não; que espaço cumprirá uma função ou outra. **As feiras de antiguidades (ou feira das pulgas)**²², assim como outras feiras, são os espaços onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas. São os lugares de diversidade e densificação de pessoas e atividades.

Encontra-se nesses espaços, um *outro urbano*, "aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não), dissensual, radical" (PINHO, 2017). A partir desses encontros com as feiras das pulgas e as teorias estudadas nasceram agenciamentos: hospitalidade+hostilidade e estrutura+ruptura, aproximando as diferenças e as potências que se fazem em seu encontro, que se agenciam mais pela soma e menos pela oposição, mais pela heterogeneidade do que pela homogeneidade.

A pesquisa cartográfica que perambula entre feiras através de outro cartografante investe na experiência de vivenciar a cidade na contemporaneidade, a fim de investigar pistas, microrresistências, que escapem da passividade corporal instaurada por um sistema que desenvolve cidades e sociedades moldadas pela razão. Essas enunciações estabelecem relações de enrijecimento na cidade e nos indivíduos; reduzindo as possibilidades da qualidade dos espaços e da própria experiência urbana

²² Tema da dissertação de mestrado publicada em 2017, por Rafaela Barros de Pinho disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_rafaela_pinho.pdf> Acesso em: 9 de dezembro de 2017.

que, por produzir-se em si, transborda diferenciação.

A atenção cartográfica se dispõe para a transcendência das diferenças, na experiência de interação e de imersão em um território como o das **idades pequenas que apresentam a potência de um devir menor**²³. Desde a aproximação entre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença, esta pesquisa versa sobre as adversidades da arquitetura e do urbanismo quanto à apreensão do território das cidades pequenas, considerando a atualidade e os possíveis desejos de intervenção. Com o intuito de aprender e ensinar com os modos de vida e os lugares experienciados nas cidades pequenas, de modo a sugerir pistas para intervenções que possam atuar como potências na contemporaneidade.

Através do método da cartografia e dos procedimentos da pedagogia da viagem, são experienciadas as cidades de estudo, localizadas na microrregião de Pelotas/RS, de forma efêmera, obscura e arcaica, gerida pelas questões da subjetividade. Através da captura de cenas pelos encontros dos planos extensivos e intensivos são produzidos mapas fabulados sobre esses territórios de um devir menor. Noção construída através dos encontros teóricos com o conceito de fronteira, experienciado entre o campo e a cidade; com o conceito de literatura menor, experienciado nos modos de subjetivação; e com o conceito de desejo que experiencia a condição da contemporaneidade nas cidades pequenas.

Como resultados, são abordadas pistas sobre a prática de plano e projeto, do urbanismo contemporâneo e das intervenções para essas cidades, que não estão inertes às essências do passado e às representações da urbanização, mas na inflexão destes movimentos. Também é fomentada uma crítica teórica no agenciamento da pesquisadora, arquiteta-urbanista-cartógrafa, com os conceitos de hospitalidade, subjetividade, micropolítica e pedagogia.

Numa dada possibilidade da cartografia são aceitos os desvios estabelecidos na relação entre corpo e cidade através da intervenção das **escritas urbanas no espaço público**. Explorando as possibilidades de leitura do espaço urbano da cidade de Pelotas/RS, a partir da experiência do corpo *afectado* pela interferência das escritas urbanas²⁴. Com isso, a pesquisa lança um olhar investigativo sobre a cidade contemporânea, seu desenho urbano, as manifestações expressas e a experiência corporal realizada pelo espaço público; e, propõe relacionar teorias do urbanismo contemporâneo, da arquitetura, das artes e das filosofias da diferença a fim de possibilitar diálogos potentes e a investigação das relações entre os elementos da composição da realidade estudada.

Assim, no pano de fundo da experiência cartográfica do grupo há a necessidade de ampliação nas formas de estudo do ambiente urbano contemporâneo, tendo o corpo e a produção de subjetividade como fio condutor para a leitura deste cenário, a partir de sua experiência ativa pela cidade, pelos elementos e linguagens que a compõe. Este corpo que vagueia e pesquisa pela cidade, acompanhando os “escritores urbanos” e os processos de transformação que vão ocorrendo na paisagem e nos corpos que ali circulam, produz cartografias em camadas de tinta, cal, concreto, manifesto. Manifesta-se sobre outra altura dos olhos ou sobre outra disposição do corpo que dá a ver outras alturas. Para isso a dança, ou a criança.

23 Tema de dissertação em desenvolvimento pela autora Luana Pavan Detoni (PROGRAU/UFPel).

24 Tema da dissertação de mestrado publicada em 2015, por Bárbara Hypolito disponível em: < http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_barbara_hypolito_2015.pdf > Acesso em: 9 de dezembro de 2017.

A própria cidade, a partir de suas transformações naturais vai, dessa forma, se manifestando outra e, com isto, influencia explicitamente no modo como os habitantes vão movimentar-se. **As experiências corporais de contato direto com a cidade** também vão formando os sujeitos de formas múltiplas, definindo-os, mesmo que involuntariamente. Essas microrresistências naturais da cidade tocaram o ...AVOA!²⁵, foram acontecimentos importantes que possibilitaram a criação a partir da experiência de atenção ao espaço. Mas, em geral, os indivíduos da cidade não são tocados por essas transformações, já que vivem no tempo do trabalho, na velocidade da cidade contemporânea, velocidade esta que impede as paradas no caos, as paradas para o olhar, o pensar, o escutar.

O que se altera no corpo do cartógrafo para a pesquisa da multiplicidade é a conduta para um modo de vida que está submetido à normatização. Não se trata, neste sentido, de confrontar o corpo que desloca-se com o objetivo uno, com tempo pré-determinado, que funciona sob a matriz da produtividade; mas sacudi-lo e dar a ver inquietudes. No acaso da rua, constroem-se questionamentos ao longo da pesquisa acerca das corporalidades, um dos recortes para a produção cartográfica do grupo de pesquisa são as crianças, como resistência aos corpos consumo, dispositivos decisivos nas práticas cotidianas que operam na urbanidade.

E o grupo produz, sobretudo, nesta carga de subjetividades arquitetônicas ou sensibilidades urbanísticas que se encarregam nos/dos descaminhos cartografados. Não é possível pensar somente na casa, sem pensar a cidade ou pensar a cidade sem olhar para as pessoas. A subjetividade não implica uma posse, mas uma produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. (...) subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo, subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social. (...) O que se chama de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (Guattari & Rolnik, 1996, p.31, p. 47).

Não se pode descartar as relações espaço-temporais em prol apenas da apreciação estético-arquitetônica. Portanto, aqui partimos em um percurso que vai do real para o abstrato, da rigidez formal da arquitetura e do urbanismo dos condomínios fechados aos conceitos que extrapolam o concreto, dotados de valores simbólicos. Ressignificar a arquitetura através das pessoas, através das complexidades e poéticas de cada lugar. Da subjetividade arquitetônica, que ultrapassa as formas e as funções pré-determinadas, o estudo visa acolher e colher os processos que se encontram nas dobras, na sensibilidade das necessidades de cada indivíduo que se coloca em uma unidade de moradia coletiva – individual. E por subjetividade quer aqui se definir o que é próprio de cada pessoa e sua arquitetura, considerando seus pensamentos e sentimentos. Para a filosofia da diferença a subjetividade é a capacidade inata do ser humano de se adaptar e ressignificar o modo de habitar, ou seja, entender algo concreto através do indivíduo que é a parte subjetiva. Através dessas indagações, da busca de respostas (in)concretas para entender a cidade a partir da arquitetura que chega-se ao complexo que é esta casa: território de subjetividades em um **percurso sobre sensibilidade e arquitetura nos condomínios fechados**²⁶.

25 Tema da dissertação de mestrado publicada em 2016, pela autora Débora Allemand. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/corpografias_da_cidade_atraves_da_danca.pdf> Acesso em: 9 e dezembro de 2017.

26 Tema de dissertação desenvolvida pela autora, Carolina Magalhães e publicada em 2016. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/falcao_carolina_-_dissertacao_de_mestrado.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

Neste recorte, entende-se que não a criança apenas, mas a condição de devir-criança (DELEUZE, 1997) em sua resistência inventariante e criativa do espaço, deformam o corpo anestesiado em deslocamento. Uma cartografia produzida pelo corpo infantil se torna de resistência, mira na fresta potente do espaço trazendo mais latentes quando o corpo em devir reivindica o espaço que é, e deve se fazer, público.

Dentre os deslocamentos cartografados, na curva de uma esquina, surge uma pergunta quase que como escrita urbana: o devir-criança participa de uma reinvenção do espaço urbano?

Para outro uso do espaço, outra altura dos olhos, outras perspectivas de levantamento geográfico que insurgem territorialidades invisibilizadas. **A produção cartográfica da gestologia infantil** se produz nas características da prática da rua que desviam o discurso homogeneizante, ainda que fossem parte deste enunciado (de poder), assim como a experiência. A condição de devir-criança que é caracterizada pela experiência inventiva na cognição contemporânea, institui para os deslocamentos a ética da contemporaneidade que se ressignifica tangenciada pela potência do encontro (SPINOZA, 2009) urbano²⁷.

Estas são extensões que reafirmam espaços públicos construídos para, pela e com a ética da multiplicidade (DELEUZE, 1997). **A captura fotográfica, o fotograma, é um dispositivo que opera as cartografias do grupo em suas multiplicidades.** Propõe-se pensamento no espaço negativo do que estaria enquadrado, um quadro gera e demonstra através da fotomontagem sua liquidez corpórea.

O problema da captura instaurou uma cartografia que se produz na paisagem urbana, onde apesar do seu dinamismo, costuma ser representada a partir de um único instante, um fragmento temporal ínfimo diante dos inúmeros estados que a ela assume com o passar do tempo²⁸. A fotografia, amplamente usada para registrar, mostrar e estudar a paisagem, caracteriza-se justamente pela instantaneidade, que pode limitar o entendimento da paisagem urbana, especialmente de sua dinâmica; agenciamento possível com a posição.

É também através das câmeras que são demarcados os **territórios cartográficos das imagem-tempo que emergem das tramas da cidade institucionais, como o museu**, por exemplo. O museu como um lugar de memória, que produz sensações nas pessoas, que questiona o lugar de estar, o de passagem, a produção cartográfica problematiza, a partir da experiência, o espaço do museu no contexto da cidade contemporânea. Constituindo uma cartografia sensível da função desse espaço urbano, em uma cidade acelerada, em constante transformação, atravessado pela memória institucionalizada.

Na cristalização destas memórias, na subjetivação do espectador, aglomerando os múltiplos discursos, colaborando e criando novas formas de viver e de se relacionar com a cidade, produzindo sentido na vida das pessoas. Este estudo de inspiração cartográfica traça seu percurso audiovisual enquanto pesquisa e traz como recorte três museus da cidade de Pelotas: o Museu do Doce, o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter²⁹. Vinculados a Universidade Federal de

Pelotas, os três museus se localizam no centro da cidade, de certa forma, próximos um dos outros, o que pode sugerir um território para pensar a/na cidade.

Com-posição intramapa

Com a licença da distensão da palavra, a composição cartográfica dá a ver posições do corpo nos meandros mapeados. É um modo de atuação do cartógrafo intramapa. Não estão entre, sobre. Enquanto cartógrafos, são expurgados a partir do território reproduzido. O que a apreensão metodológica persegue, a partir do território existencial do pesquisador, é o rastreamento das desterritorializações, da eclosão do novo (ROLNIK, 1989).

Na invenção, é preciso estar atento aos encontros, às virtualidades que estalam nos agenciamentos e que são oriundos das inquietudes que, no processo de trabalho, acometem tanto o cartógrafo os territórios cartografados, o campo. Na implicação cartográfica é que se encontra o dispositivo de como levantamento do campo. É a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido.

Caminhadas despreziosas preenchem as linhas duras do urbanismo, rabiscam moléculas fulgazes e capturam instantes na tentativa de suspendê-lo. Não existe um tempo linear que faça demarcações para uma imersão no território, o cartógrafo está no território. É da ação territorial que se constituem narrativas visuais e literárias, fotomontagens, diários que estendem os reterritórios em *collages*³⁰, produção gráfica e audiovisual.

Há imersão tal que a cartografia não acontece num recorte temporal, mas recorta corporalmente o cartógrafo do tempo. Nesse sentido, um outro trabalho do grupo de pesquisa observou a necessidade de refletir sobre **o conceito e a representação da fronteira internacional na contemporaneidade**³¹, uma vez que o discurso é homogeneizado e sintetizado no desenho de uma simples linha estática. Pretende-se investigar o uso do espaço público da linha de fronteira Brasil-Uruguay, definido pelas cidades-gêmeas, acreditando que o método da cartografia urbana sensível consiga expressar esses fenômenos urbanos próprios da contemporaneidade e contribuir para a compreensão dos acontecimentos, do que existe e do que (re)existe na linha de fronteira, mas não apenas em uma função recognitiva – conhecer e re-conhecer o mundo e as coisas que o cercam – e sim, aprender com a diferença, tudo aquilo que foge dos padrões até agora estabelecidos. Dessa forma, mapas são sobrepostos evidenciando a coexistência da morfologia – objetiva – e do cotidiano – subjetivo, criando assim novas formas de apreensão das cidades.

Dentro desse universo da composição intramapa, possibilitou **a cartografia do encontro sensível entre corpo, cidade e paisagem sonora urbana**³². A sonoridade urbana caótica reflete os fenômenos sociais heterogêneos e outras nuances das condições humanas produtoras do som. Ir de encontro à cidade superando o adormecimento sensorial próprio da emergência contemporânea, e compondo percurso sonoros auxiliados por artistas da cidade em estudo - Pelotas/RS. A cartografia sonora explora outros sentidos que aguçam novas e potentes estratégias de compreensão do espaço urbano.

27 Tema de dissertação em desenvolvimento pela autora Carolina Clasen (PROGRAU/UFPel).

28 Dissertação de mestrado publicada em 2015 pela autora Fernanda Tomiello (PROGRAU/UFPel). Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao2015final_entrega.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

29 Dissertação publicada em 2017 pela autora Talita Vieira (PROGRAU/UFPel), disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_talita_correa_vieira_silva_edu.pdf> acesso em: 10

de dezembro de 2017.

30 Próximo ao conceito da "A Collage como trajetória amorosa" de Fernando Fuão (2011).

31 Tema de dissertação em desenvolvimento pela autora Lorena Maia Resende (PROGRAU/UFPel).

32 Dissertação defendida em 2017 pela autora Antonella dos Santos Pons (PROGRAU/UFPel).

Cada narrativa proposta pelo grupo Cidade+Contemporaneidade está enraizada na construção do seu próprio discurso. No processo de formulação de um pensamento múltiplo, heterogêneo, de infinitas possibilidades na trama do rizoma, não há espaço para hierarquias ou privilégios. O grupo cria e (re)cria a cada encontro ou mesmo (des)encontro, percebendo novas possibilidades de agenciamentos. O diagrama da Figura 01 foi pensado em um contínuo rizoma que interliga cada trabalho proposto, como forma de elucidar os inúmeros atravessamentos percorridos e situar a evolução cartográfica de cada pesquisador. E, lembrando Foucault, não tratamos aqui de uma verdade única, mas apenas de mais uma entre tantas verdades, de tempos, espaços e pensamentos múltiplos. A Filosofia e Psicanálise irradia seus conceitos na construção e fortalecimento de cada narrativa, seja ela mais próxima da cartografia urbana, social ou sensível.

A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO

Cidade+Contemporaneidade

As atuais pesquisas e dissertações de mestrado do grupo Cidade + Contemporaneidade enaltecem nesse diagrama a complexidade do método da cartografia. O rizoma expressa a conectividade e heterogeneidade entre os temas de cada autor. Alguns mais próximos da cartografia urbana, outros à filosofia/psicanálise, e ainda as contribuições da cartografia social. No entanto, todos são atravessados por cada categoria criando novos e potentes agenciamentos.

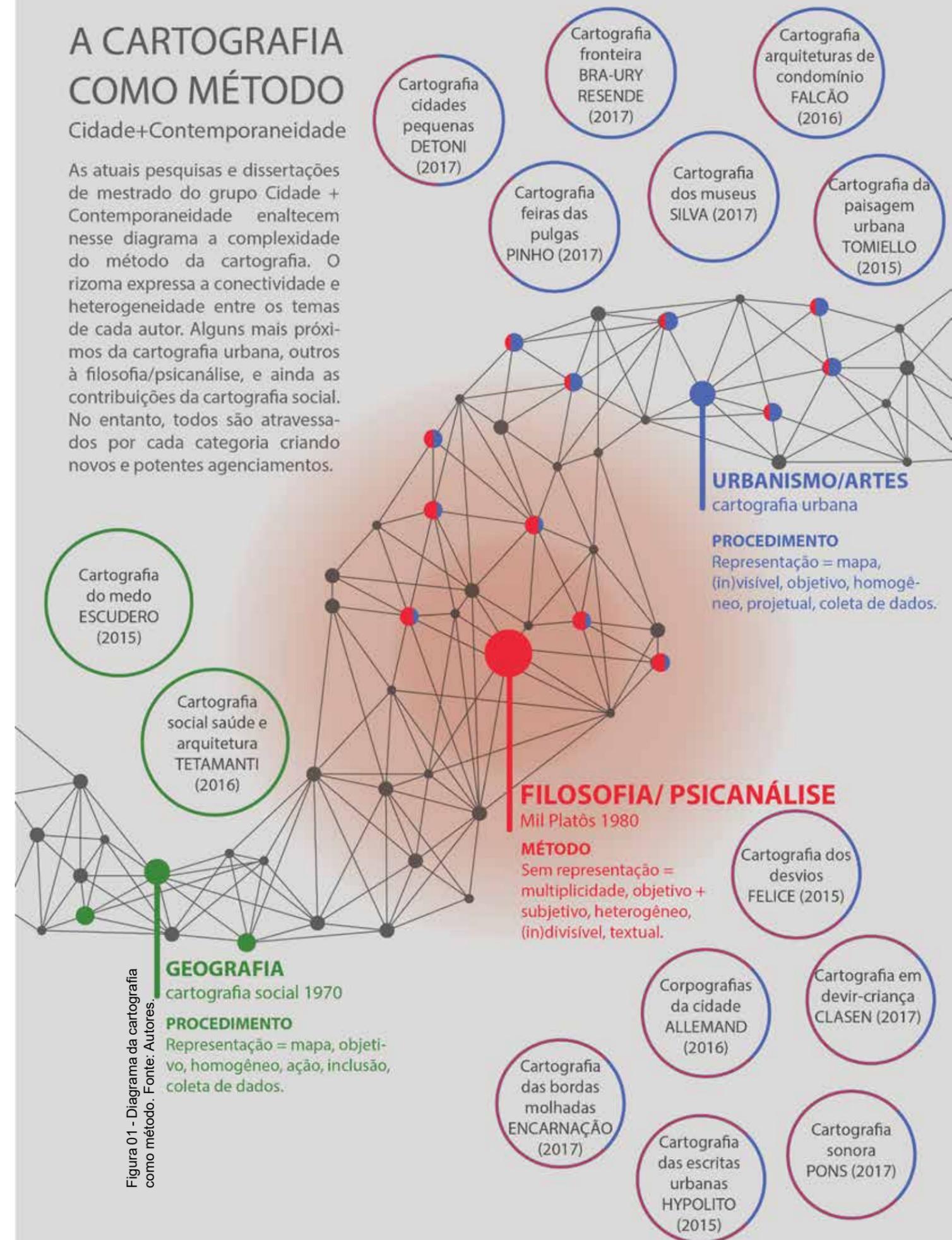


Figura 01 - Diagrama da cartografia como método. Fonte: Autores.

Referências bibliográficas

ALLEMAND, Débora Souto. *Corpografias da cidade através da dança: o uso da rua pel...AVOA! Núcleo Artístico*. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/corpografias_da_cidade_atraves_da_danca.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

CLASEN, Carolina Mesquita. *Urbano, demasiado urbano: crianças e corporalidades escolarizadas entre o Direito à Cidade e a urbanidade contemporânea*. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PROGRAU, 7., 2016, Pelotas. Resumo. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2016. p.10. Disponível em: <<http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/arquivos/cTCnws.pdf>> Acesso em: 17 novembro 2017.

CARERI, F. Walkscapes. *El andar como practica estética*. Barcelona: Editora G. Gili, 2003.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. *O que as crianças dizem?* In: G. Deleuze (Org.). *Crítica e clínica* (pp. 73-79). Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992

DETONI, Luana Pavan. *Cartografia das cidades pequenas na contemporaneidade: urbanidade de um devir menor*. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PROGRAU, 7., 2016, Pelotas. Resumo. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2016. p.30. Disponível em: <<http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/arquivos/cTCnws.pdf>> Acesso em: 17 novembro 2017.

DI FELICE, Emanuela. *Ri-Abitare, auto-recupero assistito del patrimonio pubblico*. 2015. 207f. Tese (Doutorado em Cultura e transformação da cidade e do território) – Università degli Studi di Roma 3, Uniroma3, Itália. 2015. Disponível em: <<http://dspace-roma3.casur.it/bitstream/2307/4772/1/Di%20Felice%20Emanuela%20Tesi.pdf>>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

DIEZ, Tetamanti J. M. e ARMESTO, S., 2016. *Salud Comunitaria, Territorio de relatos*. EDUPA. Comodoro Rivadavia. 83 págs. ISBN. 978-987-1937-65-3

ENCARNAÇÃO, Fabrício Sanz. *Caderno de estudos sobre a qualificação dos espaços públicos em orlas urbanas*. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PROGRAU, 7., 2016, Pelotas. Resumo. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2016. p. 20. Disponível em: <<http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/arquivos/cTCnws.pdf>> Acesso em: 17 novembro 2017.

ESCUADERO, Haydde Beatriz. *La construcción simbólica de la muerte: jóvenes, imágenes y espacio público*. 2015. 281 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de la Plata, Comodoro Rivadavia. 2015. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/52537/Documento_completo_.pdf?sequence=3>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

FALCÃO, Carolina Cabreira Magalhães. *Casa: Território de subjetividades. Um percurso sobre sensibilidade e arquitetura nos condomínios fechados*. 2016. 238 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2016. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/falcao_carolina_dissertacao_de_mestrado.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GALLO, Silvio. *O que é Filosofia da Educação: Anotações a partir de Deleuze e Guattari*. In: Revista Perspectiva. Florianópolis. V. 18. nº 34, jul/dez. 2015.

HYPOLITO, Bárbara de Bárbara. *Cidade, corpo e escritas urbanas: cartografia no espaço público contemporâneo*. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_barbara_hypolito_2015.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

KASTRUP, V. (2007). *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 15-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000100003&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

KIRST, P. G., GIACOMEL, A. E., RIBEIRO, C. J. S., COSTA, L. A., & ANDREOLI, G. S. (2003). *Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis*. In T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (Orgs.), *Cartografias e devires: a construção do presente* (pp. 91-101). Porto alegre: UFRGS.

OLIVEIRA, Cêrio de. *Curso de Cartografia Moderna*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

PINHO, Rafaela Barros de. *Feira das Pulgas cartografia da cidade na contemporaneidade*. 2017. 207f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2017. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_rafaela_pinho.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

PONS, Antonella dos Santos. *Territórios sonoros: entendendo manifestações sonoras urbanas e suas formas de produção territorial paisagem sonora e música de rua*. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PROGRAU, 6., 2015, Pelotas. Resumo. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2015. p. 18. Disponível em: <<http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/docs/bxMC4u.pdf>> Acesso em: 17 novembro 2017.

RESENDE, Lorena Maia. *Cartografia urbana na linha de fronteira: Travessia nas cidades gêmeas Brasil – Uruguai*. In: SEMINÁRIO ANUAL DO PROGRAU, 8., 2017, Pelotas. Resumo. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2016. p.

ROCHA, E. *Prologo*. In: Juan Manuel Diez Tetamanti. (Org.). *Hacia una geografía comunitaria*. 1ed. Comodoro Rivadavia: UNPSJB, 2014, v. 1, p. 5-22.

ROCHA, E. ; TETAMANTI, J. M. D. ; CLASEN, C. M. *Intervenção no Bairro Dunas: por uma cartografia social dos encontros*. *VIRUS*, v. 14, p. 1-11, 2017.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, S. (1999). *Novas figuras do caos: mutações na subjetividade contemporânea*. In L. Santaella & J. A. Vieira (Orgs), *Caos e ordem na Filosofia e nas ciências* (pp. 206-221). São Paulo: FACE/ FAPESP.

SILVA, Talita Correa Vieira. *Poéticas filmicas dos museus da UFPel: Pistas para uma aproximação interativa com a cidade*. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2017. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_talita_correa_vieira_silva_edu.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

SPINOZA. *Tratado Político*. Tradução, introdução e notas por Diogo Pires Aurélio; revisão da tradução por Homero Santiago. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

TALOCCI, G.; MUZZONIGRO, A. *Chi Perde Tempo Guadagna Spazio*, ovvero: Spazi e Tempi di Reciprocità tra São Paulo, Salvador de Bahia e Nicosia. In: *Lo Squaderno*. nº26, 2012. p. 77-79

TOMIELLO, Fernanda. *Fotografia sequencial e fotomontagem: alternativas para o estudo da dinâmica da paisagem urbana*. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao2015final_entrega.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2017.

PARA-FORMAL NO CENTRO DA CIDADE DE PELOTAS/RS

Mediações e controvérsias no uso do espaço público

Lorena Maia Resende¹
Humberto Levy de Souza²
Laís Dellinghausen Portela³
Eduardo Rocha⁴

Resumo

A cidade contemporânea é o encontro da diversidade, em que o espaço público não está definido pelos regulamentos urbanísticos, mas em muitas ocasiões são os próprios habitantes que decidem qual espaço será comunitário e qual não será. A pesquisa se interessa por esses lugares de ruptura, do caos, que produzem atividades subversivas às leis que regem a economia tradicional – espaços “para-formais”. Este acontecimento informal, longe de ser ocasional, constitui um fator relevante no desenvolvimento das cidades, assim a investigação é dedicada a “mapear”, dar voz a “para-formalidade”, tendo como estudo de caso o centro da cidade Pelotas. A partir de cartografias urbanas, fazendo uso de recursos infográficos procura entender que coisas unem e separam a cidade formal da informal, além de desvendar como acontece a integração de coletivos heterogêneos em um mesmo ambiente. Questionamentos que contribuem tanto para o conhecimento das ecologias urbanas “para-formais” como no aprimoramento da cartografia urbana.

Palavras-chave: Para-formal, cartografia urbana, planejamento urbano e regional.

Abstract

The contemporary city is the meeting of diversity, in which public space is not defined by urban regulations, but on many occasions it is the inhabitants themselves who decide which space will be communal and which will not be. Research is interested in these places of rupture, of chaos, which produce activities subversive to the laws that govern the traditional economy - “para-formal” spaces. This informal event, far from being an occasional one, is a relevant factor in the development of cities, so the investigation is dedicated to “mapping”, giving voice to “for-formality”, having as a case study the Pelotas city center. From urban cartographies, making use of infographic resources seeks to understand that things unite and separate the formal city from the informal, as well as unmasking how happens the integration of heterogeneous collectives in the same environment. Questions that contribute both to the knowledge of “para-formal” urban ecologies and to the improvement of urban cartography.

Keywords: Para-formal, urban cartography, urban and regional planning.

1 Arquiteta e Urbanista. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: loenamiliato@gmail.com

2 Acadêmico na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UPPel. Pelota/RS Brasil. E-mail: levyarqui@gmail.com

3 Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), início em 2013. Atualmente bolsista do Laboratório de Urbanismo (LABURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb).

4 Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio cultural, Arquiteto e Urbanista. Atualmente professor adjunto no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: amigodudu@yahoo.com.br

O para-formal

O “para-formal” para o grupo GPA (2010)⁵, é um conceito de fronteira, que ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal – busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias, que aqui denominamos como cenas urbanas “para-formais”. Um modelo de investigação “para-formal” se apropria de categorias alternativas para explorar o “campo do meio”, a zona cinza, onde se desenvolve a verdadeira máquina da cidade.

O para-formal nesse sentido, é algo artificial e provisório, algo relativo à forma, mas que ao mesmo tempo não se configura como tal. Um modelo abstrato, que tem como polaridade o formal e o informal, uma atividade menos delimitável, mais mista, heterogênea. O para-formal é um lugar do cruzamento entre o formal (formado) e o informal (em formação). O “para-formal” é um lugar de cruzamento entre o previsível e o imprevisível.

O para-formal é:

- A: a cidade em formação, o princípio de acordos, regras e projetos.
- B: a cidade em desagregação, os processos urbanos conflitivos, friccionantes e catastróficos.
- C: as situações urbanas onde há fortes “indiferenças estratégicas” entre os autores (GPA, 2010).

Enquanto o para-formal no qual referimos neste estudo (numa escala diferente da proposta pelo grupo GPA, que espia grandes massas e conjuntos para-formais) encontra-se no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), são todas as atividades (comerciais, culturais, moradia, lazer, mistas, etc.) encontradas nos espaços abertos e públicos da cidade, que não fazem parte de seu desenho urbano (GHREL, 2013) original, mas que agora – na contemporaneidade⁶ – fazem parte de seu cotidiano (CERTAU, 1994). São cenas urbanas, individualizadas por imagens fotográficas e anotações. O “para-formal” no cotidiano das cidades gera controvérsias (disputas, opiniões diversas ou debates) na sua relação cidade-corpo e corpo-cidade, às vezes veladas e dóceis outras reveladas e desobediente.

Este escrito é fruto do projeto de pesquisa⁷ que dedicou-se entre os anos de 2014 e 2015 a experimentar essas “para-formalidades” no território central da cidade de Pelotas. A proposta vem de encontro às controvérsias urbanas pelo que sofrem as cidades latino-americanas na contemporaneidade, trazendo a superfície os conflitos e acomodações no espaço público das áreas centrais. A cidade de Pelotas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, desde a última década passa por grandes

5 O grupo Gris Público Americano (GPA) é um coletivo independente, formado por um grupo de arquitetos argentinos com sede em Buenos Aires, integrado por Mauricio Corbalán, Paola Salaberrí, Pío Torroja, Adriana Vázquez, Daniel Wepfer e Norberto Nenninger [https://www.facebook.com/grispublicoamericano.gpa]. Propõe investigações que tem como ponto central as situações de controvérsias urbanas, polêmicas e/ou complexas.

6 “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, dele toma distâncias [...]” (AGANBEM, 2009, p. 59).

7 A pesquisa do Grupo Cidade+Contemporaneidade (http://contemporaneidade.wix.com/faurb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), teve financiamento do projeto de extensão Proext 2014, a partir da parceria entre o Ministério da Educação e Ministério das Cidades. O grupo foi formado pelos seguintes pesquisadores: Eduardo Rocha (coordenador), e os bolsistas de iniciação científica: Gustavo Nunes, Lorena Maia e Paola Silva Brum.

transformações e crescimento desorganizado, afetando negativamente a qualidade dos espaços públicos e da relação formal e informal nos âmbitos econômicos, culturais e sociais.

O espaço público na cidade contemporânea

A cidade contemporânea é um lugar de fronteira, de ruptura, uma cidade troca, onde proliferam zonas abandonadas, baldias e, ao mesmo tempo, surgem novas culturas e subculturas, tais como as atividades para-formais, as quais são manifestações cotidianas da cidade. A cidade contemporânea é o caos, é a co-existência de diversos tipos de pessoas, de diferentes classes econômicas, que buscam modos de vida diferentes, é a diversidade. E a contemporaneidade, portanto, “é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias.” (AGAMBEN, 2009).

Por sua vez, o termo espaço público, em seu aspecto mais abrangente, pode ser entendido como um local dentro de um território urbano tradicional - com nítida delimitação entre público e privado - sendo utilizado e apropriado de forma coletiva e pertencente ao poder público. Ao mesmo tempo é um espaço de ação ou de possibilidade de uma práxis política (SERPA, 2004).

No entanto, na contemporaneidade, o espaço público não está definido e limitado pelos planos urbanísticos, em muitas ocasiões são os habitantes da cidade que decidem que espaço vai ser público e qual não vai ser; que espaço cumprirá uma função ou outra. É assim que surgem as atividades para-formais, nessas “zonas de ninguém”, zonas que passam a cumprir uma função diversa do original. Dessa forma, essa ideia de espaço comum vai além de cenários de encontros da diversidade e expressividade cultural, avança como formador de intersubjetividade, identidade comunitária e apropriação do sentimento de coletividade.

Podemos destacar ainda diferentes perspectivas ou categorias que analisam os espaços públicos: Hertzberger (1999) volta sua atenção para a acessibilidade, as formas de uso e os usuários; Roberto da Matta (1997) percebe a relação dinâmica entre o espaço doméstico e as atividades na rua, relacionando-os; o geógrafo Milton Santos (1985) vai voltar suas observações para os fluxos com um viés econômico afirmando que: “o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção” (SANTOS, 1985, p. 76).

Pela lógica do sistema capitalista, o espaço público é visto como mercadoria para o consumo de poucos. Harvey (1992) salienta a intencionalidade política e ideológica de propostas inovadoras em áreas públicas, atitudes que comprovam a espetacularização das cidades e a valorização do consumo, ocasionando segregação de classes, especulações imobiliárias e a gentrificação. Mas, ao mesmo tempo, esses lugares são solicitados, inventados, re-inventados, criados e recriados, territorializados e des-territorializados pela população em seu cotidiano. Foi importante para o projeto observar as pessoas que ocupam, transitam, intervêm nesses espaços como são na realidade com seus desejos, ansiedade, expectativas não apenas como usuários de uma classe social. Compreender o espaço público sem a ingenuidade da influência política-econômica, contudo se detendo as transformações provocadas por seu uso na contemporaneidade.

Observa-se que os espaços públicos encontrados na cidade de Pelotas/RS são ocupados pelos mais diferentes usuários e fluxos, morfologicamente são constituídos na forma de ruas, calçadão, praças, parques; ou vazios e abandonos urbanos. Lugares do encontro e desencontro, de uma certa hospitalidade e/ou hostilidade. Ressalta-

se ainda que é no centro comercial da cidade o lugar onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas. Assim, a pesquisa aproxima-se das áreas centrais da cidade, que são os lugares de diversidade e densificação de atividades para-formais. Encontra-se nesses espaços, o “outro urbano”, aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não) e dissensual, radical. Esse “outro urbano” se explicita através da figura do morador de rua, ambulante, camelô, catador, prostituta, artistas, entre outros.

A partir de toda essa complexidade analítica frente as práticas humanas em espaços públicos, própria da contemporaneidade, podemos vislumbrar a possibilidade de cartografar tais dinâmicas para-formais afim de desvelar seus potenciais, possibilidades e tensões no centro da cidade de Pelotas.

A cartografia urbana

A palavra cartografia remete a mapas, desenho em duas e/ou três dimensões confeccionados digitalmente que podem ser impressos ou virtuais que representam um espaço, um lugar seja ele geográfico, imaginário ou conceitual. Os mapas são meios de comunicação e análise. Comunicação visual, mas também imagética, sonora, sensitiva. De não só localizar, mas de sentir o lugar. A cartografia não só comunica como é fotografia, psicologia, desenho. Pode-se dizer que a cartografia de um espaço é determinada por um conjunto de mapas que são representados de maneiras distintas, pois cada mapa tem um objetivo específico e uma maneira de representação próprios.

A cartografia urbana que adotamos nesse projeto se aproxima do conceito trazido pelos filósofos da diferença Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997). Esse método procura percorrer a cidade em busca da diferença, de cenários não marcados no mapa habitual das cidades, como o para-formal; a cartografia não se configura como um método tradicional, é uma maneira de proceder que pode admitir as modificações temporais no espaço e busca mediar a experiência corporal do pesquisador. Um método dinâmico, constituído de infinitas linhas que se cruzam, de dobras, desdobras, de territórios, desterritórios e reterritórios (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Constituindo um método de mapear as dinâmicas da contemporaneidade, é possível construir mapas que nos falem de muitas cidades não visíveis, que convivem com as nossas cidades, mapas que nos falem da vida cotidiana em que vivemos, dos caminhos, dos eventos urbanos, daquilo que não é só estático, que não está cheio, do simultâneo, do híbrido, do que pode estar à margem, do que não é central, de tudo que está soterrado, abandonado nos lugares físicos e espaciais nas cidades em que vivemos. Se busca a perspectiva contemporânea de experimentar um lugar, com olhares laterais, pelas frestas, que tendem a diminuir a distância entre o observador e o observado, habilitando, assim, uma espécie de mediação subjetiva e circunstancial durante a aproximação ao território cartografado.

Os procedimentos metodológicos que auxiliaram a construção dessa cartografia consistem em: revisão bibliográfica (referencial teórico); coleta de imagens exploratórias errantes em trechos de áreas centrais de cidades (experiência prática) e, por fim, identificação, análise e classificação dos equipamentos “para-formais” encontrados (análise projetual).

Na etapa do referencial teórico estabeleceu um estudo relacionado à cidade de Pelotas - dados como número de habitantes, a morfologia urbana, histórico da cidade e do



território - e também o entendimento dos principais conceitos que nortearam a pesquisa – como o para-formal, cartografia urbana, ecologia urbana, errância, teoria da imagem e fotografia.

A próxima etapa, coleta de imagens exploratórias errantes, aconteceu na área central da cidade - como demonstrado na Figura 1. Os trajetos eram escolhidos anteriormente pelos integrantes do Grupo Cidade + Contemporaneidade com visualizações nos mapas do Google. Foram realizados no centro da cidade, por ser um lugar diverso, efêmero, onde os participantes recebiam um mapa com um ponto inicial e um ponto final, - dois pontos importantes no imaginário cultural - mas nunca um caminho determinado a seguir. Os participantes eram livres para escolher o percurso (uma vez que o próprio para-formal pode ser ambulante, nômade, sem lugar fixo), entretanto, em sua maior parte, optavam por seguir o caminho mais curto, de aproximadamente 1 Km.

Segundo JACQUES (2006, p. 6): “Errar, ou seja, a prática da errância, pode ser um instrumento da experiência urbana, uma ferramenta subjetiva e singular, ou seja, o contrário de um método ou de um diagnóstico tradicional. A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas que o errante pratica de forma voluntária. O errante é então aquele que busca o estado de espírito (ou melhor, de corpo) errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções”

Os atores envolvidos participaram de oficinas (experimentos coletivos⁸), ministradas para grupos diversos, formados por moradores, não moradores, colaboradores, com a intenção de entender a cidade como a soma de cidades sobrepostas, enlaçadas e relacionadas. Os atores foram convidados a utilizar a técnica de cartografia urbana no trajeto errante para apreensão do para-formal. A expressão e desenho das observações em mapas, sejam eles fotográficos, planares, tridimensionais ou mentais, constituam um instrumento de comunicação.

A etapa final buscou identificar em cada mapa-fotografia feita durante os trajetos de errâncias os equipamentos “para-formais” presentes em cada cena registrada (bancas, cestos, caixas, bancos, etc.). Depois, após terem sido identificados (com base em atividades realizadas pós errâncias, com o grupo de participantes), foram analisados e classificados quanto ao seu tipo, porte, mobilidade e instalações, além de fazer a relação dos corpos com os equipamentos e de reconhecer elementos urbanos/ climáticos que possam modificar ou possibilitar as atividades (como o clima, a estação do ano, calçadas, marquises, etc.).

Pistas-descobertas-encontros

“Para-formalidades” disputam o espaço com novas construções, as bancas de revistas confundem-se com os vendedores ambulantes, os cartazes anunciando promoções nas lojas e os anúncios das traseiras dos ônibus. Quando muito se vê, pouco se percebe. Em meio a tantas imagens, e seu acúmulo veloz, o homem se espelha e se estranha em seu próprio abandono.

Segundo WENDERS (1994, p. 187): “Tudo que é pequeno desaparece. Mas, se perdemos tudo o que é pequeno, perdemos também nossa orientação, nos tornamos vítimas do que é grande, impenetrável, superpotente. Deve-se lutar por tudo o que é pequeno e que ainda existe. Aquilo que é pequeno confere ao que é grande um ponto de vista”.

As pistas que a cartografia urbana proporcionou consideram três frentes: o lugar (espaço público), o equipamento e o corpo (figura 2). O *Espaço público “para-formal”* foi encontrado nas calçadas, rua, embaixo de marquises, esquinas, abandonos, vazios, entre outros. Além de acoplamentos aos equipamentos urbanos (banco, poste, lixeiras, etc.). Os *equipamentos* foram observados quanto ao tamanho, mobilidade e instalações. Localizou-se muitas “para-formalidades” pequenas e móveis e outras muitas grandes e fixas (como os trailers, que possuem, em sua maioria, instalações hidráulicas e elétricas). Por fim, o *corpo “para-formal”* que geralmente está presente nas atividades que observamos e muitas vezes ele é a própria “para-formalidade”, é o protagonista. Podem estar sentados, em pé ou caminhando. Em grupos ou solitários. É aquele que tenta vender seu produto sem “ponto comercial fixo”, sem um local determinado no mapa da cidade, a cada dia ou hora podem se deslocar (ambulante), seja a procura de sombra ou de possíveis novos clientes, mas estão sempre por perto de aparatos, sejam públicos ou que eles próprios carregam.

⁸ O conceito de experimento coletivo segundo Bruno Latour em “Políticas da Natureza” (2004) é definido como o encarregado de reunir as múltiplas associações de humanos e não humanos sem segregação, uma espécie de “República das coisas”. Aos não humanos deveria ser dada a palavra, embora em poucos momentos o autor tenha explicitado como os não-humanos podem “falar” sem passar pelos seus porta-vozes, os cientistas. LATOUR, Bruno. Políticas da natureza. Bauru: UDUSC, 2004



As cenas “para-formais” não chegam a ser obstáculos, mas por outro lado pontos de referência – coisas interessantes (GEHL, 2013) – e que chegam a servir como parada e descanso ao pedestre (apoio corporal). Ao mesmo tempo, o “para-formal” polui, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão. Essas atividades ensinam novas soluções para a cidade na contemporaneidade, de certa forma é um termômetro econômico, político, social e cultural. São considerados atos de resistência, lugares da potencialidade e criação.

Segundo DELEUZE (1987, p.14): “O ato de resistência possui duas faces. Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens”.

O para-formal modela linhas de fuga⁹, desvios que rompem e desterritorializam a cidade em seu plano tradicional. Uma abertura para o novo, para a experiência de *afectos e perceptos*¹⁰ que produzem fissuras e anunciam devires¹¹.

Ao visualizar e reconhecer o para-formal como parte da cidade, dos espaços públicos, é

9 O conceito de linha de fuga é utilizado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* 1997.

10 Os perceptos não são percepções, são pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro) (Deleuze, *Conversações*, p.171.2004)

11 Devir não é evolução, uma linha cronológica, uma imprevisão de um futuro que pode ser possível. Na verdade, o devir ou o ‘por vir’ está fora de uma linearidade presente, é o inimaginável, o impossível.

possível refletir a coexistência de uma urbe formal e informal. Conhecer a cidade como um organismo vivo é ir de encontro as frestas, aos espaços indiscerníveis, onde se pode abandonar ou descobrir tudo que outrora havia perdido. Se por um lado a cidade limita, por outro liberta o movimento de vários corpos resistentes, que denunciam as mazelas da espetacularização. É da resistência, da zona de atrito, das fronteiras, que nasce o novo.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícios Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CERTAU, M. *A Invenção do cotidiano*. 1ed. Petrópolis: Artes de fazer, Vozes, 1994.

DA MATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

GEHL, Jan. *As cidades para as pessoas*. São Paulo: Perspetiva, 2013.

GRIS PÚBLICO AMERICANO. *Para-formal: ecologias urbanas*. Buenos Aires: Bismar Ediciones; CCEBA Apuntes, 2010.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HERTZBERGER, H. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

JACQUES, Paola Berenstein [org.]. *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/internacional situacionista*. Salvador: EDUFBA, 2006.

LATOUR, Bruno. *As políticas da natureza*. Florianópolis: EDUSC, 2004.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Studio Nobel, 1985.

SERPA, A. *Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

WENDERS, Wim. *A paisagem urbana*. 1994. Revista do patrimônio e histórico artístico nacional, 23, 181-189.

O ASSOMBRO DE UMA OKUPAÇÃO

Fantasma e o acontecimento projetual

Rovenir B. Duarte¹
Malu Magalhães Sanches²
Gabriela Correia Fernandes³

Resumo

O presente artigo traz uma reflexão sobre o conceito de fantasma, presente na filosofia de Gilles Deleuze, na passagem feita entre 1968 e 69: do *simulacro-fantasma* do livro *Diferença e Repetição* (2000) para o *acontecimento-fantasma* de *Lógica do Sentido* (1974). Nesta abordagem o fantasma ganha um valor positivo, testemunho dos acontecimentos que visa “contestar a identidade e (...) a perda do nome próprio” (DELEUZE, 1974, p.3). Para rastrear este fantasma, propomos investigar os acontecimentos emergentes de um encontro numa atividade projetual entre OCAS (Escritório Modelo de Arquitetura-UEL), MARL (Movimento de Artistas de Rua de Londrina) e o edifício da ULES (União Londrinense de Estudantes Secundaristas). Acontecimentos com e numa Okupação, grafada com ‘K’, um tipo de deboche sobre a necessidade de seguir um modelo, origem ou identidade. Este ‘k’ nos parece uma pista, pois não se trata da “semelhança diminuída” ou erro de cópia, pois ao invés de selecionar “boas imagens” ele pode sugerir o fantasma da “imagem sem semelhança”. Nossa busca por fantasmas nestes acontecimentos nos levou a refletir sobre o próprio ato projetual, onde os verbos infinitivos “batalhar” e “morrer” podem revelar uma forte assombração do “controle” existente no Projetar.

Palavras-chave: fantasmagorias, Gilles Deleuze, projeto de arquitetura, escritório modelo.

Abstract

This article presents a discussion of the concept of ghost, present in the philosophy of Gilles Deleuze, in the passage made between 1968 and 69: from the phantom simulator of *Difference and Repetition* (2000) to the phantom event of *Logic of Sense* (1974). In this approach, the ghost gains a positive value, a testimony of events that aims to “challenge identity and ... loss of the proper name” (DELEUZE, 1974, p.3). In order to track down this ghost, we propose to investigate the emergent events of a meeting in a project activity between OCAS (Model Office of Architecture-UEL), MARL (Movement of Street Artists de Londrina) and the building of ULES (London Union of Secondary Students). Events with and in a Okupation, written with ‘K’, a kind of mockery about the need to follow a model, origin or identity. This ‘k’ seems to be a clue, because it is not about “diminished resemblance” or copy error, because instead of selecting “good images” it may suggest the ghost of the “image without resemblance”. Our search for ghosts in these events has led us to discuss on the very design act, where the infinitive verbs “to battle” and “to die” may reveal a strong haunting of the “control” existing in the Project.

Keywords: phantasmagorias, Gilles Deleuze, architecture project, model office.

Aqui estamos nós, do Escritório Modelo OCAS, em frente a um antigo “edifício abandonado” na cidade de Londrina, diante deste corpo de tijolos e histórias. Um acontecimento: o encontro entre corpos. Estudantes, arquitetos, artistas e o edifício entrecrocando na perseguição de um projeto arquitetônico. O encontro que investigamos aqui aconteceu entre 2016-17, numa atividade projetual do OCAS da Universidade Estadual de Londrina com o grupo do Movimento de Artistas de Rua de Londrina (MARL) em um antigo “edifício abandonado” da ULES (União Londrinense de Estudantes Secundaristas). Um edifício, “abandonado” desde o final dos anos de 1990, atualmente apropriado pelos artistas do MARL para formação de uma Okupação⁴(figura 01). A letra intrusa, “K”, não nos deixa esquecer que não se trata de uma apropriação qualquer, como algo já dado como ocupado, como lembra Lima (2012), a okupação torna-se uma batalha diária, uma constante recordação da necessidade de resistir. Dentro desta batalha está o acontecimento que iremos investigar, fruto do choque e mistura dos diversos corpos presentes nesta atividade projetual, como os corpos dos professores e alunos do OCAS, os artistas do MARL e operários contratados, e o próprio edifício da okupação ou partes ali envolvidas (suas paredes, janelas, andaimes e etc.)⁵. Acreditamos que um olhar mais atento ao choque entre corpos, apoiado na visão filosófica de Gilles Deleuze, poderá nos dar uma nova abordagem sobre o acontecimento do projeto arquitetônico, como também, sobre seus fantasmas.



Figura 01 - Edifício da Okupação MARL (antiga ULES) - Londrina PR. Fonte: autores.

Retomamos o encontro, nós diante do edifício da Okupação. Nós os arquitetos temos uma atenção especial para os encontros, para os momentos quando uma parede encontra a janela, que encontra o vento, onde o homem se apóia sonhando ao avistar as estrelas. A cada encontro um novo acontecimento, ao mesmo tempo em que, a cada acontecimento, brotam diversas imagens em nossa mente, diretamente relacionadas com o que percebemos e desde onde conseguimos projetar. Que tipos de imagens são estas? Como podemos pensar sobre nossa percepção e a construção destas imagens? Podemos pensar que estas imagens estão diretamente relacionadas aos corpos materiais ali presentes (paredes, janelas, edifício, artistas e etc.), contudo, parece que nós arquitetos nos dedicamos demasiadamente a estes corpos materiais, nos descuidando realmente dos acontecimentos advindos dos encontros. Os olhares devotados ao corpóreo parecem evitar os fantasmas ali presentes, responsáveis diretos pelo o que percebemos. Esta investigação busca, a partir do pensamento proposto por Gilles Deleuze, entre 1968-69, rastrear o incorpóreo presente nos acontecimentos, em outras palavras, procuramos os fantasmas oriundos dos choques e misturas de corpos. Este filósofo francês busca no acontecimento-encontro uma forma de oposição

4 Típica atividade de ocupação de propriedades em desuso para transformá-las em espaços com finalidade social e cultural. Atividade semelhante a diversas experiências na Europa com diferentes nomes e períodos, como os *Crackers* na Holanda dos anos 50, *Besetzers* na Alemanha e *Squatts* na Inglaterra nos anos 60 e *Okupas* na Espanha nos anos 90 (MONSALVE ROMÁN, 2013).

5 Uma vez que identificamos os principais corpos dos acontecimentos que iremos abordar, é necessário destacar que o entendimento deleuziano vai além da concepção fenomenológica do Eu. Como diz o filósofo, “caracteriza-se por uma ausência de subjetivação paralela à presença do sujeito na cena” (DELEUZE, 1974). O acontecimento aqui não é uma representação da ação ou vontade do sujeito, ao contrário, ele abre o movimento através do qual libera singularidades impessoais e pré-individuais.

1 Professor Doutor, Depto. Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina.

2 Arquiteta e colaboradora externa na Universidade Estadual de Londrina.

3 Mestranda, programa de Arquitetura na Universidade Estadual de Londrina.

Figura 02 - Parede interna da Okupação.
Fonte: autores.



ao modelo do reconhecimento, deste modo, no lugar de depositar nossa atenção nas imagens reconhecidas, o objetivo desta abordagem, como explica Martinez Mellado (1987), é fazer nascer uma sensibilidade nos sentidos. Uma busca pelo nascimento das imagens, pelos incorpóreos ali presentes, pelo projeto arquitetônico desde seu avesso. Seguramente, podemos pensar arquitetura pelos seus acontecimentos, porém, realmente estaríamos atentos a estes acontecimentos?

Primeira Parte: Pensamento e conceitos deleuzianos sobre o fantasma

Para entendermos como estas imagens brotam e o papel dos incorpóreos neste processo, antes, devemos esclarecer alguns aspectos do pensamento que Deleuze construiu entre 1968-69, da passagem do *simulacro-fantasma* em “Diferença e Repetição” (2000) e o acontecimento-fantasma em “Lógica do Sentido” (1974). Esses conceitos se referem a “fantasmofísica” de Deleuze (FOUCAULT, 1997), uma espécie de capítulo de sua grande teoria do sentido.

O pensamento deleuziano parte das conceituações de imagem de Platão: os ícones e os simulacros. Tomemos uma das paredes do edifício da Okupação (Figura 02) para relembrarmos estas conceituações de imagem. Frente ao nosso encontro com a parede nos perguntamos: o que ela é mesmo? Uma “parede”, igual e diferente a todas as outras. Por esta razão, conhecer essa parede não se trata de uma tarefa fácil. Por um lado, esta parede é única em sua propriedade física singular, que apenas a temos através do sensível, do ilusório mundo das sensações. Por outro lado, está “na cara” que se trata de uma Parede, com “nome próprio”, uma definição baseada em sua generalidade abstrata, assim, um nome já a explica e a define a partir de uma idéia inteligível de parede. De um lado, esta parede se revela de modo singular a nós, não se repetindo jamais, a cada momento trata-se de uma nova parede, cada reentrância parece nova, a cada momento nos parece maior ou menor. Por outro, somente podemos dizer que se trata de uma parede porque ela repete todas as outras que já conhecemos, trata-se de reconhecimento. Na primeira visão, as imagens revelam o mundo das sensações e das coisas, a cada momento podemos perder a imagem anterior, onde o pequeno vira

grande, o feio torna-se interessantemente belo, ou o áspero tende a alisar-se. Um devir enlouquecido. No segundo mundo, das idéias, o eterno e imutável consegue sobreviver, somente aqui podemos dizer que cada parede é logicamente igual às outras. Como observa Sales (2006), através de conceitos, no intelecto, essências singulares das coisas passam a ser universais, deixando de ser física para tornarem-se lógica. Neste segundo mundo o caráter fantasmagórico é reprimido.

O que tudo isso tem a ver com ícones e simulacros? Podemos facilmente reconhecer o pensamento de Platão na dualidade acima, entre o sensível e o inteligível. O ícone seria uma imagem que remeteria ao mundo das idéias, uma espécie de cópia deste mundo, assim, qualquer imagem de parede nos remeteria a Parede (nome próprio) superior e geral. Contudo, Deleuze se interessou pela segunda imagem, o simulacro, que aparece rapidamente em República e Sofista de Platão, normalmente contraposto ao termo “cópia”. Segundo Sonna (2014), a verdadeira dualidade platônica entendida por Deleuze seria entre a cópia e o simulacro (e não entre o sensível e inteligível), pois é no simulacro que surgiria a diferença ignorada na imagem do ícone, que fingia se esquecer das diferenças em prol de manter a mesma imagem de Parede. Como um gato, que para não ser um leopardo, precisa valorizar suas semelhanças com uma Ideia universal de gato, ou seja, manter sua linhagem. Uma espécie de operação de mimese baseada na cópia, que produz “boas-imagens” ajustadas a um Modelo ou Ídolo. Contudo, seria na imagem do simulacro que brota uma percepção do incorpóreo, um fantasma que assombra estas “boas-imagens”. Uma espécie de “imagens ruins” que somente aparentariam ter as proporções corretas, graças a um engano, como um tipo de ilusão⁶, essas imagens seriam os simulacros. De um lado a cópia do Modelo, o ícone (*eíkon*), de outro, o simulacro do engano (*phántasma*): *cópias-ícones* e os *simulacro-fantasmas*.

Aqui se delinea o objetivo de Deleuze, dedicar-se aos fantasmas, um tipo “rebeldes subterrâneos”, habitantes das fronteiras, que contestavam qualquer identidade e relação com os ícones e modelos, em prol da “...perda do nome próprio” (DELEUZE, 1974, p.3). Os fantasmas já não garantem as características imutáveis legitimadas pela letra maiúscula da Parede, esta ganha vida a cada novo olhar, a cada novo encontro, ou melhor, a cada novo acontecimento. Assim, diante daquela parede, poderemos negar a ânsia por nomes, modelos, ícones ou ídolos que nos ajude a distinguir as imagens autênticas das inautênticas. “Aqui estamos nós, do Escritório Modelo OCAS, em frente a um antigo edifício abandonado...”, olhávamos atentos para aquela parede, mas como deixamos escapar os fantasmas que ali habitavam?

Do Simulacro-fantasma-1968 para o Acontecimento-fantasma-1969: a parede a descascar-se, o fantasma reside no acontecimento

Um ano após Deleuze distinguir o *simulacro-fantasma*, em 1969, propõe pensar o fantasma vivente no acontecimento, ou seja, nos choques e misturas de corpos. Ele retoma o fantasma como uma espécie de efeito incorpóreo que habita a superfície dos corpos, que nos possibilita novas percepções a partir dos encontros. Por esta razão não nos interessa mais aquela parede isolada, ainda que na verdade nunca esteve isolada, afinal sempre esteve misturada conosco que a observava. Agora trataremos de um acontecimento, o momento no qual os okupantes decidiram descascar a parede com o objetivo de pôr a vista seus tijolos. Como explica Foucault (1997), falamos de acontecimentos como efeito entre corpos que entrechocam, que se misturam e

⁶ Como diz o Estrangeiro em “Sofista”: “E a arte que produz simulacros, não imagens, não seria mais acertado denominá-la ilusória?” (PLATÃO, 1972).

se separam: homens e parede. Este acontecimento, que para Deleuze (1974) não pertence à ordem dos corpos e sua fisicalidade, deve ser pensado como incorpóreo pairando sobre as superfícies destes de modo independente. Corpos como causas (okupantes, parede, parede velha...) e os acontecimentos como efeitos (o descascar do homem instrumentado sobre a parede)⁷.

A ideia deleuziana de acontecimento não se prenderia ao físico, sujeito ou presente⁸, ao contrário, o filósofo propõe um acontecimento incorpóreo (irredutível à fisicalidade do mundo), com sentido neutro (sem a dependência das significações do sujeito), vinculado à simultaneidade de passado e futuro (um tempo múltiplo do devir não preso ao presente). O acontecimento não estaria mais aprisionado aos okupantes, à parede ou ao momento do descascar. Os acontecimentos seriam fantasmas, uma espécie de “extra-ser” (DELEUZE, 1974). Assim, na visão de Deleuze, existiriam os corpos (parede, estudante, okupantes, instrumentos...), as propriedades físicas (parede descascada, parede envelhecida, parede clara...), e o acontecimento-fantasma (descascar, envelhecer, clarear...). Deleuze (1974) explica assim, o “verde” designa uma qualidade na coisa, um estado da folha, mas ao contrário, o “verdejar” manifesta uma mistura dos corpos, como a da árvore e o ar onde a clorofila coexiste. O “verdejar” não revela o estado do ser ou a qualidade na coisa, “mas um atributo (...) que não existe fora da proposição que o exprime designando a coisa” (DELEUZE, 1974, p.22). O acontecimento-fantasma estaria numa “maneira de ser” (DELEUZE, 1974, p. 9) que nos faria alcançar o sentido, assim, através dele a tal parede adquiriria sentidos distintos para nós a cada encontro, produzindo diferentes imagens. A pergunta parece cada vez mais insistente, como alcançaríamos esse incorpóreo? Esta ideia de fantasma de Deleuze não se daria tão facilmente a nossa consciência, como explica Martínez Mellado (1987), a linguagem é o aspecto fundamental para esta tarefa, afinal ela dá realidade aos possíveis. Explicado de outro modo, estes fantasmas manteriam uma relação muito especial com a linguagem, relacionados com o verbo na sua forma infinitiva e em seu tempo deslocado (“verdejar”, “descascar”, “envelhecer”, “morrer”, “batalhar”...).

Estes acontecimentos-fantasmas são efeitos que não existem fora das proposições, mas não devem ser confundidos com a expressão. Como destaca Husserl, não devemos nos esquecer que uma coisa é o que a expressão tenta expressar, outra coisa é o que de fato consegue ser expresso. Deste modo o fantasma presente na expressão pode designar uma coisa exterior a ela. Como nos lembra Foucault (1997), sempre paira uma suspeita que a expressão não diz exatamente o que diz, de um lado poderia sempre existir um significado por de trás (*allegoria*), de outro, a proposição parece rebaixar a ideia do que se fala, afinal muitas coisas falam, como o mar, a parede descascada, ou a face de uma criança (*semäion*, uma linguagem sem signos). O sentido paira sobre todos estes acontecimentos possibilitando a expressão ser expressa de algum modo. Em resumo, é necessário pensar na distância entre a expressão e seu expressado, pois ali mora um fantasma. As imagens se revelam para nós sempre afetadas por estes fantasmas.

7 Deleuze (1974) fala dos efeitos como ações de um corpo sobre o outro (o descascar do homem instrumentado sobre a parede), mas que não são os corpos (o homem instrumentado e a parede), nem seus estados ou propriedades físicas (a parede descascada ou o instrumento desgastado).

8 Martínez Mellado (1987) levanta três entendimentos sobre o acontecimento na filosofia: neopositivista, fenomenológico e histórica. Na visão do neopositivismo o acontecimento se reduziria ao processo material ao vincular-se a fisicalidade do mundo. Na visão fenomenológica o acontecimento estaria na ordem do problema do sentido, pois supunha uma significação prévia. Esta visão expressaria o mundo disposto ao redor do “eu”, onde este definiria o quando e o onde se produziria o acontecimento. Na última visão, a da filosofia da história, o acontecimento estaria preso ao ciclo do tempo, onde fica implícita uma lógica da essência fundada na memória. Assim, desde estas visões o acontecimento estaria preso ao físico, ou ao sujeito, ou ao presente.

Malufe (2011) nos ajuda a entender a ideia deleuziana de sentido, observando que este ruma ao inverso do como o “sentido” é normalmente pensado, ou seja, como algo dado previamente, que mora escondido no enunciado esperando ser encontrado para emergir⁹. A concepção de “sentido” para Deleuze visa libertá-lo de tal ideia de origem, verdadeiro e bom. Como explica Martínez Mellado (1987), o sentido deleuziano não trata do “sentido comum” ou do “no bom sentido”, das visões da representação, do Modelo ou do Correto. O sentido deleuziano dependeria do encontro entre corpos, tornando-se um efeito produzido e disparado nestes encontros, ou seja, a partir do acontecimento-fantasma. Como diz o filósofo, “é difícil responder aqueles que julgam suficiente haver palavras, coisas e ideias” (DELEUZE, 1974, p. 21). O sentido não estaria preso aos elementos lingüísticos, ainda que dependa da linguagem para se dar, ele é quem pode fazer a expressão ser expressa. O sentido estaria na fronteira, uma ponte que liga palavras e coisas e, ao mesmo tempo, permitiria expressar a diferença da imagem rebelde: o simulacro (ou *phántasma*).

Deleuze aceita esse mundo que diante de nossa percepção se transforma constantemente que, a cada encontro, revela novos sentidos. O que teima escapar dos modelos, nomes ou ídolos, que produz conexões inesperadas, ignorando os métodos de seleção em prol do correto ou original. Poderíamos, de modo resumido, dizer que a ideia deleuziana se volta para o tal mundo furtivo que a filosofia platônica desconsiderou, em prol de um mundo ideal. Assim, os fantasmas que sobem a superfície nos revelariam a força da vida conectando e re-conectando linguagem e coisas, fazendo o mundo e as imagens adquirir algum sentido a nossa frente, nos orientando a pensar e projetar.

Segunda Parte: A okupação e seus fantasmas: uma reflexão sobre o projeto

Nesta segunda parte, após o entendimento da teoria deleuziana sobre os fantasmas, como também, suas relações com o acontecimento e o sentido, voltamos ao tema do artigo: o acontecimento e seus fantasmas oriundos do encontro entre OCAS, MARL e a Okupação. No primeiro tópico desta segunda parte, nos focamos em destacar alguns “nomes próprios” possivelmente associados com cada corpo envolvido no encontro. No segundo tópico, buscamos situar melhor o papel do verbo infinitivo em nossa metodologia para rastrear o acontecimento. Neste momento traremos o que Foucault (1997) chamou de “acontecimentos puros”: batalha e morte. Aqui, a batalha constante da ação de um okupar se faz presente em nossa reflexão projetual. Por último, apresentaremos a narração sobre os encontros e acontecimentos nesta atividade projetual (OCAS-MARL-Okupação), em suma, uma perseguição por fantasmas.

(a) *Os corpos e as galáxias dos “nomes próprios”: o reflexo dos ídolos no jogo das aspás*

Diante de cada corpo, nossa percepção pode insistir na noção de modelo, onde nomes próprios visam definir uma imagem fixa e definitiva sobre este, ou seja, a boa imagem. Assim, uma parede se destaca de uma mureta ou divisória. Como explica Deleuze (1974), esta noção de modelo, presente nos “nomes próprios”, objetiva selecionar as “boas imagens” e eliminar os simulacros que revelam as diferenças. O modelo não visa opor-se ao mundo das imagens (ícones e simulacros), mas selecionar apenas um tipo delas. Neste sentido, a grafia da Okupação com “k” já nos aponta a assombração de

9 Malufe (2011) comenta a frase cotidiana de um leitor, “ah, agora entendi o sentido deste texto”, como se algo estivesse ali nas linhas antes do acontecimento. Esta visão corriqueira de sentido como preexistente remete-se a um valor “original”, onde no “ah...” está implícito um sentido independente do encontro entre corpos, preexistente, fixo e inabalado.

um simulacro-fantasma. O “k” não pode ser pensado como um simples erro de cópia, culposo pela “semelhança diminuída” (DELEUZE, 1974), ao contrário, trata-se de um simulacro que parece zombar das seleções feitas pela “boa imagem”. Uma espécie de demônio que instauraria a “imagem sem semelhança” do simulacro (DELEUZE, 2000), deste “K” parece brotar uma intuição e crença que existia ali espaço para se tentar rastrear fantasmas e refletir sobre o projeto arquitetônico.

O que Deleuze (1974) chamou de “nomes próprios” estão por todos os lugares, predicam os corpos, refletindo nestes um tipo de identidade ou modelo que nos impele a copiar através dos ícones. Por esta razão, nos parece interessante pensar nestes “nomes” que orbitam nossos três grandes corpos deste acontecimento. Um jogo de letras maiúsculas e aspas. Começamos pelo OCAS, intitulado como um escritório “Modelo” formado em 2004, que carrega consigo todo lastro de excelência de uma instituição de ensino “Superior”, suportada pela presença de professores “Doutores” envolvidos em extensão, uma extensão do “Conhecimento” universitário. Uma série de palavras habitantes nas alturas, de um mundo platônico, orbita estes corpos, palavras conectadas a palavras, formando uma imagem-ícone. No mesmo sentido temos o MARL, um movimento formado em 2012 com diversos grupos de artistas de rua dedicados a apresentações em espaços “Públicos”, cujo objetivo é “Democratizar” a “Cultura” através de uma arte realmente acessível. Eles se propuseram a formar uma ocupação, semelhante à experiência espanhola nos anos 90 dos *Okupas*, fundamentada por princípios de vivência “Coletiva” e “Libertária”. Como Monsalve Román (2013) e Lima (2012) destacam, este tipo de experiência segue uma lógica de “Cooperação Espontânea e Voluntária” pautada em uma ideia “Anárquica”.

O ambiente deste encontro é o edifício abandonado da antiga ULES, um corpo não menos importante. Um prédio que carrega consigo um “Passado” relacionado com “Lutas Estudantis” no tempo de ditadura, como também, bailes nas décadas de 1960-70 da “Juventude” de tempos “Memoráveis”. Não se trata de um simples fundo para um encontro, mas um corpo que se choca e mistura com as pessoas do OCAS e do MARL para a produção dos acontecimentos. O que podemos ver nestas descrições, trata-se de uma infundável lista de “nomes próprios” buscando definir os corpos a partir de seleções de boas-imagens. Contudo, como lembra Deleuze (1974), o problema é que estas imagens, ao tornarem-se reconhecidas pelos modelos, ultrapassam a realidade e alcançam o mundo das alturas. Assim temos duas imagens, as imagens-cópias que formamos das coisas selecionadas pelos Ídolos e Modelos e as imagens que estas primeiras buscam fugir, os simulacros. Esta última imagem trata das diferenças que ali habitam, que desde as profundezas dos corpos emergem a superfície como fantasmas.

(b) O verbo infinitivo presente na morte e na batalha: a questão do projeto

Como detectar estes acontecimentos-fantasmas? Um caminho poderia ser através da linguagem, como explicamos anteriormente, seria necessário entender como o sentido surge no expressado. Para Deleuze (1974), estes acontecimentos-fantasma são expressos por verbos no infinitivo, pois este tipo de verbo não é uma conjugação do passado, presente ou futuro, ao contrário, refere-se à presença. Desta forma, acreditamos que preciso buscar este verbo no infinitivo do acontecimento, aquele que não se dobra ao tempo do presente, sem antes trazer junto o passado e futuro (tempo “*aion*”)¹⁰. Um verbo despreocupado com o momento específico, como também, neutro em relação aos sujeitos envolvidos (impessoal), ou mesmo, com a fisicalidade

¹⁰ Deleuze (1974) comenta que há algo de angustiante no acontecimento-puro, pois trata sempre de algo que acaba de acontecer e que vai acontecer, mas nunca algo que passa.

do edifício e os outros corpos (incorpóreo). Mas, como poderíamos encontrar estes verbos no infinitivo? Deleuze talvez nos dê uma pista, quando comenta sobre dois acontecimentos-puros, uma espécie de “acontecimentos-árvore” que trata dos “acontecimentos em sua essência (...) que cada corpo pode captá-los a um nível de efetuação diferente” (1974, p. 103). Entre todos, estes acontecimentos-puros não tratam de verbos quaisquer, como explica Foucault (1997), eles podem ser efetuados de muitas maneiras, mas em essência seriam a “batalha” e a “morte”.

Estes dois acontecimentos-puros estariam expressos no “batalhar” e no “morrer”, um duelo entre as forças que resistem (neutra e impassível em relação aos vitoriosos e vencidos, valentes e covardes) e as outras que acatam o que não se pode escapar (afinal um soldado morto já não é mais valente nem covarde). Tratam de dois verbos no infinitivo que assombam cada choque e mistura de corpos, que se desdobram em outros acontecimentos, que aproximam linguagem e corpos, fazendo emergir um sentido. Assim, a ocupação revela uma ação diária de ocupar, assombrada pelo “batalhar” e o “morrer” a cada encontro, revelando diversos sentidos para cada ação.

A partir desta leitura, buscaremos entender esses dois acontecimentos-puros próximos as atividades de projeto neste encontro entre OCAS, MARL e a Ocupação. Ao mesmo tempo, vamos procurar os “nomes próprios” que visam produzir a cópia e repelir o simulacro, pois acreditamos que os rastros destes fantasmas poderão estar perto dos Modelos ou Ícones que estes visam “contestar a identidade” (DELEUZE, 1974). Assim demarcamos nosso processo de trabalho, primeiro encontrar os termos fundamentais para, então, buscar as ações de “desfundamento” (FOUCAULT, 1997), ou as identidades para ações que constroem as “diferenças”. Os verbos por detrás da “batalha” e “morte”, que nos dão fantasmas ou simulacros, revelando uma imagem sem semelhança. Rastrear um perverso “jogo epidérmico” que desconfia de todo o entendimento superior do “bom” ou “ideal”, interessado naquilo que está vivo na realidade do acontecimento.

Que “nomes próprios” poderiam estar associados ao convite do MARL para o OCAS? Seguramente diversos, mas nos interessa o nome que provavelmente eles foram diretamente associados, algo como uma “Especialidade”, o desenvolvimento de um “Projeto”. É verdade que não podemos confundir seu propósito com sua especialidade, mas de qualquer forma, a motivação que fez o MARL procurar o OCAS está fortemente relacionada com sua necessidade de um “Projeto”. Por outro lado, possivelmente a palavra projeto possa ter diferentes sentidos entre OCAS e MARL, contudo nos interessaria verificar como estes sentidos se construiriam nos encontros deste acontecimento, pois ali estariam fantasmas desconstruindo o “bom sentido” originalmente ou previamente elaborado. Cabe-nos, então, pensarmos um pouco sobre alguns “nomes próprios” comumente envolvidos na ideia da atividade projetual.

Estes “nomes” predicam a atividade ao mesmo tempo em que a elevam a um mundo superior, construindo uma imagem correta, muitas vezes única e dualista. O “Projeto” é uma atividade de projeção baseada na ambição de “Predição”, assim se torna assombrada por um desejo de antever e prescrever os futuros comportamentos e eventos. Como diz Rajchman (1998), o projeto toma o futuro através de um “ar de evidente”, e para isso se baseia em outros nomes próprios, afinal palavras conectam-se com palavras em um ciclo infundável. Por esta razão o projeto adquire uma espécie de ferramenta de “Controle”, na qual algum tipo de “Ordem” plasma-se em “Desenhos - Técnicos” com objetivo de controlar ações de pessoas, luzes, ventos e etc. Com este intuito de predizer e dar esta aparência de “evidente” aos acontecimentos vivos e inesperados, outros nomes surgem como “Programação” (latente na ideia de “programas funcionais”), “Diretrizes” (que incorporam todo um arcabouço tecnicista que nos aproximaria da “boa imagem” do correto), ou ainda “Normas”, “Regras Compositivas” e etc. Sobre tudo isso, de modo neutro, estaria o fantasma, indiferente

Figura 03 - Reunião de “quebra-gelo” na Okupação.
Fonte: autores.



às determinações de controle e descontrolado, ou mesmo, ordenado e desordenado. A questão estaria em qual sentido cada linguagem destas poderia ser expressa.

Estaríamos tratando de uma “fantasmofísica” (FOUCAULT, 1997) que permite o sentido libertar-se, onde cada um daqueles “nomes” poderá ser expresso de modo diferente, permitindo que as múltiplas e fragmentadas percepções escapem da ideia de correto e original. Em certo momento, estes acontecimentos-fantasma partem de “batalhas”, onde forças agem diretamente na ligação entre corpos e palavras, dando novo sentido a estes “nomes próprios”. Outros momentos, estes acontecimentos-fantasma partem da “morte”, onde forças buscam por matar essas ligações em prol de novas. Um processo que subtrai qualquer “ar de evidente” possível no nome superior “Projeto”. Seguimos agora com uma espécie de narração do acontecimento, onde surgem “nomes superiores”, ao mesmo tempo em que fantasmas os perseguem visando “libertar o sentido”, “contestar a identidade ou “a perda do nome próprio”.

(c) Acontecimentos em uma atividade projetual e seus fantasmas

A atividade projetual da Okupação iniciou como os demais trabalhos deste escritório, seguindo uma espécie de *script*, tudo começou com uma atividade “quebra-gelo” para aproximar o OCAS de seus novos clientes do MARL. Eles utilizaram uma dinâmica baseada no *WishPoem* de Sanoff (2001), pois costumemente trabalham com metodologias de *Participatory Design* para que o usuário possa auxiliar no processo de tomada de decisões. De qualquer maneira, ainda que seu processo de trabalho pareça se alimentar dos encontros, as metodologias podem apenas camuflar uma certa crença que tudo está sob-controle. Ainda que os usuários participem e possam transformar as propostas, as opções pareciam estar diante de uma confortável margem de segurança protegida pelo instrumento do projeto. Podemos exemplificar com uma das atividades no desenvolvimento do estudo preliminar. Esta atividade consistiu no emprego de uma folha sulfite A2 com a impressão da planta da construção existente, apenas com as linhas mais básicas.

Desde o início, chamava a atenção o fato de o projeto buscar o controle a partir de sua linguagem, o desenho técnico, onde nada poderia ir muito além de suas precisas linhas bidimensionais. Na atividade proposta, que visava discutir o programa de necessidades, os artistas do MARL manuseavam canetas coloridas para iniciar a discussão sobre o projeto (figura 4). O desenho era pouco a pouco entendido, no encontro entre os copos (artistas-papel), o sentido se fazia muito além do que as linhas iniciais podiam expressar. Algumas vezes os integrantes do OCAS tentaram corrigir a leitura dos artistas (controle), em relação a dimensões ou posicionamentos, porém, ideias inesperadas surgiam. Os traços coloridos começavam a nascer e, junto com eles, desejos que a planta não podia conter, como uma floresta na frente do edifício ou um grande espaço para shows (ideias que foram surgindo em suas falar e não representadas no desenho). O controle projetual contra-ataca para comunicar que não há espaço suficiente para tal ideia ou que se precisa seguir alguma norma específica. Expressão (desenho), o que se expressa (o que os arquitetos acreditam que estão

Figura 04 - Discussão sobre uma folha sulfite A2.
Fonte: autores.

comunicando) e o expressado (o sentido que tal desenho alcança assombrado pelos fantasmas).

Seguindo o script previsto, os participantes pareciam sentir-se cada vez mais a vontade para desenhar e pensar nos futuros espaços, ajudando aos integrantes do OCAS a definir o que planejavam, como o tamanho e posição de banheiros, vestiários, sala de reunião e cozinha. Entretanto, novos encontros estavam por acontecer. Precisamos explicar antes que, até aquele momento, todas as atividades haviam sido realizadas no lado externo do edifício. O motivo é que, apesar da estrutura de seu telhado ter se mantido estável por mais de 50 anos, havia apresentado problemas em algumas junções de suas tesouras. Assim por precaução eles estabeleceram uma regra para evitar permanecer e circular no grande salão do edifício. Entretanto, em algum momento tal regra pareceu fazer menos sentido, ou talvez, ganhou outro sentido além do “sentido certo”. Por que olhavam um desenho tão abstrato se tinham o próprio edifício quase vazio a frente deles? Transgredindo esta regra, avançaram ao interior do edifício e produziram um novo encontro, mais distante do território linguístico dos arquitetos. O desenho bidimensional de linhas precisas agora parecia insuficiente,



Figura 05 - Parte do futuro surge no presente.
Fonte: Site do MARL.

os espaços ganharam novos sentidos, como mágica, apareceram no encontro os palhaços gigantes de perna-de-pau e crianças atentas ouvindo a contadora de histórias (figura 05). A vitalidade do edifício fazia questão de desconsiderar os rótulos de cada ambiente, como também, toda a programação implícita nesta linguagem.

Após este dia, o OCAS parece ter sentido as limitações da linguagem da representação bidimensional, tão reinante no território arquitetônico. Mesmo que a experiência anterior pareceu indicar que o encontro físico, choque e mistura de corpos, com o edifício parecia ser um interessante caminho, a linguagem arquitetônica resistiu. Desta vez o escritório projetou na fachada do edifício a imagem computadorizada do modelo 3D por meio de um *Datashow* (figura 06). O modelo parecia gerar boa aceitação, mas novamente o sentido estava lá para que o expressado fosse além do que queriam expressar. Assim, a ideia de “Modelo” não pôde ser desprezada, mas provavelmente



Figura 06 - Apresentação com o emprego do Modelo 3D.
Fonte: Site do MARL.

tinham sentidos diferentes para cada participante da atividade. De pronto, a imagem produziu deslumbramento e fascinação devido ao perfil realista e tecnológico da ferramenta, mas foi um detalhe que levou a discussão para outra direção, entrando a tal parede na conversa.

O modelo-base que o OCAS usava, advindo de um dos levantamentos iniciais, mostrava as paredes do edifício com textura de tijolo aparente, algo que em primeiro momento foi um erro (fora do controle). As texturas destas paredes não estavam em discussão, pois, para os integrantes do OCAS, o modelo visava apenas um entendimento do espaço projetado. O modelo realista e tecnológico parecia dotado de boas intenções do modelo correto, mas um erro ou acaso, traz outro sentido para a atividade projetual e oportunidade para os fantasmas assombrarem o encontro. O modelo deixa escapar seu simulacro, a imagem da projeção plasmada na parede trouxe a linguagem de outros edifícios e desejos. Quando os okupantes se atentaram para a textura de tijolo aparente do modelo, o tema da reunião parecia ter mudado, pois com grande empolgação tomaram aquela ideia como definitiva e acertada. O script “especialista” era suplantado por vontades não previstas. Os integrantes do OCAS esperavam discutir mais a frente aspectos relacionados com aquelas paredes e o papel patrimonial do edifício, onde um debate sobre valores e recomendações patrimoniais deveriam aparecer. De alguma forma, a linguagem normativa e técnica do controle projetual não conseguiu predominar.

Por outro lado, é importante comentar que as tais paredes maciças rebocadas deste edifício, quando encontradas pela primeira vez por seus okupantes, estavam repletas de outras marcas, desenhos feitos por outros grupos que haviam o utilizado no passado (figura 07). Esses desenhos produziam sentidos diferentes entre OCAS e MARL, pois onde o primeiro via algum tipo de história a preservar, o segundo via representações de grupos ideologicamente conflitantes. Tudo isso não estava de fato na textura daquele modelo, mas fantasmas pairavam sobre suas superfícies, batalhas e morte. A decisão foi rapidamente tomada, as paredes deveriam revelar seus tijolos, ainda que alertados das dificuldades de se descascar toda aquela área e das imperfeições que o reboco deveria estar escondendo (controle). Uma vontade de ação, de que o novo encontro se produzisse (okupantes-paredes), foi mais intensa que qualquer velocidade de projeto. Repentinamente e de modo atropelado começaram a descascar as paredes. Bastava aos integrantes do OCAS redesenhar ou assumir seu modelo, agora, com paredes descascadas, afinal, o controle precisava ser recuperado. No entanto, este encontro também revelaria suas surpresas, a raspagem foi parcialmente executada, pois, realizada pelos próprios okupantes, demandou mais tempo e esforço que eles próprios esperavam. Os tijolos revelaram também muitas outras surpresas, realmente eram

mais irregulares que se imaginava, como também, havia antigas aberturas recobertas, formando uma espécie de cicatrizes no edifício. O projeto parecia desistir de controlar tais mudanças, e os próprios okupantes terminaram por produzir desenhos de “linhas azuis” (figura 08) conforme o acaso os brindava com novas oportunidades.

Após estas experiências, o próprio Escritório, por decisão conjunta, transfere-se parcialmente para o edifício, onde os alunos e professores começaram a desenhar e rever os projetos diretamente em loco. Uma espécie de tentativa morta de controle, mais evidente nos momentos em que os projetistas apenas representavam o que de fato já havia sido feito. A clara incapacidade de previsão. Por outro lado, acontecimentos novos foram possibilitados com essa transferência, pois corpos do OCAS agora se chocavam diretamente com partes do edifício e okupantes. As decisões não eram mais antecipadas, ou projetadas, mas uma nova sensibilidade sobre cada sentido do acontecimento podia emergir, sem planos ou modelos muito definidos. Uma colocação de cortina, uma parede quebrada, tudo virava possibilidade de uma intervenção não programada. O arquiteto finalmente se deixa atravessar pelos acontecimentos da “batalha” diária, indo ao encontro dos fantasmas e colocando em discussão o “Especialista” que avistava tudo das alturas. Tudo isso ficou mais claro em um dia de mutirão, alguns alunos do OCAS junto com os artistas do MARL, okupando o espaço que antes teimavam em antecipar através de modelos. Efeitos do fantasma não eram mais possíveis de plasmar no papel. Como coroamento, neste dia de mutirão, os integrantes do OCAS ajudaram com pinturas nas paredes dos próprios espaços que antes projetavam friamente no computador, propondo coletivamente e lidando com as situações não previstas do acontecimento. Uma nova sensibilidade do sentido emergia naquele momento.

Figura 07 - Parede da Okupação com os desenhos antigos. Fonte: Autores.



Figura 08 - As “linhas azuis” usadas pelos okupantes. Fonte: Autores.



Figura 10 - Os autores trabalhando neste texto dentro da okupação (novo encontro). Fonte: Autores.

Comentários finais

Após o final desta leitura, do encontro entre leitor e este texto, nos perguntamos, isto fez sentido para você? Esqueça o sentido certo, pois o sentido que o mundo nos revela está diretamente relacionado com os encontros, na possibilidade de o fantasma incorpóreo atuar. Mas nós, muitas vezes preocupados excessivamente com o corpóreo, ignoramos o que nos assombra. Para percebermos esses fantasmas entendemos que se necessita uma atenção especial sobre a linguagem, mais especificamente, sobre a diferença entre o que é expresso e o expressado. Aqui tentamos construir uma relação com o processo projetual, onde o arquiteto preocupado em controlar e representar as coisas para mundo físico ignora de fato o acontecimento. O incessante batalhar dos instrumentos de controle.

Mostramos a partir da experiência narrada, uma espécie de inocência destes instrumentos de projeto e planejamento frente ao devir dos acontecimentos, ou, dos efeitos incorporais fantasmagóricos que se manifestavam sem que os integrantes do OCAS pudessem percebê-los. De uma parede emergiram fantasmas, espécie de “rebeldes subterrâneos”, que vieram contestar o ícone do “Projeto”, o ídolo do “Especialista” e o modelo do “Modelo 3D”. Aqui a força do “K” pareceu realmente nos conduzir ao fantasma, onde contagiada pela transgressão e desconstrução, próprios desse tipo de okupação, zombou da “boa imagem” da atividade projetual do arquiteto. O grupo de artistas, mais afeitos a autogestão libertária, onde as regras deveriam

ser construídas e reconstruídas consensualmente dentro dos momentos, pareceram mais sensíveis aos acontecimentos e os novos sentidos. O projeto, baseado nas representações de modelos (modelos de projetos, de normas, de regras...), parecia interpenetrado por forças do acontecimento-puro da morte, presos a uma ideia de tempo da previsão e planejamento, ou seja, de um futuro morto no presente. Contudo, a quebra do ídolo do “Projeto” deu um novo sentido a este nome próprio e a força que atuou sobre ele, posteriormente se converteu em ação no ato em que os arquitetos e estudantes se abriram para o acaso (para a “morte” do nome próprio do arquiteto).

Esperamos que esta sensibilidade nascente nos ajude a pensar o projetar arquitetônico desde uma visão da diferença, como também os fantasmas que ali possam existir. Esta sequência é apenas um caminho possível, de qualquer modo, se desejar deverá voltar ao início e, desde um novo encontro (leitor-texto), novos e infinitos sentidos se produzirão, como uma espécie de ritornelo.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud, Marx*. São Paulo: Princípio Editora, 1997.
- LIMA, A. L. M. *OKUPAR, RESISTIR, INSISTIR: Uma etnografia das práticas de ocupação urbana*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- LOPES, Luiz Manoel. *Teoria do Sentido em Deleuze*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- MALUFE, Annita Costa. *Deslocamentos do sentido em Deleuze: implicações para a leitura*. ALEGRAR nº08 - dez/2011.
- MARTÍNEZ MELLADO, Asunción.G. *Deleuze y la inversion del platonismo*. Tesis Doctoral, Universidad de Murcia. Departamento de Filosofía y Lógica, 1987.
- MONSALVE ROMÁN, W. *Movimiento Okupa: praxis, redes sociales y formas de acción colectiva*. Dissertação de mestrado, Universidad de Chile, Santiago, 2013.
- PLATÃO. *Sofista*. Trad. J. Paleikat e J. Costa. São Paulo: Victor Civita, 1972.
- PIOTREK, Świątkowski. *Phantasm: between Deleuze and Badiou?* Deleuze Studies Conference, Lisbon July 2013. Capturado em <https://www.academia.edu/4038765/Phantasm_-_between_Deleuze_and_Badiou_Presentation_at_Deleuze_Studies_Conference_Lisbon_July_2013_>
- POTEL, Horacio. *Platón entre Deleuze y Derrida. Simulacro ¿o? Suplemento*. Disponível em: <<http://reflexionesmarginales.com/3.0/platon-entre-deleuze-y-derrida-simulacro-o-suplemento/>>
- RAJCHMAN, John. *A new pragmatism?* En: Davidson, Cynthia (ed.). Anyhow. Cambridge; London: The MIT Press, 1998, p.212-217.
- SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *Gênese e estrutura do objeto do fantasma em Jacques*

Lacan. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 155-170, 2004.

SALES, Alessandro Carvalho. *Deleuze e a Lógica do Sentido: o problema da estrutura*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 29(2): 219-239, 2006.

SANOFF, H. *School Building Assessment Methods*. Washington, DC: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001.

SONNA, Valeria. *Deleuze Lector de Platón*. Praxis Filosófica Nueva serie, No. 38, enero-junio 2014: 201 – 223.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

ENTRE REMENDOS E ACOLHIMENTOS

A ocupação Ksa Rosa

Fernando Fuão¹
José Carlos Lemos²
Gihad Abdalla El Khouri³

Resumo

O exercício parte da urgência de produção de novos instrumentos de aprendizagem para intervenções arquitetônicas não mais pautados pela prática de projetos convencionais que se têm mostrado incapazes de enfrentar as especificidades e espacialidades de moradores de rua, ocupações e favelas. A proposta é estabelecida a partir de um fazer arquitetônico de Projeto Arquitetônico 2 (Faculdade de Arquitetura, UFRGS), na *Ocupação Ksa Rosa*, e tem como fundação a questão levantada pelo filósofo Jacques Derrida do “acolhimento-hospitalidade”, que implica numa ética da alteridade, e, aqui, nas diferenças culturais que se apresentam nas produções espaciais informais. Palavras-chave: acolhimento, ensino de projeto arquitetônico, ocupações.

Abstract

The exercise starts from the urgency of producing new learning instruments for architectural interventions that are no longer guided by the practice of conventional projects that have been shown to be incapable of facing the specificities and spatiality of street dwellers, occupations and favelas. The proposal is based on an architectural work in the “Ocupação Ksa Rosa” and is based on the fundamental question posed by the philosopher Jacques Derrida of the “reception-hospitality”, which implies an ethic of alterity, and here, in the cultural differences that present themselves in informal space productions.

Keywords: hospitality, teaching of architectural and urban design, occupations.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese *Arquitectura como Collage*, Pós Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia-UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS).

² Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), especialização em Ensino e Pesquisa na Arquitetura pelas Faculdades Integradas Ritter dos Reis (1995), especialização em Patrimônio Cultural, Conservação de Artefatos pela Universidade Federal de Pelotas (1996) mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é professor concursado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, 2015). Pós graduando em Artes Híbridas também pela UTFPR, atualmente desenvolve pesquisa de Mestrado no programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR, UFRGS).



Figura 01 - Estar Ksa Rosa.
Foto: Leticia Durfó.

Este texto se move entre duas práticas arquitetônicas, que igualmente são duas questões. Primeiro, uma intervenção direta em paredes conformadoras de espaços de abandonos ou de exclusões, mediante perfurações, cortes, extrações, incisões ou acobertamentos, colagens, (re)vestimentos. Segundo, a produção de uma metodologia de projeto que visa intervir sobre estas superfícies especificamente localizadas em situações de ocupações. A fundação destas práticas e desta investigação metodológica é o questionamento levantado pelo filósofo Jacques Derrida do “acolhimento-hospitalidade”, que implica numa ética da alteridade, e aqui, nas diferenças culturais que se apresentam nas produções espaciais informais. E sobretudo ‘como’ se interfere nesses espaços. Fala-se da urgência de produção de novos instrumentos de aprendizagem, de uma metodologia para intervenções arquitetônicas não mais pautados pela prática de projetos convencionais que se têm mostrado incapazes de enfrentar as especificidades e espacialidades de moradores de rua, ocupações e favelas. A proposta é estabelecida a partir de um fazer arquitetônico de Projeto Arquitetônico 2 (Faculdade de Arquitetura, UFRGS), na *Okupação Ksa Rosa*, um antigo sobrado agora ocupado por uma Associação de moradores em situação de rua.

Inscritas, marcas, enxertos, rastros

“Marca”, do inglês antigo *mearc* (saxão ocidental) e *merc* (mércio), entre os séculos IV e X, traço, impressão, inscrição. Da raiz protoindo-europeia *merg-* de cerca de 5000 anos atrás, “limite, fronteira”. “Enxerto”, do latim *insertus* da década de 1520, “colocar, arranjar, localizar, enxertar, implantar”. Do protoindo-europeu *en*, “dentro, sobre” + *serere*, “unir, amarrar, organizar, colocar em fila”. “Incisão”, do latim *incisionem* e do francês antigo *incision* do século XIII, “cortar dentro”. Do protoindo-europeu *en* + *kae-id-*, “bater, atingir, atacar dentro ou sobre”. “Rastro”, do latim *rastrum* de antes do século XII, “rastro, marca no chão”. Do inglês do século XIII *rake*. “Inscrição”, do latim *inscriptionem* de final do século XIV, “escrita dentro, sobre”. *Criptos*, latim advindo do grego *kryptos*, “segredo, desconhecido”. Do protoindo-europeu *skribh-*, “cortar, separar”, e de *sker-* e *ker-*, “cortar, fazer uma incisão”.

Figura 02 e 03 - Rastros, marcas, inscrições.
Foto: Leticia Durlo.



Inscrições, marcas, enxertos, rastros, incisões nas paredes, na pele da arquitetura. Palavras, dimensão histórica das coisas. Escrita, vestígio no desconhecido, dentro da terra, segredo, arranhões com significados ocultos. A escrita se move entre uma incisão, um corte e uma união, uma cola, uma ligação. O corte inscreve a diferença na vida, no corpo, na figura, no texto, na palavra. O corte é a confecção do abismo, da descontinuidade, do distanciamento entre os corpos, entre as linguagens. Profundidade que induz comunicações, expressões, manifestações distintas. Quem explora tais superfícies quer ver o que se esconde dentro, conhecer o abismo em suas entranhas, o segredo de seu conteúdo.

Pensamos tal escrita como inscrição, porque grafa, grifa, grava em sulcos fundos. Trabalho sobre as paredes que se assemelha aos das antigas escritas cuneiformes. Em seus primórdios, alguns povos faziam inscrições em pedras, na superfície da terra, em placas e rolos de cerâmica, em árvores, em ossos e couros de animais, na própria pele - como tatuagens, escarificação, regos, valas, colocação de ornamentos - para que o tempo não os apagasse da história ou para expressar significados variados. A própria epiderme se constituía na primeira superfície de inscrição, o primeiro suporte de representação. Até pouco tempo atrás, alguns instrumentos de registro como a antiga caneta de pena, a máquina de escrever, as impressoras matriciais com agulhas, seguiam o mesmo princípio da escrita que perfura, aperta, rasga e rusga o papel. Não deixaram de executar a prática milenar de marcar símbolos na celulose.

Na *Ksa Rosa*, os desenhos feitos nas paredes por seus usuários e moradores expressam esse desejo de uma assinalação, de marcar a superfície, de deixar rastros. Mas aí ocorrem também intervenções mais brandas e menos incisivas, tratamentos de tapar, vestir, cobrir, encobrir, recobrir, revestir as superfícies com materiais variados ou pela impregnação com tintas, como as atuais impressoras, ou mais especificamente na *Ksa Rosa*, grafites ou murais de mosaicos. Essa é uma tendência que ampara as práticas generalizadas de revestimento de muros, paredes, pisos, calçadas, tetos e coberturas dos ambientes arquitetônicos. Parecem obviedades, necessidades corriqueiras das construções. Mas, constituem-se muito mais em elementos expressivos de escrituras em nossas mentes do que em recursos funcionais da realidade construtiva das edificações.

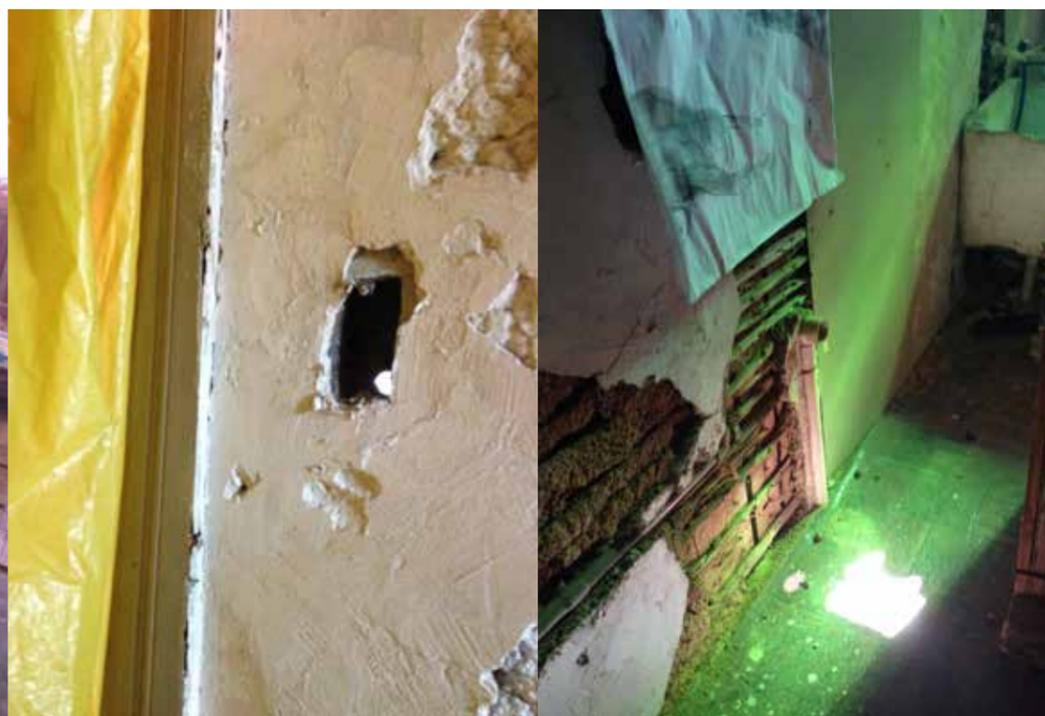


Figura 04 e 05 - Rastros, incisões.
Foto: Leticia Durlo.

O próprio cinema é uma linguagem feita de cortes sobre uma pele, uma película fotográfica, um celuloide. Este processo de recortar o filme, a pele, denomina-se em francês *découpage*. A *Ksa Rosa* em alguns momentos será observada como uma *découpage* histórica, registro dos diversos usos e de vivências de pessoas que por ali passaram. Neste caso, a escrita age como drama que se revela à memória.

Wolf Vostell propôs a expressão francesa *décollage* partindo da referência a ações sobre cartazes colocados nas paredes das ruas para designar o levantar voo, o decolar, o descolar, o descascar, o descarnar o que foi colado, ou aquilo que cobre, reveste e protege. Assim, no pensamento de Vostell, a vida é *décollage*. Com ela os corpos estão submetidos ao envelhecimento e à destruição permanente, aos recortes acidentais. Incessante proposta de aspecto negativo capaz de suscitar nos demais corpos uma resposta positiva, onde a pele cumpre um papel vital, pois é a parte do corpo que se expõe ao olhar. *Décollage* é uma forma de *strip-tease*, nudez do corpo representação. Para Jiri Kolar, artista e poeta tcheco, na vida nos cobrimos em uma acumulação de papéis invisíveis, onde cada capa nos faz esquecer a anterior. Mas, se por um acaso, começamos a removê-las como em um trabalho de psicanálise ficaremos atônitos com as coisas que carregamos dentro.

Para o artista e poeta Nelson de Paula, por exemplo a superfície da *collage* não se caracteriza por ter aplicações coladas, encobertas, mas sim pelo deslocamento do próprio conceito de superfície. Este conceito de deslocamento de superfície é fundamental tanto para a escrita como para a arquitetura.

Jacques Derrida entende a escrita através da ideia de enxerto. Em seu livro *Glas* (1986) nos aponta para a palavra *greffe* (estilete para escrever) como um dos nomes utilizados por Derrida para marcar o funcionamento do texto ao mesmo tempo auto referido e aberto ao outro. *Glas* é todo enxertado, cada enxerto acaba por abrigar o outro. É uma espécie de jogo situacional cuja estrutura e regras se assemelha à lei da hospitalidade. Escrita em um corpo 'espera', um 'entame' que se abre para chegada do outro, do errante, do hóspede (alteridade). Do *greffe* se passa facilmente para o *graffe*, *graphein*, *graffite* (como escrita cifrada), *gaffe*, *graffeuse*, *graffiter*.



Figura 06 e 07 - Rastros, enxertos.
Foto: Leticia Durlo.

Derrida e a ética/estética da alteridade

A questão de uma alteridade sincrônica está na base do pensamento generalizado de Jacques Derrida. É o fundamento das noções de *différance*, de rastro, da hospitalidade e do acolhimento⁴. Tais ideias se completam em perfeitas, coerentes e concomitantes circularidades ético-estéticas.

Em Derrida, a noção de rastro desloca a ideia de origem e de fim, pois evoca o movimento da *différance*, ou seja, ao mesmo tempo em que anuncia, igualmente difere, impede, renuncia. Aí, a origem é uma não-origem, uma vez que todo rastro é rastro de rastro (*trace de trace*)⁵. Perseguição, caçada paradoxal incessante⁶. Porque se aproxima sempre, mas deixando sempre a certa distância de controle. No jogo da escrita, a problemática da *différance* produz um indecível, uma diferencialidade, pois a heterogeneidade ou as oposições são suportadas, contornadas e acolhidas concomitantemente⁷. Dessa maneira, a *différance* produz também um “para além” do discurso familiar, previsível, calculável, abalando a ideia de *télos* (fim) do homem, e de seu próprio desejo de presença⁸. É uma referência à alteridade que permite pensar o problema da exclusão “para além” da sua crítica convencional. Pensar uma outra ética.

Para Derrida o traço carrega em si um duplo sentido, de traço (*trait*) e retraçamento (*re-trait*), que pode ser entendido em francês como retirar-se, retrain-se ou retraçar. Esse retraçamento do traço para Derrida pressupõe o retraimento, o apagamento, a interrupção ou a suspensão daquilo mesmo que traça. O traço também é para Derrida um quase sinônimo de ‘rastro’⁹. Assim, o desenho seria como um outro traço de (*trait*), grafia de palavras invisíveis. “Nada pertence ao traço, e, portanto, ao desenho e ao pensamento do desenho, nem mesmo seu próprio ‘rastro’ (*trace*). Nem mesmo nada nele participa. Ele não toca nem junta senão separando”.¹⁰

4 Também das noções de espectralidade e da topologia da caçada paradoxal.

5 DEÂNGELI, p. 176.

6 DERRIDA, 1998, p. 158.

7 ABREU OLIVEIRA, p. 5.

8 Id., *ibid.*, p. 5.

9 DERRIDA, 2010, p. 60.

10 Id., *ibid.*, p. 60.



Figura 08 - Fachada lateral. Foto: Leticia Durlo.
Figura 09 - Rastros, marcas, inscrições. Foto: Leticia Durlo.
Figura 10 - Rastros, marcas, enxertos. Foto: Leticia Durlo.

A *différance* ou diferencialidade suscita que apenas existam rastros de rastros e diferenças. Não existem a simples presença ou a simples ausência. Não existem localizações. Deve-se abandonar aqui a estrutura dual do significante e significado, porque em seu sistema referencial um não pode ser pensado sem a pressuposição do outro. No pensamento de Derrida a razão pela qual rechaça-se o plano ideal do significado e o plano empírico do significante e também o jogo das presenças e ausências é justamente a noção em que rastro não é origem nem fim. O que se tem é um jogo de rastros¹¹.

A questão da hospitalidade e do acolhimento desenvolvida pelos filósofos Emmanuel Levinas (1906 – 1995) e Jacques Derrida constitui-se num dos principais fundamentos teóricos da presente experiência de ensino e aprendizagem. Como desdobramento dessa teoria trabalha-se também a ideia das “Formas de Acolhimento na arquitetura”, e a importância da abertura para o acolher, expresso na arquitetura, metaforicamente, pela feição ‘Porta’. Nesse processo de acolhimento, a collage se apresenta como arte de unificar as diferenças, mas conservando-as enquanto desigualdades e individualidades. Lembrando que a collage trabalha com restos, com o descartável, com o abandonado, fragmentos, cacos, recortes.

Derrida, através dos fundamentos de Levinas, pressupõe duas figuras centrais: o hospede e o hospedeiro, o convidado e o anfitrião. Para ele o lugar não pertence originalmente nem àquele que hospeda, nem ao convidado. Pois o que importa é o gesto, é nele que esta a acolhida ao outro. Assim, hospitalidade é dar lugar e passagem ao outro, ao diferente. A Hospitalidade, como se refere Derrida “(...) é esse dar lugar ao lugar, a hospitalidade nos faz entender a questão do lugar como sendo fundamental fundadora e impensada da história da nossa cultura.”¹²

A hospitalidade e a interioridade são construídas por uma relação de abertura ou recorte, a qual é feita de fora por aquele que chega para o outro, de fora para dentro, ou de dentro para fora, ou simultaneamente de dentro e de fora, para constituir assim a interioridade. Em francês *hôte* designa tanto a pessoa que oferece quanto aquela que recebe hospedagem. Hospedeira e hóspede ao mesmo tempo. Dentro e fora ao

11 Id., *ibid.*, p. 54.

12 DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE. Da hospitalidade. São Paulo. Editora Escuta. 2003, p. 45.

mesmo tempo, nem dentro nem fora em nenhum tempo.

A questão da hospitalidade aqui não é tratada desde um ponto de vista romântico ou turístico, mas de sim de uma afetividade perdida no tempo, fundadora do espaço da arquitetura e da cidade; e que se desvela e se reinventa hoje também no espaço da informática, no mundo internet. Em palavras mais diretas, é a hospitalidade que funda a cidade e a rede de comunicação, tanto de direito quanto absoluta: a internet nos abre esse campo ao denunciar a figura do *hoster*, do *host*, do hóspede, do hospedeiro. Hospitalidade tal como pensou Derrida, uma hospitalidade incondicional, da necessidade de uma política da hospitalidade dos países com relação aos estrangeiros e exilados, da pobreza e miséria nas cidades.

A hospitalidade é o lugar que faz repensar a arquitetura, a casa, o abrigo. O lugar que dá lugar ao lugar. O sentido sem lugar que dá sentido ao sentido. O lugar onde se deveria receber, cuidar do outro sem perguntar seu nome, seu id ou mesmo de receber aqueles que não têm papel na sociedade. No entanto, a cada dia mais nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em campos, em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids, minados de câmeras para entrar. Esse 'outro' já não é mais aquele outro, que outrora batia na porta, como no mito grego, mas sim um 'outro outro', agora, impossibilitado de até mesmo bater na porta. Nossas cidades, nossos bairros e casas se tornaram mais hostis. Os muros, as paredes, as grades, as senhas, as câmeras de controle, os seguranças, as identificações, os monitores, as senhas são alguns desses elementos arquitetônicos que promovem essa hostilidade, esse apartheid que vai do real ao virtual.

A abertura é condição da hospitalidade, assim como o recorte é condição para collage, um lugar fechado nunca é hospitaleiro para quem fica de fora. O acolhimento é sempre abertura que se faz colando. Unindo. Acolhimento já é em si a abertura ao outro, esse primeiro sim já é abertura. Abertura é abertura para a possibilidade.

O tema da hospitalidade, nos mostra que o 'campo' ou 'cercamento controlado', o park é por natureza um gerador de hostilidade. O campo separa, isola excluindo tudo o que está fora e não tem acolhida, como a pobreza periférica; exclui esses outros que estão de fora e não podem entrar e nunca entrarão, os fora do fora. Multidões empobrecidas pelo medo se fecham em seus barracos ou nos condomínios para protegerem-se. Os elementos arquitetônicos dessa triste hostilidade todo mundo conhece e os arquitetos mais ainda. Os arquitetos são educados a perpetuar desde cedo nas escolas esses modelos, criando paredes e mais paredes, cercas e mais cercas, linhas e mais linhas, grades e mais grades, câmeras, catracas e vigilantes. A linha define, separa: os de um lado e os do outro lado, os de dentro e os de fora.

Que hospitalidade é essa do Estado que governa nossas vidas desde o nascimento até a morte, e não oferece moradia, acolhimento a quem precisa? Mas o que esperar em troca quando não se tem nada para dar, muito menos uma casa para retribuir sua acolhida, o que esperar dos sem-teto, dos errantes, quando não se tem sequer comida para compartilhar. Entretanto, a hospitalidade é mais visível e mais bela ali onde falta tudo. Quando não há quase nada para oferecer, nem mesmo uma casa, só importando apenas os vínculos de solidariedade, antes mesmo de qualquer possibilidade de retribuição. O conforto não é medida, regra de hospitalidade, talvez em última análise seja rastro de uma possibilidade. O acolhimento, hospitalidade não necessariamente tem seu espelhamento no conforto ambiental, no conforto que uma casa pode proporcionar. O mito da hospitalidade se manifesta também ali nas piores condições humanas de habitabilidade quando não há quase nada para oferecer.



Figura 11 - Acesso lateral.
Foto: Letícia Durlo.

A hospitalidade fica ameaçada numa cidade em que um grande número de pessoas não tem moradia, ou vivem em condições extremas de miserabilidade, e todas as portas que se poderiam abrir para elas estão fechadas, principalmente as portas das políticas públicas de habitação popular. A ética da hospitalidade afeta a arquitetura de muitas maneiras: no Programa de necessidades elaborado a partir do diálogo com o outro, de pré-dispor um espaço de acolhida; nas aberturas, na concepção dos espaços públicos como lugar de acolhimento das diferenças.

Rosa que não é rosa

O prédio ocupado pela Associação *Ksa Rosa Novos Horizontes* é um antigo sobrado, localizado na Avenida Voluntários da Pátria, próximo da Rodoviária de Porto Alegre, em meio a uma das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem (atravessadores) e o universo do crack. Tem relevantes características patrimoniais para preservação como paredes estruturais externas de alvenaria e divisórias internas de tabique, revestidos com pau-a-pique, entepiso com barroamento, corredor e entrada lateral sem cobertura num terreno estreito e profundo). O prédio possui variados danos e patologias que estão a exemplo do estado geral dos banheiros e cozinhas, infiltrações, goteiras, problemas estruturais e elétricos. Provavelmente construído em inícios do XX, ao longo desse tempo já foi residência, comércio, abrigo de menores infratores e delegacia de polícia. Há poucos anos atrás foi abandonado pela Prefeitura e é atualmente ocupado pela Associação, entre seis e oito pessoas. A edificação tem capacidade de abrigar um contingente maior, se devidamente adaptada.

A Associação trabalha com catadores e moradores de rua de Porto Alegre, principalmente das proximidades, que vivem da busca e separação de papelão, garrafas pet, alumínio, etc. A coordenadora Maristoni Moura juntamente com os demais coordenadores e apoiadores tem usado seu trabalho como fonte de reorganização social e produtiva do mundo da rua. A Ksa Rosa pretende ser uma casa de acolhimento e passagem e se transformar em um centro educativo, cultural, de geração de renda e de políticas de "redução de danos". Como parte de sua gestão econômica, idealiza o uso de tecnologias alternativas e sustentáveis como aquecimento solar, captação da água das chuvas e jardins verticais. Especificamente no auxílio à geração de renda, propõe o cultivo de ervas medicinais (herbário), fabricação de sabão artesanal a partir da reutilização de óleo de cozinha, oficinas de serigrafia e de costura, brechó de comercialização de pequenos objetos que os catadores encontram nas ruas, e um salão de beleza que objetiva o resgate da autoestima dessas pessoas. Também visa abrigar uma biblioteca e uma sala de atividades múltiplas (reuniões, festas, projeção de filmes), e um local para o encontro do coletivo para tratar de seus futuros projetos.

A casa se apresenta em estado de abandono e vida, uma vida reconstruída em cima dessa espécie de ruína, com os traços das passagens dessas diversas pessoas que passaram nela, principalmente quando era casa de abrigo de meninos infratores que deixaram registrados nas paredes registros de sua existência nessa casa. Esses registros, frases, pixos, grafites chamaremos grafemas, em homenagem a Roland Barthes. As paredes, os pisos, os forros, tudo foi modificado. Revestimento sobre revestimentos, sugerindo sempre uma vontade de esconder as histórias e as memórias precedentes. Assim é que, num primeiro momento, o papel dos estudantes da disciplina de Projeto II foi a descascagem, a *décollage* de algumas dessas superfícies como um rebaixamento de forro que escondia o forro original de madeira trabalhado onde se localiza a atual biblioteca, assim como a retirada dos revestimentos de tacos de madeira que foram colocados em cima do piso de tabua corrido. As paredes internas não foram interferidas pelos alunos, encontram-se com papéis de parede de diversas épocas, lambris, pinturas sobre pinturas espontaneamente descascando-se, grafites, desenhos e frases.

Cada movimento, cada traço desses “outros” que se registram nas paredes sobre formas de grafismos, grafites, buracos, cores, é nosso objeto de reflexão e reenvios a questão das heranças, patrimônios, preservações e memórias. Nossa busca de afirmação é que em cada superfície que se trabalhe possamos resgatar e exaltar a representatividade desta outra memória (daqueles que nem identidade tem em nossa sociedade) não importando quão desagradável possa parecer esteticamente e construtivamente para a maioria dos arquitetos.

Nosso pensamento é de que qualquer superfície está sujeita a essa descascagem conceitual. No caso da *Ksa Rosa*, qualquer intervenção deve considerar os sentidos conceituais de representação e de memória que indicam “de quem é o objeto, a prática?”, “para quem é a preservação?”. Assim, quando retiramos os tacos de madeira do segundo andar, observamos que haviam muitas tabuas de madeira do entrespaço comidas por cupins ou mesmo apodrecidas pela água que caía das goteiras da biblioteca. Essas tabuas exigiriam uma reposição com outras semelhantes, mas inexistindo recursos, alguns alunos propuseram substituí-las por placas de MDF¹³ de diversas colorações, encontradas no local provenientes de moveis velhos. Passamos imediatamente a usá-las em substituição às peças danificadas, e para suprir a altura necessária sobrepussemos um MDF em cima do outro. O resultado: um piso remendado. A *décollage* dos tacos de madeira colados com piche, mesmo depois da difícil remoção do piche deixou marcas sobre o antigo piso de madeira, e foi consenso da turma pintarmos esse antigo piso de madeira com uma cor amarela, ressaltando assim ainda mais os fragmentos enxertados. Nunca houve um projeto para isso. Houve alunos que defenderam a ideia de colocar ainda um sobrepiso para não se pusesse enxergar estas diferenças. Mas, decidimos que se trataria de um encobrimento desnecessário, caindo no clichê que estrutura a arquitetura há séculos, em que os pisos devem ser uniformes, lisos e qualquer trabalho de desenho deles deve basear-se num estudo geométrico diagramático, mas jamais aleatório ou determinado por remendos. Nossa compreensão é a de que esta é uma lógica construtiva que se afasta da tradicional e convencional nos últimos séculos, um retraçamento dos rastros da própria origem da arquitetura.

Da mesma maneira, aconteceram sugestões de que fossem pintadas as paredes que estavam descascadas, e cheias de escritos e grafites, até que foi consensuado que, ao fazermos isto, estaríamos fazendo um apagamento da história contida ali, em prol de um processo de higiene visual e reforçando a lógica que paredes de casa não

13 *Medium-Density Fiberboard*, placa de fibra de madeira de média densidade.



foram feitas para serem desenhadas nem por crianças nem por adultos. Hoje elas estão como estão.

Na fachada externa principal optamos pelo encobrimento do revestimento de plaquetas que imitam alvenaria aparente pela aplicação de um mosaico coletivo quase aleatório. O mosaico sempre está próximo ao princípio da *collage*, e nessa produção trabalhamos com azulejos encontrados na casa ou na rua.

Aprendendo com o outro

Para nós, o principal objetivo acadêmico é colocar o estudante em contato com outras realidades sociais e capacitá-lo para o trabalho projetual ativo com esses coletivos, fazendo-os ver o quanto se encontram submetidos a uma lógica perversa e restritiva da arquitetura oficializada, além do fato de promover aprendizado e capacitação em práticas da construção civil. Estimula-se a autonomia e desenvolvimento profissional dos estudantes através de sua capacidade de realização, aceitando-se as responsabilidades por eles escolhidas e assumidas, tal como na vida profissional. O papel dos professores é desviar-los das práticas repetitivas, explorar as possibilidades nesse espaço da diferença social e promover formas de diferenças da arquitetura. Não devem ser aplicados os mesmos modelos de casas ou apartamentos burgueses nestes espaços de ocupações.

Especificamente, pretende-se elaborar uma intervenção dinâmica, em constante mudança com a participação do coletivo *Ksa Rosa* e dos alunos, considerando e exaltando sempre os trabalhos anteriormente já realizados e sua continuidade (atividades de ensino de semestres anteriores). Todo o espaço da casa estará sujeito à reavaliação de propostas de programa por parte dos participantes da disciplina e da coordenação da *Ksa Rosa*. Cabe a turma avaliar o potencial de cada ambiente interno e externo e propor alternativas segundo as demandas do coletivo *Ksa Rosa*.

É possível a identificação de instâncias metodológicas no trabalho da disciplina, no entanto considerando não serem níveis estáticos ou sequenciais. Devem ser sempre considerados os atravessamentos que a postura suscita. Etapas vão e voltam, escolhas acontecem e são desfeitas, e as atividades dos alunos e professores são constantemente ressignificadas e repensadas. Trata-se de uma metodologia que, ao se colocar no presente, olha para o antes histórico e o depois como rastros de rastros. Dessa maneira, podem ser arroladas as seguintes atividades:

Figura 12 - Piso da biblioteca. Foto: Fernando Fuão.
Figura 13 - Estudantes produzindo mosaico. Foto: Fernando Fuão.

Figura 14 - Só aprendemos quando ouvimos. Foto: Fernando Fujião.



- Rodas de conversas com a coordenação da Ksa Rosa sobre demandas, sonhos de concretização, dificuldades e, mais especificamente, o estado arquitetônico da construção;
- Levantamento arquitetônico (plantas, cortes, elevações, detalhes construtivos, levantamento fotográfico);
- Levantamento das patologias mais evidentes na casa: infiltrações diversas; inundações do térreo frontal da casa; esgotos entupidos; calhas, algerozes e tubos de queda entupidos e danificados; telhas faltantes; piso de madeira e forros apodrecidos devido a goteiras; vidros quebrados de janelas e portas; falta de esquadrias; estrutura calcinada; fiação elétrica aparente e irregular; equipamentos sanitários e banheiros danificados;
- A partir das patologias levantadas estabelecimento de grupos de trabalho para o conserto de prioridades circunstanciais. Cada grupo fica responsável pela solução técnica do problema e sempre compartilhando com os demais grupos;
- Obtenção de recursos para aquisição de materiais ou pagamento de serviços para tarefas que envolvam alto risco de segurança aos estudantes (algumas trocas de calhas e algerozes);
- O projeto arquitetônico vai se fazendo conforme os acontecimentos e demandas durante a obra, deslocamento de funções, alterações no programa de necessidades, cancelamento temporário ou definitivo de determinadas ações em detrimento de outras mais prementes;
- A disciplina de Projeto arquitetônico II ocorre 3 vezes na semana, segundas e sextas-feiras dedicamos as atividades construtivas e terça-feira para palestras e reuniões do grupo;
- Atividades eventuais como seminários, palestras de convidados especiais sobre o tema, visitas a locais de referência, a outras ocupações, orientações de problematizações de projeto.

Retraço

Mesmo considerando todos os problemas advindos das cidades, elas e suas inerentes naturezas de concentração e auto crescimento têm se constituído na melhor opção para a vida das populações humanas crescentes no mundo inteiro. Diz David Harvey que ao fazer a cidade o homem refaz a si mesmo e, portanto, a cidade que queremos não pode se desassociar do tipo de pessoas que desejamos ser (em nossas relações sociais, com o ambiente, em nossas vidas). O direito de mudar a cidade por seus usuários e moradores é um dos privilégios mais valiosos e negligenciados, mesmo considerando as imensas dificuldades impostas pelas poderosas forças econômicas e

sociais que sempre se renovam e se diversificam na história dos processos urbanos. Ao longo do tempo estes interesses produziram oposições radicais entre desmedidas concentrações de riqueza e privilégios e um dramático “planeta de favelas” em explosão¹⁴.

Existe todo um universo a ser explorado em torno das questões que envolvem o morador de rua, o morador de favelas e os movimentos de ocupações de edifícios abandonados nos grandes centros urbanos. Qual é o espaço do morador de rua? Quais são as significações de seus espaços?

Michel Foucault (1926 – 1984) chama “heterotopias” a determinados tipos de posicionamentos que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações usualmente ocorrentes nos espaços humanos contemporâneos¹⁵. Heterotopias ou não lugares, porque são sítios negados, ou ainda outros espaços, porque são tidos como locais estranhos de gente bizarra. Nestas heterotopias existem posicionamentos contraditórios aos olhos do usuário considerado tradicional das cidades, as pessoas que conseguem minimamente pagar por seus direitos e benefícios no universo capitalista das cidades. Exemplo disto é a justaposição do público e do privado, a subversão do espaço público pelo privado, sobreposição do familiar e do social. A construção do inusitado, do exótico, do esdrúxulo é alimentada pela visão do colchão fora de lugar, de cobertores no chão de uma calçada pública imunda aos olhos de quem por aí caminha, passeia, vai às compras; de uma cama fora de uma casa, no espaço público; de pessoas deitadas, dormindo fora de lugar. Visão e sentimentos de medo, sujeita, mal cheiro, nojo, risco de contrair doenças, de tornar-se poluído, malcheiroso, contaminado. Necessidade de manter distância, não tocar. As heterotopias de morar na rua, de ocupações em condições muito desfavoráveis e morar em favelas são ao mesmo tempo de crise e desvio, porque, aos olhos das pessoas tratam-se de crises humanas e subversões à normalidade, um outro olhar que parte justamente daquele que não tem morada. Jacques Derrida (1930 – 2004) chama a isto uma outra ética, a ética da alteridade.

Na verdade, seguimos a mesma lógica do outro, fragmentos de materiais variados,

¹⁴ HARVEY, 2009, p. 9.

¹⁵ FOUCAULT, 2001, p. 414. O posicionamento é, para Foucault, a caracterização do espaço de nossos dias em sequência ao espaço da extensão, a partir da época de Galileu e do espaço da localização ocorrente no longo período medieval. Constatar a emergência de novos tipos e concepções espaciais não aponta no sentido da supressão ou extinção das noções anteriores. Convive-se, atualmente, com sacralizações dos três tipos.

Figura 15 - Pela janela. Foto: Letícia Durlo.

Figura 16 - Pela porta.
Foto: Leticia Durilo.



descartados, frágeis, efêmeros e dilacerados são usados em suas construções, incessantemente interferidas, continuamente transformadas e sem unidade. Essa arquitetura é precária e suas soluções fazem parte de uma herança secular onde não há forma predeterminada a alcançar, ou seja, não há projeto como na arquitetura convencional feita por arquitetos. Participa de uma racionalidade “outra” expressa por uma explosão de formas e texturas inevitavelmente diferentes umas das outras. Seu objetivo estrito é produzir abrigo, algo que cubra, revista, proteja, esconda, marque. Um interior, uma demarcação entre um dentro e um fora. Prática de abrigar que acontece em vários níveis, desde caixas de papelão e pedaços de plástico sobre uma calçada até o barraco de tijolos e telhas numa favela. E que é completamente diferente do habitar da arquitetura que conhecemos como convencional. Um sempre provisório, outro produzido para ser perene. Essa cultura informal e marginal produz complexidades tanto espaciais quanto temporais.

Nesta disciplina, a “elaboração de projeto” é considerada enquanto atividade teórica, como teoria do fazer. Em outras palavras não há um projeto traçado previamente, um traço definidor. As aulas práticas, as ações de execução, serão implementadas sempre sob a supervisão dos professores. Todas as práticas e ações são colaborativas e não competitivas, estimula-se o rodízio de tarefas de serviços para que todos de um modo geral possam tomar ciência de todas atividades e trabalhos que estão sendo realizados. Privilegia-se na dinâmica de ensino não só os aspectos pragmáticos que envolvem e determinam uma intervenção deste tipo, mas como aprender sensibilidades, não arrogância e respeito necessárias ao tratar com os trabalhadores e os coletivos de moradores de rua, sobretudo a ética que deve permear todo o fazer da arquitetura. O único traço necessário é o retratado do corpo edifício já existente, o levantamento, o retrato do edifício em seu envelhecimento, uma espécie de rastreamento.

Ou seja, não se trata também de um só fazer construir como prática de projeto, há uma questão ética filosófica que permanece como pano de fundo como vimos, mas também a questão de como esse pensamento desce até as minúcias da matéria, dos aspectos construtivos, as intervenções e ao “modo” de como proceder em cada ato de intervenção.

O contínuo contato com a estética da alteridade, a heterotopia, o estranhamento, o grotesco, o sujo, o fragmentário, a collage, remendos, improvisos, “baixa tecnologia”, “não arquitetura” induz o estudante a se posicionar praticamente: O que fazer? Como fazer? Como executo? A ideia é de que se pode agir arquitetonicamente sobre as heterotopias, preservando sua alteridade, mediante a metodologia de intervenção mínima, considerando a problematização do projeto convencional e valorizando sua própria estética.

No projeto Ksa Rosa, as versões da disciplina, semestre a semestre serão cumulativas, tendendo ao objetivo ao longo do tempo. Trata-se, pois, de um projeto dinâmico que passará cada semestre onde os alunos e o coletivo Ksa Rosa serão protagonistas semestre a semestre. Um projeto aberto, e ao mesmo tempo ciente das necessidades



Figura 17 - Biblioteca.
Foto: Leticia Durilo.

emergenciais que devem ser traduzidas em ações imediatas.¹⁶

Nosso entendimento é que o projeto deve constituir-se em ação e realização, por mais insignificantes que possam ser para muitos, pois o que é pouco para alguns é muito para outros. Com isto apagam, matam a característica estética e cultural principal que é a mobilidade. É necessário levar em conta que o projeto arquitetônico que é praticado nas escolas de arquitetura, em sua grande maioria, além de não incentivar a participação, aniquila os sentidos de movimento natural, de fragmentação, de labirinto e de rizoma destes espaços. Na pretensão de preservar o espaço-movimento, se deve abandonar posturas demiúrgicas. Arquitetos e urbanistas, através justamente de projetos antecipadores, totalizadores, projetos que determinam um modo único de existência, um modo padrão de habitar acabam por impor seus próprios valores de ordenação sobre estas dinâmicas desconhecidas, heterotópicas.

Referências bibliográficas

- ABREU OLIVEIRA, Ana C. *Justiça e Ética no pensamento de Jacques Derrida*. Tese doutoral. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Filosofia da Puc-Rio, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.
- COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1981.
- DEÂNGELI, Maria A. *Le monolinguisse de l'autre, de Jacques Derrida: uma escritura idiomática da língua*. Fragmentos, Florianópolis, número 35, p. 173/189/ jul - dez/ 2008. *Arquitectos*, São Paulo, ano 04, n. 047.07, Vitruvius, abr. 2004
- DELEUZE, Gilles. *El pliegue, Leibniz y El barroco*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *Glas*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 1986.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Colección Estructuras y Procesos, Serie Filosofía. Editorial Trotta, S.A., Madrid, 1998.

¹⁶ Durante o primeiro semestre de 2017, a turma de P2 fez uma série de reparos como cortes e colocação de vidros que faltavam nas janelas e portas, limpeza da sala da biblioteca, retirada das tábuas do assoalho da biblioteca que estavam apodrecidas por cupins e umidade, limpeza das tábuas restantes, aplicação de anticupim, cortes e recolocação de novas tábuas conseguidas através de doação (MDF), pintura do piso, recuperação das portas da biblioteca, trabalhos de produção de mosaicos e colocação na fachada da Ksa Rosa, entre outras atividades. Muitos materiais foram doados pelos alunos e parentes, - sobras de construção - e por iniciativa dos alunos se montaram estratégias para obtenção de recursos (como ações entre amigos, venda de postais e venda de salgados e doces nas festas do DAFA) para iniciar os trabalhos de conserto das goteiras do telhado do volume da frente da casa, trabalho esse para o qual foi necessário contratar um profissional de funilaria. Simultaneamente elaborou-se o levantamento arquitetônico do prédio e as primeiras propostas de projeto, não chegando a se constituir um estudo preliminar do todo como projeto, embora debatido e construído em várias aulas entre os alunos e a coordenação da Ksa Rosa, pois nesse semestre optou-se pela recuperação da biblioteca, o alvo pormenorizado do projeto e execução, entretanto sem perder a ideia do todo.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Memórias de Cego: O autorretrato e outras ruínas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

DORFMAN, Beatriz R. *Relações entre a arquitetura de Peter Eisenmann e a filosofia de Jacques Derrida*. Tese doutoral. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2009.

DUFOURMANTELLE, Anne. *DERRIDA, Jacques: Da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

EICHEMBERG, André T. *Moradores de rua: paredes imaginárias, corpo criativo*. Arqtextos, São Paulo, ano 04, n. 047.07, Vitruvius, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.047/597>>.

EISENMANN, Peter. *Diagram diaries*. London: Thames & Hudson, 1999.

FLUSER, Vilém. *Debate sobre collage*. In: LIMA, Sergio. *Collage em nova superfície*. São Paulo: Editora Parma, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Outros espaços*. In FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos III*. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.

FUÃO, Fernando. *O sentido do espaço, em que sentido, em que sentido?* Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arqtextos/05.050/563>>. Julho 2004.

FUÃO, Fernando. *A interioridade da arquitetura*. Rio de Janeiro: Cadernos PROARQ; FAU, UFRJ, http://www.proarq.fau.ufrj.br/site/cadernos_proarq/cadernos-proarq_14.pdf.

FUÃO, Fernando. *As formas do acolhimento na arquitetura*. In: Derrida e arquitetura, Dirce Eleonora Nigro Solis e Fernando Delfino de Freitas Fuão (orgs.). Edurj, Rio de Janeiro, 2014.

FUÃO, Fernando. *As formas do acolhimento na arquitetura*. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com.br/2015/07/httpwww.html>>.

FUÃO, Fernando. *A porta*. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com.br/2016/09/a-porta-fernando-fuao-figura.html>>.

FUÃO, Fernando. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2011.

GOMES, Luís Eduardo. ENTREVISTA a Héctor Poggiese. *Remoções são como guerras e desastres, mas nascem de decisões do poder público*. 31/08/2017. pp.1-17. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/remocoes-sao-como-guerras-e-desastres-mas-nascem-de-decisoes-do-poder-publico/>>.

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009.

JACQUES, Paola B. *Estética das favelas*. Arqtextos, São Paulo, ano 02, n. 013.08, Vitruvius, jun. 2001 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/02.013/883>.

LEMOS, José Carlos Freitas. *Para uma história da desigualdade*. Tese (doutorado); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2010. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23754>

LEMOS, José Carlos Freitas. *Parrésia arquitetônica: tensão ética no pensamento sobre a cidade*. IV ENANPARQ, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Ciudad collage*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1982
SILVA, Juremir Machado da. Jacques Derrida e as visões de Marx (entrevista). In *Visões de uma certa Europa*. Juremir Machado da Silva (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOLIS, Dirce E. *Desconstrução e arquitetura, uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro; Editora Uapê. 2009.

SOLIS, Dirce. E. *Jacques Derrida e a ética da hospitalidade*. Revista de filosofia. SEAF, Ano V, n.5, nov. 2005.

VAN EYCK, Aldo. *La interioridade del tempo*. In Jencks, C.; Baird, G.; *El significado en arquitectura*, Madrid, Hermann Blume, 1975.

parede branca



O.C.A OCUPAÇÃO COLETIVA DE ARTEIRXS: 3 anos de atividades e resistência

Mauricio Ploenals¹

Com a abertura das portas do prédio 1 da rua Dona Mariana na primavera de 2014, a O.C.A - Ocupação Coletiva de Arteirxs inaugura seus ciclos de vivências em residências e atividades como uma utopia coletiva, uma vírgula no momento político que se desencadeava na cena cultural Pelotense, uma bolha para a resistência de pensamentos adversos, um ponto de fuga.

Essa experiência é a conexão de muitas vontades, projetos que estavam por eclodir, planos esmiuçados e mapeados, que ardiam por acontecer, na sequência da efervescência do inverno de 2013², que nos causava nostalgia.

Ação direta e POW!

Assim insurgiu a O.C.A, um furo de bala do sistema, para expor a proposição de ações e práticas, de múltiplas vontades, que se desenvolveu com a força de vontade de visionários que acreditam que a realidade é uma invenção, com a coragem, a perseverança e a resistência para criar, inventar e ressignificar, todos os dias uma forma de vida baseada na autonomia e no apoio mútuo.

Acredito, ou ao menos gostaria de propor, que a única solução para a “supressão e realização” da arte está na emergência da T.A.Z (Zona Autônoma Temporal). Rejeito veementemente quem diz que a própria T.A.Z não é “nada além” de uma obra de arte, muito embora ela possa vestir alguns desses enfeites. Eu sugiro que a T.A.Z é o único “lugar” e “tempo” para a arte acontecer pelo mero prazer do jogo criativo, e como uma contribuição real para que as forças que permitem que a T.A.Z se forme e se manifeste. Hakim Bay³

A O.C.A. desde o princípio proporciona um oásis para as crianças do entorno e para a comunidade que faz do tempo de ócio um momento de convivência e trocas e para os nômades que circulam em Latino América e adentram ou escapam do território brasileiro pela fronteira sul, um ponto de apoio estratégico aos viajantes, um lugar solidário e hospitaleiro aos que não têm paradeiro fixo.

Uma troca natural e sem prestação de contas que o espaço exige para sua manutenção e funcionamento, onde cada ocupante se voluntaria para suprir a demanda e soluções práticas de gestão, de acordo com a sua capacidade de desenvolver as tarefas e colaborar com novas propostas.

¹ Mauricio Ploenals - Artista visual, vive e trabalha em Pelotas-RS. Graduando em artes visuais na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Tem sua trajetória a partir de experiências de análise das ações no cotidiano e as condições que o mundo contemporâneo opera sobre os modos de vida. A partir de ações/propostas os trabalhos se desdobram no processo Inter-relacionando mídias que transitam entre desenhos, objetos, performances, intervenções e registros em vídeo e fotografia, estabelecendo conexão com o contexto social, ambiental e político.

² No inverno do 2013 –alusão a Junho de 2013 revolta popular catraca livre e reverberações...

³ Bay. Hakim – zona autônoma temporal

A O.C.A. permanece hoje com suas plenas atividades e neste mês de novembro 2017 comemorou seu terceiro ciclo solar, desconstruindo no cotidiano os padrões e vícios do capital que sustentado pela hierarquia fundamentada no patriarcado que faz de cada indivíduo um opressor autoritário.



Figura 1 e 2 - Flutuante.
Foto: Mauricio Ploenals.

Figura 3 - Flutuante.
Foto: Maurício Ploenals.



Ateliê desenvolvido como proposição para ativação do espaço como instalação artística e experiência ultradimensional.

Figura 4 - Sala Negra. Projeto Maloca.Lab - Laboratório de práticas experimentais Urbanomades e outras maloqueiragens. 2015 – Por: Cristiano Araujo, Maurício Ploenals e Rogério Marques com a participação de Vítor Pavan e Renato Uveda.



A Sala Negra serviu como ponto crítico para o questionamento do desenvolvimento da cidade de Pelotas, neste local nos reuníamos para observar e mapear a cidade de uma perspectiva avantajada a fim de propor ações e práticas de insurgência e reivindicação do direito à cidade.



Figura 5 - Ocupa Palestina. Projeto Maloca.Lab - Laboratório de práticas experimentais Urbanomades e outras maloqueiragens. 2015 - Por: Cristiano Araujo, Maurício Ploenals e Rogério Marques, com a participação de Vítor Pavan e Renato Uveda.

Instalação de dispositivos de moradia, Micro Squat Peri Planeta Americana, A posse simbólica da terra, Micro Galeria de Arte CAÔ e Jardins de Transposição de Paisagem.

Ação direta de reapropriação do espaço público da praça palestina, local ameaçado pelo interesse das incorporadoras e construtoras que no momento direcionavam interesse de empreende nesta área verde. A ocupação serviu como uma forma de manifestar e interagir com a comunidade que vive no entorno e reclama por ausência de condições de configuração de praça, como mobiliário urbano, passeios e paisagismo.



Figura 6 - Horta Comunitaria de jardinagem de guerrilha 2015.
Foto: Maurício Ploenals.

Horta Comunitaria de jardinagem de guerrilha 2015. Ação coletiva de apropriação do espaço público, para o cultivo agroalimentar de qualidade sem agrotóxico e plantas de poder medicinal. Removida pela S.Q.A secretaria de qualidade ambiental de Pelotas. 2015. A horta perdeu sua configuração mas as plantas com suas raízes resistiram a ação da prefeitura e seguiram seu desenvolvimento. Em seguida da remoção continuamos plantando neste local.



Instalação de acondicionamento do espaço e configuração para atividades simultâneas. Possibilita uma neutralidade visual em conjunto com o espaço de exposição. A obra foi construída com a ressignificação de plantas arquitetônicas de papel de seda sobre a estrutura de bambu sobre mezanino de vidro reaproveitado que pende sobre o vão da escadaria.



Figura 7, 8 e 9 -Ateliê Expandido, 2016, Mauricio Ploenais e Emanuela di Felice.

CENÁRIOS FRAGMENTADOS

Vinícius Thelheimer¹

Dia após dia aqui estamos. Muitos passam, poucos percebem. Alguns nos removem. Encontramos no abandono, no descaso e na oportunidade um lugar para nos fixar, nos esconder. Cada canto da cidade cinza e suja também é canto de vida. Fragmentamos entre as grades, nas rachaduras das casas antigas, no espaço do meio fio. Tentamos sobreviver no cinza.

Este ensaio lança um olhar sutil sobre espaços urbanos, alguns degradados, outros abandonados. Cenários do cotidiano que observados pela perspectiva do olhar humano e através da lente da máquina, são percebidos e refletidos na realidade da vida ordinária, entre os restos deixados pelo homem no seu caminho. Humanos que habitam e que modificam todos os dias o espaço através de sua tecnologia.

A cidade é dinâmica. O ambiente muda, a paisagem muda. O que não serve para um pode vir a ser útil para outro. Pequenos lugares possibilitam o enraizamento de pequenos. Muitos são vistos, muitos não são percebidos, mas estão lá. Uma complexidade de redes transcritas de outra forma que tentam sobreviver à problemática. Paisagens minimalistas que vão surgindo e dando importância a questionamentos relevantes para o entendimento da relação do homem. Porções que questionam o espaço urbano. Questionam a extrema vulnerabilidade de áreas importantes em meio as grandes cidades.

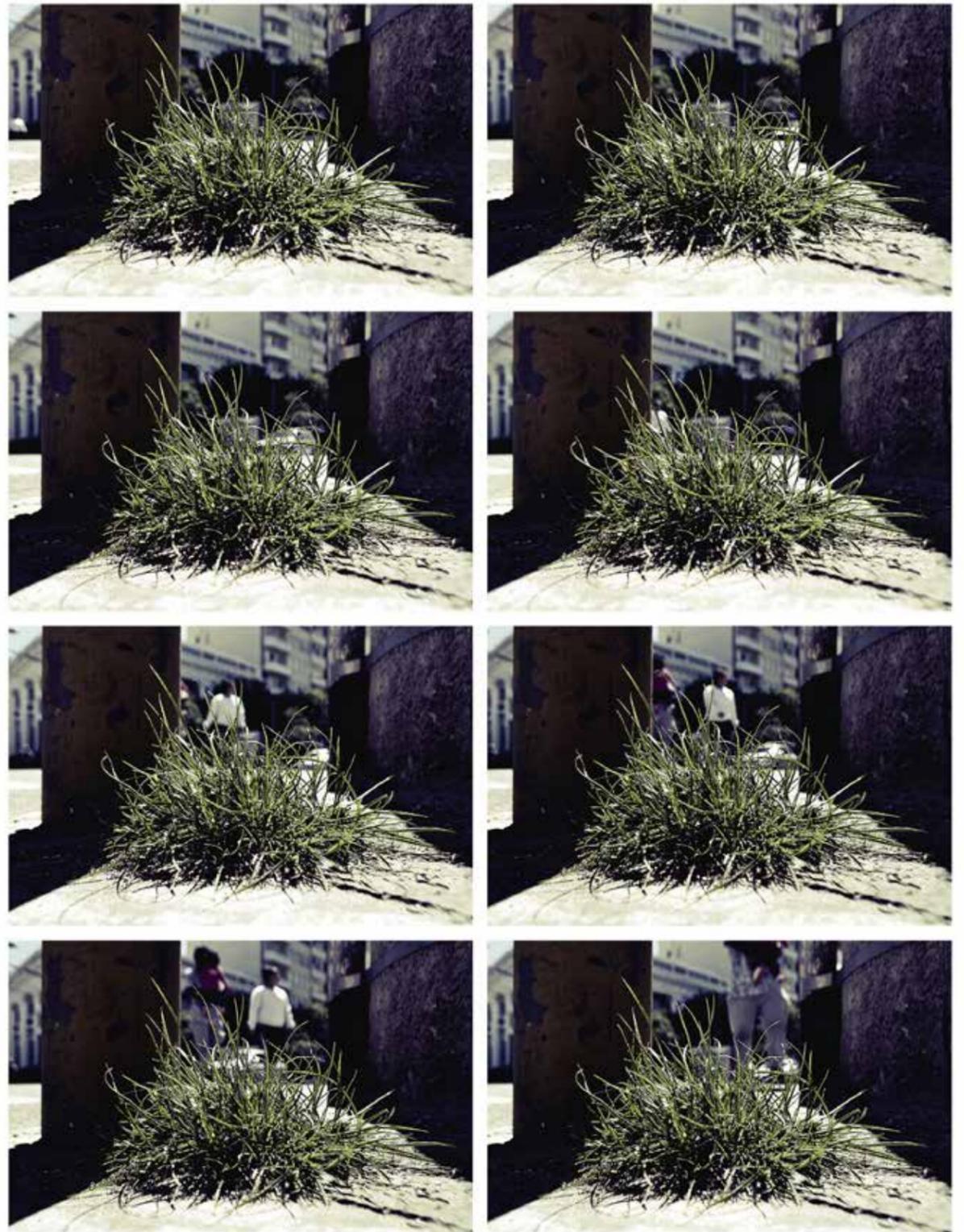
Esse ensaio não é sobre plantas, é sobre pessoas.



¹ Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).







O KATANGA'S É NOSSO!

Mohana Salomão de Mattos¹

“O katanga's nasceu de um sonho... Do sonho de um homem que acreditou na visão de um mundo transformado. Quando ao olhar para um depósito de lixo, viu um paraíso, acreditou nele e construiu com as próprias mãos... não para si, mas para todos.” “O katanga's é nosso” (Helio).

As docas, local hoje conhecido como “Quadrado”, localizado na área portuária da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, caiu no mais completo abandono assim que foram reduzidas as atividades no porto da cidade, por volta de 1980.

Em 1992, Jorge Luis de Oliveira, também conhecido como Helio, pede autorização para a Marinha para limpar a área e instalar nela um quiosque para vender seus lanches. Sozinho, começa o trabalho de limpeza do local. Com os primeiros anos, morando e trabalhando no quiosque que construiu, Helio constrói uma praça para as crianças da região, dando assim, movimentação a área, acarretando em uma maior segurança para o local, extinguindo dali, o tráfico e a criminalidade.

Oito anos depois, foi construído o galpão, onde passou a funcionar o bar e deu-se início a projetos culturais, que tem, até hoje, 17 anos depois, como principal foco beneficiar as crianças da comunidade, preservar traços da cultura africana, criar acessibilidade a arte e a informação e democratizar o convívio.

*“Da mãe África vem a matéria prima que fez todo esse movimento.
Das Xarqueadas ao Katanga's resistimos movidos pela fé.”*

O ensaio fotográfico a seguir tem a intenção de captar a essência do lugar, através de seus detalhes, crenças e ocupação.



¹ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).







ISSN 2526-7310

